

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 14/2022
19 de julho a 1 de agosto de 2022

SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2022

Economia y Salud **Economia e Saúde** *Economy and Health*

ECONOMIA PARA SAÚDE PARA TODOS: DIÁLOGO DE ECONOMIA E SAÚDE DAS AMÉRICAS (EHA)
 ECONOMIA DE SAÚDE PARA TODOS: DIÁLOGO DE ECONOMIA E SAÚDE DAS AMÉRICAS (EHA)
 RECUPERACIÓN ECONÓMICA Y SALUD EN TIEMPOS DE PANDEMIA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE
 RECUPERACIÓN ECONÓMICA Y SALUD EN TIEMPOS DE PANDEMIA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE
 SAÚDE, SOBERANIA E SAÍDA DA CRISE: A PERSPECTIVA DO COMPLEXO ECONÓMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE
 SAÚDE, SOBERANIA E SAÍDA DA CRISE: A PERSPECTIVA DO COMPLEXO ECONÓMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE
 REGULACIÓN INTERNACIONAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL: DESAFÍOS PARA LA RECUPERACIÓN ECONÓMICA
 REGULACIÓN INTERNACIONAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL: DESAFÍOS PARA LA RECUPERACIÓN ECONÓMICA
 INTRODUCCIÓN E MEDIACIÓN
 INTRODUCCIÓN E MEDIACIÓN

ERNESTO BÁSCOLO
 OPAS / PAHO

ALBERTO ARENAS
 CEPAL / ECLAC

CARLOS GADELHA
 FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

CLAUDIA CHAMAS
 FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

PAOLO BALADELLI
 OPAS AMÉRICA DEL SUR

QUARTA-FEIRA | MIERCOLES | WEDNESDAY
13 DE JULHO
 13 DE JULIO | JULY 13

10am-12:30pm (RIO TIME)
 9am-11:30pm (SANTIAGO Y WDC TIME)
 2pm-4:30pm (LONDON TIME)

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS
 SIMULTANEOUS TRANSLATION PORTUGUESE / SPANISH / ENGLISH
 TRADUCCIÓN SIMULTÁNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS

Ministério da Saúde
 Fundação Oswaldo Cruz
 Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS

CONTRIBUIDORES
 OPS
 HEALTHRESILIENCE

SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2022

Desenvolvimento e saúde global: Agenda 2030 e HILPF 2022

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2022: DA CRISE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, OS SUS COMO REFERÊNCIA PARA 2030 E ALÉM
 SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT 2022: FROM CRISIS TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT, THE SUS AS A REFERENCE FOR 2030 AND BEYOND
 BALANÇO GERAL E DE SAÚDE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NA ALC
 GENERAL AND HEALTH REVIEW OF THE 2030 AGENDA IMPLEMENTATION IN ALAC
 O HILPF 2022 É A DECISÃO MINISTRIAL
 THE HILPF 2022 IS THE MINISTERIAL DECISION
 BALANÇO GERAL E DE SAÚDE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NA AMÉRICA
 GENERAL AND HEALTH REVIEW OF THE 2030 AGENDA IMPLEMENTATION IN AMERICA
 INTRODUÇÃO E MEDIÇÃO
 INTRODUCTION AND MEDIATION

JEFFREY SACHS
 SUSAN

MARÍA LUISA MARINHO
 UN SEPALECLAC

SANTIAGO ALCÁZAR
 OPS / FIOCRUZ

FREIDA M'CORMACK
 UN-EHA

PAULO GADELHA
 FIOCRUZ

QUARTA-FEIRA | MIERCOLES | WEDNESDAY
27 DE JULHO
 27 DE JULIO | JULY 27TH

10am-12:30pm (RIO TIME)
 9am-11:30pm (SANTIAGO TIME)
 9am-11:30am (WDC TIME)
 4pm-6:30pm (ADANA ABAREA TIME)

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS
 SIMULTANEOUS TRANSLATION PORTUGUESE / SPANISH / ENGLISH
 TRADUCCIÓN SIMULTÁNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS

Ministério da Saúde
 Fundação Oswaldo Cruz
 Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS

CONTRIBUIDORES
 OPS
 HEALTHRESILIENCE

Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2022



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
11	E agora, José? – <i>Santiago Alcázar</i>	
16	Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
22	Saúde ‘é’ Economia: seminário discute soberania, bem-estar e equidade como alavancas para a retomada do crescimento - <i>Eliane Bardanachvili e Daiane Batista</i>	
27	Jeffrey Sachs: A doença global da desigualdade - <i>Gabriela Leite</i>	
29	Outra Emergência Global em Saúde Pública: estamos preparados para responder? - <i>Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão</i>	
34	Reinventando a roda: ONU aprova resoluções para reiterar compromissos multilaterais e acelerar ações para conter a tripla crise planetária - <i>Danielly de P. Magalhães, Guilherme Franco Netto e Luiz Augusto Galvão</i>	
40	A crise do custo de vida nos países em desenvolvimento e a oportunidade para a transferência de renda direcionada e renovação energética - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
45	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
50	Estratégias globais diante dos desafios para a cobertura vacinal e para garantia de direitos sexuais e reprodutivos - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes</i>	
56	Multilateralismo ou enfoque de múltiplos atores? Conflitos de interesses, governança dos sistemas alimentares e riscos da captura corporativa da agenda global de sistemas alimentares - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva e Erica Ell</i>	
61	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
65	Comércio ilícito de produtos médicos e conferência diplomática sobre propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais: Informe sobre OMC e OMPI - <i>Claudia Chamas</i>	
68	Ciência Aberta e Covid-19: as recomendações da UNESCO – <i>Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar e Vitor Rodrigues</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
71	Organizações da Sociedade Civil - <i>Anna Carole D’Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza</i>	

- 80 Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 94 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 105 Após a cúpula do G7: a continuação dos trabalhos dos Clubes dos países mais ricos e a saúde Global - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 113 A promessa da China para acelerar a Agenda 2030 em meio à disputa de poder com EUA - *Claudia Hoirisch*
- 115 Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo, com Francisca Sabugo Brandes*
- 130 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 150 A Europa entre o calor e o fogo, entre o frio e o gás - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 152 Um ano depois: Conferência multilateral discute engajamento construtivo para os desafios enfrentados pelo Afeganistão - *Lúcia Marques*
- 162 A conversação - *André Costa Lobato*
- 164 Os novos objetivos do “Healthy People 2030” - *Luiz Augusto Galvão*

Autores deste Caderno - 167

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 170

***Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ - 171

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 14/2022 –19 de julho a 1 de agosto de 2022

Apresentação

Sete anos desde a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Agenda 2030 e seus ODS (setembro de 2015), dois anos e meio de pandemia (janeiro de 2020) e seis meses de uma guerra na Europa que, a rigor, confronta Ocidente e Oriente, é a síntese do pano de fundo político global de 2022. Preocupações generalizadas e sinceras, declarações afirmativas, mas práticas decepcionantes, assim podemos resumir o primeiro semestre de 2022 na arena política global.

De fato, no primeiro semestre do ano já se realizou um conjunto importante de momentos políticos globais e regionais, potencialmente capazes de dar o tom político do ano. A Assembleia Mundial da Saúde (maio), as reuniões anuais de G7, OTAN e BRICS (junho), da OMC e UNCTAD (junho), do Conselho de Direitos Humanos da ONU (março e junho) e do ECOSOC e do Fórum de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) (julho). Realizaram-se, também, reuniões anuais de diversas agências, fundos e programas do sistema multilateral, como PNUMA, UNICEF, OIT e muitas outras, assim como as reuniões anuais das instituições financeiras internacionais – FMI e Banco Mundial.

Todos estes momentos relevantes da cena política global foram devidamente cobertos nos treze números anteriores dos Cadernos, e nos quais persistiram o clima de desânimo e inexistência de soluções efetivas para os problemas que afetam a sociedade global e o planeta. O CRIS repercutiu estes importantes debates também na sequência de quinze seminários avançados de saúde global e diplomacia da saúde realizados nestes primeiros sete meses de 2022.

Ainda nos faltam outros importantes momentos políticos no ano, incluindo, possivelmente, o mais importante de todos, pelo menos formalmente: a Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. Restam também a reunião anual do G20 (Indonésia, outubro) e as COP do clima (Sharm El-sheik, novembro) e da biodiversidade (Montreal, dezembro). No setor específico da saúde, o Comitê da OMS África (agosto) e a Conferência Sanitária Pan-americana (setembro). Estes momentos políticos relevantes também serão cobertos pelos analistas do CRIS nos números quinzenais dos Cadernos que vão ser editados até o final do ano e serão abordados nos seminários avançados programados para o período.

Todo este recordatório e o apontamento de perspectivas nos servem para manter os ânimos críticos acesos e a disposição de atuar politicamente para que superemos a coleção de declarações retóricas e possamos dar efetividade ao dito politicamente. Ademais, são um importantíssimo conjunto de recursos para o processo de formação de profissionais da saúde global e diplomacia da saúde empreendido pela Fiocruz, por meio da Escola Nacional de Saúde Pública e do CRIS, com a participação da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS).

Na quinzena coberta, verifica-se a tradicional desaceleração das atividades políticas globais formais, com as férias de verão do Hemisfério Norte, onde são sediadas as principais agências do sistema multilateral.

Contudo, **Alcazar**, como sempre, nos brinda com seu artigo crítico sobre a conjuntura internacional, repassando os resultados do **ECOSOC e do HLPF**, com o sempre curioso, mas informativo e didático, diálogo entre dois personagens fictícios, mas muito reais.

De Negri Filho aproveita o período de relativa calma no **Conselho de Direitos Humanos da ONU** - espaço entre duas sessões do CDH - para refletir com o leitor sobre temas que ocuparam a agenda política até aqui. As atenções estão voltadas para a Assembleia Geral da ONU (setembro de 2022), onde são apresentados, conforme o mandato do CDH, as propostas, informes e resoluções previamente aprovados nas suas sessões, a exemplo de: Resolução sobre o Direito Humano ao ambiente limpo e saudável; informe da Alta Comissária para os Direitos Humanos; informes de relatores especiais, tais como o RE sobre uma nova ordem internacional, os direitos dos povos indígenas no contexto pandêmico e tantos outros. Segundo o autor, a prerrogativa de incluir na pauta da UNGA informes e resoluções do CDH são um reconhecimento da importância do CDH, onde se concentram “os olhos e ouvidos” do Sistema ONU, mediante seus relatores especiais e especialistas independentes, que exercem uma escuta da comunidade global em dezenas de campos e contextos em que os direitos são ameaçados ou violados. Ademais, é um reconhecimento da importância do CDH que, mesmo não sendo um órgão principal do Sistema ONU, ocupa um espaço político de destaque e, de forma crescente, uma função articuladora de todo Sistema, daí a intenção de também torná-lo um dos órgãos principais do mesmo.

Na ausência de uma pauta mais específica emanada de atividades diretas e imediatas do CDH, o autor propõe uma incursão no âmbito da lei internacional aplicada à saúde e a lei internacional ou o direito internacional dos direitos humanos. Esta incursão pode ajudar a entender melhor algumas das dimensões e dos desafios relacionados com a aplicação orientadora dos direitos humanos no campo da saúde.

Dois seminários realizados pelo CRIS, sobre **Economia e Saúde** e sobre **Agenda 2030 e seus ODS** são resumidos em artigos especiais já publicados em outros blogs e reproduzidos aqui, dado a importância de ambos temas na conjuntura. Segundo **Bardanachvili e Batista** para o blog do CEE Fiocruz, novos pactos sociais voltados à sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde; fortalecimento de uma base econômica, tecnológica e material, que garanta a soberania do país; e definição de políticas sociais e ambientais sustentáveis, voltadas à equidade e à inclusão foram alguns pontos debatidos no seminário sobre Saúde e Economia, realizado pelo CRIS, em 13/7/2022. Do seminário sobre Agenda 2030 e HLPF, **Gabriela Leite**, para o blog Outras Palavras (Saúde), destaca a intervenção de Jeffrey Sachs, um dos grandes economistas contemporâneos, que apresenta as quatro grandes crises sanitárias do planeta. Todas têm, na origem, a concentração de riquezas e um sistema de produção que se tornou disfuncional.

Os diversos eventos que aconteceram na última quinzena no âmbito da **OMS** reiteraram a importância de se preparar para futuras emergências sanitárias, segundo **Bermudez, Reges e Galvão**, autores do capítulo. Enquanto ainda vivemos uma pandemia de Covid-19, o surto de monkeypox foi declarado Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Neste sentido, a discussão do instrumento jurídico/tratado será decisiva para a arquitetura da saúde global e terá um impacto direto na consolidação da OMS como ator central na coordenação das respostas internacionais às pandemias e emergências de saúde pública. Em seu papel de financiador e facilitador de resposta a epidemias, a CEPI vem trabalhando com a OMS e outros atores relevantes da saúde global para apoiar as atividades de P&D que possam

avançar no desenvolvimento de vacinas contra a monkeypox e promover o acesso equitativo às mesmas.

Cabe salientar também uma pandemia que já dura mais de 40 anos, a de HIV/Aids. Neste contexto, ocorreu, de 29 de julho a 02 de agosto, a 24ª Conferência Mundial da Sociedade Internacional de Aids (IAS - International AIDS Society) - Aids 2022, em Montreal, Canadá. A Conferência teve como tema central a retomada do engajamento e da importância de que se siga o passo científico. Por fim, os autores ressaltam o papel da Fiocruz como importante ator da saúde global e que avançou em uma importante parceria com a visita do Diretor do Departamento de Informação de Emergência em Saúde e Avaliação de Risco do Hub de Inteligência Epidêmica e Pandêmica da OMS.

Para **Magalhães, Franco Netto e Galvão**, autores do capítulo sobre **ambiente e saúde**, as ações multilaterais, globais e nacionais para mitigar a tripla crise planetária, apesar de avançar, estão longe de corresponder ao grau de urgência e necessidade de ação. A ONU aprovou duas resoluções, uma sobre proteção dos oceanos, e outra sobre o direito humano ao ambiente limpo. Ambas reafirmam pactos anteriores, relembram às Partes de seus compromissos firmados e apelam para ações urgentes. A Semana Regional de Mudança Climática da ALC também demonstrou falta de comprometimento político. A Semana é um espaço para discutir as singularidades, as vulnerabilidades e os desafios da região, tendo como um dos objetivos alinhar o diálogo para as negociações da COP 26 do Clima, mas contou com baixa participação dos governos. A região é a que detém maior potencial de energias limpas e riquezas naturais e poderia estar pensando junto numa forma de atrair investimento e reduzir as vulnerabilidades e inequidades - que constituem seu calcanhar de Aquiles.

Martins e Sousa abordam no seu informe o documento que orientou a participação do **PNUD** no HLPF 2022. O documento estima os efeitos potenciais da inflação de alimentos e energia na pobreza e vulnerabilidade global, além de discutir os diferentes potenciais entre as opções de políticas de subsídios energéticos gerais e de transferências de renda direcionadas. Há a defesa que a transferência de renda direcionada supera o subsídio geral de energia em termos de mitigação dos impactos da pobreza de curto prazo, e que a crise é uma oportunidade para o processo de renovação energética.

No informe sobre **migração, refúgio e saúde**, o grupo liderado por **Ventura** destaca o lançamento do primeiro relatório mundial sobre a saúde de refugiados e migrantes por parte da **OMS** e a investigação sobre o retorno ilegal de solicitantes de refúgio por parte das autoridades gregas, encobertos pela Agência Frontex da União Europeia. Abordam também o lançamento de cartilhas de orientação jurídica para migrantes no Brasil, por parte da OIM e da DPU. Adiante, exploram brevemente o relatório da *Human Rights Watch* sobre a insegurança alimentar que afeta migrantes na Espanha. Por fim, destacam a violência que gera enormes deslocamentos no leste da República Democrática do Congo (RDC), e os ataques sofridos por ativistas de direitos humanos na fronteira EUA-México.

No âmbito da **saúde da mulher, criança e adolescente**, a OMS e o UNICEF alertam sobre redução drástica no número de vacinados; o UNICEF lança documento com Princípios Orientadores para Crianças em Movimento no Contexto das Mudanças Climáticas; a OMS apresenta novas ferramentas e estratégias para integrar a saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde, como componente fundamental da cobertura universal de saúde; a ONU Mulheres lança documento Igualdade de gênero para saúde e bem-estar: evidências avaliativas de interligações com outros ODS; e a UNFPA lança Manual de Normas e Mudanças

Sociais: em busca de eliminar a mutilação genital feminina. Todos estes relevantes assuntos da saúde global são abordados por **Massari e Gomes**.

O informe de **Nilson, Oliveira e Silva e Ell** discute a governança da agenda global de **sistemas alimentares**, destacando a análise da participação do setor privado e mais especificamente das corporações internacionais e sua influência nessas agendas. No contexto atual, intersectorialidade, multilateralismo e enfoque de múltiplos atores têm sido trabalhados como sinônimos e, como consequência, conflitos de interesses e riscos de captura corporativa das agendas e instituições alteraram significativamente a governança da agenda global de sistemas alimentares. Ao analisar a participação do setor privado, em particular nas agendas da FAO, os autores descrevem os riscos de captura corporativa de suas agendas e de sua burocracia e a fragilidade dos mecanismos de gestão de conflitos de interesses na atualidade, a pretexto de apoiar a eliminação da fome global e apoiar o alcance dos ODS e outros compromissos internacionais. Para alcançar esses grandes objetivos que dialogam diretamente com o mandato da ONU e de suas agências é imperativo transformar, de forma consistente e gradual, os sistemas alimentares para garantir saúde, sustentabilidade, inclusão e resiliência, reforçando os papéis dos atores estatais, da academia e da sociedade civil e garantindo uma governança global livre de conflitos de interesses e captura corporativa, que promova a defesa dos interesses coletivos de saúde humana e planetária.

Sobre as **Instituições Financeiras Multilaterais**, **Cazumbá** informa que o **BID** amplia parcerias para a América Latina e Caribe; o **Banco Mundial** libera recursos para o continente africano, a fim de ajudar a conter os problemas da região; e o **FMI** atualiza as perspectivas econômicas mundiais, por meio do seu *World Economic Outlook* de julho de 2022.

Chamas informa que a **Organização Mundial do Comércio (OMC)** organizou evento para discutir como a cooperação internacional pode combater o comércio ilícito de produtos médicos. As Assembleias dos Estados Membros da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** aprovaram convocação de conferência diplomática para proposta de acordo internacional referente a pacto relacionado à propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos.

No informe sobre a **UNESCO**, os analistas **Sanglard, Gaspar e Rodrigues** abordam o relatório da agência com recomendações para os países atuarem de forma padronizada e organizada no movimento da ciência aberta, com o objetivo de tornar o conhecimento cada vez mais acessível e transparente. O relatório procura também definir o que se entende, universalmente, como “ciência aberta”.

Na quinzena de 20 de julho a 03 de agosto de 2022, aproximadamente 40 **organizações da sociedade civil (OSC)** foram monitoradas pelo **grupo liderado por Luís Eugênio de Souza**. Foram identificadas manifestações de 22 OSC, sendo 17 delas de interesse público e cinco de interesse privado. As OSC de interesse público concentraram suas manifestações em torno de questões relacionadas à pandemia de COVID-19, a vacinação e outros impactos, bem como sobre doenças negligenciadas, questões relativas a trabalhadores da saúde, varíola dos macacos e conflito na Ucrânia. Já as OSC de interesse privado deram forte destaque aos retrocessos causados pela pandemia na vacinação de rotina, sobretudo em países de renda baixa, e outros assuntos em torno da Covid-19. Além disso, seguem se manifestando sobre a crise climática e alimentar e, agora, começam a tratar da *monkeypox*.

Em suma, a Covid-19, seus desdobramentos e impactos e a questão das iniquidades no acesso à vacina seguem dominando a pauta das OSC de maneira geral. A crise climática e alimentar permanece como tema recorrente, bem como a guerra na Ucrânia. Após a declaração

da OMS que reconhece o surto de varíola dos macacos como uma emergência sanitária global, começam a ser observadas manifestações a respeito da doença.

O valor da **Sociedade Civil Organizada em Defesa do Interesse Público – SCO IP**, analisado por **De Negri Filho**, reside na sua combatividade constante e seu sentido ético de dever coletivo. Inspirado por esta ideia de constância e radicalidade/coragem de dizer o que deve ser dito, sem mediar consequências de interesses ou cálculos menores. O autor busca neste informe refletir a diversidade e potência de muitas lutas e ideias transformadoras geradas no período pandêmico, capazes de alterar o rumo dos processos sociais. Para isto, foca, em particular, na denúncia da colonialidade da saúde global hegemônica e reivindicando os interesses públicos refletidos desde os direitos humanos e projetados no questionamento do proposto “*multistakeholderismo*”, o qual vem consumindo o espaço público internacional e multilateral, cada vez mais dominado por atores de interesse privado, representantes do capital financeiro monopolista.

Ungerer informa que o **UNOSSC** coopera com diversas agências, dentro e fora da ONU, dando visibilidade a projetos em todas as áreas de desenvolvimento. Esta cooperação foi intensificada depois da realização do PABA+40 e da 20ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul. Por meio da série “Sul-Sul em Ação”, o UNOSSC vem compartilhando melhores práticas em iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular e neste informe, destaca três. O **G-77 e a China** participaram de quatro reuniões da UNGA, ressaltando sua decepção com a Declaração Ministerial final da HLPF. Destacaram a importância do Programa de Ação para os países menos desenvolvidos para a Década de 2022-2031 e explicaram sua posição sobre a revisão quadrienal da política de atividades operacionais para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas. O **MNA** está apostando nos jovens com um evento de alto nível para o estabelecimento da Rede Jovem do MNA e o **Centro Sul** destacou um curso regional online para autoridades de escritórios de patentes e examinadores de patentes de países asiáticos.

Burger, Esteves e grupo analisam os grupos plurilaterais **G7** e **G20** e a **OCDE**. Nessa quinzena tem-se a pressão do grupo de engajamento da sociedade civil voltado para o **G7** a fim de que resultem ações práticas e transformativas a partir dos compromissos da cúpula de Elmau. No **G20**, a falta de consenso e de ações concretas ao fim do terceiro encontro de Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais levanta debates sobre qual o papel do bloco em meio aos desafios globais colocados pela pandemia de Covid-19 e pelo conflito na Ucrânia. Na esteira desses acontecimentos, a preocupação com a insegurança alimentar influencia a maior parte das discussões e eventos paralelos nesta quinzena, como o evento realizado pelo Grupo de Trabalho de Agricultura (GTA). Destaque também para o encontro do grupo de engajamento Women20 (W20), que gerou críticas por não incluir uma real representação das mulheres nesses espaços e seus problemas locais. A **OCDE** aborda os temas dos investimentos para mitigação das mudanças climáticas, da recuperação do setor do turismo internacional, e traz um olhar específico para os impactos da pandemia para as crianças de baixa renda, constatando a necessidade de ação específica para esse grupo populacional.

Para **Hoirisch**, na sua análise sobre **BRICS**, as obrigações financeiras dos países desenvolvidos estão longe de serem cumpridas e a perspectiva de atingir os ODS conforme programado, não é nada otimista. Na tentativa de ajudar os países a cumprir os objetivos de desenvolvimento, o presidente Xi presidiu o Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Global no dia seguinte à 14ª Cúpula dos BRICS e anunciou os novos passos da China para apoiar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI). Líderes de mercados emergentes e países em desenvolvimento estavam presentes na

reunião em que se discutiu cooperação internacional para revigorar o desenvolvimento global. Pequim lançou um Relatório com recomendações de políticas em oito aspectos para a implementação da Agenda 2030. Os pontos estão ligados às prioridades destacadas na Iniciativa de Desenvolvimento Global, ilustram os grandes problemas da humanidade e traçam um roteiro para o futuro.

O informe sobre **América Latina e Caribe** dá destaque a tragédia humana por trás do tsunami migratório venezuelano em direção aos EUA, via Tampão de Darién. **Tobar e Minayo** analisam também outros importantes acontecimentos: a decisão histórica do governo chileno em proporcionar saúde pública gratuita a toda população; a crise social no Panamá e a mesa única de negociações com possíveis avanços nos pleitos da população; a retomada das relações diplomáticas entre Colômbia e Venezuela; e a decisão da justiça britânica sobre o ouro da Venezuela guardado no Banco da Inglaterra. Sobre esse assunto, faz-se uma reflexão sobre os efeitos de uma decisão jurídica estrangeira de cunho (geo)político. Em seguida, são relatados alguns eventos regionais relevantes que tiveram lugar no período. O informe conta ainda com a contribuição da colega do Chile, **Sabugo Brandes**, que aborda o Seminário Internacional de Saúde e Feminismos, promovido pelo Ministério da Saúde do Chile.

Na sua análise quinzenal sobre **África**, os analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** apresentam diversas iniciativas continentais e sub-regionais. Discutem o projeto de resolução revisto pelo Paquistão em nome do Grupo dos 77 e China, que promove a União Africana na próxima Assembleia da ONU; o lançamento, na Etiópia, do Programa Conjunto sobre Governança da Migração do Trabalho para o Desenvolvimento e Integração em África; e a realização da IV Reunião de Coordenação Semestral para a integração regional. Informam também que a Costa Rica acolheu a Cúpula África-Américas sobre sistemas agroalimentares; que o CDC África recebe uma subvenção de USD 100 milhões do Banco Mundial e que a OMS AFRO promove saúde nas fronteiras na África oriental. A OEACP avança com 'The Policy Support Facility' nos Camarões. A OOAS e a OMS apoiam a Guiné-Bissau na criação de Equipas Médicas de Emergência. Engajamento juvenil para paz e segurança na região Africana. Implementação de programas de capacitação de recursos humanos na região de COMESA. Debates sobre Agenda de Mulheres, Paz e Segurança na região da SADC.

Para **Freire**, a **Europa** vive nova quinzena sob incêndios e onda de calor, enquanto se prepara para um inverno sob crise energética. Com a Rússia interrompendo o fornecimento de gás, a União Europeia planeja reduzir seu consumo em 15%, até março de 2023. Para tentar conter crise alimentar, ONU intermedia acordo entre Rússia e Ucrânia, para retomada dos embarques de grãos e seu transporte pelo Mar Negro.

Nas últimas semanas, aconteceram visitas, cúpulas, reuniões, telefonemas, envolvendo Estados árabes, Estados eurásianos, Israel, EUA, Rússia, França, Turquia e Irã. Para **Marques**, os desdobramentos diplomáticos apontam para uma nova geopolítica no **Oriente Médio (OM)**. Os movimentos e as coisas não ditas confirmam que os EUA já não são o grande tutor regional e apontam para novas diplomacias, como se pode observar nas viagens dos líderes árabes à França. E nestes tempos de novas geopolíticas, frente à desgastada hegemonia ocidental, à falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da **Ásia Central e Oriente Médio** estabelecem parcerias e se reorganizam para traçar seus próprios rumos, buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para um futuro verde, saudável e interconectado. China, Arábia Saudita, França, Turquia, os Estados cáspios estão reconfigurando esse novo mundo. Todos sabem que cooperação e engajamento construtivo é fundamental; que as promessas devem sair do papel

e virar ações estruturantes. E envolver o governo interino do Afeganistão nesse processo garantirá (assim estão buscando!) paz de longo prazo e prosperidade para a região. E desde a mudança da atenção das potências globais para a Europa, a questão afegã foi transferida do global para a agenda regional.

Lobato, analisando a **China**, informa que Biden e Xi Jinping conservam por telefone dias antes de viagem da presidente da Câmara de Representantes dos EUA para a Ásia. Possível visita de Nancy Pelosi a Taiwan gera temores de confronto militar direto entre EUA e China. Pequim começa a levantar restrições para passageiros de voos internacionais e domésticos. Pesquisa espacial chinesa comemora lançamento de micro-satélite quântico e acoplamento do módulo de laboratório da estação espacial.

Já quanto aos **Estados Unidos**, **Galvão** informa que a tradicional Iniciativa *Healthy People 2030*, do Departamento de Saúde do país, lançou novos objetivos que atualizam essa atividade, incluindo políticas referentes às populações indígenas.

Quando encerrávamos esta edição, recém Nancy Pelosi havia chegado em visita a Taiwan, numa atitude considerada pela maior parte dos analistas internacionais como uma provocação norte-americana desproposita diante do momento delicado que vive o mundo; a ver que consequências esta visita inoportuna trará ao já conturbado cenário político e diplomático global.

Boa leitura a todos!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 3 de agosto de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz

(Com Erica Kastrup)

E agora, José?

Santiago Alcázar

T – O Foro Político de Alto Nível, que alguns preferem chamar HLPF, acabou com a adoção de uma Declaração Ministerial. E agora, José?

M – A Declaração seguirá o destino de tudo que entra na enorme e complexa máquina burocrática.

T – Que é?

M – O arquivo, o paraíso da burocracia. O lugar onde vão as Convenções, os Acordos, as resoluções e outras declarações depois da morte.

T – Não sei se falas sério ou se é a tua costumeira extravasão de cinismo.

M – Falo sério, mas não é tão ruim como pensas. O HLPF, que outras pessoas preferem chamar Foro Político de Alto Nível, é algo que acontece no ECOSOC. Eu sei que todas essas siglas confundem. ECOSOC e HLPF não são palavras. São como etiquetas para designar coisas distintas. Assim, ECOSOC designa um órgão. HLPF designa um evento do ECOSOC. Uma vez ao ano, esse evento realiza-se sob os auspícios do ECOSOC. E uma vez a cada quatro anos, o mesmo evento realiza-se sob os auspícios da Assembleia Geral das Nações Unidas.

T – Qual é a diferença?

M – Quando o Foro, ou o HLPF, que é a mesma coisa, se realiza sob os auspícios do ECOSOC, o produto final, que é a Declaração, que alguns chamam Política e outros, Ministerial, que também é a mesma coisa, ela, a Declaração, segue o glorioso caminho do arquivo, como te disse.

T – Vou pedir um chá de camomila.

M – Não está claro?

T – Algumas coisas nunca são claras.

M – Concordo. Só a clara de ovo é clara. O resto é uma combinação irremediável de confusões e incompreensões. Às vezes consegue-se entendimento, mas certamente porque se trata de um mal-entendido.

T – Estás impossível.

M – Ao contrário. Estou possível, por isso explico, ou tento.

T – Creio que entendi. A etiqueta do HLPF pode ser usada pelo ECOSOC ou pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Certo?

M – Certíssimo.

T – Se ela for usada pelo ECOSOC, a Declaração e tudo o mais que tenha sido produzido vai para o paraíso, o arquivo, certo?

M – Certíssimo.

T – E o que acontece se a etiqueta for usada pela Assembleia Geral? Vai para o inferno?

M – Vai para a agenda da sessão seguinte da Assembleia Geral.

T – Ou seja?

M – Nada. Vai para a agenda da sessão seguinte.

T – E o que acontece então?

M – Ela entra, toda arrumadinha, em um ponto da agenda. Quando esse ponto é considerado, a Assembleia toma nota, alguém diz duas ou três coisas e se passa ao ponto seguinte.

T – Nada mais? A Declaração morre?

M – Claro que não. A Declaração, como qualquer produto humano, vive enquanto alguém lhe der o sopro da vida e, assim, ela passa a ser a lembrança que se tem dela. Os funcionários do Secretariado, essa magnífica invenção, encarregam-se de preservar a sua memória, assegurando que, como todos os documentos anteriores, seja reconhecida e reafirmada quantas vezes seja necessário, pois somente assim podemos saber que estamos vivos e temos uma história.

T – Torre de controle chamando aeronave: aterrissagem urgente e imediata! Serias capaz de dizer, de maneira simples e com pés no chão, o que acontece com a Declaração uma vez encerrado o HLPF, ou o Foro Político de Alto Nível, que é a mesma coisa, mas soa como se não fosse?

M – Falando em maneira fácil de falar...Com a Declaração, nada, como te disse. Com o que os delegados fazem com ela, não sei e sempre achei indiscreto perguntar, mas aventure-me a pensar que a exibem aqui e ali, procurando causar boa impressão pelo trabalho realizado. O fato concreto, no entanto, é que não acontece nada parecido com a tomada da Bastilha, se é algo assim que esperavas.

T – O que queres dizer?

M – Queres concretude, como um saco de cimento? Olha, em 2015, os mestres cantores inventaram a tal da Agenda 2030 e os 17 ODS. Certo?

T – Sim. E daí?

M – E daí que de 2015 até 2022 passaram-se sete anos. Até aí, nada demais. O problema é que o objetivo, declarado naquele ano de 2015, era transformar o nosso mundo.

T – E, então?

M – A transformação aconteceu, mas com sinal trocado. Vamos de mal em pior. Se essa era a intenção, parabéns. Conseguimos. A pobreza e a fome, por exemplo, aumentaram depois de reconhecidos avanços para a sua erradicação. Há mais desigualdade, falta de educação

T – A falta de educação é impressionante

M – Se te referes ao aumento da boçalidade, é uma realidade incontestável, sobretudo em alguns segmentos da sociedade. É como se essa condição fosse a mais alta virtude ou o prêmio que todos disputam para ganhar, mas estamos nos desviando do assunto. Dei-me o trabalho de assistir algumas sessões do HLPF deste ano. Li os excelentes informes realizados pelo pessoal do CRIS, de que falamos outro dia. Assisti ao último seminário avançado intitulado Desenvolvimento e Saúde Global: Agenda 2030 e HLPF. Tinha um Professor famoso, Sachs, creio que era o nome. Tinhas que ver. O cara não mediu palavras. Disse o que tinha que dizer.

T – O que disse?

M – Não assististes?

T – Esse dia não pude. Estava medindo a distância de Alpha Centauri à Terra. Estou pensando me mudar para lá.

M – Cuidado.

T – Claro, com todo cuidado. Não queremos piorar a situação. Mas, mudando de pato para ganso, o que disse o famoso Professor?

M – Eu gostei da forma como ele resumiu o estado de situação da agenda sobre desenvolvimento sustentável. A agenda, disse ele, tem duas partes: na primeira estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS; na segunda, os acordos multilaterais sobre meio ambiente, em que se destacam a Convenção-Quadro sobre mudança de clima e a Convenção sobre diversidade biológica, ambas as duas emanadas da Cúpula da Terra, que se realizou em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. As duas partes da agenda são interrelacionadas, não podem ser separadas. As duas partes têm que ser cumpridas. Nenhuma das duas, contudo, é cumprida, disse o Professor. Por quê? Por pura irresponsabilidade dos que devem guiar-nos, e não se privou de jogar a responsabilidade pela irresponsabilidade no colo dos EUA. O Congresso nada faz, o deles, não o nosso, e acrescentou: no meio de tantas crises, a pandemia, a mudança climática, as crescentes inequidades e as guerras – a última coisa que se precisa é jogar mais lenha na fogueira, referindo-se à anunciada viagem que da Senhora Nancy Pelosi faria a Formosa. Para quê? Para mostrar a Xi Jinping quem é o mandachuva? Não basta o erro grotesco que a OTAN fez em não considerar as reservas da Rússia sobre a expansão dessa Organização para o leste?

T – Ou seja, à guerra na Ucrânia podemos somar uma outra guerra? Com a China? Isso é loucura.

M – Põe loucura nisso. E com a possibilidade de termos a maior crise de alimentos da história recente. Vai haver fome em toda parte.

T – Vi que Rússia, Ucrânia, Turquia, que agora tem que se dizer Türkiye

M – Mas em português não usamos o trema, a letra k ou a letra y. Como devemos pronunciar?

T – Devemos pronunciar como nos é possível, ou seja, Turquia e paciência. A letra k, creio, deveria ser incorporada, afinal se a letra c tem som de *ce*, a palavra casa deveria escrever-se *kasa* e não *casa*, que pela lógica deveria soar como *sasa*.

M – Torre de controle para aeronave

T – Tá bom. Rússia, Ucrânia, Turquia e as Nações Unidas conseguiram fechar um acordo, no dia 29 de julho, pelo qual seria habilitado o escoamento da produção de grãos pelo Mar Negro. Segundo dizem, navios cargueiros utilizariam o porto de Odessa, e outros que não recordo, para a exportação. Os navios que entrassem no Mar Negro deveriam ser inspecionados em porto na Turquia, para verificar que não fossem usados para outros fins, transporte de armas, por exemplo. Todos estavam felizes. Menos de 24 depois da conclusão do acordo, mísseis explodiram em Odessa. Segundo os ucranianos, ato de barbarismo, injustificável por parte dos russos. Segundo os russos, ato de guerra, uma vez que os objetivos atingidos seriam depósitos de armas que a OTAN utilizaria.

M – E onde está a verdade?

T – Como, não sabes? A verdade está de férias, há um bom tempo já. Mas sério, não te parece esquisito que os russos tenham dado um tiro no pé? Para quê? Não lhes falta inimigos. Parece-me mais plausível que tenham acertado um depósito de armas. Não sabes, por acaso, que a OTAN busca a paz por meio da guerra? A ajuda militar para a Ucrânia supera em muito as necessidades do Programa Mundial de Alimentos, por exemplo.

M – Exato. Um desses participantes do seminário avançado de que te dizia, um sujeito estranho, disse que o Programa Mundial de Alimentos é totalmente financiado com contribuições

voluntárias. Fiquei impressionado, não sabia. Disse que, em 2021, o Programa recebeu o recorde de US\$ 9,6 bilhões, US\$ 5,2 bilhões a menos que as suas necessidades. Pois bem, a Ucrânia, somente em ajuda militar recebeu até agora mais de US\$ 28 bilhões.

T – Esse dinheiro faria um impacto nos ODS, tenho certeza.

M – Faria, mas quem se importa com isso? O importante, aparentemente, é mostrar para o Putin quem é o mandachuva.

T – Pensei que era ao Xi Jinping que queriam mostrar quem é o mandachuva.

M – A ele também, e a todos que se interponham no caminho.

T – Não sei o que querem mostrar, mas as fotos na Vogue estavam formidáveis. A Annie Leibowitz é uma profissional de mão cheia. É capaz de transformar o horror em algo bonito.

M – Lembro quando as fotos de guerra eram feitas por Robert Capa. Lembra da famosa foto durante a Guerra Civil na Espanha?

T – A do Republicano que cai com uma bala na cabeça?

M – Essa. Pareceu-me de péssimo mau gosto a produção da Vogue. Retrata bem o clima de loucura da guerra na Ucrânia. Por que não retratam o desastre da guerra, como Goya, para meter medo. Voltando ao Professor Sachs, sabes que mais ele disse?

T – O que?

M – Que existem duas possibilidades para o surgimento da pandemia da Covid-19. Uma zoonose ou um acidente de laboratório. As duas hipóteses são possíveis. As duas deveriam ser examinadas, mas há um silêncio ensurdecido com respeito à possibilidade de que tenha sido um acidente entre aspas. Segundo o Professor, o NIH, que é a rede nacional de institutos de saúde nos EUA, não está sendo transparente. Não estão dizendo o que sabem.

T – Como o serviço de inteligência deles, que tampouco sabe o que aconteceu com os arquivos relativos aos acontecimentos do dia 6 de janeiro, como vi na CNN. Parece que foram deletados, mas ninguém sabe.

M – Pois é. Ninguém sabe nada de nada. Sobre a alegação da chacina de Bucha pelos russos, nada. Criaram uma comissão independente ao abrigo do Conselho de Direitos Humanos, mas até agora nada. A mesma coisa com respeito a alegação de que haveria laboratórios financiados pelos americanos para produzir coisas esquisitas.

T – E a varíola dos macacos?

M – O que tem?

T – Foi produzida em laboratório?

M – Sei lá. O que importa agora é sairmos antes que a chuva nos pegue. As chances de inundação são grandes.

T – Efeito da mudança de clima

M – E da irresponsabilidade apontada pelo Professor Sachs.

Sobre a mesa, a agenda da 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Documento polpudo, com muitas referências, que serão transformadas em reconhecimentos e reafirmações. Ninguém saberia o que são essas inúmeras referências. Talvez, nem o arquivista, que sequer se chama José.

Enquanto corria para não pegar chuva, T ou M, não lembro mais, trazia à memória a notícia do episódio da reunião do Conselho de Segurança, convocada para anunciar o chamado acordo dos grãos.

“Geng Shuang é o segundo em hierarquia na Missão da China nas Nações Unidas. No dia 29 de julho, Geng Shuang felicitou-se do acordo alcançado entre a Rússia, a Ucrânia, a Turquia e a Organização. O acordo, disse, mostra que ainda há espaço para que as Partes encontrem soluções para a cooperação. Desde o começo do conflito, disse, a China tem buscado manter-se imparcial, pedindo um cessar-fogo e clamando para baixar as tensões. Pôr as próprias preocupações de segurança acima das dos outros e tentar fortalecer aliança militares somente conduz ao conflito. Enquanto um país tem enfatizado a necessidade de respeitar o princípio da soberania na Ucrânia, o mesmo país desafia a soberania da China com respeito a Taiwan. A China, disse o diplomata, está determinada a salvaguardar a sua soberania e ninguém deve subestimar a determinação ou a habilidade de 1.4 bilhão de chineses em defender a sua soberania. E finalizou, com o que parece uma advertência à anunciada viagem da Senhora Nancy Pelosi a Formosa. Esperamos que esse país tenha clareza e não brinque com fogo”.

Ao evitar as poças de água como podia, recordou que as palavras de Geng Shuang haviam sido extraídas do resumo da reunião do Conselho de Segurança, preparado pelo serviço de imprensa das Nações Unidas.

As cartas estão sobre a mesa. Os ODS e a agenda de desenvolvimento sustentável terão que esperar o desenrolar dos próximos acontecimentos, que podem iniciar-se com uma viagem inútil e altamente perigosa. Irresponsabilidade! Ou talvez, como disse o Professor, falta de vontade política, que é a mesma coisa, mas soa diferente.

Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Em este período de relativa calma no Conselho de Direitos Humanos, o espaço entre duas sessões do CDH e as atenções voltadas para a Assembleia Geral da ONU, onde são apresentados conforme o mandato do CDH as suas propostas e informes e resoluções previamente aprovados nas suas sessões (tais como a Resolução sobre o Direito Humano ao ambiente limpo e saudável, o informe da Alta Comissária para os Direitos Humanos, os informes de relatores especiais tais como o RE sobre uma nova ordem internacional, os direitos dos povos indígenas no contexto pandêmico e tantos outros). A prerrogativa de incluir na pauta da UNGA informes e resoluções do CDH são um reconhecimento à importância do CDH onde se concentram “os olhos e ouvidos” do Sistema ONU, mediante seus relatores especiais e especialistas independentes, que exercem uma escuta da comunidade global em dezenas de campos e contextos em que os direitos são ameaçados ou violados. Ademais é um reconhecimento à importância do CDH, o qual mesmo não sendo um órgão principal do Sistema ONU, ocupa um espaço político de destaque e ocupa de forma crescente uma função articuladora de todo Sistema, de aí também a intenção de torna-lo um dos órgãos principais.

Na ausência de uma pauta mais específica emanada de atividades diretas e imediatas do CDH, propomos uma incursão no âmbito da Lei Internacional aplicada à saúde e a lei internacional ou o direito internacional dos direitos humanos. Esta incursão pode ajudar a entender melhor algumas das dimensões e dos desafios relacionados com a aplicação orientadora dos direitos humanos no campo da saúde.

Primeiro quero convidá-los à leitura e reflexão sobre o artigo *“Harmonizando o direito global em temas de saúde e o direito internacional dos direitos humanos para desenvolver abordagens baseadas em direitos para emergências globais em saúde. 24.02.21. Um artigo de opinião de Roajin Habibi, Benjamin Mason Meier, Tim Fish Hodgson, Saman Zia-Zarifi, Ian Seiderman & Steven J. Hoffman.* <https://www.icj.org/harmonizing-global-health-law-and-human-rights-law-to-develop-rights-based-approaches-to-global-health-emergencies/>

Os autores deste artigo, produzido em conjunto entre regimes legais, o ICJ – Comitê Internacional de Juristas e o Consórcio Global de Direito da Saúde, estão desenvolvendo uma reformulação de princípios baseados em consenso, extraídos de normas legais internacionais, para garantir a harmonização dos imperativos de saúde pública e direitos humanos à medida que os líderes mundiais reconsideram o papel do direito internacional na garantia de abordagens baseadas em direitos para as inevitáveis emergências de saúde pública do futuro. Embora o micróbio seja natural, a saúde pública é o produto da vontade humana, e nas palavras de Camus, “de uma vigilância que nunca deve vacilar”.

Embora o artigo foque nas circunstâncias da Pandemia e evoque os Princípios de Siracusa para evitar a violação dos direitos humanos no ambiente de restrições e controles impostos no marco da Covid19, sua crítica vai para além dos manejos inadequados de direitos na Pandemia para revisar com contundência as violações históricas que vem se acumulando inclusive entre os países ricos ocidentais. A razão para essas emergências sanitárias “ em tempo de paz” , estão bem descritas na capa e nas páginas 2 e 3 do jornal francês Le Monde do dia 28 de julho de 2022, apontando que os sistemas de saúde europeus estão já “sem folego” devido ao impacto das últimas décadas de políticas neoliberais, as quais resultaram em sub

financiamento dos serviços e sistemas públicos, fechamento de serviços e escassez estrutural de profissionais, gerando uma precariedade assistencial que promoveu a abertura de serviços privados e o crescimento acelerado das desigualdades em saúde. A guerra entre interesses públicos e privados se dá de forma intensa no contexto da pandemia, justo no momento que soluções solidárias e de recuperação, reparação deveriam estar em alta, mas o que avança são os projetos de participação privada e um “multistakeholderismo” que entroniza os interesses de mercado no sistema público (com a financerização das políticas sociais).

Adicionalmente, os convido a ler os artigos publicados em número especial da revista da International Organization Law Review, sobre os aspectos de direitos humanos no exercício de aplicá-los como guias para a revisão do Regulamento Sanitário Internacional, como alternativa ao chamado Tratado Pandêmico.

Espero que as leituras as e os ajudem a avançar na compreensão jurídica do que se faz e se deixa de fazer no âmbito de aplicação dos Direitos Humanos como Lei internacional.

Extratos dos artigos ou textos completos, traduzidos ao português, de textos referidos pelo professor em sala de aula.

1. Harmonizando o direito global em temas de saúde e o direito dos direitos humanos para desenvolver abordagens baseadas em direitos para emergências globais em saúde. 24.02.21. Um artigo de opinião de Roojin Habibi, Benjamin Mason Meier, Tim Fish Hodgson, Saman Zia-Zarifi, Ian Seiderman & Steven J. Hoffman. <https://www.icj.org/harmonizing-global-health-law-and-human-rights-law-to-develop-rights-based-approaches-to-global-health-emergencies/>

Na resposta do COVID-19, líderes de todo o mundo recorreram a metáforas em tempo de guerra para defender o uso de medidas emergenciais de saúde. No entanto, como observou a Comissão Internacional de Juristas (ICJ), os Estados raramente têm levado em conta as obrigações correspondentes sob o direito internacional dos direitos humanos ao formular seu "chamado às armas" contra um novo inimigo esquivo. Ao avaliar a adequação das medidas de saúde que limitam os direitos humanos, os defensores dos direitos humanos, os acadêmicos, as organizações internacionais e, mais recentemente, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, todos analisaram os Princípios de Siracusa Siracusa Principles sobre as Disposições de Limitação e Derrogações no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Desenvolvidos em 1984 através de um esforço de construção de consenso entre especialistas em direito internacional co-convocados pela ICJ, os Princípios de Siracusa buscaram alcançar "uma implementação efetiva do Estado de Direito" durante estados nacionais de emergência, restringindo limitações dos direitos humanos nas respostas governamentais. Os Princípios de Siracusa visam garantir que os imperativos de resposta à emergência sejam tomados com as proteções de direitos humanos como um componente integral, e não como um obstáculo. Desde então, os Princípios foram incorporados ao corpus do direito internacional dos direitos humanos, em particular através da jurisprudência do Comitê de Direitos Humanos da ONU. Eles passaram a ser amplamente reconhecidos como a declaração autoritária de normas que devem orientar os atores estatais quando eles procuram limitar ou derrogar de certas obrigações de direitos humanos, particularmente em tempos de exceção – incluindo aqueles estados de emergência que "ameaçam a vida da nação".

Enquadrando o direito global de saúde para controlar emergências em saúde pública, o Regulamento Sanitário Internacional (IHR) da Organização Mundial da Saúde há muito procura codificar as obrigações legais internacionais para orientar respostas a ameaças de doenças infecciosas. O IHR, revisado pela última vez em 2005 após o surto de Síndrome Respiratória

Aguda Grave (SARS), vincula os Estados sob o direito global de saúde a promover a cooperação internacional em face de emergências de saúde pública de preocupação internacional. Este instrumento da OMS, que em termos gerais deve ser implementado com "pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e à liberdade fundamental das pessoas", busca prevenir, detectar e fornecer uma resposta robusta à saúde pública aos surtos de doenças, minimizando a interferência no trânsito internacional e no comércio. No entanto, o acordo que é legalmente vinculativo aos 194 estados partes foi esquecido em meio à maior pandemia em um século, com suas limitações legais expostas neste momento de extrema necessidade.

A falta de certeza quanto ao escopo, significado e implementação de obrigações internacionais de direitos humanos durante uma emergência de saúde global sem precedentes permitiu respostas inadequadas e violativas à saúde pública entre as nações. À medida que a luta mundial contra o coronavírus se estende, devemos começar a considerar como o direito global de saúde e o direito dos direitos humanos podem ser harmonizados – não apenas para proteger a dignidade humana diante de futuras crises globais de saúde, mas também para fortalecer respostas eficazes à saúde pública com justiça. A resposta necessariamente multissetorial ao COVID-19 revela a natureza distinta de interpretar limitações de direitos humanos em uma emergência sanitária global que (1) é um fenômeno internacional (comparado a um nacional); (2) coloca em risco não apenas as liberdades civis e as liberdades fundamentais, mas uma ampla gama de direitos humanos relacionados à saúde, incluindo o próprio direito à saúde; e (3) desafia os governos a avaliar respostas proporcionais à saúde pública em situações de incerteza científica.

Emergências em saúde globais levantam o imperativo para a solidariedade global. Tem se mostrado desafiador para garantir que os Estados cumpram as normas internacionais de limitações admissíveis de direitos humanos em meio a uma emergência que se estende por todas as nações. Como um conjunto de normas que orientam principalmente a conduta do Estado em resposta às ameaças nacionais ao bem-estar público e à segurança, os Princípios de Siracusa não contemplam e preveem a experiência vivida de hoje, na qual uma emergência internacional se infiltrou em todos os continentes. Da mesma forma, embora o IHR explicita o dever internacional de colaborar e auxiliar no enfrentamento das ameaças globais à saúde, a falta de clareza textual e a falha geral entre as partes dos Estados em operacionalizar essa obrigação tornam a disposição desprovida de significado.

A solidariedade global através da cooperação internacional é tanto um imperativo dos direitos humanos quanto uma necessidade global de saúde pública. As quebras no compromisso internacional de acelerar o fornecimento de vacinas COVID-19 a todos os Estados, no entanto, tendem a futuras lutas para alcançar a unidade entre as nações contra um perigo comum. Como alguns especialistas do Conselho de Direitos Humanos da ONU alertaram no final de 2020, "aqui não há espaço para nacionalismo ou rentabilidade na tomada de decisões sobre o acesso a vacinas, testes e tratamentos essenciais, e todos os outros bens, serviços e suprimentos médicos que estão no centro do direito ao mais alto padrão de saúde alcançável para todos". Nas próximas décadas, o mundo enfrentará inevitavelmente ameaças crescentes, intensificadas e interconectadas à saúde planetária, incluindo não apenas o surgimento de novas doenças infecciosas, mas também a evolução de micróbios altamente resistentes a medicamentos, degradação ambiental, mudanças climáticas e proliferação de armas biológicas. Uma vez que nenhum país pode enfrentar esses perigos sozinho, superá-los exigirá uma cooperação internacional robusta, baseada na ciência e duradoura no âmbito de "uma ordem social e internacional na qual os direitos podem ser plenamente realizados".

As emergências globais em saúde exigem um foco dedicado aos direitos relacionados à saúde, incluindo o direito à saúde. Quase todos os governos recorreram a políticas de distanciamento físico para controlar a propagação de doenças. Embora ostensivamente adotadas para proteger a saúde pública, tais intervenções raramente têm sido acompanhadas por programas de assistência social, como apoio à renda e suspensão da dívida, que são necessários para evitar danos colaterais aos direitos econômicos e sociais, incluindo os direitos à saúde, à seguridade social, ao trabalho e à habitação. Em vez disso, as respostas à pandemia ampliaram em grande parte as falhas das desigualdades raciais, socioeconômicas, de incapacidade, de gênero e idade, intensificando o sofrimento daqueles que já estão em maior risco e ficando aquém das obrigações do Estado para garantir que as respostas às emergências em saúde pública não tenham impactos discriminatórios. No entanto, nem os Princípios de Siracusa nem o IHR dão atenção suficiente à amplitude dos direitos humanos relacionados à saúde, prejudicada por uma resposta de emergência. Os Princípios de Siracusa são expressamente abordados dentro das limitações dos direitos civis e políticos no âmbito do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ICCPR), e o IHR nunca menciona o direito à saúde ou aos direitos econômicos, sociais e culturais, apesar do mandato constitucional da OMS de promover o direito à saúde – incluindo os determinantes sociais da saúde – ser central para a governança global da saúde.

Há mais de 30 anos, a pandemia do HIV transmitia lições cruciais ao mundo sobre as intrincadas ligações entre saúde e direitos humanos. Essas lições reverberam mais uma vez na crise atual, reforçando a interdependência de todos os direitos humanos como base para a saúde global. Tendo as obrigações de realizar direitos coletivos à saúde pública em uma resposta pandêmica, como os Estados devem considerar o impacto das medidas de emergência em saúde pública sobre suas obrigações indivisíveis de realizar direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito à saúde e seus determinantes subjacentes? Dada a rápida privatização dos serviços básicos de saúde e os interesses que as empresas farmacêuticas detêm sobre a distribuição global de vacinas, quais são as responsabilidades dos atores privados no contexto das emergências em saúde pública? O direito global de saúde e o direito dos direitos humanos devem convergir para responder por limitações aos direitos econômicos, sociais e culturais que fundamentam a saúde pública no contexto das emergências globais em saúde e avançar em recursos legais eficazes para garantir a responsabilização pela violação injustificada de todos os direitos humanos na resposta à saúde pública.

As emergências globais em saúde desafiam as avaliações de proporcionalidade em um momento de incerteza científica. De acordo com os Princípios de Siracusa, as emergências em saúde pública permitem medidas que restrinjam os direitos humanos apenas na medida em que são "necessárias" – ou seja, medidas que respondam a "uma necessidade pública ou social premente", em busca de "um objetivo legítimo", e "proporcional a esse objetivo". As respostas do governo às emergências globais em saúde, no entanto, são tensas por altos graus de incerteza científica, especialmente no início dos surtos de doenças emergentes. O IHR, assim como os Princípios de Siracusa, avaliam a proporcionalidade das medidas de saúde pública, exigindo que elas não sejam mais restritivas ao tráfego internacional e não mais invasivas ou intrusivas às pessoas "do que alternativas razoavelmente disponíveis", mas ainda exige que sua implementação seja baseada em "princípios científicos", "evidências científicas" e "conselhos da OMS". No entanto, mesmo a consideração explícita do CONHECIMENTO CIENTÍFICO no IHR nos critérios de proporcionalidade não conseguiu orientar as ações políticas na resposta pandêmica.

As restrições de viagem seletivas, por exemplo, tornaram-se a resposta *prima facie* não apenas à contenção do vírus SARS-CoV-2 original, mas também às suas variantes mais transmissíveis e possivelmente mais letais – apesar do desânimo das proibições de viagem direcionadas sob a linguagem explícita do IHR, evidências científicas mistas de sua eficácia na ausência de outras intervenções não farmacêuticas, e lições históricas sobre seu potencial para desincentivar a notificação de surtos futuros. Medidas justificadas por preocupações com a saúde pública, das quais as restrições de viagem são apenas um exemplo, se indevidamente concebidas e implementadas, podem se prestar à politização, impactos ineficazes ou contraproducentes à saúde pública, ao uso discriminatório e às violações dos direitos humanos – fraturando o mundo e distraíndo-se de uma resposta unida e sustentável às ameaças comuns. Além disso, a incerteza científica inerente às emergências globais em saúde provavelmente desafiará nossa concepção de quanto tempo podem durar ou de fato estados nacionais de emergência, e por extensão, como manter o Estado de Direito, o funcionamento democrático das sociedades e a realização do direito à saúde e direitos relacionados à saúde, como o acesso aos alimentos, água e saneamento, habitação, seguridade social, educação e informação sob condições tão tensas. Para responsabilizar os governos por sua gestão de emergências globais prolongadas em saúde, são necessários guias normativas mais nuanceadas. Com base em apelos globais por respostas à saúde pública ancoradas na transparência, na participação pública significativa e na "melhor ciência disponível", deve-se considerar especialmente a ponte com entendimentos de "proporcionalidade" sob a lei de direitos humanos e o direito global de saúde.

Harmonização de abordagens em direito dos direitos humanos e direito global da saúde: Um chamado à ação. A pandemia COVID-19 é um prenúncio da natureza em evolução das emergências no século XXI e além. Com base nos Princípios de Siracusa e no IHR, qualquer reafirmação subsequente da lei deve levar em conta essas circunstâncias em mudança. A pandemia oferece uma oportunidade para esclarecer o direito dos direitos humanos e desenvolver o direito global de saúde em sintonia com ameaças urgentes à dignidade humana e ao florescimento na era moderna. Processos para atualizar, nuances e complementar os Princípios de Siracusa e IHR são importantes para este processo – proporcionando uma oportunidade de harmonizar avaliações de direitos humanos entre o direito dos direitos humanos e o direito global de saúde.

Trabalhando em conjunto entre regimes legais, o ICJ e o Consórcio Global de Direito da Saúde estão desenvolvendo uma reformulação de princípios baseados em consenso, extraídos de normas legais internacionais, para garantir a harmonização dos imperativos de saúde pública e direitos humanos à medida que os líderes mundiais reconsideram o papel do direito internacional na garantia de abordagens baseadas em direitos para as inevitáveis emergências de saúde pública do futuro. Embora o micróbio seja natural, a saúde pública é o produto da vontade humana, e nas palavras de Camus, "de uma vigilância que nunca deve vacilar". "

O ICJ-GHLC convida os leitores a enviar seus pensamentos, sugestões e/ou comentários sobre um conjunto de princípios para emergências globais de saúde para feedback@globalstrategylib.org . Publicado originalmente no *OpinioJuris* em 24 de fevereiro de 2021 aqui [here](#)

2.A International Organization Law Review acaba de publicar uma edição especial sobre a reforma do IHR. Os coeditores e autores são membros do Global Health Law Consortium, uma associação acadêmica dedicada ao estudo e desenvolvimento do campo do direito global da saúde. Alguns dos artigos são de acesso aberto, enquanto outros, infelizmente, estão atrás de um paywall. Este projeto de publicação começou há algum tempo, quando a possibilidade da

WHA realmente abrir o IHR para emendas era apenas teórica! O timing da publicação é, portanto, um pouco constrangedor, mas esperamos que as propostas e considerações contidas nos artigos possam lhe dar ideias e ajudar reflexões que contribuam para as futuras discussões e negociações na OMS e além. Gian Luca Burci, Professor Adjunto de Direito Internacional, Conselheiro Acadêmico, Diretor do Centro de Saúde Global, LLM Joint em Direito e Governança em Saúde Global, Instituto de Estudos de Pós-Graduação, Graduate Institute, Genebra.

“Organizations Law Review” publicou uma nova edição. Esta nova edição [new issue](#) contém uma série de artigos em torno `a reforma do Regulamento Sanitário Internacional (IHR).

"Esta edição especial da International Organizations Law Review explora a dinâmica normativa e institucional mencionada acima através do prisma da reforma do IHR. De fato, à medida que as discussões multilaterais acadêmicas e diplomáticas em torno da reforma do IHR e da negociação de um novo tratado pandêmico se aceleram, esperamos que os artigos contidos nesta questão especial contribuam para esclarecer o significado e o escopo de algumas disposições fundamentais do Regulamento, sua posição dentro da governança da OMS, bem como para oferecer algumas novas ideias sobre uma série de questões que requerem soluções legais e institucionais. Especificamente, o primeiro artigo de Gian Luca Burci e Stefania Negri discute interações internas de governança e regime do IHR. Revisões recentes do IHR identificaram uma série de lacunas e desafios e propostas de melhoria, mas argumentam que os Regulamentos devem ser analisados em seu contexto como um instrumento constitucional profundamente incorporado na governança da OMS para entender melhor suas forças e fraquezas sistêmicas. O IHR incorpora um modelo gerencial de governança em saúde que visa despolitizar a resposta internacional às emergências em saúde e coordená-la com base na expertise e persuasão. A crise política que acompanha a pandemia COVID-19, no entanto, revela a necessidade de uma abordagem diferente e mais política que injete estados na governança do IHR seguindo modelos testados por outros acordos internacionais.

O segundo artigo de Lisa Forman, Sharifah Sekalala e Benjamin Mason Meier examina a influência da lei de direitos humanos na revisão de 2005 do IHR. O IHR de 2005 torna o respeito pelos direitos humanos um princípio central e integra os padrões de direitos humanos de forma explícita e implícita. No entanto, essas reformas também não refletem os direitos econômicos, sociais e culturais, conectam-se inadequadamente ao sistema de direitos humanos da ONU e deixam questões jurídicas significativas não resolvidas com grandes impactos sobre os direitos humanos. Essas fraquezas foram expostas pela pandemia COVID-19, uma vez que as respostas pandêmicas nacionais testaram a autoridade da OMS sob o IHR e restringiram desproporcional e injustificadamente uma série de direitos humanos. A resolução dessas lacunas exigirá reformas normativas e institucionais que reúnem os direitos humanos e a governança global da saúde, inclusive por meio de parcerias mais amplas baseadas em direitos entre as organizações internacionais".

Saúde 'é' Economia: seminário discute soberania, bem-estar e equidade como alavancas para a retomada do crescimento¹

Eliane Bardanachvili e Daiane Batista

Novos pactos sociais voltados à sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde; fortalecimento de uma base econômica, tecnológica e material, que garanta a soberania do país; e definição de políticas sociais e ambientais sustentáveis, voltadas à equidade e à inclusão foram alguns pontos debatidos no evento Saúde e Economia, realizado, em 13/7/2022, no âmbito dos Seminários Avançados em Saúde Global, do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz).

SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2022

Economia y Salud **Economia e Saúde** *Economy and Health*

ERNESTO BÁSCOLO
OPAS / PAHO

ALBERTO ARENAS
CEPAL / ECLAC

CARLOS GADELHA
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

CLAUDIA CHAMAS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

PAOLO BALADELLI
OPAS AMÉRICA DEL SUR

QUARTA-FEIRA | MIERCOLES | WEDNESDAY
13 DE JULHO
13 DE JULIO | JULY 13

10am-12:30pm (RIO TIME)
9am-11:30pm (SANTIAGO Y WDC TIME)
2pm-4:30pm (LONDON TIME)

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA
PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS

SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2022

OPATROCINOS:
OPS
HEALTHEQUITY

A mesa reuniu o coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho (CEE-Fiocruz), Carlos Gadelha; o diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Alberto Arenas; o consultor regional de Governança, Liderança, Políticas e Planejamento em Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Ernesto Báscolo; e a pesquisadora Claudia Chamas, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz), com moderação de Paolo Baladelli, diretor da Opas para a América do Sul. A mesa contou, ainda, com a participação do diretor do Cris, Paulo Buss.

“Em 2020, quando teve início a pandemia de Covid-19, mais de 4 bilhões de pessoas no mundo não contavam com proteção social, evidenciando um problema que precisa ser enfrentado de forma estrutural e sustentável”, observou Baladelli, em sua fala de abertura. Ele destacou a vulnerabilidade das pessoas que vivem na pobreza extrema e que são as mais ameaçadas pelos distúrbios sociais e econômicos. “O impacto da pandemia de Covid-19 acentuou-se pelo acesso desigual a vacinas e testes, tratamentos e equipamentos de proteção individual, seja na comparação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, seja no interior dos próprios países da América Latina e do Caribe”, acrescentou.

¹ Publicado originalmente no blog do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, em 28 de julho de 2022. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=saude-e-economia-seminario-discute-soberania-bem-estar-e-equidade-como-alavancas-para-retomada-do-crescimento>

Balatelli destacou o aspecto “bidirecional” que se observa entre economia e saúde, visível durante a pandemia e importante no pós-pandemia. Ele se referiu à questão da propriedade intelectual, enfatizando o quanto a “solidariedade internacional” e um “novo contrato social, baseado nos direitos humanos” são indispensáveis para alcançar os objetivos da Agenda 2030.

Ernesto Báscolo/Opas

De modo a mostrar que economia e saúde se relacionam “não como mundos separados, mas de forma entrelaçada”, em diálogo, Ernesto Báscolo, da Opas, abordou o desempenho dos sistemas de saúde nos diferentes países e o lugar da economia nesse cenário. “A economia tem relação com uma das funções importantes dos sistemas de saúde, quando nos referimos ao financiamento”, disse, destacando a importância do contexto, no fortalecimento e na resiliência desses sistemas. “O contexto funciona como um guarda-chuva, envolvendo questões econômicas, políticas e culturais e os determinantes sociais”, considerou.

Como caminho para o fortalecimento dos sistemas de saúde, Báscolo defendeu o financiamento da proteção social de forma sustentável, por “sua capacidade redistributiva e sua capacidade de gerar condições de solidariedade”. Ele chamou atenção para três aspectos, o primeiro deles referindo-se ao desenvolvimento de capacidades e competências por parte do Estado, de modo a garantir investimentos para o “exercício das funções essenciais em saúde pública”.

O segundo aspecto foi relacionado à ênfase estratégica na atenção primária à saúde, assim como à necessidade de ações intersetoriais, que ganhou ainda mais relevância durante a pandemia de Covid-19, conforme observou. E, por fim, um terceiro ponto referiu-se ao acesso da população, sobretudo, a mais vulnerável aos serviços de saúde.

Se, por um lado, disse Báscolo, foi possível destacar, nas duas últimas décadas “avanços nas condições de cobertura em saúde”, os desafios são ainda “imensos”. Como exemplo, ele citou que um terço da população da região da América Latina e Caribe não tem acesso aos serviços de saúde quando necessita, relacionando esse cenário a aspectos da economia da saúde. “Uma das barreiras de acesso tem a ver com o gasto individual. Sabemos que, na medida em que aumentam os gastos públicos, diminui esse gasto individual. Isso requer condições estruturais”, observou, lembrando que poucos países da América Latina contam têm esse perfil como Uruguai, Costa Rica e Cuba.

“Como podemos chegar a esses níveis? Isso tem a ver não apenas com vontade política, mas com o tecido institucional dos sistemas, e eu me refiro à arquitetura e às diversas fontes de financiamento envolvidas”, avaliou. “O problema não é a combinação de fontes financiamento, mas a desarticulação de mecanismos de solidariedade entre elas”.

Alberto Arenas/Cepal

Alberto Arenas, da Cepal, destacou o cenário econômico de “alta incerteza” gerado pela pandemia de Covid-19, no qual a região da América Latina e Caribe mostrou-se muito vulnerável e que evidenciou “os pontos fracos estruturais dos sistemas de saúde”. Para ele, no entanto, o momento mostra-se também como “oportunidade histórica” para impulsionar reformas nesses sistemas. “Estamos convencidos de que investir em saúde é fundamental em qualquer estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável”, afirmou.

Arenas trouxe dados da Cepal sobre a taxa de crescimento econômico na região, apontando para um cenário de recessão: de acordo com levantamento realizado entre 2014 e 2019, observou-se um crescimento econômico de apenas de 0,3%, indicando que, mesmo antes da pandemia o índice era baixo. “Com a pandemia, houve uma contração econômica de 6,8%, em 2020, e de 6,3%, em 2021. Mas, mesmo depois dessa pequena melhora, o crescimento estimado pela Cepal para 2022 é de 1,8%”, contabilizou, acrescentando que as estimativas dos diversos organismos internacionais, aí incluída a Cepal, é que esse índice irá piorar.

Ele apontou, ainda, o aumento de preços registrado desde o início da pandemia de Covid-19 e um processo de inflação que vem se acentuando e que se mostrou maior no setor de alimentos, expressando-se em aumento da pobreza extrema, em 2022. “São 7,8 milhões de pessoas que se somam aos 86 milhões que já estão em insegurança alimentar na região, infelizmente”.

As mortes por Covid também foram destacadas por Arenas, na conformação dos impactos da crise sanitária. Ele lembrou que, de acordo com cálculos da OMS, a região da América Latina e Caribe contabilizou cerca de 2,3 milhões de mortes “em excesso” na pandemia de Covid-19, o equivalente a 15,3% do registrado no âmbito mundial. “É nesse contexto que se torna necessário avançar em sistemas universais de saúde”.

Como analisou diretor da Cepal, “a crise, tanto econômica, quanto social e sanitária, levou a retrocessos importantes no que diz respeito à pobreza e à miséria, que aumentaram pelo segundo ano consecutivo em 2021”. Para ele, o “impacto catastrófico” que a pandemia teve na região ficou evidente nos déficits registrados no sistema de saúde e de proteção social. “As políticas públicas, daqui para frente, devem ser definidas de forma integral – políticas de saúde, políticas de proteção social e políticas econômicas e produtivas, de modo a se enfrentar a pandemia”, considerou.

O aspecto transversal do setor Saúde também foi abordado. “Estamos falando em um seminário de economia e saúde, porque a discussão sobre a reforma da saúde abrange outros setores, e isso está muito vinculado à questão macroeconômica”, avaliou. “É fundamental consolidar novos pactos sociais que venham junto com novos contratos sociais e garantam a sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde, num contexto econômico de incerteza, para podermos avançar de forma decidida para um Estado de bem-estar”,

Carlos Gadelha/CEE-Fiocruz

Ao se referir ao tema do webinar, o pesquisador Carlos Gadelha, coordenador do CEE-Fiocruz, enfatizou que “saúde é economia” e que, sem uma base econômica produtiva, de conhecimento tecnológico, a ALC não terá saúde pública como direito universal. Gadelha orientou sua exposição pela ideia de que a saúde, para além de sua articulação com a economia, é uma “possibilidade de resposta para retomada do desenvolvimento econômico, de forma mais equânime, capaz de gerar um novo padrão tecnológico e industrial, inclusivo e sustentável”.

Tomando o economista Celso Furtado (1920-2004) como referência, Gadelha destacou a centralidade das pessoas e do planeta no processo de desenvolvimento. E lembrou que Furtado definia o desenvolvimento econômico como processo de inovação e de diferenciação do sistema produtivo, para atender as necessidades humanas, ou seja, “a economia a serviço da vida e não a vida a serviço da economia”.

O pesquisador chamou atenção para o contexto atual de “disputa geopolítica e econômica”, em que as vacinas tornam-se o segundo mercado farmacêutico mais importante do mundo, só superado pelo da área oncológica, e no qual temos que lidar com tendo como foco uma “redução das assimetrias produtivas e tecnológicas globais, para tornar possível o acesso”.

Para Gadelha, não existe Economia da Saúde descolada do contexto histórico e da realidade social, sendo a transformação econômica e produtiva, a ciência, a tecnologia e a inovação indissociáveis da transformação política, social e ambiental. “Se não integrarmos esses dois mundos pela saúde, não haverá padrão de desenvolvimento digno da visão que marca a trajetória e o pensamento latino-americanos. O bem-estar pode ser alavanca para retomada do crescimento, com mudança estrutural”, considerou.

Conforme contabilizou, o setor Saúde representa 10% do PIB mundial e, só no Brasil, gera 20 milhões de empregos diretos e indiretos. “A saúde é a chave do mundo”, resumiu. “Não podemos mais tratar da Saúde sem pensar em sistema de informação e conectividade, em estratégias tecnológicas ligadas a big data, a inteligência artificial, nas grandes empresas de informação e de dados que invadem o setor, desde a atenção básica até a indústria tecnológica de ponta, na área de equipamentos ou farmacêutica”.

O pesquisador trouxe dados que mostram o grau de dependência externa registrado pelo país: “As importações brasileiras, no meio da pandemia, em 2021, chegaram a 20 bilhões de dólares; o gasto total em saúde no Brasil equivale ao que o país importa, sem gerar um emprego, uma renda, uma inovação e um conhecimento”, alertou, apontando que se trata de dependência que afeta tanto a economia, como o SUS e a possibilidade de acesso universal.

“Vemos discursos meritórios, pela equidade, mas, no mundo real, o que houve foi uma altíssima concentração da vacinação e da capacidade produtiva global”, comparou, abordando também o campo das patentes: “Costumo dizer que a patente de hoje é a dependência de amanhã. São 88% de todas as patentes em saúde concentradas em apenas dez países”.

Ao apresentar um mapa do Brasil, com a indicação de produtos exportados nos diferentes estados brasileiros – minério, em Minas Gerais; açúcar, em São Paulo; petróleo cru, no Rio de Janeiro, entre outros –, o pesquisador observou: “Estamos nos transformando, e transformando a América Latina, numa grande fazenda primário-exportadora do mundo”.

Para Gadelha, a saúde apresenta-se como alternativa a esse modelo. “Como podemos ter desenvolvimento sustentável com esse padrão produtivo, que tem no seu DNA a insustentabilidade ambiental e social?”, indagou, defendendo a economia a serviço de políticas públicas convergentes, para viabilizar o acesso universal à produção e à inovação voltadas ao bem-estar. Ele vê no Complexo Econômico-Industrial da Saúde parte de uma estratégia de recuperação e reconstrução das economias da região.

Gadelha citou as experiências do Brasil com a produção de vacinas para a Covid-19 pela Fiocruz e pelo Instituto Butantan, em que o mercado público foi articulado com a área de ciência e da tecnologia e com empresas privadas, para atender demandas sociais. “Não há país soberano sem soberania econômica”, afirmou. “A ideia é que a saúde seja, ao mesmo tempo, produção, inovação, crescimento do PIB, direitos sociais, meio ambiente e cidadania”.

Claudia Chamas/CDTS-Fiocruz

A pesquisadora da Fiocruz Claudia Chamas trouxe para o seminário um resgate da movimentação global no que diz respeito à regulação da propriedade intelectual para o enfrentamento da Covid-19, com vistas à recuperação econômica. Ela apresentou dados da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Wipo, na sigla em inglês), mostrando que houve aumento de depósitos de patentes em 1,6%, em 2020, em especial, pela China, Coreia do Sul e Índia.

“É importante entendermos esses impulsos vindos da Ásia, refletindo geração de inovação intensa e crescente, para entendermos também a complexidade do cenário atual e que o mundo que tomou decisões em Doha, em 2001, não é o mesmo em que vivemos hoje”, alertou referindo-se à IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Doha, Catar, em 2001, que resultou na Declaração de Doha, afirmando o direito dos países em desenvolvimento de utilizar as disposições do Acordo Trips, sobre flexibilidades, para proteger a saúde pública.

Claudia observou, ainda, que, de janeiro de 2020 a setembro de 2021, China, Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, Índia e Alemanha responderam por mais de 95% dos pedidos de patentes de vacinas contra Covid-19. “Praticamente, quase todos os pedidos de patentes para várias plataformas tecnológicas”, ressaltou.

Como “grande marco” da discussão sobre propriedade intelectual durante a pandemia, ela destacou a comunicação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em outubro de 2020, conhecida como IP Waiver [suspensão temporária da propriedade intelectual], em que Índia e África do Sul, especialmente, consideraram que os membros da OMC devem trabalhar juntos para garantir os direitos de propriedade intelectual, como patentes e outros, sem barreiras ao acesso a produtos médicos – incluindo vacinas e medicamentos – no combate à Covid-19.

Foi um processo de aprovação demorado, em relação à urgência de resposta que a pandemia exigia, conforme relatou Claudia, e marcado por contrapropostas e impasses entre os países, que só se concluiu em 17 de junho de 2022, durante a 12ª conferência ministerial da OMC. “Essa decisão, do Waiver, é consequência do vínculo entre PI e acesso, inclusive, no que diz respeito a produção local e preço acessível. Vimos isso na epidemia Global do HIV e, agora, na Covid”, observou, destacando que, no entanto, “os ministros [da Saúde] aprovaram a decisão com escopo mais limitado, com foco apenas neste momento e nas patentes da vacina contra Covid, excluindo-se os outros aspectos de propriedade intelectual”.

No conjunto de acordos firmados no âmbito da OMC, prosseguiu a pesquisadora, ficou estabelecido que, em relação à exportação, esta pode se dar em qualquer proporção dos produtos fabricados. “Por exemplo, podemos produzir o IFA [Ingrediente farmacêutico ativo] em um país e envasar em outros, permitindo, assim, que países com expertises complementares possam trabalhar em conjunto”, citou, lembrando que está ainda pendente a extensão dos acordos a medicamentos e diagnósticos. “A aprovação desse conjunto de acordos deu novo impulso à OMC, em meio às tensões geopolíticas do sistema de comércio multilateral”, avaliou.

No que diz respeito à propriedade intelectual, observou Claudia, a medida foi tomada em consenso, porém seu real impacto vai depender da implementação. “Será que essa medida vai contribuir para a redução das assimetrias?”, indagou. “A gestão da propriedade intelectual deve ser marcada pelo protagonismo da Agenda 2030 e contribuir para a promoção da inovação, para o acesso a produtos essenciais e para a recuperação econômica. Uma gestão baseada na solidariedade”.

Jeffrey Sachs: A doença global da desigualdade²

Gabriela Leite

Em seminário do CRIS-Fiocruz, um dos grandes economistas contemporâneos vê as quatro grandes crises sanitárias do planeta. Todas têm, na origem, a concentração de riquezas e um sistema de produção que se tornou disfuncional.

The poster is for a seminar titled "SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2022" and "Desenvolvimento e saúde global: Agenda 2030 e HLPF 2022". It features five speakers: Jeffrey Sachs (SOBI), Maria Luisa Marinho (UN CEPAL/ECLAC), Santiago Alcázar (CRIS / FIOCRUZ), Freida M'Cormack (UN ECA), and Paulo Gadelha (FIOCRUZ). The event is on Thursday, July 27th (July 27th). Times are listed for Rio de Janeiro (10am-12:30pm), Santiago (9am-11:30pm), WDC (9am-11:30am), and Addis Ababa (4pm-6:30pm). The poster also includes logos for Fiocruz, OPS, and Health Equity, and mentions a translation by Smilãina.

A pandemia de covid-19 e suas consequências sociais e econômicas criou empecilhos para que o mundo alcance os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) – 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, para serem alcançadas até 2030. Mas seu cumprimento já estava longe de ser o foco central das nações, especialmente no Norte Global. A crise sanitária tampouco parece ter servido, até agora, como alerta para líderes de países ricos. Essa foi a crítica feita pelo economista norte-americano Jeffrey Sachs no Seminário Avançado do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), que aconteceu ontem, 27/7.

Em uma fala contundente, Sachs resume as quatro crises de saúde que o mundo enfrenta hoje. A primeira é a pandemia em si, que matou, segundo análises de números de óbitos excessivos, quase 15 milhões de pessoas entre 2020 e 2021. Essa já é, para o economista, uma prova cabal de que os governantes falharam com a população no que é mais básico: garantir a vida. Mas há outras crises que não foram causadas pelo coronavírus.

A segunda crise mundial que afeta a saúde das populações é a iminente catástrofe climática. A velocidade com que eventos extremos acontecem aumenta – os registros mais recentes são os de ondas de calor intenso na Ásia e Europa. Seres humanos estão morrendo por poluição, queimadas, alagamentos. A fome se alastra por perdas de safra causadas pelo clima.

² Texto publicado originalmente no blog *Outras Palavras (Saúde)*, em 28 de julho de 2022. Acesso: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-doenca-global-da-desigualdade-segundo-jeffrey-sachs/>

Esta é outra prova da falência da cooperação mundial para solucionar problemas urgentes. Mas há outra crise ainda mais trágica: a guerra – a falência total da política, nas palavras de Sachs.

O conflito evitável na Ucrânia não é grave apenas porque prejudica a produção de alimentos, energia e fertilizantes, mas porque se trata puramente de demonstração de poder tola de duas potências. O mundo está gastando uma quantidade absurda de recursos e tempo enquanto deveria se focar em resolver problemas reais, critica o economista. Ele então expõe a última e pior crise de saúde que o mundo atravessa: a da desigualdade. Esta é a principal causadora de mortes hoje, analisa Sachs. Ele faz uma conta simples: se a estimativa de vida na Europa é de mais de 80 anos enquanto na África é de cerca de 60 anos, as pessoas estão morrendo puramente por pobreza.

É uma vergonha, diz o economista, que os países ricos não estejam ajudando a financiar sistemas de saúde mundo afora, enquanto os pobres morrem por desnutrição e assistência médica. Se houvesse compromisso real com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, deveria haver cooperação global tanto para que sistemas de saúde estivessem sendo estruturados quanto para a produção local de insumos e medicamentos em todos os continentes. A saúde é, inclusive, um direito humano estabelecido pela ONU – que também está sendo ignorado.

Sachs faz uma crítica áspera em especial aos Estados Unidos e sua filosofia da desigualdade. Ele lamenta que, mesmo após terem superado o pior presidente de sua história, Donald Trump, a situação tenha melhorado muito pouco com Joe Biden. Se os EUA estivessem preocupados com a saúde global, durante a pandemia, teriam ajudado a financiar sistemas de saúde em países pobres – não criando maneiras de impedir os cidadãos desses países de entrar em seu território. Ele defende uma investigação mais aberta em relação à possibilidade de que o novo coronavírus tenha sido criado em laboratórios norte-americanos, e insiste que o governo de seu país não coopera para que essa hipótese seja analisada.

A guerra na Ucrânia provou que o motivo para estarmos tão longe de alcançar os ODSs é falta de cooperação, não de recursos. Eles precisam ser empregados em medidas para acabar com a pobreza, aumentar a expectativa de vida em países pobres, controlar a pandemia e fazer a transição energética – é simples de perceber, pontua Sachs. Basta compreender o básico: que a vida é o bem mais importante a ser preservado. A saúde pode ser a saída para as crises que o mundo enfrenta hoje.

Outra Emergência Global em Saúde Pública: estamos preparados para responder?

Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão

Segunda reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB)

Nos dias 18 a 22 de julho, os países membros da OMS se reuniram para a [segunda reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental \(INB#2\)](#), um importante passo foi na negociação do um instrumento de pandemias. Na ocasião, os Estados-Membros consideraram e fizeram sugestões sobre o [projeto de trabalho do instrumento](#), redigido pelo secretariado, e concordaram que o instrumento será juridicamente vinculante, provavelmente nos termos do artigo 19 da Constituição da OMS (artigo que define que a Assembleia da Saúde terá autoridade para adotar convenções ou acordos em relação a qualquer assunto da competência da OMS).

Cabe recordar que o INB é o órgão responsável por redigir e negociar uma convenção, um acordo ou um outro instrumento internacional da OMS para fortalecer a prevenção, a preparação e a resposta às pandemias. O INB teve seu mandato aprovado por uma sessão especial da Assembleia Mundial da Saúde em novembro de 2021, é composto por representantes dos Estados-membros da OMS, e presidido por representantes de seis Estados, sendo um deles o Brasil, na condição de representante da região das Américas, ao lado de África do Sul, Egito, Holanda, Japão e Tailândia.

A ideia sobre esse novo instrumento pandêmico – é que potencialmente aborde um conjunto mais amplo de questões e preocupações, tendo equidade como um princípio transversal do documento.

Espera-se que o instrumento estabeleça disposições e compromissos substantivos em áreas-chave de prevenção, preparação e resposta a pandemias que não são abordadas por meio de instrumentos existentes, ao mesmo tempo em que traçam o rumo para futuras negociações. O texto apresenta os princípios que irão guiar o instrumento e implementar suas disposições:

- Direito à saúde
- Cobertura universal da saúde
- Respeito aos direitos humanos
- Equidade
- Saúde Única
- Transparência
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Responsabilidades e capacidades compartilhadas, mas diferenciadas
- Soberania
- Engajamento da comunidade
- Inclusão
- Igualdade de Gênero
- Não-discriminação
- Direitos das populações vulneráveis

A próxima reunião do INB será realizada em dezembro de 2022, e o INB entregará um relatório de progresso à 76ª Assembleia Mundial da Saúde em 2023. Além disso, os Estados membros concordaram com um processo e prazos para a coleta de contribuições escritas sobre o projeto de instrumento, consultas regionais e bilaterais, bem como a finalização pelo secretariado de uma minuta zero do instrumento. Algumas datas importantes são:

22 de julho a 15 de setembro de 2022 - Oportunidade de apresentar comentários no documento

Os Estados Membros e as partes interessadas relevantes devem fornecer contribuições por escrito sobre o projeto de trabalho (documento A/INB/2/3) até 15 de setembro de 2022

22 de agosto a 28 de outubro de 2022 - Consultas Regionais

O secretariado ainda vai definir como as discussões nos comitês regionais serão tratadas e considerará a possibilidade de consultas informais com cada região individualmente, quando necessário.

29 a 30 de setembro de 2022 - Segunda rodada de audiências públicas

O secretariado realizará uma segunda rodada de audiências públicas, com detalhes a serem compartilhados oportunamente.

Cabe destacar que o INB reconheceu o trabalho de reforma do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e a necessidade de coerência e complementaridade entre as duas vertentes de trabalho. Destacou-se que a pandemia de Covid-19 ainda não acabou e que temos diversos surtos de doenças infecciosas acontecendo pelo mundo, como Marburg e Monkeypox, o que reitera a importância de se preparar para futuras emergências sanitárias.

Entende-se ainda que as discussões e construções não se findam em si próprias. Há necessidades de avaliações dos instrumentos e a composição dos temas com caráter vinculantes, incluindo mecanismos eventuais de sanções.

É importante salientar que a discussão do instrumento jurídico/tratado será decisiva para a arquitetura da saúde global e terá um impacto direto na consolidação OMS como ator central na coordenação das respostas internacionais às pandemias e emergências de saúde pública. Diante de todos os pontos ainda em aberto e das construções em saúde global e direitos da comunidade global, se mostra fundamental que nos mantenhamos vigilantes e críticos aos documentos e discussões que são tidos a nível internacional, mas também transpondo para as realidades locais, buscando sempre a capacidade do pensamento global com atuação local.

Declaração de ESPII e avanços na pesquisa da vacina de *Monkeypox*

A crescente disseminação de *Monkeypox* para diversos países e regiões não endêmicas, serve como um importante lembrete da ameaça das doenças infecciosas emergentes e reemergentes. Neste sentido, no dia 21 de julho foi realizada a segunda reunião do Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional (2005) (RSI) sobre o surto *Monkeypox*. Apesar de os membros do Comitê não terem chegado a um consenso sobre a determinação deste evento como uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (ESPII), o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros, decidiu [declarar o surto de *Monkeypox* como uma ESPII](#), reconhecendo a complexidade e as incertezas associadas a este evento de saúde pública.

Com a declaração de ESPII, o Diretor-Geral também emitiu uma série de recomendações, de caráter temporário, para os países membros com base na situação

epidemiológica, padrões de transmissão e capacidades de cada um. Espera-se que todas as recomendações sejam implementadas em pleno respeito aos princípios estabelecidos de direitos humanos, inclusão e dignidade de todos os indivíduos e comunidades.

Cada Estado membro se enquadra nos Grupos 1, 2, 3 e/ou 4:

- Grupo 1: Estados membros sem histórico de *Monkeypox* na população humana ou que não detectaram um caso de varíola por mais de 21 dias;
- Grupo 2: Estados membros com casos recentemente importados de *Monkeypox* na população humana e/ou com alguma forma de transmissão de humano para humano do vírus, inclusive em grupos populacionais-chave e comunidades com alto risco de exposição;
- Grupo 3: Estados membros com transmissão zoonótica conhecida ou suspeita de *Monkeypox*, incluindo aqueles em que a transmissão zoonótica é conhecida ou foi relatada no passado, aqueles em que a presença do vírus foi documentada em qualquer espécie animal e aqueles em que pode-se suspeitar de infecção de espécies animais, inclusive em países recém-afetados;
- Grupo 4: Estados Partes com capacidade de produção de contramedidas médicas

Destaca-se, neste sentido, a atuação da Coalizão para Inovações para a Preparação para Epidemias (CEPI, pelas siglas em inglês), em seu papel como financiador e facilitador de resposta a epidemias. A CEPI vem trabalhando com a OMS e outros atores relevantes da saúde global para apoiar o avanço de atividades de pesquisa e desenvolvimento que possam avançar no desenvolvimento de vacinas e promover o acesso equitativo às mesmas. Neste sentido, a CEPI [anunciou](#) o financiamento para órgãos públicos do Reino Unido para apoiar no desenvolvimento de ferramentas importantes na padronização da avaliação de vacinas usadas contra a *Monkeypox*, o que inclui as vacinas contra a varíola já aprovadas.

A Coalizão apoiará o desenvolvimento das seguintes ferramentas:

- Testes para detectar a presença de anticorpos indicativos de uma resposta imune ao vírus, após infecção natural ou vacinação;
- Um padrão de anticorpos de referência para harmonizar a avaliação da potência e da duração das respostas imunes geradas pelas vacinas atuais e em desenvolvimento.

Os dados gerados a partir destas ferramentas ajudarão na tomada de decisão das atuais estratégias de desenvolvimento de vacinas e apoiarão no desenvolvimento e avaliação de diagnósticos de *Monkeypox*. Após aprovação pelo Comitê da OMS de Especialistas em Padronização Biológica, as ferramentas serão disponibilizadas para toda a comunidade científica global, o que levará a uma avaliação padronizada entre os laboratórios de diferentes países.

Ainda vivemos um *apartheid* de vacinas contra Covid-19

Enquanto [alguns](#) se questionam se teremos problemas de acesso a vacinas contra *Monkeypox*, é importante salientar que ainda vivemos uma pandemia e um *apartheid* de vacinas contra Covid-19. Já com quase dois anos desde o início da vacinação contra Covid-19 e mais de 12 bilhões de doses administradas, estima-se que somente 28% das populações idosas e 37% dos profissionais de saúde em países de baixa renda foram vacinados com a série primária de vacinas (duas doses ou dose única). Além disso 27 países membros da OMS ainda não iniciaram programas de vacinação de reforço.

Tendo em vista a persistente inequidade na vacinação contra Covid-19, a OMS publicou no dia 22 de julho a atualização da [Estratégia Global de Vacinação contra COVID-19](#). A nova estratégia tenta fornecer novas diretrizes considerando as mudanças epidemiológicas e políticas, avanços nas evidências de vacinas e mudanças no programa mundial de vacinação.

A estratégia apresenta dois objetivos gerais:

- Objetivo 1 - Sustentar e aumentar o impulso para reduzir a mortalidade e morbidade, proteger os sistemas de saúde e retomar as atividades socioeconômicas com as vacinas existentes.
- Objetivo 2 - Acelerar o desenvolvimento e o acesso a vacinas aprimoradas para obter imunidade durável e amplamente protetora e reduzir a transmissão.

Além disso, são apresentadas algumas metas e prioridades relacionadas com cada um. Cabe destacar que para o Objetivo 1, espera-se alcançar a meta de 100% de vacinação dos profissionais de saúde e populações idosas, e 70% da população total de todos os países. Em relação ao objetivo 2, destaca-se a importância de investimento em inovação, produção e acesso em todos os países. Para isso, serão monitorados o número de vacinas aprimoradas em ensaios clínicos de Fase II/III e os acordos de fornecimento para a disponibilidade de vacinas aprimoradas em todos os países.

Espera-se que com a nova estratégia seja possível acelerar o desenvolvimento e garantir o acesso equitativo a vacinas que possam reduzir a transmissão e que sejam amplamente protetoras e mais duradouras.

AIDS 2022

A 24ª Conferência Mundial da Sociedade Internacional de AIDS (IAS - International AIDS Society) - Aids 2022 está acontecendo em Montreal, Canadá, de 29 de julho a 02 de agosto. O tema central está em torno da retomada do engajamento e da importância de que se siga o passo científico - "Follow the Science" - HIV/AIDS segue como uma pandemia, com necessidade de ações para busca de consenso e seguimento dos avanços científicos.

Um dos grandes problemas experienciados no evento foi relacionado ao acesso à Conferência. A IAS - a International Aids Society - está profundamente preocupada com o alto número de vistos negados pelas autoridades canadenses, o que impediu muitas pessoas de alguns dos países mais afetados pelo HIV de entrar no Canadá e participar da Aids 2022, incluindo a equipe do IAS e a liderança.

Foi anunciada a colaboração estratégica entre AVAC, Bill & Melinda Gates Foundation (BMGF), Fundação de Investimento Infantil (CIFF), Medaccess, Unitaid e VIIV para acelerar o acesso equitativo ao cabotegravir injetável para o HIV pré- Profilaxia de exposição (Prep). Essa colaboração demonstra o comprometimento dos parceiros globais de saúde e o VIIV de trabalhar juntos para acelerar o acesso a uma nova opção de prevenção do HIV como parte de uma resposta abrangente para reduzir o número de novas infecções por HIV e avançar os esforços para encerrar a epidemia do HIV até 2030.

Cabotegravir de ação prolongada (CAB-LA) é uma forma injetável de preparação que é dada a cada dois meses por trabalhadores treinados em saúde. O Cabotegravir - LA para Prep, que foi aprovado pela Food and Drug Administration (FDA) dos EUA em dezembro de 2021, é a primeira e única opção de preparação injetável de ação prolongada disponível. O medicamento tem o potencial de transformar os esforços de prevenção do HIV, oferecendo às pessoas uma

opção adicional para a prevenção do HIV. Entretanto, apenas se puder estar disponível com urgência, equidade e em escala global.

A Global Health Partners e a ViiV se comprometeram em tornar o Cabotegravir LA para a preparação mais acessível em ambientes de recursos limitados no curto prazo, enquanto trabalha em paralelo para acelerar a entrada do mercado de produtos genéricos seguros de qualidade. Essa estratégia dupla é fundamental para atender à demanda atual pelo produto e ao estabelecer um mercado sustentável a longo prazo.

Outro anúncio dado sobre esta temática foi a parceria entre Medicines Patent Pool e ViiV, com a assinatura de um novo contrato de licenciamento voluntário para patentes relacionadas ao Cab-LA para a profilaxia de pré-exposição ao HIV. O intuito é ajudar a permitir o acesso em alguns LMICs e alguns países da África subsaariana.

Por meio deste Contrato, os fabricantes genéricos selecionados terão a oportunidade de desenvolver, fabricar e fornecer versões genéricas de Cabotegravir LA para Prep, em 90 países, sujeito às aprovações regulatórias exigidas. Espera-se que este Contrato ajude a permitir o acesso em escala ao Cabotegravir LA genérico.

Apesar dos avanços, ainda é necessário discutir e propor melhores medidas para garantir a acessibilidade da medicação. Não é aceitável que continuemos dependendo da disposição política, governamental e grandes negociações farmacêuticas para garantir o direito à medicações que garantem uma vida mais saudável.

Hub de inteligência epidemiológica e o papel da Fiocruz como ator da Saúde Global

Uma importante parceria que iniciou em março de 2022 com a visita à Fiocruz do Dr. Chikwe Ihekweazu, assistente do Diretor-Geral na área de Inteligência e Sistemas de Vigilância de Emergências da Saúde da OMS, teve mais um avanço na última sexta-feira, 29/07, com a visita do Dr. Oliver Morgan, Diretor do Departamento de Informação de Emergência em Saúde e Avaliação de Risco do Hub de Inteligência Epidêmica e Pandêmica que a OMS está montando em Berlim. O Dr. Chikwe havia sinalizado a relevância da participação da Fiocruz nas atividades do novo Hub, então a visita do Dr. Oliver serviu para consolidar propostas concretas de atuação na Fiocruz, compartilhando sua experiência e facilitando a colaboração com os demais países da região latino-americana e de língua portuguesa.

Como resultado desta frutífera reunião de trabalho, foram discutidas três possibilidades de áreas de atuação: a primeira incluiria a colaboração com as distintas áreas de atuação e projetos da Fiocruz; a segunda incluiria a elaboração de metodologias; e a terceira compreenderia a capacitação de países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e países latino-americanos.

Reinventando a roda: ONU aprova resoluções para reiterar compromissos multilaterais e acelerar ações para conter a tripla crise planetária

Danielly de Paiva Magalhães, Guilherme Franco Netto e Luiz Augusto Galvão

Em 21 de julho em resposta a emergência global que enfrenta os oceanos foi aprovada a [Resolução 76/296, “Nosso oceano, nosso futuro, nossa responsabilidade”](#) com objetivo de acelerar o cumprimento do ODS 14 e apelar para que os Estados membros assumam seu compromisso, porém com urgência! O nível do mar está subindo, a erosão costeira está piorando e o oceano está mais quente e mais ácido. A poluição marinha está aumentando a um ritmo alarmante, um terço dos estoques de peixes são super explorados, a biodiversidade marinha continua a diminuir e aproximadamente metade de todos os corais vivos foi perdido, enquanto as espécies invasoras representam uma ameaça significativa aos ecossistemas e recursos marinhos. Além disso, as mudanças climáticas exacerbam esses impactos e aceleram a degradação.

A Resolução afirma que esses impactos terão reflexos negativos na segurança alimentar e saúde humana, conforme reconhecido na abordagem *One Health*. Reconhecem a necessidade de mudanças e se dizem comprometidos em deter e reverter o declínio na saúde dos ecossistemas e da biodiversidade do oceano e em proteger e restaurar sua resiliência e integridade ecológica.

A Resolução reconhece que embora tenha havido progresso no cumprimento de algumas das metas do ODS 14, a ação não está avançando na velocidade ou na escala necessária para atingir nossas metas, e reafirma o compromisso de tomar medidas urgentes principalmente com relação às metas 14.2, 14.4, 14.5 e 14.6 que venceram em 2020. Neste sentido, enfatizam a importância particular de implementar o Acordo de Paris adotado sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, incluindo a meta de limitar o aumento da temperatura bem abaixo de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar a temperatura aumentar para 1,5 graus Celsius; e ainda apelam para que o novo Pacto Global para a Biodiversidade pós-2020 seja ambicioso, equilibrado, prático, eficaz, robusto e transformador.

Para acelerar o cumprimento do ODS14 e as contribuições necessárias sugerem ações científicas e inovadoras e a cooperação e parcerias internacionais baseadas em ciência, tecnologia e inovação, alinhadas com a abordagem de precaução e abordagens ecossistêmicas e detalha essas ações.

O último parágrafo da resolução enfatiza a urgência de agir e de cumprir os acordos multilaterais “Restaurar a harmonia com a natureza por meio de um oceano saudável, produtivo, sustentável e resiliente é fundamental para nosso planeta, nossas vidas e nosso futuro. Apelamos a todas as partes interessadas para que tomem urgentemente medidas ambiciosas e concertadas para acelerar a implementação para alcançar o Objetivo 14 o mais rápido possível, sem atrasos indevidos”.

Quadro 1 – ODS 14 – Vida na água



Objetivo: Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo.

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que prevê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

Assembleia Geral da ONU adota resolução reconhecendo o ambiente limpo, saudável e sustentável como direito humano

Com 161 votos a favor e 8 abstenções, a Assembleia Geral adotou em 28 de julho de 2022 uma resolução reconhecendo o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano e pedindo maiores esforços globais para garantir que esse princípio seja respeitado (Resolução pode ser encontrada [aqui](#)).

A proposta foi apresentada pela Costa Rica, Maldivas, Marrocos, Eslovênia e Suíça à Assembleia Geral em junho passado, após a adoção de resolução histórica de um texto semelhante adotado em outubro de 2021 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU ([Resolução 48/13](#)).

Afirmando que a promoção desse direito requer a plena implementação dos acordos ambientais multilaterais, o órgão de 193 membros convocou Estados, organizações internacionais, empresas e outras partes interessadas a adotar políticas, aumentar a cooperação internacional, fortalecer a capacitação e continuar a compartilhar boas práticas, a fim de intensificar os esforços para garantir um ambiente limpo, saudável e sustentável para todos.

O representante da Costa Rica, ao apresentar o texto, destacou que com o mundo enfrentando uma tripla crise ambiental sem precedentes — de mudança climática, perda de biodiversidade e poluição — o reconhecimento universal do direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável proporciona um **poderoso, resposta** eficaz que possa catalisar mudanças transformadoras nas sociedades.

Mas por que é importante que os membros mais amplos da ONU reconheçam esse direito? E o que a adoção desta resolução significará para as pessoas ao redor do mundo? David Boyd, Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente, explica que apesar das resoluções da Assembleia Geral não serem legalmente obrigatórias, o que significa que os países não têm a obrigação legal de cumpri-las, mas têm uma obrigação moral. Os governos fizeram promessas de limpar o meio ambiente e lidar com a emergência climática por décadas, mas ter o direito a um ambiente saudável muda a perspectiva das pessoas de “implorar aos governos que ajam” para “exigir que os governos ajam”.

"A resolução ajudará a reduzir as injustiças ambientais, fechar as lacunas de proteção e capacitar as pessoas, especialmente aquelas que estão em situações vulneráveis, incluindo os defensores dos direitos humanos ambientais, crianças, jovens, mulheres e povos indígenas", disse o Secretário Geral da ONU, António Guterres, em uma declaração após a votação.

Em sua essência, a resolução abre a possibilidade de pavimentar um caminho no qual, para além da relação entre os humanos e o ambiente, o direito da e à natureza como um todo possa vir a ser o centro da defesa do planeta, estabelecendo horizontalidade de valores e plena cooperação entre o mundo humano e o mundo mais que humano.

Semana do Clima da América Latina e Caribe 2022

Entre os dias 18 e 22 de Julho, ocorreu em Santo Domingo, República Dominicana a Semana do Clima da América Latina e Caribe 2022 (LACCW 2022). Esse evento integra as [Semanas Regionais do Clima](#) organizado pela UNFCCC em colaboração com o PNUD, PNUMA, Banco Mundial e parceiros regionais, neste caso a UNECLAC, CAF e BID. O evento é a segunda das Semanas Regionais do Clima 2022 e marca o retorno às Semanas do Clima presenciais na região. Tem como objetivo avançar na ação climática, levando em consideração as prioridades regionais e os resultados da COP26. É também um local para integrar a ação climática na recuperação econômica da pandemia, abordar as desigualdades sociais e investir no desenvolvimento que é bom para a humanidade e a natureza. É uma plataforma inclusiva para explorar a resiliência contra os riscos climáticos, a transição para uma economia de baixas emissões e a colaboração para resolver desafios prementes.

O evento reuniu cerca de 1700 pessoas, incluindo governos, setor privado, cidades, comunidades indígenas, jovens e sociedade civil para acelerar a implementação das decisões do Pacto Climático de Glasgow e do Acordo de Paris. As discussões foram definidas para identificar como os planos nacionais de ação climática podem contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e facilitar a recuperação sustentável e equitativa da pandemia. As discussões aconteceram em sessões temáticas dentro de três vertentes:

- 1) *Cumprir os compromissos existentes, incluindo aqueles contidos nas NDCs, Estratégias de Desenvolvimento de Baixas Emissões de Longo Prazo e a implementação de disposições de transparência;*

Cinco sessões foram feitas nessa temática, cobrindo o desenvolvimento de políticas públicas, o papel da informação de dados para planos ambiciosos em setores-chave e como essas ações podem ser mais bem integradas no plano Nacional e a importância do mecanismo de transparência do Acordo de Paris. Foram destacados como assuntos prioritários a transição energética, estratégias para mercado de carbono a longo prazo e economia circular. Os participantes discutiram como os planos de longo prazo demandam mudanças profundas nos setores públicos e privados, e concluem que essa mudança deve ser integrada e estratégica, focando nas necessidades socioeconômicas, não apenas na mitigação de emissões, e principalmente promovendo resiliência e sustentabilidade, além da necessidade do comprometimento de tomadores de decisão e do governo.

O Artigo 13 do Acordo de Paris exige que as Partes acompanhem o progresso em direção aos objetivos, conhecido como Estrutura de Transparência Aprimorada em inglês, “Enhanced Transparency Framework” (ETF). Os participantes concordaram que esse é um ponto importante para construir confiança e atingir os objetivos do Acordo de Paris e para isso, o monitoramento e a disponibilidade de dados são fundamentais.

Em relação a transição energética, a região tem abundância em energias renováveis e essa transição é mais que necessária porque traz benefícios que vão além das questões climáticas. Os participantes também apontam que um mercado de carbono interno da região e integrado pode impulsionar a transição energética.

2) *Associar abordagens integradas e baseadas em risco no planejamento em todos os níveis e em todos os setores, acelerar a implementação dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e o fortalecimento da resiliência:*

Houve 4 sessões para discussão desse tópico. Concluíram que uma visão transformativa pode ajudar as raízes das causas de vulnerabilidade e promover benefícios a longo prazo, que é necessário investir menos em ações poluidoras. Outro ponto importante levantado é que a maior parte dos recursos investidos globais em mudanças climáticas são voltados para mitigação, mas é ainda mais necessário que se aumente os investimentos em adaptação e, principalmente, resiliência. Salientaram que é necessário impulsionar ações transformativas para a adaptação climática, como modificações na produção de alimentos para promover adaptação e resiliência, transformação de meios de vida, além de fomentar tecnologias novas. Promover adaptação climática transformativa sempre com intuito de aumentar a resiliência.

3) *Compartilhar experiências sobre caminhos de desenvolvimento de baixo carbono e meios de implementação para alcançar a neutralidade de carbono.*

Essa etapa visou avaliar como acelerar a implementação, nessa década tão crítica, de ações para controlar a temperatura a 1.5º. C. Foram realizadas 5 sessões com o objetivo de ajudar os tomadores de decisão para explorar inovações, visualizar soluções, e aumentar a confiança. As sessões discutiram oportunidades de inovação em ações climáticas e de investimento para gerar confiança, concentrando-se tópicos identificados como prioritários para a região: transição energética, sistema de produção de alimentos, transformação digital e inovações para Soluções baseadas na Natureza (*Nature based solutions* - NBS), incluindo agricultura, alteração e uso de terra e florestas.

No tópico de transição energética foi citado a necessidade de investimento em tecnologias como hidrogênio verde.

No setor de alimentos, foi citado como prioritário a necessidade de aumentar a inovação em processos pós-colheita. Inovações para produzir alimentos ambientalmente sustentáveis é um tópico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) que permeia vários outros objetivos além do clima, como biodiversidade, oceanos e água. Neste sentido, foi pedido financiamento, colaboração, capacitação e liderança para alavancar esse objetivo. Identificaram que o financiamento em NBS podem impulsionar as ações para o clima porque NBS tem um potencial de global mitigação de cerca de 30%, suporta o desenvolvimento socioeconômico enquanto promove resiliência e reduz inequidade. NBS também pode contribuir para a redução de desastres, para construção de cidades resilientes, para melhoria do manejo da água e para segurança alimentar.

Para diminuir as emissões e alcançar net zero foram propostas soluções digitais para transporte, transporte com energia sustentável, transformações urbanas e NBS – A região é líder em muitas dessas soluções que é um alicerce importante para o futuro e para a COP 27 de Clima, que será realizada em novembro no Egito.

Ao final, a vice-ministra de Câmbio Climático e Assuntos Internacionais da República Dominicana, Milagros de Camps, entregou em uma carta com as principais conclusões regionais da reunião a Mahmoud Mohieldin, que representa a Presidência da COP27 em Santo Domingo. Até o momento da redação desse informe a carta não havia sido divulgada, mas provavelmente estará disponível na página da Semana, [aqui](#).

Max Puig, vice-presidente executivo do Conselho Nacional de Mudanças Climáticas da República Dominicana, disse: "A região da América Latina não é conhecida como a que tem mais financiamento disponível para a ação climática ou recursos econômicos em geral. No entanto, esta é a região das soluções e do desejo de resolver; somos ricos em terras férteis, em sol, em recursos ecossistêmicos e em criatividade para inovação tecnológica. E tomando as soluções como ponto de partida, entendemos que aquelas correspondentes às mudanças climáticas têm a transformação social como eixo incontornável. Esse processo passa por uma mudança significativa nas formas de produção e consumo que caracterizam nossas sociedades. Acabou o tempo de nos vermos como vítimas do fenômeno climático, embora o sejamos, e começou o tempo de assumir o leme do navio. Muito já foi acordado e escrito, e tendo em vista o compromisso que temos com a presidência egípcia da COP27, é hora de fazê-lo. Deve ficar claro para nossos povos e para o mundo que somos sérios e que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, não vamos parar. Vamos superar as dificuldades. Esta é a mensagem que a América Latina e o Caribe estão levando para a COP27 no Egito."

A próxima Semana Climática regional deste ano será a Semana Climática da África 2022, a ser realizada em Libreville, Gabão, de 29 de agosto a 2 de setembro.

Relatório anual da Organização Meteorológica Mundial (OMM) sobre a situação do clima na América Latina e no Caribe

No último dia 22 de julho, em *Cartagena, Colômbia*, durante a Conferência Regional sobre Clima na América Latina e Caribe, foi lançado o relatório [Situação do Clima na América Latina e no Caribe: parcerias para fortalecer os sistemas de alerta precoce de múltiplos riscos da Organização Mundial de Meteorologia \(OMM\)](#). Este é o segundo ano em que a OMM produz este relatório regional anual, que fornece aos tomadores de decisão dados locais para informar a ação. É acompanhado por um Mapa de História interativo.

O relatório mostra que os riscos hidrometeorológicos, incluindo secas, ondas de calor, ondas de frio, ciclones tropicais e inundações, infelizmente levaram à perda de centenas de vidas, danos graves à produção agrícola e infraestrutura e deslocamento humano. Em 2021, houve estiagens com prejuízos importantes em regiões do Chile, Brasil, Uruguai e Paraguai, levando a um declínio de 2,6% na safra de cereais afetando a segurança nutricional da região.

O relatório enfatiza os dados publicados em março deste ano pela [Nature Climate Change](#) onde se mostrou que, devido ao desmatamento, a floresta amazônica está perdendo a capacidade de se recuperar (resiliência) dos efeitos causados pela alteração no uso da terra e pela mudança climática, levando o bioma a um ponto no qual a floresta começará a morrer maciçamente. Desmatamento na floresta amazônica brasileira dobrou em relação à média de 2009-2018, atingindo seu nível mais alto desde 2009. Comparado até 2020, 22% a mais de área florestal foi perdida em 2021. A Floresta Amazônica tem papel fundamental na manutenção da Biodiversidade, na umidade local e funciona como um dos mais importantes sumidouros de CO₂, sendo importantíssima para a regulação climática

O relatório reafirma a tendência de aumento da temperatura, a década entre 1991 e 2021 teve uma taxa de crescimento de 0,2°C, o dobro da taxa registrada a cada dez anos entre 1961 e 1990 e um aumento do nível do mar a um ritmo mais rápido do que no restante do mundo, principalmente na América do Sul e o Golfo do México.

A América do Sul está entre as regiões com maior necessidade documentada de fortalecimento de sistemas de alerta precoce. Sistemas que avaliam os riscos antecipadamente são ferramentas essenciais para uma adaptação eficaz em áreas de riscos extremos de água e clima.

Novo escritório do Centro e Rede de Tecnologia Climática da ONU inaugurado na República da Coreia

Em 21 de julho de 2022, o Climate Technology Center and Network (CTCN) abriu seu escritório de parceria e ligação em Songdo, cidade de Incheon, República da Coreia. O Escritório visa abrir novos caminhos de colaboração no desenvolvimento de tecnologia e transferência de apoio para combater as mudanças climáticas e construir sociedades resilientes.

O Centro e Rede de Tecnologia Climática da ONU (CTCN) é o braço de implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre o Mecanismo de Tecnologia de Mudança Climática e está sediado em Copenhague, na Dinamarca. O CTCN, que é sediado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, promove o desenvolvimento acelerado e a transferência de tecnologias climáticas para o desenvolvimento com eficiência energética, baixo carbono e resiliente ao clima, e mobiliza a experiência de uma rede global de mais de 730 membros da sociedade civil, finanças, setor privado e instituições de pesquisa para prestar assistência técnica e capacitação a pedido dos países em desenvolvimento. Para saber quais países possuem uma sede do CTCN, busque [aqui](#).

Especificamente, o Escritório apoiará atividades de capacitação para Entidades Nacionais Designadas (161 pontos focais nacionais de tecnologia climática selecionados por seus governos para coordenar as atividades do Mecanismo de Tecnologia no país) nos países em desenvolvimento; servir como um centro de excelência em pesquisa, desenvolvimento e demonstração de tecnologias climáticas; e promover a colaboração Norte-Sul, Sul-Sul e triangular em pesquisa, desenvolvimento e demonstração.

A crise do custo de vida nos países em desenvolvimento e a oportunidade para a transferência de renda direcionada e renovação energética

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

O PNUD participou de um total de 12 eventos³ paralelos do *High Level Political Forum* (HLPF) de 2022 que contaram com uma grande variedade de tópicos e participação de outras agências da ONU e demais organizações stakeholders da Agenda 2030. Entre estes eventos, o PNUD organizou um Evento Paralelo de Assinatura do PNUD denominado “Enfrentando a crise do custo de vida: respostas políticas para mitigar a pobreza e a vulnerabilidade em todo o mundo”⁴.

Este evento proposto pelo PNUD teve seu debate orientado pelo documento⁵ “Enfrentando a crise do custo de vida nos países em desenvolvimento: projeções de pobreza e vulnerabilidade e respostas políticas” recém coordenado⁶ pelo departamento de Engajamento de Políticas Estratégicas (*Strategic Policy Engagement*) do Birô de Apoio a Políticas e Programas do PNUD (*UNDP Bureau for Policy and Programme Support*). O documento estima os efeitos potenciais da inflação de alimentos e energia na pobreza e vulnerabilidade global, além de discutir os diferentes potenciais entre as opções de políticas de subsídios energéticos gerais e de transferências de renda direcionadas.

A argumentação inicial do documento sobre as principais dificuldades econômicas internacionais vivenciadas atualmente se refere às consequências da guerra da Ucrânia. Em especial, é destacado como as grandes participações da Ucrânia e da Rússia no mercado global, e sua incapacidade de retomar tais participações frente à guerra, interromperam severamente os mercados globais de alimentos e energia. Esta situação agravou uma tendência ascendente de aumento adicional nos preços de energia e alimentos após o primeiro ano da pandemia, impulsionada por uma demanda global em recuperação econômica com restrições de oferta.

Por consequência, estudos recentes do Banco Mundial apontam que a nova previsão é que a economia global se expanda a uma taxa menor (2,9%) do que a prevista anteriormente (4,1%) na ausência da guerra. Para além das economias, o documento afirma que o impacto dos efeitos adversos deste contexto global atingirá os meios de subsistência dos indivíduos a curto e médio prazo. A intersecção de pressões inflacionárias pré-existentes, pressões induzidas pela guerra conjuntamente com a interrupção da produção e distribuição de alimentos pode exacerbar a insegurança alimentar mundialmente. Existem estimativas que caso a pandemia, a guerra e a inflação de alimentos não tivessem ocorrido, haveria 75 milhões de pessoas a menos na pobreza do que atualmente. Porém, é preciso lembrar que a magnitude dos impactos depende também da exposição dos países e de sua capacidade de enfrentamento dos mesmos.

Sendo o foco do documento os impactos deste contexto na vida das populações dos países em desenvolvimento, há a exposição do trabalho de Raga e Pettinotti (2022)⁷ que construíram um índice de vulnerabilidade aos efeitos da guerra em 118 países de baixa e média

³ [High-level Political Forum 2022 | United Nations Development Programme \(undp.org\)](https://www.undp.org/en/high-level-political-forum-2022)

⁴ Este evento pode ser assistido em: <https://youtu.be/KGud7Pt12Es>

⁵ [Addressing the cost-of-living crisis in developing countries: Poverty and vulnerability projections and policy responses | United Nations Development Programme \(undp.org\)](https://www.undp.org/en/addressing-the-cost-of-living-crisis-in-developing-countries-poverty-and-vulnerability-projections-and-policy-responses)

⁶ Os autores do documento são George Gray Molina, María Montoya-Aguirre, e Eduardo Ortiz-Juarez.

⁷ Raga, Sherillyn, and Laetitia Pettinotti. 2022. “Economic Vulnerability to the Russia–Ukraine War.” ODI Emerging Analysis. London, UK.

renda, o que conjuntamente abriga 80% da população mundial. Este índice utiliza como base de cálculo uma série de indicadores de exposição econômica direta e indireta como comércio, migração, fluxos financeiros, fluxos de investimento, e também indicadores de resiliência, como espaço fiscal, reservas externas, dívidas.

Os resultados do índice revelam alguns apontamentos já esperados, como o fato de parte dos países mais vulneráveis estarem localizados na Europa e na Ásia Central devido à sua exposição bilateral à Rússia e à Ucrânia. Porém, eles também apontam que há um grande número de países com vulnerabilidade média a alta no Oriente Médio e Norte da África e na África Subsaariana, especialmente aqueles que são importadores de commodities e aqueles com alta dependência do turismo e fluxos de remessas.

Outros estudos apontam que a contagem de pobreza com base na linha de pobreza de US\$ 1,90 por dia aumenta em 51,6 milhões de pessoas após contabilizar as pressões inflacionárias de alimentos, enquanto o número adicional de pessoas caindo na pobreza a US\$ 3,20 por dia chega a 20 milhões. Um fato importante de ser notado é de que, à medida que mais indivíduos são empurrados para menos de US\$ 3,20 ou US\$ 1,90 por dia, há a tendência de diminuição do número de pessoas vulneráveis à pobreza (aqueles que vivem com US\$ 3,20 a US\$ 5,50 ou US\$ 5,50 a US\$ 13 por dia). Desta forma, o menor número de pessoas com risco de pobreza é apenas devido à efetivação de seu estado de pobreza. A crise do custo de vida também pode piorar as condições da população pobre existente.

O documento destaca ainda que, caso os aumentos de pobreza de curto prazo documentados persistirem ao longo do tempo, o cenário de custo de vida dependerá de quão prolongadas são as pressões inflacionárias de alimentos e energia, das estratégias de adaptação e enfrentamento das famílias e da capacidade dos governos de implementar e sustentar políticas de mitigação.

O grupo de países que enfrentam os maiores impactos da pobreza à métrica de US\$ 1,90 ou US\$ 3,20 por dia tende a se concentrar na África Subsaariana, particularmente no Sahel. Enquanto isso, na métrica de US\$ 5,50 por dia, a maior concentração ocorre nas regiões da Bacia do Cáspio e nos Balcãs.

No documento há a defesa que mitigar os impactos da pobreza significa proteger as populações pobres e vulneráveis à pobreza dos riscos de empobrecimento, e evitar que choques de curto prazo se traduzam em privações econômicas persistentes. Porém, também se argumenta que isto precisa ser feito sem perder de vista outras questões urgentes de desenvolvimento, como a recuperação das perdas de aprendizagem induzidas pela pandemia, ou a preocupação de redução das emissões de carbono. Além disso, estes pontos devem ser considerados em num contexto de espaço fiscal limitado com riscos cada vez maiores de crise das dívidas.

O FMI identificou que programas de transferências de renda, distribuição de vales ou diminuição de contas de serviços públicos são práticas comuns em economias avançadas. Enquanto isso, em países em desenvolvimento, as ferramentas mais utilizadas são cortes de impostos e dependência de subsídios existentes. O Banco Mundial observou uma tendência parecida em relação às medidas relacionadas ao preço da energia: cerca de 60 países introduziram medidas novas enquanto outros 40 países, a maior parte contabilizada pelos países em desenvolvimento, manteve os subsídios aos combustíveis existentes.

De maneira geral, as ferramentas que a maioria dos governos dos países em desenvolvimento tem recorrido para proteger os consumidores foram os subsídios gerais e cortes de impostos. Porém, a excessiva carga fiscal adicional de tais políticas pode se tornar insustentável e até mesmo prejudicial para o desenvolvimento dos países. Isso pode ocorrer pelo risco de desviar recursos de setores importantes como da saúde, proteção social e educação, e assim, potencialmente atingir mais fortemente os grupos mais pobres que utilizam tais serviços. Estas políticas podem também prejudicar o meio ambiente e retardar os movimentos de transições de energia ao subsidiar combustíveis fósseis.

O gráfico apresentado abaixo demonstra as possíveis trajetórias das respostas políticas dos países com o aumento dos preços e o caminho de resposta política em “U invertido” para a crise do custo de vida.

The cost-of-living crisis opens the opportunity for a renewed reset in the expected policy response trajectory.

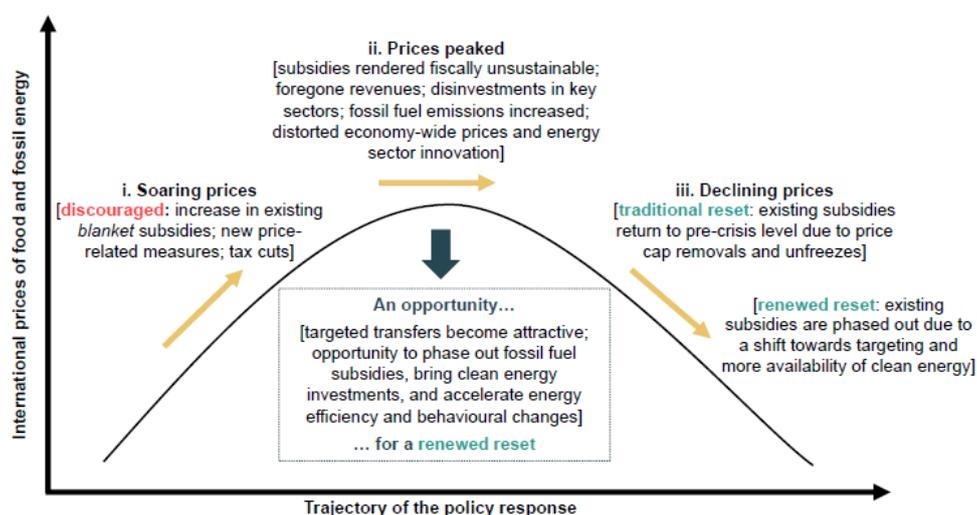


Figure 5: An inverted-U policy response pathway for the cost-of-living crisis

Fonte: Molina, Montoya-Aguirre, Juarez (2022). Addressing the cost-of-living crisis in developing countries: Poverty and vulnerability projections and policy responses. United Nations High-Level Political Forum on Sustainable Development (HLPF) 2022.

A primeira fase ilustrada é do (i) Aumento dos preços internacionais de comida e energia fóssil, o que induz os governos a cortar impostos, aumentar os subsídios já existentes, e incluir novas medidas relacionadas a preços. A segunda fase é do (ii) Pico dos preços, o que torna os subsídios fiscalmente insustentáveis, e traz consequências de receitas perdidas, desinvestimentos em setores-chave, aumento de emissões de combustíveis fósseis, e preços distorcidos na economia e no setor de inovação de energia.

Assim, o ônus fiscal de enfrentar a crise do custo de vida da população pode exacerbar a mudança climática por pelo menos dois canais: recursos desviados e receitas perdidas que poderiam ser alocadas para mudanças nas políticas de mitigação e adaptação ao clima, e maiores emissões de carbono do consumo induzido por meio de preços de energia doméstica artificialmente baixos. Ao mesmo tempo, a crise do custo de vida abre a oportunidade para uma redefinição renovada na trajetória de resposta política esperada. Porém, isto depende de uma mudança de abordagem escolhida pelos governos neste momento e no futuro.

Os autores argumentam que a fase (ii), o pico da crise, pode ser tornar um momento de oportunidade para uma redefinição renovada. Isto requereria que políticas de transferências direcionadas tornassem-se atrativas, assim como a oportunidade de eliminar gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis, trazer investimentos em energia limpa e acelerar a eficiência energética e mudanças comportamentais.

Em outras palavras, durante a fase (iii) do gráfico, diferentemente de uma abordagem *business-as-usual*, seria necessário que os governos considerassem a crise em si como uma oportunidade tal redefinição. Ou seja, uma oportunidade em que os subsídios são progressivamente levantados, e os recursos liberados são usados para fortalecer os direcionamentos de investimentos feitos em energia limpa e eficiência energética. Isto diminuiria a demanda doméstica por energia de combustível fóssil, diferentemente da proposta dos subsídios existentes retornarem aos níveis pré-crise simplesmente porque os preços internacionais caem.

Em meio à esta discussão, o documento fornece uma questão a ser feita neste contexto: a resposta política dos países deve ser determinada por uma abordagem de “mais medidas de preços existentes” ou de “novas medidas de renda”?

A argumentação de sua resposta é sustentada por dados que apontam que mais da metade dos benefícios de um subsídio universal de energia estão concentrados nos 20% mais ricos da distribuição de renda. Por outro lado, considerando a mesma quantidade de investimento orçamentaria para uma política de transferência de renda, os resultados afirmam que mais de 60% dos benefícios voltados para populações pobres e vulneráveis à pobreza seriam acumulados pelos 40% mais pobres.

Assim, o documento defende que, mesmo depois de contabilizar os custos administrativos, a transferência de renda direcionada supera o subsídio geral de energia em termos de mitigação dos impactos da pobreza de curto prazo. Uma avaliação comparativa recente das medidas de apoio a preços e renda mostra que as transferências direcionadas não apenas ajudam as famílias mais pobres a lidar com os picos de preços, mas também têm um impacto significativamente menor nas emissões de carbono. Em conclusão, a atual crise do custo de vida pode ser vista como uma oportunidade para realizar as etapas regulatórias e os investimentos necessários, ao mesmo tempo em que elimina gradualmente os subsídios prejudiciais.

Por fim, desviando a atenção para outros atores internacionais para além dos países, os autores observam que os atores multilaterais e bilaterais enfrentam um desafio adicional de tomar um cuidado para não redirecionar os recursos fiscais para apenas alguns desafios. Seu argumento é que a conexão entre: as transferências de renda, para compensar os picos de preços de alimentos e energia no curto prazo; os mercados de trabalho; os sistemas de proteção social; as pequenas e médias empresas, necessárias para reativar as cadeias de suprimentos; todos estes elementos catalisam o crescimento inclusivo no médio prazo e são todos desafios de desenvolvimento por excelência.

Desta forma, o documento defende que tanto os países quanto os atores multilaterais e bilaterais devem considerar que são necessários recursos tanto para a *ajuda humanitária* como para o *desenvolvimento*, seja no momento de pico da crise ou nos investimentos para sua superação.

Porém, um dos maiores desafios administrativos enfrentados principalmente nos países em desenvolvimento é de alcançar famílias pobres e vulneráveis não incluídas nos registros administrativos. A resposta à COVID-19 forneceu lições importantes nesse sentido: a triagem biométrica, a inscrição digital e os sistemas de pagamento digital aumentaram muito a capacidade dos países em desenvolvimento de implementar transferências em dinheiro. Já em lugares onde o alcance digital é limitado, é possível ter sucesso a partir de parcerias com organizações locais e comunitárias para identificar e potenciais beneficiários. Ainda assim, o desafio de atingir um novo subconjunto da população permanece significativo e deve ser enfrentado para superação da atual crise de custo de vida.

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek,
Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski,
Deisy de Freitas Lima Ventura.*

No presente Informe, destacamos o lançamento do primeiro relatório mundial sobre a saúde de refugiados e migrantes por parte da OMS e a investigação sobre o retorno ilegal de solicitantes de refúgio por parte das autoridades gregas, encobertos pela Agência Fronteiras da União Europeia. Abordamos também o lançamento de cartilhas de orientação jurídica para migrantes no Brasil, por parte da OIM e da DPU. Adiante, exploramos brevemente o relatório da Human Rights Watch sobre a insegurança alimentar que afeta migrantes na Espanha. Por fim, destacamos a violência que gera enormes deslocamentos no leste da República Democrática do Congo (RDC), e os ataques sofridos por ativistas de direitos humanos na fronteira EUA-México.

Organização Mundial da Saúde: Primeiro relatório sobre saúde de migrantes e refugiados

No dia 20 de julho, a Organização Mundial da Saúde lançou seu primeiro relatório sobre a saúde de migrantes e refugiados⁸. O documento busca, em linhas gerais, consolidar as informações e discussões que a organização tem produzido ao longo dos anos sobre a temática, apresentando um panorama da situação atual de refugiados e migrantes, como os deslocamentos impactam suas condições de saúde e o que pode ser feito para mudar essa realidade e caminhar em direção aos objetivos de saúde global e de acesso universal.

A OMS destaca que a cada 8 pessoas, uma é migrante, somando-se mais de um bilhão de pessoas deslocadas em todo o mundo. Ainda que estejam em grande número, constituem os grupos mais negligenciados e vulnerabilizados de muitas sociedades, e enfrentam condições de saúde significativamente piores do que a população das comunidades que os recebem. No relatório, após uma introdução e um panorama sobre a situação da migração e do refúgio no mundo e sua relação com a saúde, a organização aborda cinco tópicos principais, que constituem seus capítulos: os determinantes da saúde de migrantes e refugiados; o status de saúde de migrantes e refugiados; sistemas de saúde sensíveis a refugiados e migrantes; coleta e uso de dados para mapear o progresso em direção aos objetivos de saúde global; e a implementação de políticas em saúde e migração.

Sobre os determinantes da saúde, a OMS explora, a partir de uma revisão da literatura, as principais variáveis que influenciam a saúde de migrantes e refugiados em todo o mundo. São diversos fatores individuais, sociais e ambientais (como gênero, renda, alimentação, saneamento) que diferenciam as condições desses grupos da população dos países receptores e os afetam em diferentes momentos do deslocamento. A OMS também chega à importante conclusão de que o deslocamento e a migração são os determinantes mais relevantes sobre a saúde de refugiados e migrantes, visto que, dadas as mesmas condições de saúde, esses serão mais vulneráveis e terão mais barreiras para acessar serviços de saúde do que não-migrantes.

No próximo capítulo, a OMS se debruça sobre evidência das seis regiões globais para fornecer um panorama do status de saúde de migrantes e refugiados, e embora as evidências sejam fragmentadas e difíceis de serem comparadas, a organização ressalta que ser refugiado

⁸ <https://www.who.int/news/item/20-07-2022-who-report-shows-poorer-health-outcomes-for-many-vulnerable-refugees-and-migrants>

ou migrante significa claramente ter maiores riscos à saúde. Também se destaca a importância de coletar evidências de maior qualidade e com grupos definidos para permitir que os dados sejam comparados e reflitam, de fato, a população global de migrantes e refugiados.

Em seguida, no quarto capítulo, é realizada uma análise dos sistemas de saúde com base nos seis pilares definidos pela OMS: entrega de serviços, força de trabalho, acesso a produtos médicos, financiamento, sistema de informação em saúde e governança, de forma a entender desafios e oportunidades para que um sistema de saúde seja sensível às necessidades de migrantes e refugiados.

Mais adiante, a OMS volta a comentar sobre a falta de dados e informação sobre saúde, migração e refúgio. Não há coleta sistemática, representativa da população migrante e comparável entre países, o que afeta diretamente o monitoramento da saúde desses grupos e impede que seja medido o progresso em direção a objetivos de desenvolvimento sustentável de saúde global. Dessa forma, a organização recomenda que seja garantido um consenso sobre definições e variáveis relacionadas ao status migratório na coleta de dados, a investigação de dados qualitativos, de diversas fontes de informação, entre outras estratégias para combater a invisibilidade de migrantes e refugiados nos dados de saúde.

Por fim, o relatório se direciona para o longo caminho que deve ser seguido em direção à construção de políticas mais efetivas para a inclusão e melhoria das condições de saúde de migrantes e refugiados. A partir dos levantamentos realizados ao longo do documento, a OMS coloca esse tópico como prioritário na agenda da saúde global e comenta sobre a necessidade de cumprir o Plano de Ação Global, que tem como objetivo a criação e implementação de políticas que fortaleçam e aumentem a capacidade dos sistemas de saúde para inclusão de migrantes e refugiados, incluam-nos em sistemas de proteção social e financeira, e promovam a pesquisa e a coleta de evidências e dados na área.

“Pushbacks” realizados pelas autoridades gregas encobertos pela Frontex

De acordo com o relatório publicado pela Der Spiegel, o ex-chefe da agência de vigilância de fronteiras externas da União Europeia (Frontex), tinha conhecimento sobre as deportações ilegais de migrantes realizadas pela Grécia, chegando até a cofinanciar alguns retornos. A Frontex tinha informações sobre o cenário dos regressos ilegais, que eram realizados diversas vezes de maneira violenta, dificultando a situação dos requerentes de refúgio à Turquia, conforme o relatório confidencial do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), que acabou sendo vazado e consultado por órgãos investigativos.⁹

Após a finalização da investigação, Fabrice Leggeri foi demitido no fim de abril. Ao mesmo tempo, os eurodeputados se negavam a apoiar o orçamento da agência, requisitando que as conclusões do OLAF fossem avaliadas. O relatório é minucioso, expondo casos como o do dia 5 de agosto de 2020, quando a guarda costeira da Grécia rebocou um bote que continha 30 migrantes em direção à Turquia. Um avião da Frontex que patrulhava a região filmou a situação, e sem acionar o governo grego, a agência decidiu encerrar as patrulhas aéreas sobre o Mar Egeu, alegando que os aviões estavam sendo solicitados para uso em outros locais.¹⁰

⁹<https://www.euronews.com/my-europe/2022/07/29/leaked-report-finds-frontex-covered-up-illegal-migrant-pushbacks-by-greek-authorities>

¹⁰<https://www.euronews.com/my-europe/2022/07/29/leaked-report-finds-frontex-covered-up-illegal-migrant-pushbacks-by-greek-authorities>

Os três funcionários europeus à frente da Frontex são: Fabrice Leggeri, seu diretor, Thibault de La Haye Jouselin, seu principal colaborador, e o belga Dirk Vanden Ryse, diretor da divisão responsável pela vigilância das fronteiras. Eles permitiram que suas "*opiniões pessoais*" influenciassem suas condutas na Frontex, conforme os investigadores do OLAF observaram.¹¹ Em fevereiro, o OLAF publicou suas conclusões, depois de um ano de investigação, com relação à gestão da Frontex sobre os "pushbacks". Não é a primeira vez que a guarda costeira grega recebe acusações de produzir repressões de migrantes, infringindo a Convenção de Genebra sobre os Direitos dos Refugiados. Por mais que o relatório tenha auxiliado na demissão do ex-diretor Fabrice Leggeri, desde o ocorrido, há conflitos entre a Comissão e os parlamentares europeus.¹²

Uma investigação relatou que a Frontex se implicou na repatriação de no mínimo 957 requerentes de refúgio no mar Egeu entre março de 2020 e setembro de 2021. Conforme os regulamentos do bloco e as leis internacionais dos Estados Membros, remover as pessoas que entram nas águas territoriais da UE é considerado ilegal. Porém, existem diversas acusações contra as autoridades gregas por removerem os migrantes desta forma, sob ciência da Frontex. Essas rejeições se tornaram comuns durante as patrulhas da fronteira grega, que acabam devolvendo os migrantes ao mar aberto, até mesmo quando eles já haviam desembarcado na Grécia.¹³

OIM e DPU elaboram orientações jurídicas para migrantes no Brasil¹⁴

No dia 26 de julho, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Defensoria Pública da União (DPU) lançaram em parceria 5 cartilhas que compilam uma série de orientações jurídicas a serem aplicadas para a população migrante residente no Brasil. Contendo demandas requeridas por eles, as cartilhas tiveram a consultoria da pesquisadora Tatiana Waldman e possuem conteúdo flexível utilizável pela DPU, instituições de apoio, sociedade civil e pela própria população migrante.

Elas foram elaboradas a partir das demandas da população, além de pautadas pela simplicidade nas questões básicas e cotidianas. Isso foi feito com mais de uma década da experiência prática de atendimento da DPU às demandas dos migrantes, além de assistência da OIM e de Waldman. Elas versam sobre 5 tópicos: Regularização migratória, solicitação de vistos, Naturalização, Proteção de crianças e adolescentes em situação de migração e um Informe defensorial sobre a assistência jurídica prestada pela DPU à população indígena venezuelana da etnia Warao no Brasil.

A insegurança alimentar e a pobreza crescem na Espanha¹⁵

De acordo com a Human Rights Watch, a pobreza e insegurança alimentar vem sendo um problema recorrente na Espanha, agravado ainda mais pela pandemia de COVID-19. Muito

¹¹https://www.lemonde.fr/international/article/2022/07/28/la-direction-de-frontex-a-considere-que-la-commission-europeenne-etait-trop-centree-sur-les-droits-de-l-homme_6136444_3210.html

¹²https://www.lemonde.fr/international/article/2022/07/28/refoulement-de-migrants-en-grece-l-enquete-qui-accuse-frontex_6136445_3210.html

¹³<https://www.euronews.com/2022/04/28/investigation-claims-frontex-involved-in-aegean-sea-migrant-pushbacks>

¹⁴ <https://migramundo.com/cartilhas-elaboradas-por-oim-e-dpu-reunem-orientacoes-juridicas-para-migrantes-no-brasil/>

¹⁵ <https://www.hrw.org/report/2022/07/14/we-cant-live/spains-failure-protect-rights-amid-rising-pandemic-linked-poverty>

embora o governo tenha tentado ampliar os programas de seguridade social, são nítidas as falhas no sistema de segurança social espanhol e que os apoios ficaram aquém do necessário. Dessa forma, o governo espanhol não está garantindo os direitos de seus residentes à alimentação e padrão de vida adequado.

Em junho de 2022 se instituiu o programa de Rendimento Vital Mínimos para transferir de 491 a 1081 euros a famílias necessitadas. Contudo, verifica-se que 75% dos pedidos a esse benefício foram indeferidos. É notório que migrantes e requerentes de refúgio, pessoas com status legal precário ou irregular - e usualmente em situação de vulnerabilidade social -, foram particularmente atingidas durante a crise provocada pela pandemia de COVID-19.

Dessa forma, é urgente que o governo espanhol atue a fim de garantir os padrões adequados de bem estar social a sua população residente, independente do status migratório do requerente. Assim, é preciso que se remova as barreiras de acesso ao sistema de segurança social referentes ao status migratório, tornando os auxílios mais inclusivos e efetivos.

Violência na República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo está sofrendo com o número crescente de mortos e deslocamento à força, por ataques brutais nas suas províncias orientais.¹⁶ Entre fevereiro e junho deste ano, registraram-se mais de 800 mortes por ataques de armas de fogo e de facão em comunidades locais em Ituri. Pelo menos 715 dessas vítimas se encontravam nos abrigos de refugiados ou voltavam para casa depois de fugirem da violência. Somente neste mês, foram 11 pessoas mortas e 250 casas saqueadas e incendiadas, na província de Ituri.¹⁷

Lutas entre o exército congolês e o grupo M23 na província de Kivu do Norte deslocaram mais de 160.000 pessoas nos territórios de Rutshuru e Nyiragongo, nas últimas semanas. A redistribuição de tropas governamentais com foco neste conflito acaba gerando um ambiente de segurança frágil, com lacunas de poder, em Ituri e Kivu do Norte.¹⁸ Desta forma, agravam-se os conflitos entre as comunidades do país, a falta de infraestrutura e a ausência de instituições na região. Além disso, intensificam-se os ciclos de violência, gerando mais instabilidade e prejudicando esforços de paz e desenvolvimento.¹⁹

O ACNUR relatou que reiniciou em conjunto com os governos de Angola e RDC, a Organização Internacional para as Migrações e outros, no último dia de 19 de Julho, o repatriamento voluntário de refugiados congolese de Angola após as partidas terem sido interrompidas em 2020 pela pandemia de COVID-19.²⁰ Embora o conflito esteja concentrado no leste da RDC, as melhorias na segurança no Ocidente reabriram a possibilidade dos congolese

¹⁶ <https://www.unhcr.org/asia/news/briefing/2022/7/62da4d724/unhcr-gravely-concerned-death-toll-displaced-dr-congos-east.html>

¹⁷ <https://www.unhcr.org/asia/news/briefing/2022/7/62da4d724/unhcr-gravely-concerned-death-toll-displaced-dr-congos-east.html>

¹⁸ <https://www.unhcr.org/asia/news/briefing/2022/7/62da4d724/unhcr-gravely-concerned-death-toll-displaced-dr-congos-east.html>

¹⁹ <https://www.unhcr.org/asia/news/briefing/2022/7/62da4d724/unhcr-gravely-concerned-death-toll-displaced-dr-congos-east.html>

²⁰ <https://www.unhcr.org/asia/news/briefing/2022/7/62d667bb4/first-unhcr-repatriation-convoy-since-2020-leaves-angola-dr-congo.html>

retornarem ao seu país com dignidade e segurança, através de assistência financeira e vital. A maioria dos refugiados deseja retornar às suas casas.²¹

As operações do ACNUR para a população vulnerável na RDC recebeu apenas 19% do orçamento estipulado no início do ano de acordo com as necessidades dos refugiados e deslocados, o que fez a organização apelar por recursos adicionais urgentemente.²² Mais de 5,6 milhões de pessoas estão deslocadas no país, representando a maior população de pessoas deslocadas internamente no continente africano e uma das maiores do mundo.²³

Situação dos defensores dos Direitos Humanos na Fronteira EUA-México²⁴

A relatora especial da ONU sobre a situação de ativistas de direitos humanos, Mary Lawlor, expressou sua preocupação com relação a alguns casos na fronteira entre México e Estados Unidos. Conforme ela, voluntários da fronteira estão sob risco de violência.

Um dos casos informados pela relatora foi o de um pastor batista, Lorenzo Ortiz, que distribui voluntariamente abrigo e comida na área há mais de cinco anos, ajudando dos dois lados aqueles que atravessam a fronteira e não possuem muitos recursos. O pastor já tinha sido ameaçado no passado, mas no dia 2 de junho ele e mais 10 pessoas por ele acolhidas foram sequestrados por um cartel de tráfico humano. Os criminosos acusavam-no de reduzir os “lucros” do cartel na fronteira e pediam 40 mil dólares para liberá-lo. Contudo, numa rápida ação entre autoridades mexicanas e da sociedade civil, os sequestradores logo liberaram o pastor sem pagamento.

Ainda assim, a situação não sofreu alterações fundamentais: o pastor e ativistas ainda estão sob a mira dos cartéis que operam na fronteira, sofrendo ameaças. Assim, Lawlor pede ao governo mexicano que enfrente a forte presença dos cartéis nas localidades próximas à fronteira com os Estados Unidos.

²¹ <https://www.unhcr.org/asia/news/briefing/2022/7/62d667bb4/first-unhcr-repatriation-convoy-since-2020-leaves-angola-dr-congo.html>

²² <https://www.unhcr.org/asia/news/briefing/2022/7/62da4d724/unhcr-gravely-concerned-death-toll-displaced-dr-congos-east.html>

²³ <https://www.unhcr.org/asia/news/briefing/2022/7/62da4d724/unhcr-gravely-concerned-death-toll-displaced-dr-congos-east.html>

²⁴ <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1796722>

Estratégias globais diante dos desafios para a cobertura vacinal e para garantia de direitos sexuais e reprodutivos

*Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

Organização Mundial da Saúde e UNICEF - Pandemia de COVID-19 alimenta o maior retrocesso contínuo de vacinação em 30 anos

A porcentagem de crianças que receberam três doses da vacina contra difteria, tétano e coqueluche (DTP3) – um marcador de cobertura vacinal dentro e entre países – caiu 5 pontos percentuais entre 2019 e 2021, para 81%. Como resultado, 25 milhões de crianças perderam uma ou mais doses de DTP3 por meio de serviços de vacinação de rotina somente em 2021 (2 milhões a mais que em 2020 e 6 milhões a mais que em 2019).

O declínio foi resultado de muitos fatores, incluindo:

- número crescente de crianças vivendo em ambientes de conflito, onde o acesso à imunização é muitas vezes desafiador,
- aumento da desinformação,
- problemas relacionados à COVID-19, como interrupções de serviços e cadeia de suprimentos, desvio de recursos para medidas de contenção à pandemia.

Embora uma ressaca pandêmica fosse esperada em 2021 como resultado das interrupções e bloqueios da COVID-19, o que se está vendo agora é um declínio contínuo. 18 milhões dos 25 milhões de crianças não receberam uma única dose de DTP durante o ano de 2021, a grande maioria das quais vive em países de baixa e média renda, com Índia, Nigéria, Indonésia, Etiópia e Filipinas registrando os números mais altos. Entre os países com os maiores aumentos relativos no número de crianças que não receberam uma única vacina entre 2019 e 2021 estão Mianmar e Moçambique.

Esperava-se que 2021 fosse um ano de recuperação durante o qual os programas de imunização, até então sobrecarregados, seriam reconstruídos. Em vez disso, a cobertura de DTP voltou ao seu nível mais baixo desde 2008, o que, juntamente com o declínio na cobertura de outras vacinas básicas, tirou o mundo do caminho para atingir as metas globais, incluindo o indicador de imunização para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Este retrocesso histórico nas taxas de imunização está acontecendo em um cenário de taxas crescentes de desnutrição aguda grave. Uma criança desnutrida já tem imunidade enfraquecida e vacinas perdidas podem significar que doenças comuns da infância rapidamente se tornem letais. A convergência de uma crise de fome com uma crescente lacuna de imunização ameaça criar as condições para uma crise de sobrevivência infantil.

Níveis de cobertura inadequados já resultaram em surtos evitáveis de sarampo e poliomielite nos últimos 12 meses, ressaltando o papel vital da imunização na manutenção da saúde de crianças, adolescentes, adultos e sociedades.

A cobertura da primeira dose de sarampo caiu para 81% em 2021, também o nível mais baixo desde 2008. Isso significa que 24,7 milhões de crianças perderam a primeira dose da vacina de sarampo em 2021 (5,3 milhões a mais do que em 2019). Outros 14,7 milhões não receberam

a segunda dose necessária. Da mesma forma, em comparação com 2019, mais 6,7 milhões de crianças perderam a terceira dose da vacina contra a poliomielite e 3,5 milhões perderam a primeira dose da vacina contra o HPV – que protege as meninas contra o câncer do colo do útero mais tarde na vida.

O declínio acentuado de dois anos segue quase uma década de progresso estagnado, ressaltando a necessidade de não apenas abordar as interrupções relacionadas à pandemia, mas também os desafios sistêmicos de imunização para garantir que todas as crianças e adolescentes sejam alcançados.

Serão necessários esforços monumentais para alcançar níveis universais de cobertura e prevenir surtos. A [Agenda de Imunização Global 2030 \(IA2030\)](#) é uma estratégia para todos os países e parceiros globais relevantes para atingir metas estabelecidas na prevenção de doenças por meio da imunização e entrega de vacinas a todos, em todos os lugares, em todas as idades. Ela propõe:

- Intensificar os esforços para a recuperação da vacinação para enfrentar o retrocesso na imunização de rotina, expandir os serviços em áreas carentes para alcançar crianças perdidas e implementar campanhas para prevenir surtos;
- Implementar estratégias baseadas em evidências, centradas nas pessoas e personalizadas para construir confiança nas vacinas e imunização, combater a desinformação e aumentar a aceitação de vacinas, especialmente entre as comunidades vulneráveis;
- Garantir resposta à pandemia e esforços de fortalecimento da arquitetura global de saúde, levando à investimentos em serviços de Atenção Primária à Saúde (APS), com apoio explícito para fortalecer e sustentar a imunização essencial;
- Assegurar o compromisso político dos governos nacionais e aumentar a alocação de recursos internos para fortalecer e sustentar a imunização na APS;
- Priorizar o fortalecimento dos sistemas de informação em saúde e vigilância de doenças para fornecer dados e monitoramento necessários para que os programas tenham o máximo impacto; e
- Alavancar e aumentar o investimento em pesquisa para desenvolver e melhorar vacinas e serviços de imunização para que possam atender às necessidades da comunidade e cumprir as metas do IA2030.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#) e [clique aqui](#).

UNICEF lança documento com Princípios Orientadores para Crianças em Movimento no Contexto das Mudanças Climáticas

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Universidade de Georgetown e a Universidade das Nações Unidas lançaram novas diretrizes para fornecer uma estrutura política global para ajudar a proteger, incluir e capacitar as crianças em movimento no contexto das mudanças climáticas.

As mudanças climáticas estão se cruzando com as condições ambientais, sociais, políticas, econômicas e demográficas existentes, contribuindo para a decisão das pessoas de se mudar. Somente em 2020, quase 10 milhões de crianças foram deslocadas após choques relacionados ao clima. Com cerca de um bilhão de crianças – quase metade dos 2,2 bilhões de

crianças do mundo – vivendo em 33 países sob alto risco dos impactos das mudanças climáticas, milhões a mais de crianças podem estar em movimento nos próximos anos.

O documento fornece um conjunto de 9 princípios que abordam as vulnerabilidades únicas e em camadas das crianças em movimento, tanto internamente quanto além-fronteiras, como resultado dos impactos adversos das mudanças climáticas. Atualmente, a maioria das políticas de migração relacionadas à criança não considera fatores climáticos e ambientais, enquanto a maioria das políticas de mudança climática ignora as necessidades específicas das crianças. Eles foram desenvolvidos para salvaguardar os direitos e o bem-estar das crianças que se deslocam no contexto das alterações climáticas:

1. Abordagem baseada em direitos - Crianças que se movem no contexto das mudanças climáticas devem manter todos os seus direitos já assegurados na Convenção sobre os Direitos da Criança.
2. Melhor interesse da criança - Em todas as decisões e ações que afetam as crianças em movimento, é primordial considerar seus interesses.
3. Responsabilidade - Governos e outros atores são responsáveis por suas decisões e ações que contribuem para a mobilidade das crianças no contexto das mudanças climáticas.
4. Conhecimento e participação na tomada de decisões - As crianças têm o direito de serem informadas, consultadas e de participar em tomar decisões para se deslocar ou permanecer no contexto das mudanças climáticas, em consonância com a sua “idade e maturidade”.
5. Unidade familiar - As crianças que se deslocam no contexto das mudanças climáticas têm o direito de serem cuidadas por seus pais ou cuidadores e não ser separado deles. Se a separação ocorrer, as crianças têm direito a proteção e assistência especiais por parte do Estado que deve assegurar os seus cuidados alternativos temporários e tomar todas as medidas necessárias para reuni-las com seus pais ou outros parentes.
6. Proteção e segurança - As crianças em movimento no contexto das mudanças climáticas têm o direito de estarem seguras durante todas as fases do movimento. Isso inclui proteção contra danos físicos e emocionais, violência de gênero, exploração, tráfico e extorsão, bem como ter acesso à asilo e/ou refúgio.
7. Acesso à educação, assistência médica e serviços sociais - As crianças que se deslocam no contexto das mudanças climáticas têm direito ao acesso à educação, cuidados de saúde e outros serviços sociais, em todas as fases do seu percurso.
8. Não discriminação - As crianças em movimento no contexto das mudanças climáticas têm o direito de tratamento não discriminatório e às disposições necessárias para lhes permitir exercer os seus direitos, independentemente da sua situação migratória ou dos seus pais.
9. Nacionalidade - Quando crianças apátridas se mudam no contexto das mudanças climáticas, ou quando as crianças se tornam apátridas como resultado de se afastarem seu país de nacionalidade, os Estados têm a obrigação de assegurar que tenham uma nacionalidade incluindo, se necessário, a concessão de a nacionalidade do Estado receptor.

Esses Princípios Orientadores devem ser usados por governos locais e nacionais, organizações internacionais e grupos da sociedade civil que trabalham com crianças em movimento no contexto das mudanças climáticas. Eles são baseados no direito internacional existente, bem como em diretrizes ou estruturas operacionais que foram desenvolvidas por uma

variedade de interessadas. Os Princípios são derivados da Convenção sobre os Direitos da Criança e não criam novas obrigações legais internacionais.

Para acessar a notícia [clique aqui](#), e para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde - Acesso universal à saúde sexual e reprodutiva: novas ferramentas oferecem estratégias para integrar a saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde, como componente fundamental da cobertura universal de saúde

A OMS lançou duas novas ferramentas que oferecem estratégias baseadas em evidências para apoiar a integração eficaz e eficiente dos serviços de saúde sexual reprodutiva (SSR) nas estratégias nacionais de atenção primária à saúde (APS) para avançar no progresso rumo à cobertura universal de saúde.

Os sistemas de saúde que atingem a cobertura universal em saúde e os ODS relacionados à saúde dependem fortemente de uma base sólida de APS. A maioria dos serviços de SSR, como cuidados pré-natais e pós-natais, contracepção e aborto, podem ser prestados por meio da APS. No entanto, quase todas as pessoas em idade reprodutiva – cerca de 4,3 bilhões de pessoas – não terão acesso a pelo menos uma intervenção essencial de saúde reprodutiva ao longo de suas vidas. São necessárias mais experiências com formas claras de implementar a prestação desses serviços.

Isso requer compromisso político e estratégias coerentes. Nesse sentido, essas ferramentas visam ajudar os tomadores de decisão, gerentes de programas, sociedade civil, pesquisadores e comunidades mais amplas de sistemas de saúde.

A primeira ferramenta é o manual [Considerações críticas para alcançar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva no contexto da cobertura universal de saúde por meio de uma abordagem de atenção primária à saúde](#). O conteúdo abrange orientações para a inclusão de serviços abrangentes de SSR em pacotes de benefícios de saúde, planejamento e implementação de pacotes integrados de serviços de SSR, bem como processos de responsabilização e medidas para garantir o acesso universal a todos os serviços essenciais de SSR.

O manual pede a identificação dos direitos e responsabilidades dos grupos-alvo; monitoramento da implementação dos planos de ação nacionais; assegurar recursos suficientes; informar e apoiar os prestadores de cuidados de saúde; e tornar os sistemas de saúde mais adaptáveis.

O documento também destaca exemplos de integração dos serviços de SSR na APS em muitos países. Esses exemplos demonstram uma variedade de abordagens entre os países que levam em conta os contextos econômicos, sociais e culturais que influenciam os serviços de SSR, bem como as lições e táticas que podem ser aplicadas em quase todos os contextos.

Aprendendo por Compartilhamento do Portal - O [Learning by Sharing Portal](#) (LSP) é uma segunda ferramenta para apoiar a integração da SSR em reformas mais amplas relacionadas à cobertura universal da saúde. O portal, lançado em 19 de julho de 2022, é um repositório online de estudos de caso qualitativos que documentam as experiências na implementação de sistemas integrados. O objetivo é reunir ferramentas normativas e orientações para os Estados membros, aproximando os programas.

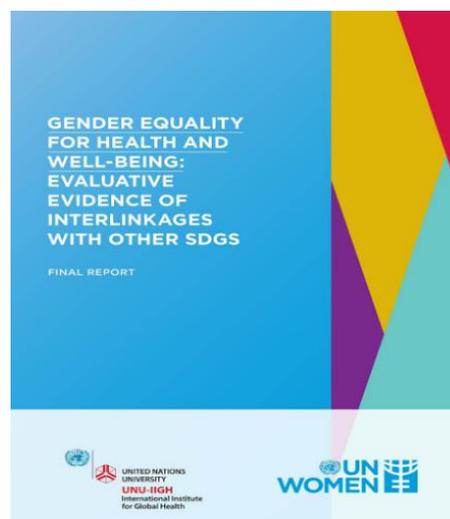
Tanto o Manual quanto o LSP enfatizam que o progresso rumo ao acesso universal aos serviços de SSR depende da participação significativa das pessoas afetadas por essas políticas em todos os aspectos do planejamento, implementação, monitoramento e prestação de contas.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

No Brasil, o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF/FIOCRUZ, vem contribuindo, por meio do Portal de Boas Práticas, para a superação de um dos desafios em relação à cobertura universal em SSR. O Portal tem disponibilizado conteúdo sobre esse tema com objetivo de orientar e qualificar as práticas em saúde, com acesso livre abordagem multiprofissional. Tópicos como [Risco Reprodutivo e Contracepção](#), [Contracepção: métodos que apoiam o planejamento reprodutivo](#), [Inserção do DIU de Cobre: como e quando fazer?](#) e [Planejamento Reprodutivo, Políticas Públicas e Normas Legais](#) integram esse acervo e tem sido utilizados em atividades de educação permanente e de formação profissional.

ONU Mulheres - lança documento Igualdade de gênero para saúde e bem-estar: evidências avaliativas de interligações com outros ODS

Compreender as interações entre os ODS é crucial para avançar na sua implementação. A atual abordagem de avaliação dos ODS é baseada em apenas um ou alguns indicadores que não avaliam a interdependência entre os objetivos e metas. O relatório apresenta um estudo que utilizou modelos conceituais, e analisou os dados do Grupo de Avaliação das Nações Unidas, para mostrar a interdependência do ODS 5 (igualdade de gênero) e ODS 3 (saúde e bem estar).



A Agenda da ONU para 2030 enfatiza a igualdade de gênero como uma meta transversal. Igualdade de Gênero refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades, e oportunidades para mulheres e homens, bem como para meninas e meninos. Igualdade não significa que mulheres e homens se tornarão iguais, mas que seus direitos, responsabilidades e oportunidades não dependerão de terem nascido homem ou mulher.

Estudos recentes têm mostrado que abordar as desigualdades de gênero é a maneira mais impactante de cumprir todos os cinco pilares do compromisso global: Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parcerias.

Os efeitos de oportunidades desiguais na saúde e no bem-estar vinculados ao gênero, são bem documentados na literatura especializada. Há diversos exemplos de como a igualdade de gênero contribui para a saúde e o bem-estar. As cotas de gênero no parlamento foram associadas a um declínio entre 9% e 12% na mortalidade materna. Esta associação pode ser explicada pela forma como as mulheres defendem aumento na proporção de atendimentos pré-natal, maior qualificação no parto, maiores taxas de matrículas escolares para meninas, o que leva a uma diminuição nas taxas de natalidade em adolescentes. Além disso, as mulheres líderes políticas contribuem para desafiar normas que contribuem para melhorias em uma série de resultados relacionados à saúde.

O relatório conclui que a igualdade de gênero tem fortes ligações com a saúde e o bem-estar, direta ou indiretamente, por meio de outros ODS em contextos multissetoriais e colaborativos. Em outras palavras, a promoção da igualdade de gênero está associada a melhorias em uma variedade de resultados de saúde, bem-estar e outros resultados de desenvolvimento.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

UNFPA - Manual de Normas e Mudanças Sociais: em busca de eliminar a mutilação genital feminina

A UNFPA atualizou o Manual de Normas e Mudanças Sociais, publicado em 2016 em parceria com a UNICEF. O material visa contribuir para criar clareza conceitual e apresentar intervenções para abordar e facilitar a mudança de normas sociais, com foco na eliminação da mutilação genital feminina (MGF), ODS 5.3.

O manual fornece exemplos práticos e conceitos teóricos para compreender os processos relacionados com as mudanças de atitudes e comportamentos e propõe a realização de um workshop de cinco dias. Esse treinamento tem como alvo os gestores de programas que tem como objetivo erradicar práticas nocivas e violência contra meninas e mulheres.

- Módulo 1 - [Mutilação genital feminina, como dinâmica de uma norma social](#) - O foco é explicar os diferentes conceitos no que se refere às normas sociais. Isso inclui normas sociais, diferentes tipos de comportamentos coletivos e as razões que os impulsionam, comportamentos independentes e interdependentes, expectativas sociais, pessoas que influenciam nossas ações e outras.
- Módulo 2 - [Da desigualdade de gênero a normas sociais positivas](#) - Aborda como as normas de gênero influenciam os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade e também limita as oportunidades para as mulheres. Sublinha o fato de que a igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas uma base necessária para um mundo pacífico, próspero e justo.
- Módulo 3 - [Legislação como Ferramenta para Mudança Comportamental e Social](#) - Discute como na sociedade existem normas que definem como seus membros devem se comportar e essas são as regras que mantêm os grupos humanos unidos. Discute principalmente os três diferentes tipos de normas que regulam nosso comportamento no mundo social: normas sociais, morais e jurídicas.
- Módulo 4 - [Consenso Coletivo e Mudança de Normas Prejudiciais: Elementos Transformadores para Mudança](#) - Destaca como cada contexto social tem seu próprio conjunto específico de normas e expectativas sobre a maneira aceitável de se comportar e discute os princípios comuns que levam a processos de mudança social em qualquer situação.
- Módulo 5 - Juntando tudo - Fornece orientação para indivíduos ou equipes de países para organizar e apresentar seus projetos.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Multilateralismo ou enfoque de múltiplos atores? Conflitos de interesses, governança dos sistemas alimentares e riscos da captura corporativa da agenda global de sistemas alimentares

Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva e Erica Ell

Pode parte do problema ser o centro de sua solução? Provavelmente não. A construção de sistemas alimentares que gerem saúde, sustentabilidade, resiliência e inclusão depende de priorizar outros modelos de sistemas alimentares que se contrapõem aos sistemas hegemônicos, que atuam em função do lucro e têm grande responsabilidade na crise epidemiológica, de segurança alimentar e de mudanças climáticas.

Em informes anteriores, abordando diferentes temas dentro da segurança alimentar e nutricional global, foram frequentes as discussões sobre a interferência do setor privado na agenda global, particularmente no âmbito dos sistemas alimentares e na atuação das agências das Nações Unidas, destacando os riscos envolvidos e como a chamada “transformação dos sistemas hegemônicos” não é caminho para a reversão das crises atuais.

Nesse sentido, apesar da grande meta dos movimentos globais ser a construção de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos, há uma grande contradição na medida em que os atores dessas mudanças, como pequenos agricultores, campesinos e populações indígenas, entre outros, têm tido um papel reduzido na governança dos processos locais e globais, enquanto a participação e influência do setor privado tem aumentado.

Nos atuais arranjos de governança, tem sido normalizada a participação do setor privado e das corporações no financiamento e no processo decisório inclusive das agências internacionais e das agendas globais de sistemas alimentares, mediante a fragilização dos mecanismos de identificação e gerenciamento de conflitos de interesses. Com isso, distorcem-se as responsabilidades nos processos e fóruns nacionais e internacionais, quebrando o equilíbrio de forças entre a população e suas representações por meio de organizações da sociedade civil (como detentores de direitos), dos Estados (como portadores de deveres) e dos interesses corporativos (como defensores dos interesses econômicos que representam).

Por exemplo, além do contato direto das corporações e empresas com a FAO e OMS, o setor privado, principalmente por meio do que chamamos de *Big Food* (indústrias de alimentos) e *Big Agro* (indústrias do agronegócio) têm tido participação crescente em movimentos e iniciativas globais na agenda de alimentação e nutrição, como o *Scaling Up Nutrition* (SUN), o *Nutrition for Growth* e mais recentemente com a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU.

Essa participação aumentada tem se alinhado com um chamamento pelas próprias agências, incluindo a FAO, por meio de inúmeras falas do Diretor-Geral em que destaca a necessidade de mais colaborações e maior participação do setor privado na garantia da segurança alimentar global e da eliminação da fome no mundo.

No documento “*La Captura Corporativa de la FAO: La creciente influencia de la industria en la gobernanza alimentaria mundial*”, elaborado pela FIAN Internacional (Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas)²⁵, a instituição faz uma análise detalhada das relações entre a FAO e o setor privado e começa trazendo uma interessante

²⁵ <https://www.fian.org/files/files/Corporate-Capture-FAO-ES.pdf>

discussão sobre multilateralismo e o enfoque de múltiplas partes interessadas, que têm sido apropriados como sinônimos na agenda atual.

Um primeiro ponto diz respeito à apropriação e distorção do termo “multilateralismo”. Segundo o documento, a definição própria de multilateralismo consiste nos Estados liderando as tomadas de decisões, regulando o setor privado e visando o interesse público e com prestação de contas junto aos cidadãos. Enquanto isso, o enfoque de múltiplas partes interessadas implicaria que todos os participantes interessados teriam a mesma voz, mas sem levar em consideração suas responsabilidades e os desequilíbrios de poder entre eles. Esse segundo enfoque naturalmente conduziria a uma imposição as vontades dos atores mais poderosos do ponto de vista econômico inclusive em relação à falta de prestação e contas.

Outro argumento importante para uma maior permeabilidade para a entrada das corporações na agenda da FAO trazida pelo relatório é a definição de setor privado pela FAO, visto que reúne desde agricultores, cooperativas e pequenas e médias empresas até grandes empresas financeiras e indústrias de alimentos e do agronegócio e fundações filantrópicas. Portanto, representa uma mescla de atores com interesses muito distintos, regulados de formas diferentes e com poder político e econômico muito diferenciado. Abre-se, dessa forma, espaço para um desequilíbrio de representação dentro do próprio setor, inclusive por meio das contribuições voluntárias (majoritariamente pelas multinacionais e grandes associações industriais e financeiras), influenciando as políticas nacionais, como subvenções a insumos e proteção de cultivos, e driblando mecanismos de transparência e de prestação de contas.

Historicamente, a preocupação oficial com a gestão de conflitos de interesses relacionado a atores não estatais nas agendas da FAO era reconhecida pela organização, desde o início dos anos 2000, visando proteger sua integridade, imparcialidade, independência e autonomia, contudo na atualização da estratégia da FAO em 2020-2021, coloca-se uma grande ampliação da colaboração com o setor privado, formal e informalmente. Destaca-se que o Escritório de Conflitos de Interesses da ONU fala claramente de relações internas que podem interferir ou parecem interferir nos interesses da instituição, ou seja, incluem a “aparência de conflito”²⁶.

Além dos riscos à governança global da agenda de sistemas alimentares e de segurança alimentar em nível global, a forma de participação fomentada atualmente nos ODS e na Cúpula de Sistemas Alimentares pode ser usada para lavar a imagem de empresas, tanto mediante a participação privada sem gerenciamento de conflitos de interesses na agenda das Nações Unidas e suas agências (“*blue washing*”), quanto nas agendas ambientais (“*green washing*”) e sociais (“*social washing*”).

Outra questão relevante apontada pela FIAN Internacional é a falta de transparência e de mecanismos de prestação de contas em relação ao financiamento da FAO, visto que aproximadamente 70% dos recursos da organização vêm de contribuições voluntárias (incluindo o setor corporativo), que coloca maiores riscos em termos de conflitos de interesses e dão prioridade a soluções favoráveis a essas indústrias e associações nas transformações pretendidas nos sistemas alimentares globais.

Por fim, o documento descreve vários exemplos de conflitos de interesses e de interferência na governança das agendas de sistemas alimentares e segurança alimentar e nutricional, tais como a cooperação com a *CropLife International* (CLI), que representa as

²⁶ https://www.un.org/en/ethics/assets/pdfs/Factsheet_Conflicts-of-interest.pdf

maiores empresas de agroquímicos, pesticidas e sementes do mundo, e outras com a Associação Internacional de Fertilizantes (IFA) e com a Câmara de Comércio Internacional (ICC).

A pretexto do aumento da produção de alimentos e sua produtividade e de mitigação do câmbio climático, da necessidade de aumentar a resiliência dos sistemas agroalimentares e de contribuir para a erradicação da fome no mundo, essas colaborações trazem a ameaça do uso de agrotóxicos e suas consequências ao meio ambiente e à saúde humana, o aumento na oferta de alimentos ultraprocessados, a redução da biodiversidade local e o aumento da dependência de sementes e insumos. Com isso, atuam contra um mandato central da FAO, que é liderar os esforços globais para apoiar a agroecologia e sistemas alimentares justos, sustentáveis, resilientes e inclusivos.

Outros exemplos de interferência na política alimentar nacional e global pelas indústrias de alimentos e do agronegócio foram analisados no “Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação”, de autoria do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da ACT Promoção da Saúde ²⁷. No campo internacional, o documento analisa a interferência do setor privado na Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, destacando o uso do multissetorialismo como sinônimo de igualdade de participação e justificativa para participação grande do setor privado, detentor do sistema alimentar hegemônico e que tem participação direta na fome, desigualdade e no aumento das doenças crônicas associadas à alimentação.

Novamente, as questões como conflito de interesses, captura corporativa pelo “Big Food” e “Big Agro”, falta de transparência e governança desequilibrada são apontadas. Segundo o documento, a coordenação global da Cúpula, por representante ligada à Aliança para a Revolução Verde na África (*Alliance for a Green Revolution in Africa - AGRA*) traz grandes contradições, na medida que a associação define-se como “centrada no agricultor” e “liderada por africanos”, mas que representa lobby ativo para que “os governos do continente africano implementem políticas que favoreçam a agricultura industrial, promovendo o neocolonialismo, a perda dos saberes ancestrais e formas populares de manejo agrário e tornando os pequenos produtores do continente reféns de novas tecnologias estrangeiras”.

Além disso, mostrando o poder econômico com vistas à influência nas agendas, no âmbito da Cúpula de Sistemas Alimentares, uma coalizão das corporações internacionais formou “Zero Hunger Private Sector Pledge” (“Compromisso Fome Zero do Setor Privado”), prometendo o investimento de US\$ 345 milhões com o objetivo de “acabar com a fome e nutrir o futuro até 2030”.

Mediante todos esses mecanismos, é claramente observado um processo de gradual captura corporativa das agendas e das agências, que interfere na governança global dos sistemas alimentares e reforça os sistemas alimentares hegemônicos, cujo objetivo é o lucro e em que os alimentos são commodities, e que têm contribuído para a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas.

Com isso, são necessárias mudanças na governança internacional da agenda de sistemas alimentares para garantir a prioridade do interesse público sobre o corporativo, preservando os processos de conflitos de interesses, e assegurando maior protagonismo das representações da

²⁷ https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf

sociedade civil e dos pequenos produtores, para transformar positivamente os sistemas alimentares.

Segundo o documento da FIAN Internacional, seria recomendado à FAO diferentes medidas, incluindo adotar critérios rigorosos e transparentes de avaliação e gestão de conflitos de interesses e terminar com acordos com atores corporativos e doações dessas entidades quando apresentam conflitos de interesses com o mandato da organização e adotar mecanismos de transparência financeira. Ainda, no tocante à abordagem do setor privado, deve ser revista a definição para diferenciar o tratamento das corporações internacionais e suas associações e fundações filantrópicas e dos agricultores e produtores de pequena escala (que poderiam inclusive se aproximar mais da sociedade civil).

Por fim, e muito importante, é recomendado à FAO reforçar a colaboração com organizações de produtores de pequena escala, povos indígenas e sociedade civil em busca da defesa de interesses públicos como a soberania alimentar e da agroecologia, em seu papel legítimo de titulares de direitos e atores fundamentais para a segurança alimentar e nutricional.

Além disso, os Estados-Membros também têm importante papel na adoção de mecanismos semelhantes de gestão de conflitos de interesses e de transparência e prestação de contas, bem como na gestão de seus sistemas e governança das políticas agrícolas e alimentares, incluindo seus aspectos fiscais e regulatórios e garantindo a articulação intersetorial em prol de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos. Nesse contexto, iniciativas apoiadas pela própria FAO, como os Guias Alimentares Baseados em Alimentos e, mais recentemente, Guias Alimentares Baseados em Sistemas Alimentares, podem ser importantes instrumentos de indução e coordenação de políticas de saúde, agricultura, educação, proteção social e desenvolvimento urbano e rural para reverter a sindemia global.

Isso é corroborado pelas evidências apresentadas em publicação recente no *The Lancet Planet Health* ²⁸, que aborda uma nova visão de economia ecológica para integrar as questões ambientais à saúde pública e planetária, considerando as externalidades ambientais e sociais das políticas articuladas. Destaca, ainda, o quanto o atual sistema econômico, que controla o sistema alimentar hegemônico, é causa da mudança climática, da perda de biodiversidade e de riscos à saúde humana, enquanto a transição para sistemas alimentares sustentáveis deve também considerar a inclusão (por meio da promoção da igualdade e da redistribuição).

Nesse contexto, uma das responsabilidades dos Estados está na elaboração e implementação de guias alimentares que envolvam a abordagem dos alimentos em vez dos nutrientes e as interfaces entre as agendas de saúde e segurança alimentar e nutricional, e que devem incorporar a perspectiva dos sistemas alimentares e atuar como indutores de políticas intersetoriais saudáveis e sustentáveis, incorporando como objetivos a saúde humana, animal e planetária.

Assim, no âmbito da sustentabilidade, é fundamental que os guias alimentares trabalhem além das perspectivas de diversidade da dieta, de valorização da cultura alimentar e de estímulo à produção e consumo local, para discutir a implementação de sistemas circulares de produção de alimentos, de modo a minimizar insumos externos (particularmente fertilizantes minerais) e reduzir os impactos ambientais da produção. Em contraposição a essa forma de

²⁸ Economics for people and planet—moving beyond the neoclassical paradigm Lina Brand-Correa*, Anna Brook, Milena Büchs, Petra Meier, Yannish Naik, Daniel W O'Neill. *Lancet Planet Health* 2022; 6: e371–79. [https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196\(22\)00063-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(22)00063-8/fulltext)

produção e recomendações, os sistemas alimentares hegemônicos baseiam-se nas monoculturas de commodities, na pecuária e no processamento industrial de alimentos.

No contexto atual, intersetorialidade, multilateralismo e enfoque de múltiplos atores têm sido trabalhados como sinônimos e, como consequência, conflitos de interesses e riscos de captura corporativa das agendas e instituições alteraram significativamente a governança da agenda global de sistemas alimentares. Essas mudanças envolveram uma redução do poder e da independência das agências internacionais e dos governos nacionais, ainda que sejam os detentores de deveres em relação ao interesse público nacional e internacional, junto com a perda de espaço para a participação de representantes da sociedade civil e dos pequenos produtores, que representam os detentores de direitos nas agendas.

É preciso, nesse sentido, discutir profundamente de que forma os atores que detêm os sistemas econômicos e alimentares hegemônicos podem participar das transformações necessárias, visto que essas mudanças envolvem principalmente os sistemas sustentados pelos seus interesses econômicos em detrimento dos interesses sociais, ambientais e de saúde dos povos. O sistema que é responsável pelas crises globais de fome, desigualdades, doenças crônicas e mudanças climáticas não pode ser o principal ator nas soluções para elas.

Para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à saúde e à segurança alimentar e nutricional, é imperativo transformar, de forma consistente e gradual, os sistemas alimentares para garantir saúde, sustentabilidade, inclusão e resiliência. Nesse sentido, o papel dos atores estatais, das corporações, da academia e da sociedade civil devem ser bem definidos para garantir uma governança global livre de conflitos de interesses e captura corporativa, que promova a defesa dos interesses coletivos de saúde humana e planetária.

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

A fim de estabelecer parcerias que beneficiem a **América Latina e o Caribe (ALC)** no âmbito do clima, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** junto com o **Fundo Climático Verde das Nações Unidas (GCF)** resolveram unir esforços para criar o primeiro fundo regional para promover a mobilidade elétrica e o hidrogênio verde na região. Espera-se que o fundo forneça **US\$ 450 milhões** em empréstimos e subvenções para nove países (**Barbados, Chile, Colômbia, Costa Rica, Jamaica, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai**).

De acordo com os planos do Banco, o financiamento apoiará uma transição nas cidades da região para menores emissões de carbono e transporte público resiliente, acelerando o uso do transporte público elétrico e à base de hidrogênio e tornando os sistemas de mobilidade urbana mais resistentes às mudanças climáticas.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/idb-green-climate-fund-promote-e-mobility-latin-american-and-caribbean-cities>

O **BID**, o **BID Invest**, e seu laboratório de inovação, o **BID Lab**, fizeram uma parceria com **Israel** para capacitar o agronegócio climatizador na **ALC**. Trabalhando através de seu Ministério das Finanças e ministério da agricultura, **Israel** está contribuindo com uma doação de **US\$ 3 milhões** para ajudar a criar uma iniciativa de Inovação para o Agronegócios Clima-Inteligentes, gerenciada pelo **BID Invest** e pelo **BID Lab**.

O Banco entende que essa iniciativa visa ajudar os agronegócios na **ALC** a responder aos desafios das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento de modelos de negócios resilientes e de baixo carbono. A iniciativa também tem o intuito de ajudar as empresas a exportarem seus produtos, aumentar a sua força de trabalho e adotar tecnologias e práticas inovadoras.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/idb-invest-idb-lab-and-israel-empower-climate-smart-agribusinesses>

Durante um seminário de alto nível organizado pelo **BID**, houve compartilhamento de estratégias entre o Banco e o Departamento de Estado dos **Estados Unidos (EUA)**. Ambos exploraram sinergias para avançar nas cadeias de suprimentos e no desenvolvimento responsável de recursos críticos-minerais e o estado de saúde na **ALC**.

O presidente do **BID**, Mauricio Claver-Carone, e José W. Fernandez, subsecretário de Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado, lideraram a discussão, destacando as principais metas e oportunidades para a inserção da região nas cadeias internacionais de valor e o investimento do setor privado dos **EUA**. Foram discutidos como apoiar a transição de energia verde do mundo e a abertura para a modernização dos sistemas de saúde com lições aprendidas com a pandemia.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/idb-us-state-department-explore-synergies-supply-chains-critical-minerals-health>

Na parte de projetos apoiados pelo **BID**, foram aprovados financiamentos em uma escala maior para as áreas da saúde e do clima nos últimos dias:

Para a **Guatemala**, o Banco aprovou uma subvenção de **US\$ 4 milhões** para ajudar o país a eliminar a malária até 2025 e impedir de forma sustentável sua reintrodução. O financiamento é do **Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária**.

Segundo o **BID**, o programa se concentrará em ajudar a implementar uma estratégia de diagnóstico, tratamento, pesquisa e resposta da malária que inclua vigilância epidemiológica ativa; gestão integrada mais forte do vetor; e trabalhar para melhorar a sustentabilidade financeira, administrativa e técnica dos esforços do Ministério da Saúde para eliminar a malária.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/guatemala-moves-closer-eliminating-malaria-2025-idbs-support>

O **BID** apoia a agenda de desenvolvimento da **Argentina** com projetos que tenham impacto direto no desenvolvimento. O Banco aprovou um empréstimo de **US\$ 75 milhões** para que o país possa melhorar a qualidade de vida das pessoas, melhorando os serviços de água potável na Província de Buenos Aires.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-75-million-improve-drinking-water-service-province-buenos-aires>

De acordo com o **BID**, foi aprovado um empréstimo de **US\$ 300 milhões** para continuar apoiando o Plano Nacional de Descarbonização da **Costa Rica**, que visa emissões líquidas zero até 2050. O empréstimo do **BID** é o segundo de uma série de duas operações de empréstimos programáticas baseadas em políticas.

O último empréstimo permitirá à **Costa Rica** aprofundar as reformas da primeira operação de **US\$ 230 milhões** aprovadas em 2020. O objetivo dessas reformas é fortalecer a gestão e o monitoramento da ação climática, preservar ecossistemas que efetivamente sequenciam gases de efeito estufa, incentivam o uso de energia elétrica e mobilidade ativa e impulsionam a inclusão e a igualdade de gênero na mudança para uma economia verde.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-300-million-loan-underpin-costa-ricas-decarbonization-plan>

O **Banco Mundial (BM)** concentrou esforços para ajudar a mitigar problemas na região africana. Ampliou o seu financiamento para a segurança alimentar com **US\$ 315 milhões adicionais** para fortalecer a resiliência dos sistemas alimentares em toda a **África Ocidental**.

O **Programa Regional de Resiliência de Sistemas Alimentares da África Ocidental (FSRP-2)** apoiará o **Chade, Gana e Serra Leoa** a aumentar sua preparação contra a insegurança alimentar e melhorar a resiliência de seus sistemas alimentares. De acordo com o **BM**, o momento é perfeito para essa ampliação, uma vez que se projeta que cerca de **38,3 milhões** de pessoas na **África Ocidental** estão bem próximas de entrarem numa crise de segurança alimentar.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/07/29/world-bank-scales-up-its-financing-for-food-security-to-strengthen-the-resilience-of-food-systems-across-west-africa>

Houve também apoio de **US\$ 100 milhões** aos **Centros de Controle de Doenças da África (CDC da África)**. Com esse recurso a mais, o Banco entende que ajudará a melhorar a capacidade técnica da instituição e fortalecer o quadro institucional para intensificar o apoio aos países africanos na preparação, detecção e resposta a surtos de doenças e emergências em saúde pública.

Atualmente, o continente africano vem enfrentando vários surtos de doenças infecciosas, além da COVID-19 e há riscos crescentes olhando para o futuro. De acordo com avaliações recentes, revelaram-se lacunas generalizadas nas capacidades de preparação dos países africanos que impactam desproporcionalmente os mais pobres e vulneráveis. Abordagens regionais de políticas de saúde e intervenções em complementaridade com os esforços do país e do mundo ressaltam o valor de um forte CDC africano voltado para a salvaguarda da saúde do continente.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/07/21/africa-centres-for-disease-control-receives-a-100-million-boost-from-the-world-bank-to-strengthen-continental-public-health>

O **Fundo Monetário Internacional (FMI)** lançou no último mês uma atualização das Perspectivas Econômicas Mundiais. De acordo com a instituição, uma recuperação provisória em 2021 tem sido seguida por desenvolvimentos cada vez mais sombrios em 2022, à medida que os riscos começaram a se concretizar. A produção global contraiu no segundo trimestre deste ano, devido a quedas na **China** e na **Rússia**, enquanto os gastos dos consumidores dos **EUA** superaram as expectativas. Diversos choques atingiram uma economia mundial já enfraquecida pela pandemia: inflação bem acima do esperado em todo o mundo — especialmente nos **EUA** e nas principais economias europeias — desencadeando condições financeiras mais apertadas; uma desaceleração pior do que o esperado na **China**, refletindo surtos de COVID-19 e bloqueios; e mais repercussões negativas da guerra na **Ucrânia**.

A previsão básica é que o crescimento desacelere de 6,1% do ano passado para 3,2% em 2022, 0,4 ponto percentual menor do que no [World Economic Outlook de abril de 2022](#). O menor crescimento no início deste ano, a redução do poder de compra das famílias e a política monetária mais apertada levaram a uma revisão para baixo de 1,4 pontos percentuais nos **EUA**. Na **China**, novos bloqueios e o aprofundamento da crise imobiliária levaram o crescimento a ser revisto para baixo em 1,1 ponto percentual, com grandes repercussões globais. E na **Europa**, rebaixamentos significativos refletem repercussões da guerra na **Ucrânia** e de uma política monetária mais estreita. A inflação global foi revisada para cima devido aos preços de alimentos e energia, bem como aos persistentes desequilíbrios entre oferta e demanda, e espera-se que chegue a 6,6% nas economias avançadas e 9,5% nas economias emergentes e em desenvolvimento este ano — revisões para cima de 0,9 e 0,8 ponto percentual, respectivamente.

Na tabela abaixo elaborada pelo **FMI**, podemos acompanhar as projeções econômicas de alguns países:

Latest World Economic Outlook Growth Projections

(real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2021	2022	2023
World Output	6.1	3.2	2.9
Advanced Economies	5.2	2.5	1.4
United States	5.7	2.3	1.0
Euro Area	5.4	2.6	1.2
Germany	2.9	1.2	0.8
France	6.8	2.3	1.0
Italy	6.6	3.0	0.7
Spain	5.1	4.0	2.0
Japan	1.7	1.7	1.7
United Kingdom	7.4	3.2	0.5
Canada	4.5	3.4	1.8
Other Advanced Economies	5.1	2.9	2.7
Emerging Market and Developing Economies	6.8	3.6	3.9
Emerging and Developing Asia	7.3	4.6	5.0
China	8.1	3.3	4.6
India	8.7	7.4	6.1
ASEAN-5	3.4	5.3	5.1
Emerging and Developing Europe	6.7	-1.4	0.9
Russia	4.7	-6.0	-3.5
Latin America and the Caribbean	6.9	3.0	2.0
Brazil	4.6	1.7	1.1
Mexico	4.8	2.4	1.2
Middle East and Central Asia	5.8	4.8	3.5
Saudi Arabia	3.2	7.6	3.7
Sub-Saharan Africa	4.6	3.8	4.0
Nigeria	3.6	3.4	3.2
South Africa	4.9	2.3	1.4
<i>Memorandum</i>			
Emerging Market and Middle-Income Economies	7.0	3.5	3.8
Low-Income Developing Countries	4.5	5.0	5.2

Source: IMF, *World Economic Outlook Update*, July 2022

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2021/2022 starting in April 2021. For the July 2022 WEO Update, India's growth projections are 7.4 percent in 2022 and 5.3 percent in 2023 based on calendar year.

INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF.org

Fontes: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/07/26/world-economic-outlook-update-july-2022>

<https://blogs.imf.org/2022/07/26/global-economic-growth-slows-amid-gloomy-and-more-uncertain-outlook/>

Comércio ilícito de produtos médicos e conferência diplomática sobre propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais

Informe sobre OMC e OMPI

Claudia Chamas

OMC: Combate ao Comércio Ilícito de Produtos Médicos

Em 27 de julho, a [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) organizou evento para discutir como a cooperação internacional pode combater o comércio ilícito de produtos médicos. Segundo nota da Organização, autoridades de alto escalão de seis organizações globais defenderam coordenação entre órgãos nacionais e internacionais no combate ao comércio ilícito de produtos médicos, que pode trazer risco a saúde das pessoas em nível global. O debate ocorreu durante o evento [Aid for Trade Global Review](#), em Genebra.

Houve compartilhamento de experiências e discussão sobre perspectivas de cooperação mais intensa. Entre os principais tópicos, destacam-se: (i) fortalecimento das atividades de conscientização pública, inclusive entre os líderes públicos e autoridades nacionais; (ii) apoio aos países em desenvolvimento na aquisição de medicamentos legítimos e na luta contra o comércio ilícito de produtos médicos; (iii) estímulo ao comércio lícito, especialmente em países pobres com pouca capacidade; (iv) acesso a dados e compartilhamento de informações; (v) coordenação global de atividades de capacitação para funcionários das aduanas (OMC, 2022).

Mariângela Simão, diretora-geral adjunta da [Organização Mundial da Saúde](#), destacou que o crescimento do comércio eletrônico intensificou o comércio ilícito de produtos médicos, transformando-o em problema global. Ela destacou “a necessidade de abordagem mais sistemática em diferentes organizações multilaterais para ajudar a avigorar a capacidade dos países em desenvolvimento de adquirir produtos médicos legítimos” (OMC, 2022).

Gerd Müller, diretor-geral da [Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial](#) (UNIDO), alertou que “a circulação de produtos médicos de baixa qualidade e inseguros afeta mais os mais pobres”. Kunio Mikuriya, secretário-geral da [Organização Mundial das Aduanas](#), observou que “as aduanas desempenham papel de facilitar o comércio legítimo, mas também somos a primeira linha de defesa na luta contra o comércio ilícito, que apresenta riscos de segurança e proteção”. Edward Kwakwa, diretor-geral adjunto da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#), enfatizou a importância da cooperação no combate ao comércio ilícito de produtos médicos “para criar resposta mais forte e unida e evitar a reinvenção da roda” (OMC, 2022).

Rebeca Grynspan, Secretária-Geral da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (UNCTAD), alertou que a resiliência contra futuras pandemias envolve o combate ao comércio ilícito de produtos médicos (OMC, 2022).

Houve também participação de representantes da [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico](#) e do Escritório [das Nações Unidas sobre Drogas e Crime](#). Ademais, ocorreu lançamento de [publicação](#) da OMC intitulada “Enfrentando o Comércio Ilícito de Produtos Médicos”, que analisa como as regras e atividades da OMC podem ajudar os membros da OMC a enfrentar o desafio do comércio ilícito de produtos médicos. De acordo com o estudo, “as regras da OMC apoiam os esforços para resolver o problema do comércio ilícito, promovendo a transparência e a previsibilidade e estabelecendo as bases para o fortalecimento de controles regulatórios e de fronteira e cooperação aprimorada” (Foto 1) (OMC, 2022).



Tackling illicit trade in medical products

Better international cooperation for better health

OMPI: Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais

De 14 a 22 de julho de 2022, ocorreram as Assembleias dos Estados Membros da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) em formato híbrido e com a parte presencial na cidade de Genebra. Em 21 de julho, os países aprovaram convocação de conferência diplomática para proposta de acordo internacional referente a pacto relacionado à propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos. A conferência será espaço negociador para a conclusão de acordo até 2024²⁹. De acordo com Daren Tang, diretor-geral da OMPI, ainda há lacunas em questões importantes sobre o tema, mas a decisão é um grande avanço (OMPI, 2022).

Nas palavras de Tang:

“Hoje é um triunfo do multilateralismo, de nós como Assembléia Geral, nos movendo juntos como uma comunidade para fazer a diferença para as pessoas em todos os lugares. É

²⁹ “O que é uma Conferência Diplomática? O método tradicional para concluir ou revisar tratados tem sido a realização de uma conferência diplomática de plenipotenciários convocada especificamente para esse fim. As conferências diplomáticas são realizadas para negociar e adotar ou revisar tratados multilaterais” (OMPI, 2022).

claro que há divergências, haverá divergências - este é apenas o começo de todo um novo conjunto de conversas. Mas este é um passo importante e, em meu nome e de meus colegas da Secretaria, prometo nosso total apoio a você nesta jornada. Tudo o que peço é que você dê total atenção e cuidado, porque no final, esses tratados propostos não são meros pedaços de papel – eles podem realmente ter um impacto sobre as pessoas ao redor do mundo” (OMPI, 2022)

O “*Projeto de Instrumento Jurídico Internacional Relativo à Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados a Recursos Genéticos*” (no original, em inglês, “*Draft International Legal Instrument Relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources*”) é fruto de negociações baseadas em texto que ocorrem desde 2010, no âmbito do [Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore](#) (“*Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore*” - IGC).

A proposta de instrumento jurídico visa abordar “certas questões de propriedade intelectual relacionadas ao acesso, uso e repartição de benefícios desses recursos e sistemas de conhecimento” tais como, novo “patent disclosure requirement” e uso de banco de dados sobre recursos genéticos como subsídios para examinadores de pedidos de patente. Além disso, esse acordo objetiva harmonizar sistemas nacionais, favorecendo “o desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas e locais, proporcionando segurança jurídica e previsibilidade para as empresas e melhorando a qualidade, eficácia e transparência do sistema de patentes” (OMPI, 2022).

Referências

OMC. [WTO high-level event examines how international cooperation can tackle illicit trade](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/igo_27jul22_e.htm). Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/igo_27jul22_e.htm Acesso em: 1 de agosto de 2022.

OMPI. [WIPO Member States Approve Diplomatic Conferences for Two Proposed Accords](https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0009.html). Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0009.html Acesso em: 1 de agosto de 2022.

Ciência aberta e Covid-19: as recomendações da UNESCO

Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Em 2022 a UNESCO publicou o relatório [“Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta”](#) indicando padrões internacionais de ação e uma definição universal sobre o que é ciência aberta. O primeiro marco de ação sobre ciência aberta foi aprovado por 193 países participantes da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), desta forma os países precisarão cumprir os padrões comuns internacionais, em adotar a cultura e a prática da ciência aberta e em apresentar relatórios a cada quatro anos sobre seu progresso. Conforme pode ser visto na fala de Audrey Azoulay, diretora-geral da UNESCO, considera que este relatório é fruto das reflexões que vieram a partir da pandemia da COVID-19 que obrigou a repensar a forma da pesquisa ser realizada. Para ela,

A pandemia de COVID-19 enfatizou a maneira pela qual as práticas de ciência aberta, assim como o acesso aberto a publicações científicas, o compartilhamento de dados científicos e a colaboração para além da comunidade científica, podem acelerar a pesquisa e fortalecer os vínculos entre a política científica e a sociedade. A Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta impulsionará a aprovação mais ampla de práticas abertas, incentivará um maior endosso da ciência aberta e garantirá que os resultados da pesquisa sejam benéficos para todos.

Audrey Azoulay, diretora-geral da UNESCO

Propósito e Objetivo da Recomendação

Consiste em criar um marco internacional para elaborar políticas e práticas de ciência aberta a fim de contribuir com a redução da exclusão digital, tecnológica e de conhecimento entre os países. Foi proposto um conjunto de ações para cooperação no âmbito individual, institucional, nacional, regional e internacional.

- promover um entendimento comum sobre a ciência aberta, sobre os benefícios e desafios associados, assim como sobre os diversos caminhos para a ciência aberta;
- investir em infraestruturas e serviços de ciência aberta;
- desenvolver um ambiente político favorável à ciência aberta;
- investir em recursos humanos, treinamento, educação, alfabetização digital e capacitação para a ciência aberta;
- fomentar uma cultura de ciência aberta e alinhar os incentivos para a ciência aberta;
- promover abordagens inovadoras para a ciência aberta em diferentes estágios do processo científico;
- promover a cooperação internacional e entre várias partes interessadas no contexto da ciência aberta e com vistas a reduzir as lacunas digitais, tecnológicas e de conhecimento.

Definição de Ciência Aberta

A ciência aberta é a combinação de vários movimentos e práticas com o objetivo de disponibilizar conhecimento científico multilíngue, torná-lo acessível para todos para aumentar a colaboração científica e o compartilhamento de informação para benefício da sociedade e

avanço da ciência. O acesso gratuito através de domínio público a publicações científicas, dados de pesquisa, metadados, softwares e hardwares é fundamental para desenvolver uma inteligência coletiva para a solução de problemas, inclusive pelo uso de métodos de pesquisa transdisciplinares. É extremamente importante que se dê importância para infraestrutura virtual e física da divulgação do conhecimento; incentivar a colaboração entre cientistas e atores sociais que não fazem parte da comunidade científica através de *crowdfunding*, *crowdsourcing* e voluntariado científico; promoção e inclusão de conhecimento historicamente marginalizados.

É necessário esforço dos Estados-membros para tornar o acesso ao conhecimento o mais aberto possível, incluindo quaisquer medidas legislativas ou de outra natureza que sejam necessárias. A restrição do conhecimento só pode ser tolerada quando justificada com base na proteção dos direitos humanos, segurança nacional, confidencialidade, direito à privacidade e respeito aos sujeitos humanos de estudo, devido processo legal e ordem pública, proteção dos direitos de propriedade intelectual, informações pessoais, conhecimento indígena sagrado e secreto, e espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção.

Valores fundamentais e princípios orientadores da ciência aberta:

Os valores centrais da ciência aberta consistem em respeitar a liberdade acadêmica e os direitos humanos; o conhecimento deve ser um bem público e beneficiar a humanidade como um todo; garantir a equidade entre pesquisadores dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Já os princípios consistem em promover abertura de todas as etapas do empreendimento científico para aumentar o impacto social; gerar a mesma oportunidade para interessados na ciência aberta sem quaisquer discriminação; maior vigilância quanto às possíveis consequências sociais e ecológicas das atividades de pesquisa e a integridade intelectual; colaborações em todos os níveis do processo científico, para além dos limites de geografia, língua, gerações e recursos, devem se tornar a regra, e deve ser promovida a colaboração entre disciplinas; incentivar diferentes caminhos de transição e prática da ciência aberta; a ciência aberta deve se basear em práticas, serviços, infraestruturas e modelos de financiamento de longo prazo que garantam a participação igualitária dos indivíduos que produzem ciência originários de instituições e países menos privilegiados.

Os valores e princípios da ciência aberta estão assim descritos pela UNESCO:



Áreas de Ação

Para atender a recomendações da UNESCO sobre a ciência aberta os Estados-membros devem adotar medidas simultâneas nas sete áreas descritas abaixo:

- Promover um entendimento comum sobre a ciência aberta, seus benefícios e desafios associados, assim como diversos caminhos que levam a ela
- Desenvolver um ambiente político favorável à ciência aberta
- Investimento em infraestruturas e serviços de ciência aberta
- Investir em recursos humanos, treinamento, educação, alfabetização digital e capacitação para a ciência aberta
- Promoção de uma cultura de ciência aberta e alinhamento de incentivos para a ciência aberta
- Promoção de abordagens inovadoras para a ciência aberta em diferentes estágios do processo científico
- Promoção da cooperação internacional e de várias partes interessadas no contexto da ciência aberta e com o objetivo de reduzir as lacunas digitais, tecnológicas e de conhecimento

Monitoramento

Os Estados-membros devem monitorar as políticas relacionadas à ciência aberta utilizando uma combinação de abordagens quantitativas e qualitativas e considerar os seguintes pontos: Implementar mecanismos de monitoramento para mensurar a eficácia das políticas e incentivos de ciência aberta; coletar e divulgar relatórios de progresso, boas práticas, inovação e pesquisa sobre ciência aberta e suas implicações, com o apoio da UNESCO; o monitoramento da ciência aberta deve ser mantido explicitamente sob supervisão pública, incluindo a comunidade científica; desenvolver estratégias para monitorar a eficiência de longo prazo da ciência aberta, incluindo uma abordagem participativa de múltiplas partes interessadas.

Organizações da Sociedade Civil

*Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz,
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert,
Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,
Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza*

Introdução

No período deste informe, foram monitoradas cerca de 40 organizações da sociedade civil (OSC), de interesse público, em sua maioria, e de interesse privado. Registraram-se manifestações ou mobilizações que merecem destaque em 22 OSC, sendo 17 delas de interesse público.

De maneira geral, nota-se que a pandemia de COVID-19 segue dominando a agenda das OSC tanto de interesse público quanto de interesse privado. São debatidas questões relativas à produção, distribuição e acesso às vacinas. Também há grande preocupação sobre a prolongada resposta à pandemia e seus diversos impactos nos sistemas de saúde e na saúde das pessoas. Fala-se ainda sobre opções de tratamento da doença, com destaque para um estudo publicado conjuntamente por três organizações profissionais, que fala da violência contra os serviços de saúde durante a pandemia e a necessidade de proteção aos profissionais de saúde. Além da questão da violência, houve manifestações reivindicando melhores condições de trabalho para o pessoal da saúde.

Nota-se recorrente atividade através de declarações que mencionam o tratado da pandemia ou o instrumento global que se pretende negociar para definir mecanismos para prevenção e proteção contra futuras pandemias. A ocorrência de futuras pandemias, cabe destacar, parece fato dado e as OSC trabalham no sentido reivindicar a presença de questões como a igualdade de gênero e a equidade entre os povos no texto do instrumento.

A equidade, de fato, é a palavra do momento para a saúde global, e está presente em inúmeras manifestações de OSC de interesse público e privado. Fala-se principalmente sobre a equidade no acesso à vacina contra COVID-19, no que é visto como o calcanhar de Aquiles na resposta global à pandemia.

A vacinação também teve destaque a partir da publicação da OMS sobre a queda na cobertura vacinal global, com a estimativa de 25 milhões de crianças menores de 1 ano sem imunização de rotina. Visto como um dos grandes impactos da pandemia, a queda na cobertura vacinal preocupa pelo risco iminente de ressurgimento de doenças preveníveis e por representar um retrocesso de décadas em esforços direcionados à imunização.

A guerra na Ucrânia segue presente nos debates, mas perde destaque nas manifestações.

Por fim, o recente reconhecimento pela OMS da varíola dos macacos como emergência sanitária global nitidamente impactou a agenda da OSC, que passaram a se manifestar sobre o problema, mas ainda de forma incipiente ou abaixo do que seria esperado para uma doença com potencial pandêmico. Isso pode levar a questionar se há, ainda, desinformação sobre as formas de transmissão e gravidade da doença, ou mesmo estigmatização por entendimento pela população geral, de forma errônea, como doença sexualmente transmissível. Será importante

acompanhar os desdobramentos dos eventos nas próximas semanas e suas respectivas repercussões na sociedade civil organizada.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

Trabalhadores da saúde

Na última quinzena, a WFPHA se manifestou publicamente sobre a importância de proteger a Força de Trabalho de Saúde através da [vacinação](#) nos países de baixa e baixa-média renda, dando notícias das atividades de pesquisa e difusão de conhecimento de seu grupo sobre imunização.

A Women in Global Health em parceria com o Conselho Internacional de Enfermeiros e a Frontline Health Worker Coalition, pediu que suas [recomendações](#) fossem consideradas na segunda sessão para discutir o Instrumento Pandêmico (OMS CAII), que aconteceu na semana de 19 de julho. As instituições recomendam que trabalhadores de saúde tenham: remuneração justa e igualitária; condições de trabalho seguras e decentes e equipamento de proteção individual para controle de infecções, especialmente para quem está na linha de frente. Na nota, apontam o avanço de inclusão no tratado de temas como a Cobertura Universal de Saúde, a igualdade de gênero e uma seção sobre a força de trabalho da saúde, mas apontam a ausência da menção ao fato de que as trabalhadoras na linha de frente (90% são mulheres) são mal remuneradas ou não remuneradas e trabalham em condições inseguras.

COVID-19: vacinas, impactos e outros desdobramentos

A WFPHA publicou uma reflexão de Rocío Sáenz, membro da Coalizão de Liderança em Saúde Pública, sobre o papel dos líderes na promoção de [abordagens sistêmicas no enfrentamento da COVID-19](#), chamando a atenção para a insuficiência de abordagens reducionistas e fragmentadas, focadas na doença e não nas pessoas e nas comunidades.

A DNDi compartilhou o [artigo](#) científico intitulado “Definitions matter: Heterogeneity of COVID-19 disease severity criteria and incomplete reporting compromise meta-analysis” que destaca a imprecisão dos dados quanto à gravidade da doença a partir da revisão de 81 estudos incluídos na meta-análise de rede (NMA). Segundo os autores, a eficácia do tratamento depende da gravidade da doença e da heterogeneidade do seu efeito. As definições de gravidade variam muito, o que compromete a meta-análise de ensaios clínicos randomizados (ECRs) e as diretrizes terapêuticas deles derivadas.

O Conselho Internacional de Enfermagem (ICN) divulgou o [relatório](#) publicado em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Federação Internacional de Hospitais e a Associação Médica Mundial, intitulado “Impact of COVID-19 on violence against healthcare”. Os resultados da pesquisa mostram que a pandemia de COVID-19 agravou os atos de violência contra os serviços de saúde. A pesquisa realizada em 2021 revela um aumento nos incidentes desde o início da pandemia de COVID-19 e destaca a importância de melhorar as relações entre os profissionais de saúde e os pacientes e seus familiares, que são os principais agressores.

O People’s Vaccine Movement [reagiu](#) à chamada declaração de Berlim, publicada pela indústria farmacêutica com a proposta de uma “visão pelo acesso equitativo em pandemias”. Anna Marriott, líder da People’s Vaccine Alliance, chama a declaração de um vergonhoso exercício de transferência de culpa, de uma indústria que escolheu priorizar os lucros sobre a vida humana durante a pandemia.

Ainda pelo People's Vaccine Movement, Piotr Kolczyński, consultor para políticas e advocacy, [dirigiu-se](#) à OMS com um pedido para que a equidade esteja inserida em qualquer tratado ou instrumento de preparação para pandemias.

Monkeypox e outras doenças infecciosas

O Conselho Internacional de Enfermagem (ICN) publicou um [comunicado à imprensa](#) sobre a *monkeypox*, pedindo a proteção de enfermeiros e outros profissionais de saúde. Por estarem na linha da frente dos cuidados de saúde, os enfermeiros desempenham um papel central na resposta a esta emergência sanitária, no trabalho de prevenção e controle de infecções, bem como na proteção contra o estigma e a discriminação. O ICN também destacou a urgência de garantir equipamentos de proteção individual (EPI) e a necessidade de ampliar o acesso a informações atualizadas sobre modos de transmissão, prevenção, diagnóstico, tratamento, procedimentos de controle de infecção, aconselhamento e atendimento, por meio de educação em serviço.

Logo que a OMS recomendou o cabotegravir injetável de longa ação (CAB-LA) um novo medicamento de [prevenção da HIV](#), a organização Médicos Sem Fronteiras pediu aos governos de países de baixa e média renda (LMICs) que incluam esse medicamento nas diretrizes nacionais de HIV e acelerem sua incorporação para prevenir a transmissão do HIV. No entanto, segundo a organização, a falta de transparência em torno dos preços e planos para registro do medicamento e as condições de aquisição estabelecidas pela companhia farmacêutica ViiV podem representar barreiras para acesso ao medicamento nos LMICs.⁴

A DNDi destacou a utilização de [tecnologia de ponta](#) coreana para reduzir o custo de medicamento promissor para leishmaniose visceral, uma das doenças mais negligenciadas no mundo. A parceria visa encontrar maneiras econômicas de fabricar o novo medicamento e substituir os existentes que apresentam sérias desvantagens em termos de segurança e custo, são difíceis de administrar em ambientes com recursos limitados e podem exigir hospitalização prolongada.

Medecins Sans Frontieres (MSF) e o Ministério da Saúde do Sudão do Sul realizaram a primeira [campanha de vacinação](#) no mundo contra a hepatite E como resposta a um surto da doença num campo para refugiados internos no país africano. Este tipo de hepatite vem causando aproximadamente 20 milhões de infecções e 44.000 mortes a cada ano e tem uma taxa de mortalidade de 25% entre as gestantes, aumentando também os riscos de abortos espontâneos e natimortos.

Controle de tabaco

A Santé publique France, que abriga a Secretaria da Associação internacional de Institutos de Saúde Pública (IANPHI), e a Secretaria da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (OMS FCTC) assinaram em 5 de julho de 2022 um memorando de entendimento para colaboração nesta temática. Este acordo concretiza o compromisso da França de criar o primeiro Centro de Conhecimento da FCTC da OMS sobre educação, comunicação, treinamento e conscientização pública, e o primeiro a oferecer conteúdo bilíngüe francês-inglês.

Crise climática e outras crises

A Associação Mundial de Medicina de Desastres e Emergências (WADEM) publicou um [artigo](#) intitulado “Incêndios florestais canadenses: uma praga no bem-estar, desigualdades e

coesão das sociedades”, onde demonstram que nos casos de calor extremo e incêndios florestais no Canadá, as populações indígenas Metis e Inuit encontram-se em maior risco de contrair doenças respiratórias crônicas, bem como outras doenças não transmissíveis e hospitalização.

A Progressive International lidera uma [campanha](#) para o combate às agressões do presidente Jair Bolsonaro à Amazonia brasileira. Segundo o movimento, Bolsonaro comanda um verdadeiro assalto extrativista que pode provocar a morte da floresta amazônica e o desaparecimento de seus povos e ainda ameaça o futuro da vida em nosso planeta.

A WFPHA divulgou uma reflexão de seu presidente, Luis Eugenio Souza, sobre as ameaças e oportunidades que um [mundo em tumulto](#) representa para a saúde global, destacando, por um lado, o risco de aprofundamento da múltipla crise social, ambiental e sanitária por que passa o mundo e, por outro, o crescimento da tomada de consciência pelos cidadãos da necessidade imediata de agir sobre essa crise.

Indicadores de saúde

A WONCA divulgou seu boletim de julho de 2020, destacando as atividades do Dia do Médico de Família (19 de maio) em diversas partes do mundo. Neste boletim, apresenta também a iniciativa [Patient-Reported Indicator Surveys](#) em que países trabalham juntos no desenvolvimento, padronização e implementação de indicadores que medem resultados e experiências de cuidados de saúde.

Guerra na Ucrânia

Segundo a CARE International, à medida que o [conflito na Ucrânia](#) se arrasta, as necessidades de refugiados se aprofundam. As equipes humanitárias destacam que a situação dos refugiados é ainda mais frágil. Muitos têm desafios financeiros ou outros que os impediram de fugir do conflito mais cedo. Ficar para trás só piorou esses problemas. Os refugiados enfrentam fome aguda, são forçados a beber água em fontes contaminadas, passam por forças hostis, atravessam vários postos de controle e vivenciam situações de violência extrema. Há evidências de que há cansaço tanto no governo polonês quanto na população em geral para manter seu apoio aos refugiados.

Ainda sobre a guerra na Ucrânia, a CARE destacou suas [parcerias com organizações locais](#) na Polônia, especializadas principalmente em ajudar as mulheres. A CARE auxilia mulheres ucranianas a encontrar serviços de saúde no sistema de saúde polonês, para cuidados com pré e pós-natais, incluindo a contratação de ginecologista ucraniano. Também apoia a atenção psicossocial para vítimas de violência sexual e desenvolve apoio direto aos migrantes (psicológicos, mercado de trabalho, jurídicos), bem como treinamentos (para professores, psicólogos, funcionários do governo).

A InterAcademy Partnership, através de um grupo de academias da Europa, [manifestou-se](#) pedindo que, junto aos compromissos de recursos e desenvolvimento de projetos para apoio à Ucrânia, haja investimento na reconstrução de um sistema de pesquisa e ciência moderno e globalmente integrado.

A Federação de Saúde Ambiental lançou [o Volume 22, n. 1 de 2022](#) da Revista Ambiente e Saúde Internacional com o tema da liberdade para a Ucrânia na capa. Dentre os assuntos estão doenças crônicas, imunização, telessaúde, atenção primária, entre outros.

Outros destaques

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN), que mantém relações oficiais com a OMS desde 1948, publicou o seu [relatório](#) sobre a reunião deste ano da Assembleia Mundial da Saúde. A delegação do ICN, composta por 70 enfermeiros de 40 países, interveio em vários itens da agenda, incluindo recursos humanos para a saúde, fortalecimento da preparação e resposta a emergências de saúde, prevenção e controle de infecções, a dimensão da saúde pública do problema das drogas, a Iniciativa Saúde Global para a Paz, prevenção e controle de doenças não transmissíveis e transplantes de órgãos e tecidos humanos.

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) divulgou documento sobre a [saúde digital](#), afirmando que a juventude desempenha um papel importante no desenvolvimento e implementação de soluções digitais de saúde e discutindo os desafios e as estratégias para impulsionar uma mudança positiva com a saúde digital.

A International Alliance of Patients' Organizations divulgou em seu site a fundação da [Agência Africana de Medicamentos](#), que tem como objetivo coordenar e apoiar os Estados-Membros e as Comunidades Econômicas Regionais a avaliar e licenciar medicamentos. A Agência "reconhece os pacientes como parceiros-chave nas estruturas de gestão e desenvolvimento da Agência e de suas estruturas de engajamento de atores não estatais".

"[A negação de vistos sinaliza que a saúde global não é global \(ainda\)](#)": esse foi o tema da notícia publicada pela NCD Alliance em que um consultor da Nigéria compartilha seus desafios para conseguir vistos de entrada em países do Norte global. Essa experiência pessoal reflete o desafio de milhões de pessoas (que vivem em determinada parte do globo terrestre) para se deslocarem no mundo, enquanto outro grupo de milhões de pessoas transitam livremente. Essa situação reflete um importante desrespeito aos Direitos Humanos básicos.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado

Ameaças globais à saúde

A Fundação Wellcome Trust afirmou que o mundo está cada vez mais vulnerável a surtos de doenças infecciosas. Já a Fundação Rockefeller apontou a importância de [investir em P&D](#) para prevenir novas epidemias e a necessidade dos [países se prepararem](#) para novas ameaças a partir do acesso equitativo a ferramentas, maior financiamento da saúde, fortalecimento da OMS e melhoria da liderança política.

O Global Fund destacou que, para acabar com as epidemias, precisamos de sociedades mais justas e igualitárias. Apontou a importância de acelerar a luta para [derrotar o HIV/AIDS](#), destacando os esforços das Filipinas para garantir o [acesso à prevenção](#), testes e cuidados com o HIV. Ressaltou também as iniciativas de comunidades, ativistas, governos e parceiros globais de saúde na luta contra o HIV, que permitiram diminuir em 65% as mortes por esta doença nos últimos 20 anos. Destacou ainda a [AIDS conference](#), evento onde líderes e parceiros discutiram a maximização da equidade em saúde, igualdade de gênero e direitos humanos na luta contra o HIV.

Crise climática e alimentar

A Fundação Rockefeller deu ênfase à crise climática e à crise alimentar, apontando que milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza e vivem em insegurança alimentar aguda. Destacou o objetivo de [acabar com a fome no mundo até 2030](#), por meio de reformas políticas que apoiem os sistemas agroalimentares e mitiguem as mudanças climáticas.

Também chamou a atenção à importância de dobrar os esforços de fortificação de alimentos em larga escala para garantir sistemas alimentares mais seguros, sustentáveis e nutritivos para todos. A Fundação Rockefeller apontou que os [esforços de adaptação climática](#) recebem apenas 6% de todos os fluxos de financiamento. Destacou que desde o lançamento do [Zero Gap Fund](#), mobilizou-se mais de US\$ 500 milhões em capital privado.

Recentemente, lançou o [relatório](#) sobre o progresso na saúde, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, redução de desigualdades, ação climática e proteção da vida na terra. A Fundação Rockefeller destacou o apoio no [acesso a serviços financeiros e assistência médica na África](#) e na Ásia, assim como as [parcerias público-privadas](#) para restauração florestal e melhoria da qualidade da água.

A Rockefeller divulgou o trabalho da Energy Alliance que visa criar [um futuro de energia sustentável](#), assim como o trabalho da Blue Conduit AI na [identificação e substituição de tubos de chumbo](#) em milhões de casas nos EUA.

A Fundação Wellcome Trust destacou o aumento da frequência de inundações, ondas de [calor extremo](#) e incêndios, assim como os [riscos para a saúde, especialmente, mulheres grávidas e seus bebês](#).

A Fundação Wellcome Trust e a Fundação Rockefeller destacaram que os líderes globais devem agir com urgência para deixar de usar combustíveis fósseis, mitigar as mudanças climáticas e ajudar a evitar os piores efeitos do calor extremo na saúde. Nesse sentido, a Fundação Wellcome Trust está concedendo até £ 2 milhões a equipes de pesquisa de países do G7, para aprimorar a [mitigação das mudanças climáticas](#) a partir de novas intervenções.

A Fundação Rockefeller apontou o perigo do [aumento do nível do mar](#), destacando que está empenhada em desinvestir em combustíveis fósseis. Registrou ainda a [necessidade de acesso à energia](#) para comunidades vulneráveis.

A Fundação Wellcome Trust enfatizou a importância da evolução no tempo do registro de eventos que ameaçam a saúde nos últimos 120 anos no mundo inteiro através de um [mapa interativo](#).

COVID-19 e outras doenças

A Gavi - Aliança pela Vacina [analisou](#) o status da vacinação de rotina em 57 países de renda baixa e constatou que a pandemia da COVID-19 continuou a impactar negativamente a vacinação em 2021.

Sobre a vacinação contra a COVID-19, a Fundação Rockefeller deu notícia sobre o evento RF Breakthrough que discutiu estratégias promissoras para alcançar a [equidade da vacina contra a COVID-19](#). Destacou que a COVID-19 apresentou novos desafios para alcançar comunidades vulneráveis e reafirmou seu apoio aos programas de imunização de rotina.

Destacou também as iniciativas para construir confiança com a população indígena e aumentar a confiança nas vacinas contra a COVID-19, mencionando a iniciativa de clínicas de vacinação móveis para alcançar populações prioritárias e esforços para vacinar comunidades

indígenas contra a COVID-19 [unindo organizações](#) indígenas a sistemas de saúde. Mencionou também o trabalho da Amref que está [ajudando a vacinar os mais vulneráveis do Quênia](#) por meio de sua clínica móvel movida a energia solar. E registrou o trabalho de Gregory Rockson e da mPharma sobre o combate à desinformação sobre vacinas.

A Fundação Bill e Melinda Gates, a Fundação Rockefeller e a Fundação Wellcome Trust destacaram a informação da OMS e do UNICEF sobre as quase 25 milhões de crianças que [perderam as vacinas básicas e não receberam vacinas essenciais em 2021](#), revertendo 30 anos de progresso.

A Fundação Wellcome Trust destacou o esforço dos países africanos para produzir as suas próprias vacinas e medicamentos, porém existem [barreiras para alcançar uma regulamentação eficaz](#) o que evidencia a necessidade de transformar e [fortalecer os sistemas regulatórios](#).

A Fundação Wellcome Trust também lançou um [relatório](#) sobre onde o investimento é mais necessário e como ele pode causar impacto.

O Global Fund convidou líderes mundiais a apoiarem o [reabastecimento de fundos](#) para acabar com o HIV, TB e malária, nesse sentido, desta que lançou o maior esforço de [arrecadação de fundos](#) para a saúde pública da história com o objetivo de arrecadar US\$ 18 bilhões.

A Fundação Rockefeller destacou a importância da Pesquisa e Desenvolvimento na procura de equidade das vacinas contra a COVID-19 e apontou que a COVID-19 evidenciou que parcerias multilaterais são essenciais para impulsionar a resposta global e o aumento da cooperação. Também destacou o papel dos [Bancos Multilaterais de Desenvolvimento](#) na resposta aos desafios de financiamento que países de baixa e média renda enfrentam em crises de curto prazo.

Monkeypox

A Gavi reagiu à epidemia de varíola dos macacos e publicou [artigo](#) ressaltando a necessidade de vigilância, engajamento e solidariedade entre países, a sociedade civil e parceiros.

A Fundação Wellcome Trust repercutiu a declaração da OMS do surto de *monkeypox* como uma [emergência de saúde pública](#), devido à rápida disseminação mundial por rotas pouco conhecidas. Sugeriu que a resposta deve incluir apoio para mais pesquisas, vigilância reforçada da doença, rastreamento de contatos, acesso equitativo a testes, tratamentos e vacinas para aqueles em maior risco.

Pesquisa e desenvolvimento: hepatite B

A Gavi publicou ainda [artigo](#) sobre pesquisas recentes que trazem à comunidade científica a esperança de que a cura para a hepatite B esteja a caminho, e estará disponível dentro de 5 a 10 anos.

Outros destaques

O Global Fund lançou uma convocatória para [inscrições](#) de pessoas com experiência em saúde global para uma vaga no Technical Review Panel (TRP), uma equipe de especialistas independentes que analisam solicitações de financiamento.

De forma semelhante, a Fundação Wellcome Trust convocou especialistas de todo o mundo para fazer parte do [Comitê de Pesquisa de Descoberta](#).

Melinda Gates falou [com a BBC](#) sobre a importância da [recuperação econômica global](#) em torno das mulheres para alcançar a equidade de gênero global, expandindo oportunidades para mulheres e trabalhadores informais, capacitando comunidades vulneráveis e [promovendo seu crescimento](#) econômico e estabilidade. Destacou também os sistemas de inclusão financeira digital na Tanzânia, que permitem trabalhar para [promover o crescimento econômico](#) e podem ajudar a tirar os trabalhadores da pobreza em todo o mundo.

A fundação Rockefeller deu destaque a um [artigo](#) que detalha estratégias para ajudar os prefeitos a implementar soluções locais para enfrentar as iniquidades raciais.

A Fundação Wellcome Trust destacou que [sono é vital para muitos aspectos de nossas vidas](#) e a insônia está intimamente ligada a transtornos mentais, incluindo depressão, ansiedade e esquizofrenia, pelo que lançou uma nova [chamada de financiamento](#) para pesquisas em [distúrbios no sono e ritmos circadianos](#).

A Fundação Rockefeller destacou o trabalho da organização Sixup que, por meio de sua plataforma de empréstimos, [investe em estudantes de alto desempenho](#) e baixa renda que podem não ter condições de pagar o ensino superior. Mencionou também o apoio à formação da [Economic Opportunity Coalition](#), um esforço para promover oportunidades para comunidades carentes.

Eventos

Envelhecimento inteligente

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a [7ª Golden Age Expo and Summit](#) (2022), a ser realizado em Hong Kong, sobre o envelhecimento inteligente. O Movimento da Idade Dourada desenvolve programas inovadores de aprendizagem ao longo da vida e atividades de envolvimento da comunidade, criando oportunidades para os indivíduos com 45 anos ou mais desenvolverem ações de envelhecimento saudável que beneficiem a sociedade.

Ameaças de armas nucleares

A Associação Internacional de Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear (IPPNW) realizará no dia 8 de agosto uma [reunião](#) oficial chamada “N-5 médicos falam com uma voz”, paralela à décima Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP); com o intuito de discutir sobre a ameaça existencial que as armas nucleares representam para a saúde humana e planetária.

Cibersegurança na saúde

A Federação Internacional de Hospitais realizará no dia 11 de agosto um [evento](#) sobre “Cibersegurança na saúde: como proteger sua reputação organizacional?” A atividade visa discutir a preparação das organizações de saúde contra ataques cibernéticos, para planejar sua estratégia com a orientação de especialistas em segurança.

Afganistão: um ano depois

Dia 15 de agosto de 2022 marca o aniversário de um ano da queda de Cabul para o Talibã. O Center for Strategic and International Studies (CSIS) sediará uma série de [eventos](#)

[virtuais](#) e presenciais, refletindo sobre as implicações da tomada do Talibã e insights obtidos no último ano sobre o futuro do país. O primeiro tema será: Afeganistão - um ano depois.

Conclusão

Em síntese, observa-se que as organizações da sociedade civil seguem, por um lado, se movimentando em torno dos assuntos que persistem como problemas importantes e não superados, com notável destaque para a COVID-19. Seguem presentes os temas que tratam da crise climática e alimentar, iniquidades, questões de gênero, bem como as pautas específicas direcionadas de algumas OSC dedicadas a temas específicos. Há que se destacar, nesta edição, a mobilização, sobretudo da sociedade civil de interesse privado, em torno dos retrocessos identificados na vacinação de rotina em nível global, especialmente em crianças, reconhecidos também como impactos de longo prazo deixados pela pandemia da COVID-19. A varíola dos macacos, ou *monkeypox*, começa a ganhar espaço nas manifestações da sociedade civil de maneira geral, em nítida repercussão após sua declaração como emergência sanitária global pela OMS. Por outro lado, observa-se uma redução das discussões sobre um assunto também importante que é a guerra na Ucrânia.

Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

O valor da Sociedade Civil Organizada em Defesa do Interesse Público – SCO IP, reside na sua combatividade constante e seu sentido ético de dever coletivo. Inspirado por esta ideia de constância e radicalidade / coragem de dizer o que deve ser dito sem mediar consequências de interesses ou cálculos menores, buscamos neste informe refletir a diversidade e potência de muitas lutas e ideias transformadoras geradas neste último período pandêmico, capazes de alterar o rumo dos processos sociais, focando em particular na denúncia da colonialidade da saúde global hegemônica e reivindicando os interesses públicos refletidos desde os direitos humanos e projetados no questionamento do proposto “multistakeholderismo”, o qual vem nos consumindo o espaço público internacional e multilateral, cada vez mais dominado por atores de interesse privado, representantes do capital financeiro monopolista. Tais lutas se localizam na revisão da ética do que guia a saúde global e a ciência hegemônicas na obra de Eugene Richardson “Ilusões Epidêmicas”; se conecta com a proposta de enfrentar a crise maior representada pelas desigualdades, decorrentes desta ordem persistentemente colonial, mediante um novo contrato ecossocial proposto pelo UNRISD – United Nations Research Institute on Social Development; nos leva a refletir sobre as oportunidades, desafios e limites da nova onda de governos de centro-esquerda e sociedades em movimento na América Latina, representada em um painel de artigos da cinquentenária Revista Nueva Sociedad; nos conduz na crítica aguda de Nicoletta Dentico e [Ashka Naik](#) sobre a ameaça do “multistakeholderism” incluindo o grande capital e as farmacêuticas no espaço de incidência do Órgão Internacional de Negociação (INB) do Tratado Pandêmico da OMS; seguindo esta linha nos encontramos com a sequência de estudos promovidos ao longo dos três últimos anos pelo Instituto Transnacional e Amigos da Terra Internacional, sobre a captura privada via “multistakeholderismo” dos espaços de decisão multilaterais globais sobre alimentos e medicamentos / vacinas, com o último grande estudo crítico dos mecanismos como COVAX e ACT se denomina “As três crises da COVID e multistakeholderismo: impactos no Sul Global”, lançado em 20.07.22; outra peça contundente está constituída pelas orientações derivadas dos diálogos do Centro CoDA-Sul sobre Fluxos Financeiros Ilícitos (IFFs), que busca comparar receitas fiscais a serem levantadas pelos países em desenvolvimento, dos membros da OCDE e das Soluções das Nações Unidas para tributar a economia digital – uma fonte fundamental de riqueza que precisa ser resgatada para sustentar nossas aspirações a sistemas universais de seguridade social e; finalmente o último Boletim do Peoples Health Dispatch que nos informa e alerta sobre lutas sociais em curso pelo direito humano à saúde em nosso Mundo.

1. Eugene Richardson e sua obra Ilusões Epidêmicas – a Colonialidade da Saúde Pública Global. Entrevista. 03.05.21. <https://www.youtube.com/watch?v=1ugoOTESvvA>
2. Revista Nueva Sociedad. Progressismos Latino Americanos – Um Segundo Tempo. No 299. Junho – Julho 2022. https://nuso.org/edicion-impresa/?utm_source=email&utm_medium=email

“Contra várias probabilidades, a América Latina mantém um grande número de governos progressistas, que poderiam até ser mais do que durante o primeiro “virar para a esquerda”. Estamos enfrentando um novo ciclo? Que potencialidades, tensões e limites as experiências progressistas atuais enfrentam? O que é esse “segundo tempo”?”

3. **Pré lançamento do Informe UNRISD sobre novo contrato ecosocial e o enfrentamento das crises de desigualdades. Junho 2022.**
<https://cdn.unrisd.org/assets/library/reports/preview-unrisd-flagship-report-2022.pdf>

“Nosso mundo está em estado de fratura, confrontado com crises severas, aumentando as desigualdades e desvendando contratos sociais. Agora é a hora de agir para garantir nosso futuro e coconstruir um novo contrato eco-social que entregue para as pessoas e o planeta. As desigualdades extremas de hoje, a destruição ambiental e a vulnerabilidade à crise não são uma falha no sistema, mas uma característica dele. Apenas mudanças sistêmicas em larga escala podem resolver esta situação terrível. A desigualdade tem sido um motor, amplificador e consequência de múltiplas e sobrepostas crises — econômicas, sociais, políticas e ecológicas. O resultado é um ciclo vicioso que está perturbando a base da vida humana neste planeta e corroendo as perspectivas de uma vida digna e pacífica para todos. Grupos vulneráveis e marginalizados, que enfrentam múltiplas desigualdades intersectoriais, são os mais afetados, ficando mais para trás. As elites podem em grande parte proteger-se de impactos adversos das crises e muitas vezes até mesmo explorar crises para seu próprio ganho.

Podemos criar caminhos para um novo contrato ecosocial baseado em uma visão de justiça, igualdade e sustentabilidade. Para isso, precisamos de um novo modelo de desenvolvimento com três pilares fundamentais: abordagens econômicas alternativas que centralizam as relações ambientais e sociais e reequilibrem as relações entre o Estado e a sociedade; políticas sociais transformadoras baseadas em um pacto fiscal justo; e reimaginar o multilateralismo e fortalecendo as solidariedades. Os que estão no poder trabalham para preservar e perpetuar um sistema que beneficia poucos às custas de muitos. Somente se reequilibrarmos as estruturas de poder existentes e criarmos novas alianças podemos alcançar mudanças transformadoras. Líderes políticos progressistas, coalizões inclusivas, cidadãos ativos e movimentos sociais precisam se unir para cocriar um novo contrato eco-social.”

4. **Quem se senta à mesa nas negociações do Tratado Pandêmico? Debate abre a Caixa de Pandora dos interesses disfarçados. Inside View 20/07/2022. Nicoletta Dentico & Ashka Naik. <https://healthpolicy-watch.news/who-pandemic-treaty-negotiations/>**

“O setor corporativo deve ser autorizado a participar de negociações em torno do novo instrumento vinculante sobre prevenção pandêmica, preparação e resposta que está sendo desenvolvida pelos estados membros da Organização Mundial da Saúde? O debate a portas fechadas desta semana pelos Estados-membros da OMS para decidir quem deve obter um lugar em torno da mesa corre o risco de abrir uma caixa de interesses investidos de Pandora.

Vinte anos atrás, a iniciativa da Convenção do Tabaco da OMS (FCTC), o primeiro tratado negociado na OMS em resposta à globalização da epidemia do tabaco, estabeleceu regras básicas muito claras. Os governos incluíram uma declaração específica de que as empresas de tabaco não devem participar das negociações da convenção nem na definição da política nacional do tabaco.

Ontem, alguns dos principais delegados dos Estados-membros reuniram-se em Genebra para uma semana de deliberações sobre um primeiro texto de trabalho [working draft](#) para um novo instrumento legal para governar a preparação e a resposta da pandemia global, orientados pelo Órgão Internacional de Negociação (INB) [International Negotiating Body \(INB\)](#) de maneira indiferente insinuou que os atores empresariais são bem-vindos. Defendendo uma abordagem de toda a sociedade [all of society](#) no processo de elaboração, a União Europeia, os EUA e o

Reino Unido, entre outros, alardearam a necessidade da participação das entidades corporativas na formulação e visão inicial do tratado.

A questão de qual atores não estatais podem interagir formalmente sobre as negociações da INB – além daquelas já em relações oficiais com a OMS – deve ser discutida em detalhes esta semana com base em uma lista curta [short-list already submitted to member states in March](#) já submetida aos Estados-membros em março, delineando "modalidades propostas de engajamento para as partes interessadas relevantes".

Esta lista já reconhece uma nova e mais ampla gama de grupos internacionais e multilaterais com interesses corporativos diretos, além dos "atores não estatais existentes nas relações oficiais com a OMS".

Cerca de 220 atores não estatais [220 non-state actors](#) que já detêm o cobiçado status de "relações oficiais com a OMS" incluem a Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas [International Federation of Pharmaceutical Manufacturers and Associations](#), bem como fundações agro-empresariais como a CropLife International [CropLife International](#), e outliers do setor privado, como a Associação Internacional de Transporte Aéreo, e o Conselho Mundial de Encanamento - the [International Air Transport Association](#) e [World Plumbing Council](#).

Strikingly, only a few environmental health NGOs, notably the International Society of Doctors for Environment (ISDE), are recognized by WHO. None of the global environmental advocacy groups, such as [Health Care Without Harm](#), the [Global Climate and Health Alliance](#), or the [Wildlife Conservation Society's health programme](#), have been accredited so far – despite [efforts to win a seat at the table](#).

Ampliando a lista de stakeholders da INB – quem ganhará o prêmio? Os Estados-membros da OMS estão agora dispostos a expandir ainda mais a lista de partes interessadas nas negociações da INB, adicionando uma lista ainda a ser definida de novos atores como um anexo E proposto da lista atual [Annex E of the current list](#) de grupos reconhecidos. Este anexo E [Annex E](#), efetivamente, é um cheque em branco para a entrada de interesses ainda mais investidos nas negociações da INB. Surpreendentemente, a discussão e a decisão dos Estados-membros da OMS sobre esses atores não estatais adicionados serão realizadas a portas fechadas – longe do escrutínio da mídia e sem muita possibilidade de intervenção dos CSOs existentes. Assim, ainda mais poderosos pharma, agro-negócios e outros interesses investidos serão convidados a participar das palestras, enquanto atores ambientais preocupados com questões de Saúde críticas à prevenção da pandemia, permanecerão trancados fora da sala? Os riscos disso são altos. E é uma pergunta iminente crítica para a direção futura das negociações.

Complacência pós-democrática varrendo instituições públicas. As questões em jogo aqui são apenas mais um reflexo da complacência pós-democrática que varre as instituições estatais e multilaterais, transformando gradualmente a relação entre as instituições públicas e o mundo corporativo. Isso não está acontecendo apenas na OMS. A arena multilateral global está visivelmente ocupada pela imaginação do desenvolvimento sustentável que maximiza novos futuros de mercado através dos tropos de inclusão, transparência e inovação. No contexto da OMS, as modalidades propostas de engajamento para stakeholders relevantes proposed [modalities for engagement for relevant stakeholders](#) não propõem de fato quaisquer salvaguardas contra a interferência política corporativa no tratado pandêmico e sua criação. Na verdade, eles abrem caminho para uma gama cada vez maior de entidades para ganhar um status com a organização – além dos interesses farmacêuticos e do agronegócio, como a

CropLife International, já em relações reconhecidas com a OMS [already in recognized WHO relations](#).

Disseminação de grupos farmacêuticos disfarçados. Enquanto isso, o domínio da farmacêutica continua a crescer, não regulamentado. Estamos nos referindo aqui às poderosas parcerias públicas e privadas criadas pelo setor filantrópico – principalmente a Fundação Bill e Melinda Gates – nas últimas duas décadas, incluindo grupos como Gavi - The Vaccine Alliance, The Global Fund e Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI) [Gavi The Vaccine Alliance, The Global Fund](#), and [Coalition for Epidemic Preparedness Innovations \(CEPI\)](#). Durante a pandemia, essas organizações híbridas financiadas por Gates colaboraram na criação de uma nova "super parceria público-privada" [super public-private partnership](#) o Act Accelerator (ACT-A), e seu componente de vacinas, COVAX [and its vaccine component, COVAX](#). Essa nova estrutura foi encarregada de orquestrar a resposta internacional à pandemia do COVID – com o consentimento complacente dos governos. Legalmente, essas instituições constituem jurisdições em grande parte inacessíveis de fundações privadas profundamente habitadas por lógicas corporativas, interesses e funcionários. Embora uma "transição" do Act-A e Covax [Act-A and COVAX functions](#) funcione de volta para GAVI e seus parceiros tenham sido recentemente anunciados [partners was recently announced](#), resta saber se e como essa arquitetura protótipo das fases iniciais da crise pandêmica dará origem a novas entidades ou "super" funções, como parte do acordo legal pandêmico da OMS.

Entrega de vacinas COVAX preparada para embarque em abril de 2021. Vários stakeholders relevantes estão defendendo esse cenário. Seja qual for o futuro, durante a recente pandemia fomos confrontados com um exemplo de livro-texto sobre a privatização global da saúde que contrariava a óbvia necessidade de um forte papel do setor público no combate à crise [a strong public sector role in countering the crisis](#). Portanto, não deve ser surpresa que, apesar das advertências antecipadas [early warnings](#), a INB continue a afastar preocupações da sociedade civil sobre as ambições do setor privado na adaptação do tratado – bem como a necessidade de discussões mais transparentes sobre quem deve ser reconhecido como parte interessada, com base nos princípios constitucionais da OMS.

Protegendo-nos de interesses disfarçados? Enquanto os Estados-membros realizam discussões a portas fechadas nesta quinta e sexta-feira, sobre sua lista final de interessados da INB, a tarefa de vigia passará para a Secretaria da OMS e sua equipe jurídica – também encarregada de proteger a agência de saúde pública do mundo de captação corporativa indevida nos moldes do Quadro de Engajamento com Atores Não Estatais (FENSA), [a strong public sector role in countering the crisis](#). aprovado pela Assembleia Mundial da Saúde em 2016.

Como a OMS, única instituição internacional obrigada a alcançar o mais alto padrão de saúde possível para todos neste planeta, pode proteger um processo interno de criação de tratados e as normas negociadas sobre futuras pandemias, da influência viral de interesses investidos em suas variantes corporativas e filantrópicas? Como os Estados-membros da OMS salvaguardarão esse complexo processo das estratégias de poder que os lobistas corporativos geralmente exercem na arena multilateral – em consonância com o seu mandato como portadores do dever, vis a respeito do direito à saúde?

Big Pharma e Big Food não são big tobacco? A relutância, quando não a oposição total, de considerar salvaguardas rigorosas contra a interferência corporativa na gestão de pandemias futuras pode ser fundada em uma simples suposição: a Big Pharma e a Big Food não são "Big Tobacco". Corporações farmacêuticas salvam vidas. O agronegócio fornece alimentos. As

corporações do tabaco destroem a saúde e a vida. Mas essa premissa está profundamente equivocada e negligência três fatos importantes por atacado.

Em primeiro lugar: as empresas farmacêuticas e do agronegócio, como qualquer empresa, incluindo o tabaco, são principalmente – e de fato estatutariamente – voltadas para a realização de lucros. Esta é uma realidade que pode, e de fato muitas vezes, produzir contradições complicadas com a formulação de políticas com o propósito de melhorar a saúde do maior público possível. O fato de que as vacinas COVID-19 não foram inicialmente acessíveis a milhões de pessoas em todo o mundo para proteger os direitos de propriedade intelectual das corporações farmacêuticas [protect the intellectual property rights of pharmaceutical corporations](#) é um exemplo particularmente gritante disso. Os ramos de saúde animal da Pharma [animal health branches](#), juntamente com o agronegócio, estão, entretanto, lucrando gigantescamente com a venda de antibióticos dedicados à produção intensiva de animais e pesticidas que estimulam a resistência antimicrobiana e os riscos de surgimento de novos patógenos [antimicrobial resistance and the risks of new pathogen emergence](#).

Em segundo lugar: a indústria farmacêutica, como o tabaco, tem um histórico preocupante de abusos de mercado e violações do direito internacional que prejudicaram seriamente a saúde pública. Só um gosto para lembrar negociadores de tratados de pandemia? Da Pfizer à AstraZeneca [Pfizer to AstraZeneca](#), alguns dos maiores fabricantes de vacinas do mundo pagaram centenas de milhões [hundreds of millions](#) a bilhões de dólares para resolver processos judiciais sobre alegações que vão desde suborno e fraude até promoção de drogas fora do rótulo. Em fevereiro, quatro das principais empresas farmacêuticas, incluindo a Johnson & Johnson, concordaram nos tribunais dos EUA [in US courts to pay out \\$26 billion](#) em pagar US\$ 26 bilhões em alegações de que suas práticas comerciais alimentaram a epidemia de opioides [the opioid epidemic](#), que causou vício, sofrimento e morte desenfreados. Queremos seriamente tratar entidades como esta como "parceiras" na elaboração da visão e implementação de um tratado pandêmico, depois da Covid-19?

Em terceiro lugar: a indústria do tabaco oficialmente estigmatizada não está desistindo e expandindo seu alcance para o setor farmacêutico, agora sob a cobertura da resposta à pandemia COVID-19. Os interesses da indústria do tabaco [Tobacco industry interests in pharmaceutical corporations](#) em corporações farmacêuticas são generalizados e crescentes, com as corporações mesmo detentoras de direitos de propriedade intelectual para vacinas e tratamentos que salvam vidas. Uma das maiores fabricantes de cigarros do mundo, a Philip Morris International (PMI), possui uma participação significativa [owns a significant stake](#) na fabricante de vacinas COVID Medicago. Para piorar as coisas, o governo canadense, em violação à FCTC da OMS, fez parceria com o PMI para produzir a vacina Medicago Inc. Isso provocou um clamor público [public outcry](#); O Canadá não estava apenas violando seus compromissos internacionais, mas aprofundando uma epidemia através de sua resposta a outra.

A British American Tobacco (BAT), outro ator global de tabaco, também esteve envolvida no desenvolvimento de uma vacina COVID através de uma subsidiária, a Kentucky BioProcessing (KBP) [Kentucky BioProcessing \(KBP\)](#). Graças à FCTC da OMS, a aprovação para a distribuição global dessas vacinas será baseada na grande desinvestimento do Tabaco desses empreendimentos.

A Big Food e o Agribusiness também ameaçam a integridade do tratado. A resistência antimicrobiana resultante do aumento do uso de antibióticos na agricultura e, particularmente, na produção pecuária, foi descrita como uma "pandemia silenciosa". Após a pandemia, Big Tech,

Big Food, Big Agribusiness estão cada vez mais pulando no mercado em expansão de produtos de saúde global, bem como na gestão de riscos da cadeia de suprimentos [risks management](#).

A intersecção desses poderosos interesses – que promovem o uso em espiral de antibióticos e pesticidas em métodos insustentáveis de agricultura e produção intensiva de gado – acaba ameaçando uma abordagem equilibrada e baseada na realidade da AMR e da One Health nas negociações da INB. No entanto, embora muitos Estados-membros tenham sublinhado esta semana a AMR como a pandemia silenciosa que exige a saúde como a abordagem vital para a prevenção da pandemia, outros têm questionado se essas questões [others have questioned whether these issues](#) estão recebendo muita ênfase, dizendo que a One Health não é bem compreendida e está fora do alcance dos mandatos usuais da OMS. Dado os crescentes riscos de pandemia sistêmica associados às cadeias alimentares insustentáveis e à destruição da biodiversidade, o foco quase exclusivamente na vigilância e soluções farmacêuticas para a resposta pandêmica reitera a abordagem reducionista específica da doença em que a indústria prosperou nas últimas duas décadas. Isso tem que mudar na discussão do tratado da pandemia.

Mas, embora existam grupos de OSC ativas, reconhecidas pela OMS, defendendo questões de acesso a medicamentos, como já observado, quase nenhum agente de saúde planetária [hardly any planetary health players are to be seen](#) deve ser visto nas negociações pandêmicas, para colocar contra-argumentos e perspectivas potentes sobre a interface homem-animal-ambiente que a One Health aborda. Retórica à parte, isso significa que o resultado final, seja um tratado, convenção ou outro instrumento legal, pode acabar sem dentes significativos para abordar os determinantes sistêmicos dos eventos de derramamento zoonótico – relacionados ao desenvolvimento insustentável, produção de alimentos insalubres e inseguros e colonização antropogênica dos ecossistemas. A Secretaria da OMS e a INB serão arrastadas para apenas permitir mais uma nova e esplêndida rodada de soluções biomédicas orientadas pelo setor privado.

A INB deve estabelecer critérios convincentes e transparentes. Os delegados da OMS não devem esquecer que, se eles são sérios sobre ser inclusivos, regras básicas críveis precisam ser criadas para trazer transparência e ordem à cena não regulamentada de hoje, onde as políticas de conflito de interesses tornam o cenário multilateral um espaço confuso de equitação livre. Uma vez que o Secretariado da OMS e a INB apontam a FCTC como seu modelo de criação de tratados, eles devem estar cientes de que o sucesso da FCTC tem sido amplamente atribuído aos controles de precedentes dos Estados-membros contra a manipulação corporativa. A INB deve estabelecer critérios convincentes e transparentes para garantir que aqueles que negociam, observam as negociações e, posteriormente, implementem o novo tratado, a convenção ou outro instrumento legal não tenham conflitos de interesse. Declarar esses conflitos não é suficiente, se quisermos construir confiança.

Os negociadores devem garantir que toda e qualquer consulta com as indústrias investidas no desenvolvimento do acordo pandêmico seja divulgada publicamente e imediatamente. Isso ajuda a proteger contra a influência da indústria sobre a política de saúde pública ou a percepção disso. A pandemia COVID-19 ilustrou a centralidade dos sistemas públicos universais de saúde na gestão de uma pandemia e a inaplicabilidade das regras e princípios de mercado no tratamento de uma crise tão imensa em cada país. Não queremos ver futuras pandemias, e o acordo global que deveria prevenir e responder a elas, abrir caminho para novos modos de comercialização exploratória de cuidados de saúde. Ideais humanistas na justiça global não podem ser usados para melhorar as próprias práticas que a subvertem.

É importante que essas e outras guias rigorosas sejam adotadas para o sucesso. Isso exigirá menos serviço labial para a FCTC e uma consulta mais significativa com os funcionários da OMS e organizações da sociedade civil intimamente familiarizados com a Convenção. Há muito a aprender com esse processo que é relevante para o atual. O sucesso do tratado e a resposta à pandemia global dependem disso. Profissionais de saúde pública e defensores dos direitos humanos em todo o mundo o reconhecem [advocates the world over recognize](#). Imploramos à INB e aos delegados da OMS que façam o mesmo.”

Ashka Naik atua como diretora de pesquisa em Responsabilidade Corporativa [Corporate Accountability](#), liderando pesquisas estratégicas e análises centradas em equidade do poder corporativo em todas as questões, da saúde pública aos sistemas alimentares. Ela também está cursando seu doutorado na Universidade de Massachusetts, onde explora a interseccionalidade da segurança alimentar, do empoderamento feminino e do neoliberalismo. Nicoletta Dentico, jornalista e escritora, atua como Diretora do Programa Global de Justiça em Saúde na Society for International Development (SID) [Society for International Development \(SID\)](#). É co-presidente da plataforma independente CSO Geneva Global Health Hub [Geneva Global Health Hub](#) (G2H2).

5. As três crises da COVID e multistakeholderismo: impactos no Sul Global. 20.07.22
<https://www.foei.org/publication/the-three-covid-crises-and-multistakeholderism-impacts-on-the-global-south/>

Este novo relatório do Instituto Transnacional [Transnational Institute](#) e Amigos da Terra Internacional explora o papel do multistakeholderismo nas crises do COVID, quando iniciativas multistakeholder, trabalhando fora do sistema multilateral, agiram como órgãos de governo. Um acompanhamento do COVAX [COVAX](#), um estudo conjunto publicado em março de 2021, este relatório situa as empresas multistakeholder relacionadas ao COVID dentro da estratégia global do Norte Global em direção ao Sul Global.

Neste novo relatório, o acadêmico especialista Harris Gleckman identifica quatro tipos de abordagens usadas por governos e corporações poderosas para abordar a disseminação do vírus em um mundo desigual. Ela analisa a forma como os mercados de saúde, permeadas pelas desigualdades econômicas, sociais e de gênero, forneceram uma plataforma para um aumento global do COVID-19. Ele mostra como o grupo multistakeholder ACT-A (Access to COVID Tools Accelerator), juntamente com o COVAX, levaram à proliferação de outras iniciativas multi-detentoras "lutando contra o COVID" de olho no poder e nos lucros. O relatório argumenta que a vida das pessoas — vulneráveis, marginalizadas e sem recursos, especialmente do Sul Global — não deve ser peças sobre o jogo de poder jogado pelos governos e corporações do Norte.

O relatório foi lançado em 28 de julho, com uma mesa redonda onde a Dra. Lauren Paremoer (Universidade da Cidade do Cabo / Movimento de Saúde do Povo) e Priti Patnaik (Arquivos de Saúde de Genebra), que debateram e discutiram os resultados do relatório com o autor.

O relatório pede o término imediato do COVAX e de todos os outros grupos multistakeholders que afirmam estar "lutando contra o COVID". Os recursos e atividades, argumenta, devem ser transferidos para o fundo de emergência de uma Organização Mundial da Saúde ampliada, responsável e legítima, apoiada por países e outros organismos das Nações Unidas.

Concentração de energia no sistema alimentar global e a ameaça do Big Data.
29.04.19. <https://www.foei.org/publication/power-concentration-in-the-global-food-system-and-the-threat-of-big-data/>

Megafusões e aquisições levaram a uma concentração sem precedentes de poder em toda a cadeia alimentar industrial. Novas tecnologias e 'Big Data' na produção, distribuição e varejo agroalimentares só agravarão a situação.

A série "Quem Beneficia?", da Friends of the Earth International, destaca os principais fatores por trás da consolidação do sistema alimentar global e como camponeses, trabalhadores, nossa saúde e meio ambiente são todos afetados.

Os problemas associados ao sistema alimentar industrial têm sido amplamente relatados: grilagem de terras, perda de biodiversidade, degradação do solo, desmatamento, dietas não saudáveis, condições de trabalho terríveis. As circunstâncias para os pequenos produtores de alimentos do mundo – responsáveis por mais de 70% da produção global de alimentos – só se deteriorarão à medida que a concentração de energia dentro da cadeia alimentar industrial se intensificar. Some-se a isso o surgimento de tecnologias disruptivas baseadas em dados e um coquetel venenoso está se formando.

'Big Data' é tudo sobre a capacidade de coletar, analisar e reinterpretar grandes quantidades de dados, incluindo a extração de informações comercialmente relevantes. No sistema alimentar industrial, isso poderia incluir informações sobre condições climáticas históricas, preços de mercado, rendimentos, solos, distribuição. Essa tendência incentiva ainda mais a corporatização; quanto mais informações uma corporação consegue acumular, manipular e monopolizar, mais fácil fica para afastar os concorrentes e acumular lucro.

Se essa concentração não for interrompida aqui e agora, levará à destruição de grande parte da rede alimentar camponesa, arriscando a segurança alimentar e a soberania de milhões de comunidades rurais e urbanas.

Podemos escolher um futuro diferente se colocarmos o controle sobre nossos sistemas alimentares de volta nas mãos do povo, particularmente camponeses, trabalhadores e outros pequenos produtores de alimentos.

6. Expor a captura corporativa da Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU através do multistakeholderismo. 25 de novembro de 2021.
<https://www.foei.org/publication/corporate-capture-un-food-systems-summit-multistakeholderism/>

Este relatório expõe a crescente ameaça das Instituições Multistakeholder (MSIs) e a crescente influência corporativa sobre a governança dos sistemas alimentares através da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UNFSS).

Em sua essência, a UNFSS está voltada para passar do multilateralismo – envolvendo processos e tomadas de decisão lideradas pelos Estados – para o multistakeholderismo – uma prática de governança que reúne múltiplos stakeholders, incluindo corporações, plataformas corporativas, associações empresariais, doadores, acadêmicos e atores da sociedade civil para formular e implementar respostas a problemas percebidos conjuntamente.

O multistakeholderismo permite que corporações transnacionais poderosas, suas plataformas e associações direcionem a formulação de políticas internacionais e nacionais,

financiamento, narrativas e governança, ao mesmo tempo em que promovem soluções falsas e amigáveis às empresas para sistemas alimentares em crise.

Neste relatório investigamos algumas das redes de Instituições Multistakeholder que influenciam o UNFSS, e como elas são impulsionadas por interesses do setor corporativo.

Baixe os infográficos e ilustrações relacionados a este relatório no site [foodsystems4people](#) [foodsystems4people website](#).

7. A Grande Aquisição: Mapeamento do Multistakeholderismo na Governança Global. 17 de Janeiro de 2022. <https://www.foei.org/publication/the-great-takeover-mapping-multistakeholderism-in-global-governance/>

Este livro, *The Great Takeover: Mapping of Multistakeholderism in Global Governance* [The Great Takeover: Mapping of Multistakeholderism in Global Governance](#), busca expor como a captura corporativa está alcançando o domínio nos assuntos mundiais.

Da saúde, da alimentação e da agricultura, da educação à internet, do meio ambiente aos serviços públicos e dos direitos humanos, a pesquisa mostra que as decisões tomadas nesses mecanismos de "multistakeholderismo", bem como em instituições multilaterais capturadas, têm impacto direto na saúde das pessoas, na educação infantil, nos direitos digitais, no acesso aos serviços públicos básicos e aos direitos humanos nos territórios, incluindo o direito a um ambiente saudável.

Ao deslocar o lócus das principais decisões políticas do sistema multilateral para mecanismos mistos onde o setor privado governa – com o apoio de alguns Estados, instituições internacionais e grandes filantropos – o fenômeno da "multistakeholderização" da governança global tornou-se sistêmico.

Essa tendência surgiu nonexo das relações entre o Fórum Econômico Mundial (WEF), a Classe Davos e a Organização das Nações Unidas (ONU) – mais notavelmente desde a criação do Pacto Global (2000), um acordo não vinculativo que dá às corporações acesso à ONU. Houve várias críticas e "retrocessos" levantados pelos movimentos sociais e setores afetados sobre esse deslocamento das instituições multilaterais – inclusive em 2021, sobre a Parceria Estratégica firmada entre o WEF e a ONU.

O livro foi construído de forma dialógica entre os dois pesquisadores e os membros do Grupo de Trabalho Popular sobre Multistakeholderismo: Corporate Accountability, FIAN International, Focus on the Global South, Friends of the Earth International, Geneva Global Health Hub, Global Campaign for Education, IT for Change, People's Health Movement, Public Services International, Society for International Development e Instituto Transnacional.

Os dados resultantes estão acessíveis no anexo do relatório e neste banco de dados on-line [this online database](#).

É evidente que, em vez de ser uma solução, os mecanismos "multistakeholder" aceleram o caminho para um mundo mais antidemocrático, insustentável e desigual. Este livro apresenta desafios exigentes e convida a participação ativa neste esforço para desvendar a Aquisição do nosso futuro comum pelos atores do poder corporativo global. É urgente mobilizar-se na construção de um sistema multilateral democrático mais forte, responsável pelo interesse público e comprometido com um planeta sustentável.

8. COVAX: Um grupo multistakeholder global que representa riscos políticos e de saúde para os países em desenvolvimento e o multilateralismo. 07.04.21. <https://www.foei.org/publication/covax-covid19-vaccine-report/>

A Covid-19 deu origem a muitos desafios, um dos quais é uma solução global de distribuição de vacinas. Do ponto de vista dos direitos humanos, isso significa como levar a vacina COVID para comunidades e povos nos países em desenvolvimento de forma rápida, segura, a baixo ou nenhum custo sem discriminação política, de classe ou de gênero. Mas para corporações e pessoas como o Fórum Econômico Mundial (WEF) e a Fundação Gates este desafio pode ser descrito como como levar a vacina COVID para comunidades e povos no mundo em desenvolvimento sem perturbar o mercado farmacêutico global, com um mecanismo que contorna sistemas de ajuda humanitária multilaterais de longa data, ao mesmo tempo em que direciona as vacinas para aliados preferenciais no mundo em desenvolvimento.

O resultado é COVAX. E como resultado, o COVAX não foi criado principalmente para ajudar a combater Covid no Sul Global. COVAX é um grupo multistakeholder estabelecido como o braço de distribuição de vacinas de outro órgão multistakeholder chamado Access to COVID-19 Tools Accelerator (ACT). A principal função da COVAX é lidar com o financiamento da compra da vacina COVID-19. Foi projetado para ser mais como um banco mercante, usando capital fornecido em grande parte dos governos, para moldar a indústria global de preparação de vacinas e o mercado consumidor de vacinas do Sul. É projetado como uma associação comercial internacional regular interessada em estabelecer este mercado de vacinas com base em um sistema de saúde onde é necessário pagar por saúde e um sem aprovação médica nacional e sem responsabilidade do fabricante. Também é construído como um grupo multipartidário operacionalmente administrado por dois outros grupos multipartidários para marginalizar a OMS e evitar a responsabilização pública na governança global.

Este relatório concentra-se nas repercussões políticas e econômicas no Sul global e como o COVID e a estrutura multistakeholder do COVAX estão conduzindo uma transformação da governança global. A governança multistakeholder não é a maneira de governar a distribuição de vacinas, a produção de vacinas ou a entrega da vacina para as pessoas em todo o mundo. O multistakeholderismo tem como premissa marginalizar governos, inserir interesses comerciais diretamente no processo global de tomada de decisão e ofuscar a responsabilização. Não há padrões de responsabilidade, obrigação ou responsabilidade para órgãos multistakeholder. As múltiplas camadas dos corpos que "supervisionam" o programa COVAX multistakeholder obscurece quaisquer obrigações morais, mesmo enquanto o COVAX toma decisões profundas para centenas de milhões de vidas.

Provavelmente nenhum outro produto comercial foi produzido que em seus primeiros anos espera ter o mundo inteiro como sua base de consumidores. O COVAX como um órgão multistakeholder fornece um ponto de encontro para interesses comerciais que, de outra forma, podem não ser autorizados a planejar conjuntamente marketing, produções, investimentos e distribuição no que lhes é um grande mercado global de vacinas em evolução. Há um potencial significativo para que o interesse próprio comercial seja injetado inapropriadamente nas decisões do COVAX. Este relatório é publicado em conjunto pelo Friends of the Earth International and Transnational Institute (TNI).

Sobre o Autor: Harris Gleckman é membro sênior do Centro de Governança e Sustentabilidade da Universidade de Massachusetts Boston e Diretor da Benchmark Environmental Consulting. Gleckman é doutor em Sociologia pela Brandeis University. Ele foi

membro da equipe do Centro das Nações Unidas sobre Corporações Transnacionais, chefe do escritório de NY da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, e um dos primeiros membros da equipe para a Conferência de Monterrey de 2002 sobre financiamento para o desenvolvimento.

9. Resultados e Recomendações da Série de Diálogo do Centro CoDA-Sul sobre Fluxos Financeiros Ilícitos (IFFs): Comparando receitas fiscais a serem levantadas pelos países em desenvolvimento, dos membros da OCDE e das Soluções das Nações Unidas para tributar a economia digital. SouthNews. No. 417, 25.07.22.

<https://mailchi.mp/southcentre/southnews-outcomes-of-the-coda-sc-dialogue-series-on-iffs-resultats-de-la-serie-de-dialogues-organises-par-la-coda-et-le-sc-sur-les-ffi?e=17e0b60518>

Background & Introdução. A Coalizão para o Diálogo sobre a África (CoDA) e o Centro Sul coorganizaram o primeiro de uma série de diálogos sobre fluxos financeiros ilícitos (IFFs) em 1º de junho de 2022. O diálogo foi convocado principalmente para lançar e discutir um trabalho de pesquisa[1] encomendado conjuntamente pela CoDA e pelo Centro Sul intitulado 'A Hard Call? Comparando as receitas fiscais a serem levantadas pelos países em desenvolvimento do Montante A e do Tratado Modelo das Nações Unidas, artigo 12B de Regimes. O diálogo também foi um acompanhamento do Primeiro Fórum Africano de Política Fiscal (AFPF I), que também foi coorganizado pelas duas instituições e realizado em dezembro de 2021. A AFPF I reuniu as principais partes interessadas, incluindo ministros das Finanças e outras partes interessadas relevantes para discutir os processos globais atuais para combater os IFFs, a re-alocação de direitos tributários, em particular através da solução Dois Pilares no Quadro Inclusivo da OCDE/G20, o papel das instituições regionais africanas, a importância e o lugar da África.

Como parte de seus objetivos, o presente diálogo respondeu propositalmente ao principal apelo da referida AFPF I, ou seja, a necessidade de fornecer aos Estados-Membros da União Africana (UA) e ao Centro Sul uma avaliação dos ganhos de receita das soluções fiscais digitais da OCDE e da ONU. Participaram até 120 participantes, compostos por atuais e ex-ministros, especialistas econômicos e financeiros seniores e membros do Painel de Alto Nível sobre IFFs da África, bem como funcionários de impostos e receitas. Desde a introdução da Solução de Dois Pilares da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)/G20 O Quadro Inclusivo sobre erosão da base e a mudança de lucro (BEPS) e os regimes do Tratado modelo das Nações Unidas, o artigo 12B da Organização para a Cooperação e o Centro Sul, é a primeira tentativa de estimar as receitas fiscais a serem obtidas (ou perdidas) pelos Estados-Membros do Centro Sul e da União Africana sob o Montante A da OCDE e os Estados-Membros da OCDE e os regimes do Artigo 12B das Nações Unidas.

A pandemia COVID-19 e as recentes realidades econômicas emergentes em todo o mundo levaram à deterioração fiscal de muitos países africanos e outros países em desenvolvimento, tornando sua agenda de desenvolvimento cada vez mais difícil de realizar. Portanto, o artigo de pesquisa analisa os efeitos comparativos das receitas dos regimes de tributação do Valor A e do Artigo 12B para permitir que os formuladores e negociadores da política sul-americana africana e de outros países do Sul global tosem decisões mais informadas. Nesse contexto, o diálogo foi composto por duas sessões. O primeiro se concentrou na apresentação do trabalho de pesquisa e seus achados. O objetivo era fornecer aos países em desenvolvimento os meios quantitativos para avaliar por si mesmos qual opção política (O Valor A do Pilar Um para a OCDE e o artigo 12ºB para a ONU) é mais adequada para seus países. Dado

que o Pilar Um não é a única solução para os países em desenvolvimento, a segunda sessão do diálogo discutiu medidas alternativas a isso.

A seguir, os principais resultados e recomendações do fórum:

1. O artigo de pesquisa demonstra claramente que a esmagadora maioria dos países em desenvolvimento ganhará quase três vezes mais receita do método de base bruta do Artigo 12B das Nações Unidas com uma taxa de imposto modesta de 3-4% em comparação com a re-alocação de lucros residuais do Valor A. A solução "Valor A" da OCDE oferece benefício mínimo aos países em desenvolvimento. Dado que vários países desenvolvidos que abrigam os MNEs em escopo ainda estão para ratificar o Pilar Um, os países em desenvolvimento devem esperar e estudar cuidadosamente o custo-benefício dos regimes da OCDE e do artigo 12ºB. Em particular, os EUA, o Reino Unido, o Japão, a França, a Alemanha, a Suíça e a Irlanda são alguns dos principais países desenvolvidos cuja ratificação é fundamental para o Valor A funcionar. Os países em desenvolvimento são aconselhados a esperar até que todos esses países tenham ratificado antes mesmo de começar a considerar a assinatura do Pilar Um. Os participantes expressaram que o artigo 12ºB da ONU é mais favorável aos países em desenvolvimento e mais fácil de implementar. No entanto, o artigo deve ser incorporado aos Tratados Fiscais Bilaterais com países de origem de Empresas Multinacionais (MNEs), principalmente os Estados Unidos da América (EUA) com o propósito de aliviar a dupla tributação. Observou-se que a negociação de tratados fiscais com os países de origem dos MNEs pode ser uma tarefa hercúlea. Os países em desenvolvimento que não foram constringidos por tratados fiscais com países desenvolvidos foram encorajados a iniciar medidas unilaterais, como os Impostos sobre Serviços Digitais, para começar a recolher as receitas cruciais necessárias para seus países. Para os países em desenvolvimento que tinham tratados tributários com os países desenvolvidos, eles também foram encorajados a iniciar a tributação dos serviços digitais utilizando soluções baseadas no artigo 12ºB, que poderiam então ser incluídos em tratados para evitar a dupla tributação.
2. Foi enfatizado que o artigo 12B traria significativamente mais receitas com um amplo escopo que incluía empresas de Serviços Digitais Automatizados (ADS), como em finanças e e-commerce. Além disso, os participantes foram advertidos de que o método líquido do artigo 12ºB poderia gerar receitas muito menores em relação ao método bruto. Os países em desenvolvimento dependem mais da arrecadação do Imposto de Renda das Empresas (CIT), enquanto os países desenvolvidos geram mais receita com o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRS). Portanto, as regras fiscais internacionais em torno do remanejamento dos direitos tributários aos países em desenvolvimento devem ser mais justas. Por exemplo, o limiar do Pilar Um da OCDE em torno da receita anual de vendas de 20 bilhões de euros, a relação de rentabilidade, o nexo e as regras de sourcing devem ser reconsiderados. Foi sugerido que os países em desenvolvimento deveriam estar ativamente envolvidos nos processos de negociação e que suas vozes e preocupações fossem ouvidas para que o acordo possa ser negociado em favor dos países em desenvolvimento.
3. Os países em desenvolvimento estão em dificuldades com a dívida, agravada pela crise do COVID-19, enquanto a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para os países em desenvolvimento reduziu substancialmente ao longo dos anos. Assim, o sistema tributário internacional deve ser projetado para ser mais justo e justo, a fim de reforçar a base tributária dos países em desenvolvimento para a recuperação do COVID e para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A CoDA e o Centro Sul devem projetar

intervenções capazes de fortalecer a capacidade dos negociadores de proteger os direitos tributários dos países em desenvolvimento. Dado que o Pilar Um da OCDE ainda está para entrar em vigor, os países em desenvolvimento podem introduzir o Imposto sobre Serviços Digitais sob a forma de imposto final sobre serviços digitais automatizados sem um estabelecimento permanente em jurisdições de origem. Essa medida permitirá às autoridades de receita comparar o passivo fiscal de um provedor de serviços digitais com sede no exterior com as estimativas de receita propostas no regime da OCDE.

4. Expressou-se que os países em desenvolvimento são credores líquidos para o resto do mundo. Observou-se também que paraísos fiscais, jurisdições de sigilo, preços indevidos de comércio, entidades híbridas corroem a base tributária dos países em desenvolvimento que representam maior risco. Portanto, os esforços para enfrentar os fluxos financeiros ilícitos devem ser mantidos mesmo quando a Solução de Dois Pilares da OCDE está sendo negociada. Expressou-se que os países membros da União Africana e do Centro Sul deveriam incentivar atividades econômicas capazes de aumentar os ganhos cambiais, dado que as Empresas Multinacionais buscam principalmente mudanças agressivas de lucros para evitar os desafios associados às moedas não conversíveis e controles de capital.

Conclusão. Os participantes do fórum expressaram a necessidade de continuar a série de diálogo com o propósito de advocacia e engajamento de partes interessadas relevantes, tendo em vista a revisão das regras fiscais internacionais em curso. Souad Aden-Osman, Diretora Executiva da CoDA, agradeceu a todos os participantes, moderadores e painelistas por insights e opiniões acionáveis expressas. Aden-Osman afirmou que a CoDA fará parceria com instituições da União Africana e organizações das Nações Unidas, em um esforço para fornecer assistência técnica e fortalecer a capacidade dos formuladores de políticas e negociadores na área de regras fiscais internacionais para permitir que empresas não residentes paguem sua parte justa de impostos em jurisdições de mercado de origem onde os usuários e os consumidores estão localizados.

10. Boletim #30: Sistemas de saúde em transformação. [People's Health Dispatch](https://peoples-health-dispatch.ghost.io/bulletin-30/). 22.07.22.

<https://peoples-health-dispatch.ghost.io/bulletin-30/>

Após a histórica vitória de Gustavo Petro e Francia Márquez nas eleições presidenciais da Colômbia [Colombia's](#), trabalhadores da saúde e pacientes buscam uma grande transformação do sistema de saúde. Após décadas de políticas neoliberais que esgotaram as condições de trabalho e o acesso ao cuidado, uma nova visão está chegando: a construção de um sistema público de saúde centrado nas necessidades do povo.

Na África do Sul [South Africa](#), um debate em curso sobre o Projeto de Lei Nacional de Seguro de Saúde ainda deve abordar as preocupações dos ativistas sobre a falta de participação da comunidade no novo sistema. Embora a reforma planejada possa ter um impacto positivo no acesso aos cuidados de saúde, depender do setor privado de saúde poderia facilmente levar ao contrário, alertou diferentes grupos, incluindo o Movimento de Saúde popular-África do Sul.

Os Estados Unidos [United States](#) ainda estão lutando contra a escassez de fórmula infantil que começou há meio ano. Em meio ao fechamento de fábricas e a um sistema que quase ignora completamente a promoção do aleitamento materno, é hora de mudar de rumo, concordam especialistas e grupos da sociedade civil.

Em duas entrevistas em vídeo, continuamos a investigar as situações dos trabalhadores da saúde na Ásia Ocidental. Médicos e outros profissionais de saúde na Turquia [Turkey](#) persistem em seus esforços para garantir um sistema de saúde mais justo e melhores condições de trabalho para todos. Nos reunimos com Şebnem Korur, da Associação Médica Turca, para ouvir mais.

Também trazemos a segunda parte da entrevista com a ativista de saúde palestina Shatha Odeh [Shatha Odeh](#), que foi presa por 11 meses pelas forças de ocupação israelenses.

Leituras curtas trazem instantâneos do surto de cólera no Paquistão e o primeiro relatório mundial da OMS [Pakistan](#) and [WHO's](#) sobre a saúde de refugiados e migrantes. Entre outras coisas, o relatório da OMS registra o percentual de médicos treinados no exterior nos países da OCDE, informação que mais elaboramos em Data fala / Data speaks.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

O UNOSSC coopera com diversas agências, dentro e fora da ONU, dando visibilidade a projetos em todas as áreas de desenvolvimento.

Em março de 2019, representantes de mais de 160 países aprovaram o documento final da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40) em Buenos Aires, Argentina. Este documento reforça as orientações do documento de 1978 (BAPA) e reconhece as contribuições significativas do comércio e investimento Sul-Sul na promoção do desenvolvimento sustentável e clama por sua expansão.

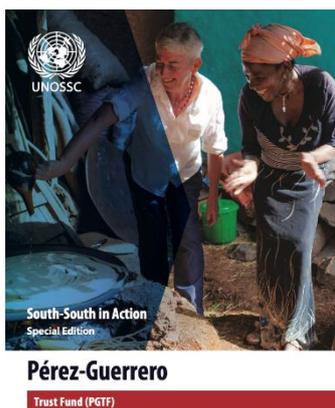
No entanto, para crescer é necessário que a Cooperação Sul-Sul e triangular invista em capacitação, fortalecimento de integração regional e promova vínculos inter-regionais além da expansão da interconectividade, infraestrutura e desenvolvimento de capacidades produtivas nacionais por meio de coordenação de políticas, intercâmbio de conhecimentos, inovações tecnológicas e transferência de tecnologia.

Todos esses esforços exigem mecanismos inovadores de financiamento e novas fontes de financiamento para avançar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por meio da série “Sul-Sul em Ação”, o UNOSSC oferece uma plataforma para parceiros de desenvolvimento compartilharem suas melhores práticas em iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades para parceiros do Sul aprenderem e reconhecerem exemplos de colaboração que existem no Sul.

Abaixo, alguns exemplos de projetos da série “Sul-Sul em Ação”.

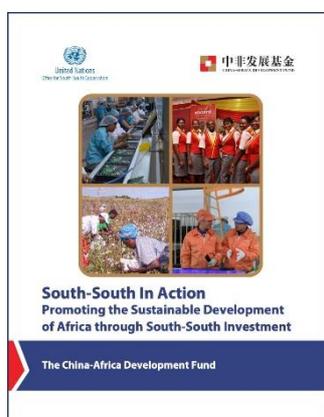
1) Edição especial de um **relatório da série “Sul-Sul em Ação” sobre o Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero**. O relatório destaca os sucessos do Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero no apoio a centenas de projetos de Cooperação Sul-Sul impulsionados pela demanda que contribuem para os ODS em mais de 140 países membros.



Vale lembrar que o [Fundo Pérez-Guerrero para Cooperação Sul-Sul \(PGTF\)](#) foi estabelecido por iniciativa do Grupo dos 77 e confirmado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1983, como mecanismo de apoio à cooperação econômica e técnica entre países em desenvolvimento. O PGTF apoia projetos e atividades que fortaleçam a cooperação regional e proporcionem benefícios mútuos além-fronteiras.

O UNOSSC é o Gestor dos Fundos do PGTF e, mediante aprovação do G-77, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) canaliza e ajuda a implementar os recursos do PGTF por meio de projetos em todo o mundo.

Para ler o relatório, [clique aqui](#).



2) Relatório sobre o Fundo de Desenvolvimento China-África Promovendo o Desenvolvimento Sustentável da África através do Investimento Sul-Sul. O Fundo de Desenvolvimento China-África (CADFund) é uma das iniciativas mais importantes do Fórum de Cooperação China-África. Desde a sua criação, há 13 anos, o CADFund comprometeu-se a servir a cooperação China-África com uma abordagem orientada para o mercado, dando pleno uso às suas vantagens financeiras e papel orientador como plataforma. Introduziu empresas chinesas, bem como capital, tecnologias, capacidade de produção e experiência de gestão chinesas na África e ajudou o continente a melhorar a sua própria capacidade de desenvolvimento, aumentando as receitas fiscais e expandindo as exportações.

Os sete estudos de caso apresentados neste relatório mostram o grande impacto do CADFund no terreno, em relação aos ODS. Encontram-se exemplos de oportunidades de emprego, do reforço das capacidades produtivas através da formação profissional das comunidades locais, bem como pela forma como o Fundo recorreu às parcerias público-privadas nos seus projetos de investimento.

Para ler o relatório, [clique aqui](#).



3) Na quarta-feira, 04 de agosto de 2022, o UNOSSC e a Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) promovem um evento conjunto pré-GSSD Expo 2022 para lançar uma publicação da série “Sul-Sul em Ação” destacando as experiências da FAO no apoio à Cooperação Sul-Sul e Triangular para o desenvolvimento agrícola.

Em 2020, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio de sua [resolução \(A/RES/75/234\)](#) sobre Cooperação Sul-Sul, encorajou o avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC) na resposta e recuperação do Covid-19. Para impulsionar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os ODS, a AGNU requereu apoio contínuo das entidades relevantes do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas para alcançar esses objetivos.

Durante a 20ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul realizada em junho de 2021, mais uma vez, foi reiterada a importância da SSTC, como um papel catalizador para acelerar o progresso dos ODS.

A fim de promover ainda mais o papel fundamental do SSTC na contribuição para o alívio da fome, desnutrição e outros desafios de desenvolvimento em todo o Sul Global, a FAO e a UNOSSC estão lançando a publicação Sul-Sul em Ação intitulada: “Cooperação Sul-Sul em Ação: Cooperação Sul-Sul e Triangular no Desenvolvimento Agrícola: experiências da FAO”.

A publicação descreve o envolvimento da FAO na SSTC em apoio aos esforços para aumentar a produtividade agrícola, aumentar a segurança alimentar e nutricional e aliviar a pobreza nos países em desenvolvimento em todo o mundo, por meio de três estudos de casos diferentes, com foco no desenvolvimento de capacitação institucional e política. Também apresenta as principais lições aprendidas com as experiências da FAO com SSTC e fornece um esboço para o desenvolvimento futuro do SSTC na FAO, conforme proposto no novo Quadro Estratégico para SSTC da Organização.

Este evento será realizado em conjunto com o lançamento da exposição virtual da FAO para a GSSD Expo 2022, que acontecerá na mesma semana.

Lembrete



Faltam poucas semanas para a **décima primeira Global South-South Development Expo (GSSD Expo)** que será realizada entre os dias 12 e 14 de setembro de 2022. Este é o principal evento organizado pelo UNOSSC em sua capacidade de coordenar e promover a Cooperação Sul-Sul e triangular (SSTrC) dentro do Sistema das Nações Unidas, com mandato da AGNU para mostrar sistematicamente o desenvolvimento de soluções do Sul para o desenvolvimento sustentável.

Esta edição será realizada em Bangkok na Tailândia, e o tema será: **“Avanços da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente”**. A GSSD Expo é sempre uma oportunidade para apresentar soluções e iniciativas de desenvolvimento bem-sucedidas baseadas em evidências, em colaboração com agências das Nações Unidas e todos os outros parceiros.

Os três objetivos principais desta GSSD EXPO 2022 são:

Facilitar a discussão sobre como a cooperação Sul-Sul e triangular e como melhorar e apoiar os esforços de recuperação, particularmente no enfrentamento da pobreza extrema, insegurança alimentar, inequidade na vacinação e outros desafios globais.

Identificar, apresentar e facilitar a criação e o fortalecimento de iniciativas específicas de cooperação multissetorial Sul-Sul e triangular que tenham o potencial de contribuir significativamente para uma rápida recuperação.

Rever e discutir políticas de desenvolvimento e esforços de capacitação, identificando impedimentos e medidas corretivas a serem introduzidas por meio de metodologias de cooperação Sul-Sul e triangular nos níveis nacional, regional e global.

Para saber mais sobre a [GSSD EXPO 2022](#)

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)³⁰, Nairóbi (UNEP)³¹, Paris (UNESCO)³², Roma (FAO/IFAD)³³, Viena (UNIDO)³⁴ e Washington ((G-24)³⁵.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 15 e 31 de julho de 2022, o G-77 e a China participaram 04 reuniões.

New York, 15 de julho de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a adoção da Declaração Ministerial do Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável (HLPF).

Passados mais de 2 anos desde o início da pandemia, o Fórum Político de Alto Nível (HLPF) continua sendo muito importante para sinalizar o compromisso do G-77 e da China com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nesta década de ação.

Desta forma, o G-77 e a China se engajaram de forma construtiva e de boa fé ao longo das negociações desta declaração, com o objetivo de chegar a um documento final equilibrado, substantivo e consensual.

No entanto, o Grupo aproveita esta oportunidade para registrar que o processo seguido este ano, poderia ter sido melhor, permitindo tempo suficiente para negociações intergovernamentais aprofundadas sobre questões importantes, bem como para consultas internas dentro de nosso Grupo e outros grupos.

Acreditamos que, no futuro, o processo de negociação deva ser conduzido de forma a permitir negociações intergovernamentais completas, plenas e transparentes, evitando

³⁰ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

³¹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

³² UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

³³ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

³⁴ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

³⁵ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

conflitos de agendamento com outros processos ou discussões em andamento. Os prazos definidos para as discussões devem ser realistas.

O G-77 e a China aderiram ao consenso sobre a Declaração Ministerial do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, reconhecendo a importância de adotar uma Declaração Ministerial significativa em um momento em que os países em desenvolvimento continuam a sofrer desproporcionalmente com o impacto de várias crises globais.

Não obstante, o Grupo deseja fazer a seguinte declaração explicando sua posição sobre vários elementos desta Declaração Ministerial.

Em primeiro lugar, o Grupo atribui a maior importância ao tratamento dos desafios e necessidades enfrentados por todos os países em desenvolvimento, especialmente países em situações especiais e aqueles que enfrentam desafios específicos.

Assim, o Grupo está bastante decepcionado que a lista de países não inclua uma referência a "países e povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira". Neste momento, quando estamos testemunhando uma grave ameaça existencial contra a Palestina, um dos membros do Grupo, é fundamental reafirmarmos nosso compromisso de não deixar ninguém para trás.

Em segundo lugar, o Grupo reafirma sua firme rejeição a medidas unilaterais de caráter econômico, financeiro ou comercial e reitera a necessidade urgente de eliminá-las imediatamente. A esse respeito, estamos bastante decepcionados que nossa proposta de um parágrafo autônomo sobre isso, extraída literalmente do parágrafo 30 da Agenda 2030, não tenha sido incluída.

Em terceiro lugar, o Grupo lamenta que nossa proposta de um parágrafo autônomo sobre o Direito ao Desenvolvimento como um direito humano inalienável não tenha sido incluída na versão final.

Em quarto lugar, o Grupo também lamenta que a nossa proposta para a inclusão de uma referência a "Responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades à luz de diferentes circunstâncias nacionais" não tenham sido acomodadas. Tendo em vista as contribuições historicamente diferentes para a degradação ambiental global, os países desenvolvidos devem reconhecer a responsabilidade que têm na busca internacional do desenvolvimento sustentável.

Quinto, o Grupo está desapontado que as propostas de inclusão de referências para garantir que "nenhum país seja deixado para trás" não tenham sido aceitas.

Por último, o Grupo não apoia o termo "países vulneráveis de renda média". Essa classificação de países de renda média não é acordada multilateralmente e não reflete os desafios enfrentados pelos países de renda média. Além disso, é restritivo ao sugerir que países específicos de renda média recebam alívio por meio do Fundo de Resiliência e Sustentabilidade (*Resilience and Sustainability Trust – RST*) do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que é contrário à nossa promessa de "não deixar ninguém para trás".

Para encerrar, o Grupo decidiu aceitar a versão da declaração ministerial, apresentada hoje, no interesse de garantir sua adoção por consenso, para apoiar a implementação da Agenda 2030. No entanto, seguimos decepcionados. Isso transmite uma mensagem política negativa em

relação aos nossos esforços coletivos no que diz respeito ao acompanhamento e implementação da agenda de 2030.

New York, 22 de julho de 2022

Declaração feita pela Sra Aleena Majeed, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) sobre a adoção do rascunho do projeto intitulado “Programa de Ação para os países menos desenvolvidos para a Década de 2022-2031”

O Grupo agradeceu profundamente a todos os ilustres membros do Conselho por terem adotado por consenso a resolução contida no [documento E/2022/L.23](#).

Esta resolução, reconhece que os múltiplos e amplos impactos do Covid-19, os conflitos e as mudanças climáticas provocaram uma deterioração na situação da segurança alimentar, segurança energética, comércio global e estabilidade do mercado, colocando em grande risco a própria viabilidade de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

A implementação do [Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos](#) será de vital importância para alcançar uma recuperação rápida, sustentável e inclusiva da pandemia da doença de coronavírus (Covid-19), construir resiliência contra choques futuros, erradicar a pobreza extrema, promover a transformação estrutural e alcançar os ODS, por meio de uma parceria global revigorada para o desenvolvimento sustentável com meios de implementação ampliados e ambiciosos e apoio diversificado aos países menos desenvolvidos.

A resolução espera que os países menos desenvolvidos, com o apoio de seus parceiros de desenvolvimento, tomem medidas para implementar o Programa de Ação de Doha. A resolução também apela aos parceiros de desenvolvimento e todos os outros atores relevantes a implementarem o Programa de Ação de Doha, integrando-o em suas respectivas estruturas, programas e atividades de política de cooperação nacional, conforme apropriado, para garantir maior apoio certo e direcionado aos países menos desenvolvidos.

O G-77 e a China apoiam a decisão do Conselho de dedicar tempo adequado em seu programa de trabalho à discussão dos desafios do desenvolvimento sustentável enfrentados pelos países menos desenvolvidos.

O Grupo também reitera o pedido ao Secretário-Geral para garantir a plena mobilização e coordenação de todas as partes do sistema das Nações Unidas para facilitar a implementação coordenada e a coerência no acompanhamento e monitoramento do Programa de Ação de Doha no nível nacional, sub-regional, regional e global.

Aguardamos com expectativa a segunda parte da Quinta Conferência de alto nível das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos que será realizada em Doha, Catar, de 5 a 9 de março de 2023.

New York, 22 de julho de 2022

Declaração feita pela Sra Aleena Majeed, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) em explicação da posição sobre a adoção do rascunho de resolução intitulado “Progresso na implementação da resolução da UNGA 75/233 sobre a revisão quadrienal da política de atividades operacionais para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas

Apesar do G-77 e a China terem aderido ao consenso sobre a resolução da UNGA 75/233 sobre a revisão quadrienal da política de atividades operacionais para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas, gostaria de fazer a seguinte declaração em explicação de sua posição.

Como países do programa, os membros do Grupo contam com o apoio, em vários graus, do sistema de desenvolvimento da ONU e suas entidades, enquanto nos esforçamos para seguir nossas prioridades e necessidades de desenvolvimento nacional e implementar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e outras estruturas e objetivos de desenvolvimento.

Portanto, o Grupo está fortemente comprometido com o reposicionamento do sistema de Desenvolvimento da ONU e seu revigorado sistema de Coordenadores Residentes.

Apesar de estarmos gratos com os relatórios e adendos preparados para nossa consideração durante a sessão do ECOSOC OEA, destacamos que os relatórios devem estar disponíveis em tempo hábil para facilitar discussões mais significativas.

O G-77 e a China seguem bastante preocupados com a situação do financiamento do sistema de Coordenadores Residentes, especificamente no que diz respeito aos défices financeiros observados no orçamento desde o início do seu funcionamento. Assim, agradecemos a referência na resolução quanto à necessidade de garantir um financiamento adequado, previsível e sustentável do sistema de Coordenadores Residentes.

No entanto, o Grupo aproveita esta oportunidade para expressar sua decepção pela ausência de menção às atualizações fornecidas no pacto de financiamento. A comunidade internacional deve ser consistente em sua abordagem e mensagens para o Sistema de Desenvolvimento da ONU como um todo. Isso é de especial importância em um momento em que vivemos uma tendência de grandes cortes na alocação de recursos básicos para o desenvolvimento, bem como vivenciamos o desequilíbrio generalizado entre recursos essenciais e não essenciais, que ameaça a viabilidade de longo prazo do pilar de desenvolvimento da ONU.

Em conclusão, o Grupo enfatiza o seguinte com relação ao Sistema de Desenvolvimento da ONU reposicionado:

Em primeiro lugar, a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões deve permanecer como objetivo primordial do sistema.

Em segundo lugar, o próprio desenvolvimento deve continuar a ser o foco das atenções, considerando as diferentes realidades de desenvolvimento no terreno em todos os países em desenvolvimento.

Terceiro, a apropriação e liderança nacional em todos os assuntos relativos ao reposicionamento do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas é fundamental para a obtenção de resultados efetivos. Isso inclui relatórios efetivos e oportunos dos Coordenadores Residentes e das Equipes Nacionais da ONU para os governos anfitriões.

O Grupo enfatiza que o delicado equilíbrio alcançado na Revisão Quadrienal de Políticas Abrangentes (QCPR) deve ser mantido e os mandatos estabelecidos pela Assembleia Geral na [Resolução 75/233](#) da AGNU devem ser totalmente implementados pelo Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas.

New York, 22 de julho de 2022

Declaração feita pela Delegação do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na consulta informal sobre a formulação de um artigo dos elementos para a declaração sobre futuras gerações

Não há dúvida de que o futuro está concentrado no Sul Global, pois será o lar da maioria das gerações futuras. Portanto, as prioridades do Sul global devem formar a base da "Declaração sobre as Gerações Futuras".

Permitam-me destacar que na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, concordamos em implementar a Agenda para o benefício total de todos, para a geração de hoje e para as gerações futuras.

A Agenda 2030, juntamente com seus 17 ODS e 169 metas, apresentam o conjunto mais abrangente de ações necessárias para proteger os interesses das gerações presentes e futuras. É óbvio que não precisamos renegociar os documentos de consenso já existentes.

O que precisamos na década de ação restante é a implementação dos atuais acordos, compromissos e promessas.

Sentimo-nos encorajados que "[Nossa Agenda Comum](#)" e a "Declaração sobre as Gerações Futuras" se concentrem em turbinar a realização da Agenda 2030.

No entanto, sem meios suficientes de implementação, a realização da Agenda 2030 permanece ilusória. Desta forma, o Grupo acredita que meios financeiros adequados, transferência de tecnologia em termos concessionais e preferenciais e capacitação dos países em desenvolvimento são necessários para alcançar os ODS na década de ação que ainda resta.

Conforme declarado pelo Secretário-Geral, a arquitetura financeira global, tal como está hoje, está "moralmente falida" e precisa de uma "revisão completa" para fornecer meios suficientes aos países e povos em desenvolvimento para a realização dos ODS. O Grupo gostaria, portanto, de ver elementos nesse sentido no documento final.

Hoje, mais do que nunca, os desenvolvimentos científicos e tecnológicos que avançam rapidamente, particularmente em áreas como cadeia de blocos (*blockchain*), biotecnologia e tecnologia da informação e comunicação, que têm desempenhado um papel crítico no desenvolvimento econômico e social e, portanto, têm influenciado todas as áreas do desenvolvimento humano. Gostaríamos, portanto, de propor elementos sobre transferência de tecnologia em termos preferenciais e concessionais para os países em desenvolvimento no documento final.

Como mencionou o Secretário-Geral, "a desigualdade é a marca do nosso tempo". Sem superar essas desigualdades entre o Sul Global e o Norte Global, seria difícil prevenir crises futuras e recuperar-se das atuais. Sem combater os desafios que enfrentamos hoje, como pobreza extrema, fome, insegurança alimentar, endividamento insustentável, mudanças climáticas, não poderemos garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

O Grupo também enfatizaria a natureza intergovernamental do processo que conduza a uma declaração de consenso sobre as gerações futuras. A agenda e as decisões que tomamos no decorrer de nossas discussões devem emergir e ser decididas pelos Estados Membros.

O Grupo gostaria, no entanto, de esclarecer alguns pontos sobre o processo:

Conforme mencionado na nota conceitual, a Declaração poderia ser referenciada no documento adotado na Cúpula, um "Pacto para o Futuro", mas também poderia ser um documento autônomo. Embora o "Pacto para o Futuro" seja considerado um documento mais amplo, reunindo diferentes pontos da Cúpula do Futuro, conforme acordado pelos Estados Membros, o entendimento era que a Declaração sobre as gerações futuras fosse especificamente focada nos compromissos dos Estados Membros em nome das gerações presentes para levar em conta os interesses e necessidades das gerações futuras na tomada de decisões, com seu próprio acompanhamento institucional. Esses dois documentos são diferentes? E há alguma informação sobre as discussões sobre o "Pacto para o futuro"?

O Grupo enfatizou consistentemente que todos os documentos finais necessitariam ser negociados e acordados Inter governamentalmente. Destacamos, portanto, para maior clareza, como se dará o processo consultivo em ambos os documentos?

O Grupo também compartilhará suas contribuições escritas até o dia 10 de agosto.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos não alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaques do MNA

Uma das iniciativas mais importantes dentro da presidência do MNA foi o estabelecimento da Rede Jovem do MNA (@namyouthnetwork).



Entre os dias 25 a 29 de julho de 2022, foi realizada em Baku, capital do Azerbaijão a primeira Cúpula da Juventude do Movimento dos Não-Alinhados. O objetivo da Cúpula foi promover o dialogo interativo entre os jovens participantes, sobre vários temas globais atuais e contribuir para fortalecer suas vozes no cenário político global de hoje e amanhã.

Com a presença de mais de 60 participantes de países membros do MNA, o presidente do Azerbaijão e presidente do MNA Ilham Aliyev deu as boas vindas a todos e destacou a importância da Cúpula dizendo que a geração jovem é a principal responsável pelo desenvolvimento social e prosperidade em todos os países. Além disso, ele disse estar orgulhoso

da geração jovem do Azerbaijão, que representa 23% da população e que estes prestam um serviço inestimável ao país.



O presidente da 76ª sessão da AGNU, Sr, Abdulla Shahid, enfatizou, por vídeo, que somente os jovens podem ajudar a estabelecer uma base sólida para um futuro inclusivo, relevante e sustentável para todos. Ele salientou que a geração jovem hoje compõe quase 2 bilhões de pessoas e esta é a maior geração jovem de toda a história do mundo, mas seu papel é marginalizado para discutir desde o Covid até as ações climáticas.

Segundo ele, os jovens deveriam participar dos processos de tomada de decisão.

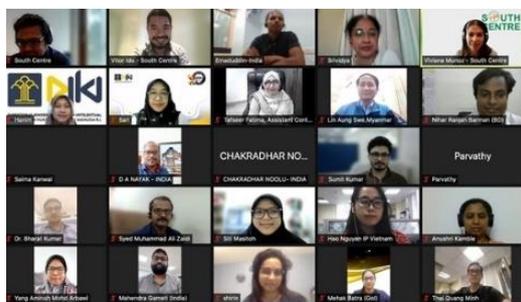
Com esta cúpula espera-se fortalecer as ações e organizações jovens, em todo o mundo pois é importante para os jovens de diferentes países se unirem para encontrar soluções para problemas na era pós pandemia.

Diversos Chefes de Estado também se dirigiram aos participantes com mensagens de apoio e incentivo.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do South Centre relacionados à saúde



1) Entre 7 e 9 de julho de 2022, o Centro Sul organizou um curso regional online para autoridades de escritórios de patentes e examinadores³⁶ de patentes de países asiáticos.

O objetivo do curso era aprofundar o conhecimento dos participantes sobre a interpretação de reivindicações em pedidos de patentes farmacêuticas para apoiar os objetivos

de saúde pública.

O Diretor Executivo do Centro Sul, Dr. Carlos Correa, abordou a interface entre propriedade intelectual e saúde pública, com foco nas flexibilidades do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS). Ele destacou como os países desenvolvidos se beneficiaram de regras frouxas de propriedade intelectual e como, após a promulgação do Acordo TRIPS, o espaço político dos países em desenvolvimento ficou substancialmente limitado. Ele também fez referência às flexibilidades do TRIPS disponíveis nas leis nacionais de patentes dos países participantes.

³⁶ Os examinadores de patentes revisam os pedidos de patente para determinar se a(s) invenção(ões) reivindicada(s) em cada um deles devem receber uma patente ou se o pedido deve ser recusado.



2) Entre os dias 25 e 27 de julho de 2022, o Centro Sul e o ReAct Africa organizaram sua conferência anual sob o tema: **“A resposta da África à resistência antimicrobiana: Acelerando a implementação dos Planos de Ação Nacionais de Saúde para os próximos 5 anos”**.

Criada em 2005, a ReAct (*Action on Antibiotic Resistance*) é uma das primeiras redes internacionais independentes a articular a natureza complexa da resistência aos antibióticos e seus fatores.

A implementação dos planos de ação nacionais para a Resistência Antimicrobiana tem sido um grande desafio na região africana. Passar da teoria à ação tem enfrentado diversos obstáculos, incluindo a falta de financiamento para pesquisas nacionais de prescrição de antimicrobianos (NAPs) e capacidade técnica em alguns países. Além disso, enfrenta-se a ausência ou fraca coordenação ou vontade política tímida; falta de recursos dos secretariados da Resistência Antimicrobiana e falta de infraestrutura de vigilância e dados.

No entanto, já se alcançou marcos importantes em algumas áreas por meio de esforços conjuntos como incentivadores da Resistência Antimicrobiana na África, porém, muito mais ainda precisa ser feito para lidar com essa ameaça devastadora à saúde global.

O [programa do evento](#) pode ser lido aqui.

Após a cúpula do G7: a continuação dos trabalhos dos Clubes dos países mais ricos e a saúde global

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

O G7- Pós Elmau, críticas da sociedade civil

Nesta quinzena, no âmbito do G7, continuamos com poucas novidades, levando em consideração que todo esforço e atenção internacional se encontram voltados para o G20. Ainda na sombra da cúpula do mês passado em Elmau, houve uma importante visita ao chanceler alemão Jörg Kukies pelo Civil 7, grupo de engajamento da sociedade civil voltado para o G7. O objetivo era discutir os resultados da cúpula e como seriam aplicados na prática³⁷.

Em 21 de julho, próximo de completar um mês da cúpula do G7, o Civil 7 publicou um comunicado analisando os resultados do summit. Nesse, o grupo ressalta que, ainda que tenham sido firmado alguns compromissos, a exemplo do plano de infraestrutura, ainda faltam mudanças estruturais no sistema econômico e financeiro³⁸. O grupo levanta preocupação com o fato de a agenda proposta pela presidência alemã voltada para o desenvolvimento ter sido completamente abalada com a Guerra na Ucrânia e como essa impactou no agravamento da fome mundial. Ainda, como essa região é duramente afetada pela arquitetura financeira global sustentada pelo G7. Isso porque é uma área com pouco acesso a ativos líquidos e concessões financeiras. Sendo assim, coloca o G7 como um responsável também frente aos impactos e consequências da guerra³⁹.

O Civil 7 coloca como “decepcionante” os resultados da cúpula no âmbito financeiro, pois considerou insuficiente que o G7 apenas reafirmasse seu compromisso com o Quadro Comum do G20 para Tratamento da Dívida, sem criar nenhuma nova medida para enfrentar a crise da dívida para os países mais pobres. O grupo concluiu como insuficiente também os avanços em termos climáticos com o não comprometimento na eliminação do carvão até 2030 e a continuação, de forma a garantir uma transição, de financiamento em gás natural.

Por fim, o Civil 7 apoia o *Access to COVID-19 Tools Accelerator*, mas critica que o G7 tenha impedido uma suspensão de patente que proporcionaria o aumento do acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e medicamentos. Além disso, reflete sobre a ausência de grandes compromissos em prol de transformar problemas estruturais com o *G7 Pact for Pandemic Readiness*. O grupo usa a hashtag “#morethanapromise” (em português: #maisdoqueumapromessa) para cobrar ações práticas ao G7⁴⁰.

³⁷ Jörg Kukies on Twitter. Disponível em:

<<https://twitter.com/joergkukies/status/1550443944592515072?cxt=HHwWgIC9mbKjplQrAAAA>>.

Acesso em: 29/07/2022.

³⁸ LOOKING BACK AT THE OUTCOMES OF THE G7 SUMMIT. Civil 7. 2022. Disponível em: <<https://civil7.org/looking-back-at-the-outcomes-of-the-g7-summit/>>. Acesso em: 30/07/2022.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid.

G20: É hora de agir: um chamado para ação do G20

A 3ª Reunião dos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais do G20 (FMCBG)⁴¹, que ocorreu em Bali nos dias 16 e 17 de julho, continua a repercutir e gerar debates em variados veículos de comunicação. O encontro, que tinha como intuito lidar com tópicos urgentes como a crise energética e alimentar, o aumento dos preços das commodities e as consequências do endividamento dos países, foi ofuscada pelas tensões oriundas do conflito entre Rússia e Ucrânia. Mediante a esses acontecimentos, a expectativa da não publicação de um comunicado oficial ao fim do encontro foi concretizada, expondo a dificuldade do bloco em chegar a um consenso – algo que, para muitos analistas, reflete o enfraquecimento desse espaço de cooperação.

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, chegou a dizer que as diferenças impediram a emissão de um comunicado formal⁴². A situação desafiadora em que o G20 se encontra não é novidade, fato reforçado pela Ministra das Finanças da Indonésia, Sri Mulyani, que presidiu a reunião nos dois dias. No entanto, a mesma também afirmou o comprometimento do grupo em manter a organização como um importante fórum multilateral.

Apesar da ausência de uma maior concordância, alguns avanços foram alcançados. O resumo executivo publicado ao fim do evento ressalta essas conquistas e enfatiza a mensagem da presidência indonésia de que o G20 tem um forte compromisso com ações concretas para responder aos atuais desafios globais⁴³. O documento é dividido em quatorze parágrafos que abordam diferentes realizações e, para fins deste Informe, destacamos abaixo alguns tópicos em específico.

Na agenda econômica, muitos membros concordaram que a desaceleração da recuperação econômica global é um efeito direto do conflito entre Rússia e Ucrânia. Observaram ainda que os desafios trazidos pela pandemia de Covid-19 foram exacerbados nesse cenário, em especial no que tange a interrupção das cadeias de suprimento. Quanto a ações concretas, os Bancos Centrais do G20 comprometeram-se a continuar empenhados em alcançar a estabilidade de preços a partir de um monitoramento extensivo das pressões inflacionárias e do controle das políticas monetárias. Para tanto, frisaram que a independência dos Bancos Centrais é crucial para alcançar esses objetivos e reafirmaram a importância do livre comércio e do combate ao protecionismo.

Em relação aos mecanismos de alívio da dívida externa, os países do G20 firmaram um compromisso de financiamento no valor de US\$ 73 bilhões para Direitos Especiais de Saque (DES) e requisitaram o apoio de mais voluntários para cumprir com a meta de US\$ 100 bilhões de contribuições para os países em maior vulnerabilidade. Reiteraram também o compromisso de intensificar os esforços para implementar o Quadro Comum para o Tratamento da Dívida e chamaram a responsabilidade dos atores privados e outros credores bilaterais a fornecerem um tratamento da dívida em termos favoráveis. Não menos importante, as discussões sobre a

⁴¹ Para mais informações sobre esta reunião do FMCBG, consulte o informe de número 13 de 2022 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

⁴² Líderes financeiros do G20 alcançam “forte consenso”, mas sem comunicado formal. CNN. 16 jul 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/lideres-financeiros-do-g20-alcancam-forte-consenso-mas-sem-comunicado-formal/>> Acesso em: 29 jul 2022.

⁴³ G20 Chair’s Summary: Third G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting. G20. 16 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/g20-chairs-summary-third-g20-finance-ministers-and-central-bank-governors-meeting/>> Acesso em: 29 jul 2022.

implementação do pacote tributário internacional elaborado pela OCDE com o G20 prosseguiram. O acordo está sendo debatido desde o ano passado e estabelece um duplo dispositivo, através da redistribuição de alguns direitos tributários das grandes multinacionais e a introdução de um imposto corporativo global mínimo, para garantir que essas empresas paguem impostos onde operam e geram lucros⁴⁴.

Na área da saúde global, todos os integrantes reafirmaram o compromisso de priorizar ações coletivas e coordenadas para o controle da pandemia e saudaram o trabalho da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20 (JFHTF). Nesse sentido, promessas de novas contribuições para o Fundo Intermediário Financeiro (FIF) para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPR), foram feitas por parte da Itália, China, Emirados Árabes Unidos, Japão e Coreia. De acordo com o Presidente do Banco Mundial (BM), David Malpass, os arranjos operacionais e de governança do FIF estão sendo discutidos com o objetivo de lançá-lo até setembro deste ano⁴⁵. A Organização Mundial da Saúde (OMS) será uma liderança técnica central no fundo, incluindo o apoio ao painel técnico consultivo, além de ser esperada a adição de agências globais de saúde como entidades implementadoras. As áreas prioritárias identificadas para complementar o trabalho das instituições existentes incluem vigilância de doenças; sistemas laboratoriais; comunicação, coordenação e gestão de emergências; capacidades críticas da força de trabalho em saúde; e engajamento da comunidade.

Além disso, tanto em relação à crise energética quanto à crise alimentar, com o aumento alarmante da insegurança nesses assuntos, a maioria dos membros apoiou a demanda por mais ações e afirmaram o compromisso de usar todas as ferramentas políticas disponíveis para enfrentar esses desafios. A preocupação com a disponibilidade de fertilizantes também foi expressada, uma vez que sua ausência tem o potencial de amplificar ainda mais a crise alimentar.

Em sua fala de abertura no evento, a Ministra das Finanças da Indonésia, destacou que a escassez e o aumento global do preço dos combustíveis estão gerando consequências políticas e sociais para muitos países, citando como exemplo Sri Lanka, Gana, Peru e Equador⁴⁶. De acordo com levantamento feito pelo Banco Mundial, o cenário global de energia mudou radicalmente e os preços do petróleo bruto aumentaram 350% de abril de 2020 a abril de 2022. Sendo este, o maior aumento para qualquer período de dois anos desde a década de 1970. Tal alerta também foi reforçado por Malpass ao G20, que relatou que o desvio de gás natural para a

⁴⁴ Principais economias globais fecham acordo histórico para fazer multinacionais pagarem mais impostos. EL PAÍS. 01 jul 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-07-01/principais-economias-mundiais-chegam-a-acordo-historico-para-fazer-multinacionais-pagarem-mais-impostos.html>> Acesso em: 29 jul 2022.

⁴⁵ Remarks by World Bank Group President David Malpass to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors on the Global Economy and Health Agenda. **WORLD BANK**. 15 jul 2022. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/speech/2022/07/15/remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-to-g20-finance-ministers-and-central-bank-governors-on-the-global-ec>> Acesso em: 29 jul 2022.

⁴⁶ Opening Remarks From the Central Bank Governor Republic of Indonesia During Session IV: Financial Sector Issues at the 3rd FMCBG in Bali. **G20**. 16 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/opening-remarks-from-the-central-bank-governor-republic-of-indonesia-during-session-iv-financial-sector-issues%ef%bf%bc-at-the-3rd-fmcbg-in-bali/>> Acesso em: 29 jul 2022.

Europa apresenta sérios obstáculos à produção de eletricidade, alimentos e fertilizantes dos países em desenvolvimento⁴⁷.

Percebemos que ainda que alguns avanços importantes estejam encaminhados, como o estabelecimento do FIF, fica claro que muitas das iniciativas do G20 ainda estão restritas ao plano do discurso – em um momento que urge por ações concretas. Enquanto um grupo que reúne as vinte maiores economias do mundo, há uma responsabilidade intrínseca a esses países para agir. Os desafios trazidos pela pandemia de Covid-19 e agora pelo conflito na Ucrânia são coletivos, mas sentidos de maneiras distintas e com intensidades diferentes pelos países. Aqueles em maior vulnerabilidade sofrem desproporcionalmente e muitas vezes não têm a influência política para mobilizar agendas ou o preparo necessário para lidar com as consequências econômicas, sociais e políticas que aumentam a cada dia. De fato, as tensões geopolíticas ocasionadas pela guerra têm dificultado o diálogo e o consenso – no entanto, o G20 não pode utilizar a guerra como subterfúgio para a sua inação. Em um momento de crise do multilateralismo, espaços como esse devem ser reivindicados ativamente, e, como bem colocado por Masood Ahmed e Vera Songwe em seu artigo⁴⁸ para o Center for Global Development, os líderes do bloco devem tornar a cúpula em Bali significativa para todos. Até mesmo porque, fazendo jus ao lema escolhido pela presidência do G20 neste ano, é necessária uma recuperação conjunta para uma recuperação mais forte.

Ainda como parte da série de atividades relacionadas ao FMCBG, a presidência do G20 em colaboração com o governo da Arábia Saudita realizou no dia 15 de julho o Seminário de Alto Nível sobre o Fortalecimento da Colaboração Global para Combater a Insegurança Alimentar⁴⁹. A reunião, que contou com Ministros das Finanças de alguns países membros do G20 e lideranças de organizações internacionais, teve como objetivo abordar o tema da crescente crise de segurança alimentar e seus desafios relacionados, bem como o potencial da cooperação global para enfrentar tais adversidades.

Segundo o Programa Mundial de Alimentos (WFP), o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda mais do que dobrou desde 2019 e o surto da pandemia de Covid-19. Ademais, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e o agravamento das restrições à exportação intensificou os efeitos da pandemia, resultando em um cenário precário com o descompasso entre oferta e demanda e problemas no fornecimento, elevando os preços dos alimentos mundialmente. Devido a urgência do quadro e seus múltiplos desafios, o evento procurou enfatizar a necessidade de tomada de medidas urgentes e colaborativas e, para isso, advogou sobre a criação e consolidação de um sistema de colaboração e cooperação entre

⁴⁷ Remarks by World Bank Group President David Malpass to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors on the Global Economy and Health Agenda. **WORLD BANK**. 15 jul 2022. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/speech/2022/07/15/remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-to-g20-finance-ministers-and-central-bank-governors-on-the-global-ec>> Acesso em: 29 jul 2022.

⁴⁸ An Economic Tsunami Is About to Hit the Poorest Countries: Inaction by the G20 Will Make it Worse. **CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT**. 15 jul 2022. Disponível em: <https://www.cgdev.org/blog/tsunami-about-hit-poorest-countries-inaction-g20-will-make-it-worse?utm_source=20220719&utm_medium=cgd_email&utm_campaign=cgd_weekly> Acesso em: 29 jul 2022.

⁴⁹ High Level Seminar on Strengthening Global Collaboration for Tackling Food Insecurity. **G20**. 15 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/high-level-seminar-on-strengthening-global-collaboration-for-tackling-food-insecurity>> Acesso em: 29 jul 2022.

iniciativas internacionais e programas de organizações voltadas à segurança alimentar e questões correlatas e que atuem em curto e longo prazo.

Figura 1: Seminário de Alto Nível sobre o Fortalecimento da Colaboração Global para Combater a Insegurança Alimentar



Fonte: G20, 2022.

Sob o tema de “Equilibrando a Produção e o Comércio Para Satisfazer Alimentos Para Todos” e com o intuito de incorporar o compromisso do G20 no que tange a alimentação para a população, o equilíbrio da cadeia de suprimentos entre sistemas alimentares resilientes e sustentáveis e o comércio transfronteiriço de produtos agrícolas e alimentares, o Grupo de Trabalho de Agricultura (GTA) iniciou em 27 e 28 de julho a Segunda Reunião de Representantes da Agricultura, em Yogyakarta⁵⁰. O evento reuniu presencial e virtualmente cerca de 100 delegados internacionais dos países membros do grupo, 7 países convidados e 13 organizações internacionais e regionais.

Para além dos fóruns de discussão, era esperado que o encontro elaborasse um projeto de comunicado que incluísse contribuições ou sugestões de todos seus participantes a fim de produzir um rascunho abordando as três questões prioritárias propostas pela presidência indonésia, sendo elas: (i) a construção de sistemas alimentares e agrícolas resilientes e sustentáveis; (ii) a promoção de um comércio de alimentos aberto, justo, previsível e transparente; e (iii) o incentivo de negócios agrícolas inovadores por meio de tecnologia digital para a melhora da subsistência dos agricultores nas zonas rurais. Esse projeto de documento é essencial para a produção do comunicado final da próxima Reunião Ministerial de Agricultura,

⁵⁰ The Second Agriculture Deputies Meeting G20 Indonesian Presidency Commenced Today. **G20**. 27 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/the-second-agriculture-deputies-meeting-g20-indonesian-presidency-commenced-today/>> Acesso em: 29 jul 2022.

que será realizada no final de setembro deste ano⁵¹. Todavia, informações claras sobre o que foi produzido a partir deste encontro de julho não foram publicadas.

Por fim, outro evento realizado nesta quinzena e aqui ressaltado foi a conferência do grupo de engajamento do G20 Women20 (W20), que ocorreu entre os dias 19 e 21 de julho e comportou uma série de discussões e eventos de tópicos variados, como, por exemplo, a discriminação para a formulação de políticas de igualdade de gênero, o empoderamento econômico feminino e a acessibilidade e crescimento econômico inclusivo para mulheres que vivem em áreas rurais e mulheres com deficiência⁵².

O evento também buscou criar compromissos, políticas e recomendações para se tornar foco prioritário do G20 em quatro áreas: (i) a promoção de igualdade, segurança e bem-estar, eliminando a discriminação que dificulta a participação das mulheres na economia; (ii) alcançar a inclusão econômica apoiando as micro e pequenas empresas pertencentes e gerenciadas por mulheres; (iii) abordar a vulnerabilidade para aumentar a resiliência, com foco em mulheres com deficiência e as que se encontram em áreas rurais; e (iv) advogar pela igualdade de gênero relacionado à saúde.

O grupo, contudo, sofreu críticas e protestos por parte de grupos da sociedade indonésia, mais especificamente de organizações de direito das mulheres e de populações tradicionais, pela falta de representatividade na composição do evento, excluindo vozes locais, e a não abordagem da situação e problemáticas enfrentadas pelas mulheres da região da província de Sumatra Setentrional, local que sediou o encontro⁵³.

Figura 2: Protesto de Organizações de Populações Tradicionais e de Direitos das Mulheres Indonésias Críticos ao Evento do W20



Fonte: Aljazeera, 2022.

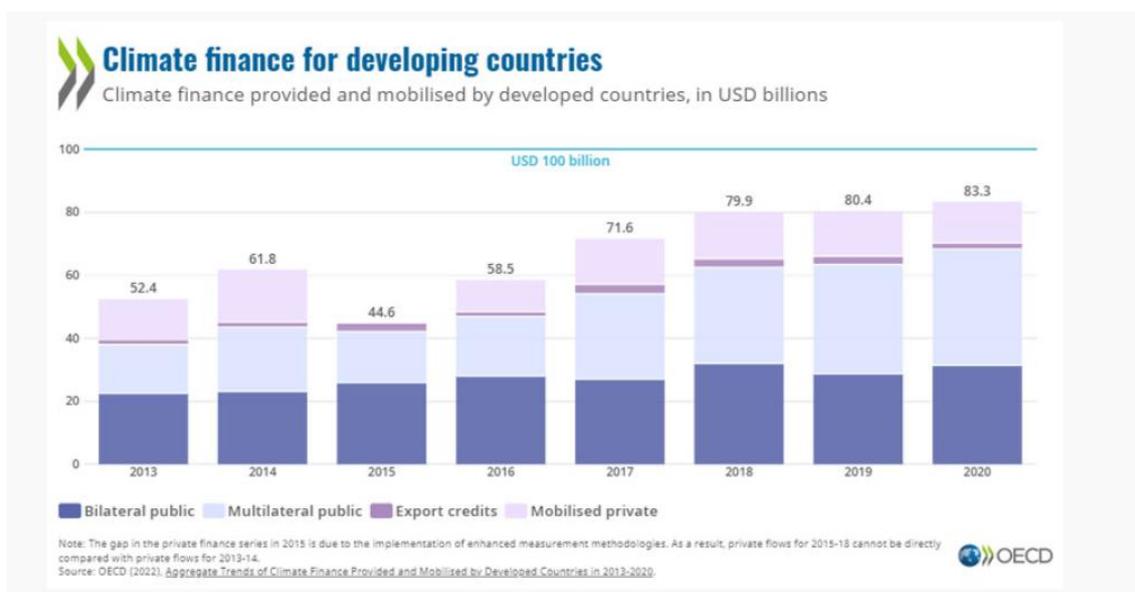
⁵¹ Indonesia Urges G20 Members' Commitment in Resolving Global Food Insecurity. G20. 27 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/indonesia-urges-g20-members-commitment-in-resolving-global-food-insecurity/>> Acesso em: 29 jul 2022.

⁵² Women20 Summit in Lake Toba Prepares Communique to be Presented to the President of the Republic of Indonesia. G20, 18 jul 2022. Disponível em: <<https://g20.org/women20-summit-in-lake-toba-prepares-communique-to-be-presented-to-the-president-of-the-republic-of-indonesia/>> Acesso em: 29 jul 2022.

⁵³ LLEWELLYN, Aisyah. G20 women's forum accused of excluding Indigenous Indonesians. **ALJAZEERA**. 20 jul 2022. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/economy/2022/7/20/g20-womens-forum-accused-of-excluding-indigenous-indonesians>> Acesso em: 29 jul 2022.

OCDE

De acordo com a análise da OCDE, países desenvolvidos chegaram a investir cerca de USD 83.3 bilhões em países em desenvolvimento para ações climáticas, em 2020, em um aumento de 4% comparado a 2019. A declaração da OCDE⁵⁴ é que, enquanto os países ainda lidam com os impactos do Covid-19 e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, consequências e impactos decorrentes de mudanças climáticas vêm causando danos em todo o mundo, de forma que países desenvolvidos devem continuar a realizar esforços alinhados à COP26, que significaria chegar ao investimento de 100 bilhões de dólares.⁵⁵



Em 7 e 8 de julho houve uma reunião de alto nível sobre segurança e mobilidade em viagens, uma vez que pessoas que realizam viagens internacionais são altamente impactadas por restrições entre fronteiras. A reunião foi liderada por Ms. Maria Reyes Maroto Illera, Ministra da indústria da Espanha, e a Rússia não foi convidada para a reunião, em razão da invasão e agressão ilegais à Ucrânia. A possibilidade de um estado endêmico da Covid-19 no futuro próximo clama por medidas mais sustentáveis no que tange viagens internacionais, buscando preservar a saúde pública ao mesmo tempo que há uma recuperação no setor de viagens. Estas medidas podem ser uma resposta a futuros choques de saúde de impacto global, para que a comunidade internacional se torne mais resiliente frente a novos desafios.⁵⁶ Os protocolos coordenados de saúde em viagens iniciado pela presidência do G20 foram elogiados na reunião, principalmente quando houve a discussão de alinhamento de protocolos de saúde entre países para a promoção de um ambiente de viagens mais resiliente, tendo sido ressaltada a importância de cooperação entre países e Organismos internacionais, como OMC e Organização Mundial de Turismo e Organização Internacional de Aviação Civil. Por fim, os participantes comprometeram-se a reconhecer e promover protocolos comuns de saúde em

⁵⁴ <https://www.oecd.org/environment/statement-by-the-oecd-secretary-general-on-climate-finance-trends-to-2020.htm>, com acesso em 01 de agosto de 2022.

⁵⁵ <https://www.oecd.org/climate-change/finance-usd-100-billion-goal/>, com acesso em 01 de agosto de 2022.

⁵⁶ <https://www.oecd.org/health/safe-international-travel/> e <https://www.oecd.org/health/safe-international-travel/HLM-Chairs-Summary-8-July-2022.pdf>, com acesso em 01 de agosto de 2022.

viagens, seguindo evidências científicas e o desenvolvimento de critérios de risco comuns para viagens.



Starting unequal: How's life for disadvantaged children?

July 2022

Outro destaque de julho da OCDE foi o paper Policy Insights⁵⁷, em que se avaliam os impactos da Covid-19 para as crianças que vêm de origens menos privilegiadas. Dentro da análise realizada, foi concluído que crianças que vêm de origens de baixa renda e baixo desenvolvimento socioeconômico tem todas as áreas de suas vidas afetadas, como impactos de saúde e educação, assim como baixa autoestima, percepção de satisfação e menos oportunidades durante a vida. Esta constatação escancarou as desigualdades que estão muito presentes em áreas mais pobres, e é de muita importância para a OCDE, já que o bem-estar infantil é um dos dados que direciona a construção de políticas e suas prioridades. A pandemia de Covid-19 e as políticas implementadas para combater a doença impactaram todas as áreas das vidas das crianças, incluindo educação, vidas em casa e o tempo despendido brincando com colegas e pessoas fora da família, o que trouxe impactos psicológicos nas crianças. As crianças provenientes de origens mais pobres foram mais afetadas, de acordo com o estudo realizado em 2021 pela OCDE em parceria com a UNICEF, o que demanda políticas específicas para este grupo de crianças, para aumento do bem-estar infantil.

Análise

Os impactos da pandemia de Covid-19 ainda estão sendo sentidas em todo o mundo, e por conta disso, os líderes dos países ricos vêm tentando realizar análises para tentar mitigar estes impactos, seja no bem-estar infantil, seja no fomento do setor de viagens, o qual foi um dos mais afetados pela pandemia, para que ocorra uma retomada de crescimento e desenvolvimento. A exclusão da Rússia da cúpula sobre protocolos de saúde em viagens demonstra o grande desagrado do ocidente com os impactos financeiros e humanitários assoberbados pela guerra entre Rússia e Ucrânia, que trouxe uma maior crise de alimentos e energia, principalmente, dificultando a retomada global “pós”-Covid-19.

⁵⁷ <https://www.oecd.org/wise/Starting-unequal-How-is-life-for-disadvantaged-children-Policy-Insights-July-2022.pdf>, com acesso em 01 de agosto de 2022.

A promessa da China para acelerar a Agenda 2030 em meio à disputa de poder com EUA

Claudia Hoirisch



As obrigações financeiras dos países desenvolvidos estão longe de serem cumpridas e a perspectiva de atingir os ODS conforme programado não é nada otimista. Tendo isso em vista, dia 24/6, dia seguinte da 14ª Cúpula dos BRICS, o presidente Xi presidiu o Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Global e anunciou os novos passos da China para apoiar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Líderes de mercados emergentes e países em desenvolvimento estavam presentes na reunião em que se discutiu cooperação internacional para revigorar o desenvolvimento global.

O projeto chinês foi proposto inicialmente por Xi Jinping no debate geral da 76ª AGNU em setembro de 2021 e reúne diversas áreas prioritárias^{58,59}. Diferentemente da BRI, a GDI não foca em infraestrutura como base. Após sua introdução, a iniciativa foi apoiada por mais de 100 países e em janeiro de 2022, o grupo de amigos do GDI foi lançado na ONU e mais de 50 países se juntaram ao grupo.

Pequim lançou um Relatório de Desenvolvimento Global em meados desse ano onde apresenta recomendações de políticas em oito aspectos para a implementação da Agenda 2030. Os pontos contidos no Relatório para implementação da Agenda 2030 - redução da pobreza, segurança alimentar, proteção da saúde humana, financiamento do DS, desenvolvimento de iniciativas verdes e de baixo carbono, promoção da industrialização em países em desenvolvimento, economia digital para prosperidade comum e desenvolvimento inclusivo, e conectividade estão ligados às prioridades destacadas na Iniciativa de Desenvolvimento Global, ilustram os grandes problemas da humanidade e traçam um roteiro para o futuro.

No item proteção da saúde global os países devem aumentar a cooperação em diagnósticos, tratamentos, P&D de vacinas e medicamentos, aprimorar o sistema de resposta de emergências em saúde; promover a produção e justa distribuição de vacinas, garantir acessibilidade, diminuir a lacuna vacinal e tentar alcançar as metas de vacinação global propostas pela OMS.

Devem ainda ajudar os países em desenvolvimento a construir capacidades na atenção primária, promover capacidade no monitoramento de vigilância de doenças transmissíveis e resposta em diagnósticos. Devem cultivar talentos e melhorar a capacidade de treinamento

⁵⁸ Alívio da pobreza, a produção e fornecimento de alimentos, mudanças climáticas, desenvolvimento verde, inovação, Covid-19 e P&D de vacinas, a melhoria da industrialização e a conectividade

⁵⁹ China, 2021. Wang Yi fala sobre a importância da Iniciativa de Desenvolvimento Global. 26/09/2021. mfa.gov.cn/ce/ceus/eng/zgyw/t1909908.htm.

para os RRHH em saúde e melhorar os serviços de atenção primária. O mundo deve melhorar as cadeias de suprimentos médicos para garantir a provisão emergencial, fortalecer a cooperação na pesquisa de doenças zoonóticas e construir um sistema de alerta precoce para fortalecer prevenção e controle de doenças fronteiriças.

O relatório relembra que a OMS deve ter um papel mais central na governança da saúde global e as organizações multilaterais e agências regionais devem desempenhar um papel pleno na saúde global e regional. A agenda da saúde e prioridades devem ser baseadas nas necessidades dos PEDs.

O GDI, tal qual a Iniciativa Cinturão e Rota à época em que foi lançada em 2013, ainda é amorfo, uma visão pois não tem data para ser lançada ainda. A Iniciativa construirá consenso e reunirá os pontos fortes dos mecanismos de cooperação multilateral, como a ONU, o G20 e o BRICS, bem como várias plataformas sub-regionais e regionais.

Venezuela: a tragédia por trás do tsunami migratório em direção aos EUA via Tampão de Darién

Há uma década, quando Nicolás Maduro sucedeu ao falecido Hugo Chávez e o ciclo do preço do petróleo começou a ser adverso à revolução bolivariana, a emigração venezuelana se tornou a marca da história recente do país.

As rotas para sair da Venezuela por mar e terra já são muitas e foram mudando ao longo do tempo. Por muito tempo os refugiados foram em massa para o sul e assim chegaram ao extremo sul do continente. Dois milhões e duzentos mil venezuelanos, talvez mais, permanecem na Colômbia.

Na Colômbia, os imigrantes venezuelanos encontraram garantias de direitos humanos dos refugiados, notadamente os de acesso à saúde e o direito à identidade. Isso seguiu assim em meio à calamidade que a pandemia representou para o Governo de Iván Duque (à época).

Nas últimas semanas, no entanto, coincidindo com os protestos contra o alto custo de vida que paralisam o vizinho Panamá – como descrito no item anterior, as autoridades panamenhas e as agências da ONU divulgaram números muito preocupantes: o Serviço Nacional de Migração do Panamá observou que até o momento, em 2022, 48.430 pessoas entraram no país pela perigosa selva de Darién: 58% desses migrantes são venezuelanos.

À medida que os impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19 atingem refugiados e migrantes da Venezuela em países de acolhida em toda a América Latina e Caribe, um número cada vez maior deles segue ao norte, se unindo a outros grupos de pessoas em movimento. Igualmente, um número cada vez maior de migrantes está saindo diretamente da Venezuela.

O Tampão de Darién, região que marca a fronteira entre a Colômbia e o Panamá, é umas das rotas de migrantes e refugiados mais perigosas do mundo. Consiste em 5 mil quilômetros quadrados de matas tropicais, montanhas íngremes e rios. A travessia pode durar 10 ou mais dias para os mais vulneráveis, que estão expostos a perigos da natureza bem como de grupos criminosos conhecidos por perpetrarem violência, incluindo abuso sexual e roubos.⁶⁰

Em março, de acordo com estatísticas das autoridades panamenses, o número de venezuelanos cruzando o Tampão de Darién nos dois primeiros meses de 2022 quase alcançou o total de 2021.

“A temida rota de Darién que 133.000 migrantes atravessaram em 2021 não soa mais como crioulo. Os haitianos, que costumavam atravessar em massa aquela trilha perigosa, onde inúmeros desapareceram ou perderam a vida, não são mais a maioria. Eles continuam tentando ir da Colômbia para os Estados Unidos, mas o espanhol e as sonoras “panas” dos migrantes venezuelanos agora se impõem na trilha”.⁶¹

⁶⁰ <https://brazil.iom.int/pt-br/news/dispara-o-numero-de-venezuelanos-cruzando-o-tampao-de-darien>

⁶¹ Idem

As narrações de quem percorreu este caminho asseguram que não é raro encontrar cadáveres, ou moribundos à espera de socorro, ao longo do percurso. Em várias ocasiões, houve relatos de crianças chegando aos postos de atendimento das Nações Unidas sem seus pais, ou pais sem seus filhos.⁶² O custo da travessia, que pode incluir alguns trechos em barcos em rios caudalosos, gira em torno de, no mínimo, cerca de 500 dólares por pessoa.

As histórias da selva de Darién se multiplicaram nas últimas semanas na Venezuela. Por um ano, além disso, aumentou o fluxo de venezuelanos residentes em outros países da região que migram pela segunda vez, do Peru ou do Equador, fugindo da xenofobia e do desemprego. “De janeiro a junho de 2022, mais de 28.079 venezuelanos atravessaram a selva de Darien, quase 60% do total de migrantes que realizam essa jornada, segundo os dados fornecidos pelo Serviço Nacional de Fronteiras do Panamá”⁶³, diz David Smolansky, líder da oposição no exílio, comissário da Organização dos Estados Americanos para a atenção de migrantes e refugiados. Os fluxos migratórios do Darien também incluem cubanos, haitianos e, em menor grau, equatorianos e bolivianos. E há apenas um ano, em 2021, apenas 2% dos migrantes de Darién eram venezuelanos.

A população migrante está superlotada, eles passam a noite na chuva, a comida é escassa, eles não têm onde conectar seus telefones para notificar suas famílias que deixaram a selva, explica Marisol Quiceno, chefe da área de Assuntos Humanitários do Médicos Sem Fronteiras para Colômbia e Panamá.⁶⁴

O impacto das notícias do Darién foi alto e provocou a inusitada resposta de Diosdado Cabello, o segundo em comando do chavismo, em seu programa de televisão *Con el mazo dada*. Para Cabello, as informações do Darien fazem parte de uma campanha orquestrada por uma oposição extremista contra a revolução bolivariana, que busca arrecadar dinheiro de organizações internacionais “para roubá-lo”.⁶⁵

As mudanças de governo no continente e as consequências econômicas da pandemia de covid-19 fizeram com que os migrantes decidissem ir para os Estados Unidos. Brauckmeyer indicou que os novos requisitos de imigração de muitos países em termos de pedidos de visto para migrantes venezuelanos tornaram a região não mais uma opção para migrar.

Segundo o jornal La Prensa do Panamá, Eduardo Leblanc, Defensor Público do Panamá informou que representantes da Colômbia e do Panamá se reunirão em agosto para discutir a necessidade de reduzir os riscos para esses viajantes, com rotas mais seguras, e garantir a segurança das crianças, meninas e adolescentes.⁶⁶

Chile: aprovada a gratuidade do acesso à saúde para toda a população

No dia 27 de julho, o presidente chileno, Gabriel Boric, anunciou o fim do copagamento no sistema público de saúde (Fonasa).

⁶² <https://elpais.com/internacional/2022-07-31/el-infierno-de-los-migrantes-venezolanos-en-la-selva-del-darien.html>

⁶³ <https://presidenciave.com/internacional/david-smolansky-alerto-que-el-60-de-las-personas-que-cruzan-por-darien-son-venezolanas/>

⁶⁴ <https://elpais.com/internacional/2022-07-31/el-infierno-de-los-migrantes-venezolanos-en-la-selva-del-darien.html>

⁶⁵ idem

⁶⁶ <https://eldiario.com/2022/07/21/migrantes-venezolanos-prefieren-cruzar-darien-que-establecerse-en-latinoamerica/>

O anúncio do presidente caminha na mesma direção da proposta da Nova Constituição Chilena, que em seu artigo 44.1 expressa que “Toda pessoa tem direito à saúde e ao bem-estar integral, inclusive em suas dimensões física e mental”⁶⁷ e segue, no artigo 44.5, afirmando que “O Sistema Nacional de Saúde é universal, público e integrado. Rege-se pelos princípios de equidade, solidariedade, interculturalidade, relevância territorial, desconcentração, eficiência, qualidade, oportunidade, abordagem de gênero, progressividade e não discriminação”.

Suas propostas se concentram na concepção de um Serviço Nacional de Saúde que garanta cobertura universal e igualitária para todos os chilenos com o seguro de saúde privado como opção adicional. Também na prevenção – limitação da publicidade de tabaco e alimentos ultraprocessados – e nas melhorias do sistema de saúde, como a digitalização de prontuários clínicos ou o reforço dos direitos trabalhistas dos profissionais de saúde, ou o aumento da Recursos em Saúde Mental.

No Chile, cerca de oito em cada 10 pessoas são atendidas pela Fonasa, que divide seus usuários em quatro setores: A, B, C e D – de acordo com a renda de cada um. Até agora, pessoas de menor renda (A e B), assim como maiores de 60 anos, podiam receber atendimento a custo zero. A partir de 1º de setembro, os cuidados de saúde recebidos pelos cidadãos das seções C e D, pouco mais de 5,3 milhões (54% homens e 46% mulheres), também serão gratuitos.⁶⁸

O custo fiscal anual da medida será de cerca de 21 milhões de dólares. A copagamento para atendimento na Rede Pública de Saúde da seção C é de 10% e 20% da seção D.

Gabriel Boric, ao anunciar a medida, observou que essa cobrança é injusta, uma vez que a saúde tem que ser um direito que não está condicionado ao tamanho das carteiras das famílias. Estima-se que a economia por família será de US\$ 265 por ano (o salário-mínimo é de \$ 380).

“Direitos não precisam ser negócios. Vamos arriscar e dar o melhor de nós para que a saúde, as pensões, a habitação e a educação sejam acessíveis a todos os cidadãos do nosso país, e insisto, independentemente de quanto dinheiro tenham no bolso”, sublinhou o presidente chileno.⁶⁹

A Ministra da Saúde, María Begoña Yarza, também presente no evento, acrescentou que “não há letras miúdas”. “Todos os benefícios da Rede Pública de Saúde, do Norte ao extremo sul, serão gratuitos para os 15 milhões [de cidadãos atendidos no] Fonasa”.

As pessoas filiadas ao sistema Fonasa devem pagar 7% de sua renda bruta mensal. Aqueles que destinam esse percentual ou mais para instituições de saúde, seguro saúde privado (isapres), não fazem parte dos beneficiários. O presidente chileno também anunciou que na próxima semana fará outros anúncios de saúde relacionados à qualidade e eficiência.

O Chile é considerado um país de alta renda, com um PIB por habitante semelhante ao da Polônia ou da Hungria, e membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o clube das nações mais ricas do mundo. No entanto, tem a maior desigualdade entre os países da OCDE, 65% superior à média dos países de alta renda.

⁶⁷ <https://www.gob.cl/chilevotainformado/>

⁶⁸ <https://elpais.com/chile/2022-07-27/boric-anuncia-la-gratuidad-en-la-red-publica-de-salud-de-chile.html>

⁶⁹ <https://elpais.com/chile/2022-07-27/boric-anuncia-la-gratuidad-en-la-red-publica-de-salud-de-chile.html>

O que isso implica é que o país tem a riqueza necessária para criar uma sociedade mais igualitária, mas o financiamento necessário para melhorar os benefícios sociais, como a saúde, só pode vir de onde o dinheiro está – fato que provoca forte reação na oposição.

Para aumentar a arrecadação do Estado, uma das medidas propostas pelo programa de Boric é um imposto de 2,5% sobre todas as riquezas superiores a cinco milhões de dólares e aumentar imposto sobre mineração. No Chile, cerca da metade da população vive com menos de 500 dólares ao mês, mas com um custo de vida extremamente alto.⁷⁰

Garantir uma cobertura universal de saúde de qualidade que não cause dificuldades financeiras para a população é um avanço em termos de igualdade e direitos, não se trata de medida populista. No entanto, Boric segue enfrentando uma desaprovação de sua gestão de 59% da população⁷¹ (dados de final de junho).

Panamá: da crise social à mesa única de diálogo

O Panamá está submerso em uma crise social sem precedentes desde sua democratização. O rompante social que afeta a sociedade panamenha é produto de ao menos três fatores que interagiram para causar os protestos que já duram mais de 3 semanas: o aumento acentuado do custo de vida, a imensa desigualdade social e a redução da credibilidade do governo em exercício (corrupção e má gestão).

Sindicatos de construtores, organizações indígenas, produtores agrícolas, sindicatos de ensino e saúde, transportadores, pescadores e outros elementos sociais organizaram fechamentos de ruas em todo o país e manifestações em frente a instituições públicas.

Os motivos não são diferentes do que está acontecendo no resto do continente e do mundo: o aumento do preço do petróleo e a inflação que gerou um aumento impactante nas necessidades básicas, tais gasolina, cesta básica e medicamentos.

Depois de uma pandemia que trouxe ao país uma das piores recessões do mundo (-17,9%), as fontes de descontentamento foram retomadas, por motivos tão variados como a situação precária do fundo de segurança social, o desemprego ou uma impopular reforma eleitoral.⁷²

Após mais de uma semana da abertura de uma mesa única de diálogo com o Executivo, foram alcançados alguns avanços e acordos para redução da cesta básica e combustível remédios. Durante a noite de sábado (30 de julho) foi alcançado um acordo onde o governo prometeu aplicar um aumento gradual de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) que por Lei corresponde à educação, com uma distribuição equitativa e que reforça a qualidade educativa dos primeiros e segundo nível de ensino. Quanto a questão dos medicamentos, foi postergado para o dia 2 de agosto a continuidade das negociações que ficaram travadas.

⁷⁰ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/07/boric-aumenta-impostos-do-cobre-do-e-dos-ricos-para-financiar-agenda-social-no-chile.ghtml>

⁷¹ <https://cadem.cl/estudios/plaza-publica-441-aprobacion-del-presidente-boric-cae-a-34-su-nivel-mas-bajo-y-el-rechazo-a-la-nueva-constitucion-sube-a-51-18pts-por-sobre-la-opcion-apruebo-33/>

⁷² <https://www.infobae.com/america/america-latina/2022/07/24/las-cinco-crisis-de-panama/?outputType=amp-type>

Até o momento, líderes populares e representantes do governo aprovaram neste fim de semana o documento sobre redução e oferta de medicamentos no Fundo de Previdência Social e no Ministério da Saúde, sem privatizar, com um total de 17 consensos e 12 dissidências.⁷³

Em relação às divergências, o Poder Executivo adiou a discussão do pedido de recomposição da Comissão de Farmacoterapia, para a participação direta e majoritária dos sindicatos prescritores e serviços médicos das instituições. Tampouco foi acordado regular a margem de lucro dos medicamentos na cadeia de compra e distribuição de medicamentos de farmácias privadas, para ajustar a margem de lucro dos intermediários.

Outro aspecto em que se registrou discordância é o relacionado à possibilidade de realizar compras internacionais diretas de empresas de outros países, reconhecendo agências reguladoras de alto padrão, como foi feito com a vacina contra a covid-19.

Por outro lado, o Ministro da Saúde, Luis Francisco Sucre, disse que o consenso se baseia na qualidade dos medicamentos, na eliminação do excesso de burocracia que existe nas instalações, na implementação de melhorias de processos e compras diretas para poder adquirir medicamentos mais rapidamente.⁷⁴

A situação é complexa e parte das organizações que participam das negociações está buscando reformas mais estruturais que possam dar respostas mais abrangentes à crise, no lugar de medidas pontuais para apaziguar os descontentamentos de uma profunda crise social.

Colômbia e Venezuela: retomada das relações diplomáticas

Bogotá e Caracas, que já concordaram em avançar na reabertura da fronteira e na recuperação do intercâmbio comercial, caminham para um iminente restabelecimento de suas relações diplomáticas assim que Gustavo Petro assumir a presidência da Colômbia, na próxima semana, dia 7 de agosto.

As relações entre os dois países foram completamente rompidas em 2019. As relações entre Bogotá e Caracas foram tensas ao longo do mandato do atual presidente colombiano, Iván Duque, tanto pela acusação de abrigar criminosos, quanto pela falta de reconhecimento de Nicolás Maduro como presidente venezuelano, apoiando Juan Guaidó.

As sucessivas crises entre os dois vizinhos só se intensificaram durante o período de Iván Duque. As pontes binacionais entre Táchira e Norte de Santander estão fechadas à passagem de veículos desde agosto de 2015 por ordem de Maduro, que já havia expulsado a milhares de colombianos que foram obrigados a atravessar o rio Táchira com seus pertences nos ombros.

A tensão acumulada por anos foi desencadeada em fevereiro de 2019, depois que a oposição venezuelana, liderada por Juan Guaidó, e com o apoio irrestrito de Duque, tentou trazer alimentos e remédios da Colômbia, no que Caracas descreveu como uma tentativa de “invasão”. Maduro então decidiu romper completamente as relações, enquanto Duque o descreve como um ditador, não reconhece seu governo e denunciou repetidamente que dá abrigo tanto ao ELN quanto a dissidentes.⁷⁵

⁷³ <https://www.panamaamerica.com.pa/sociedad/que-disensos-quedan-pendientes-en-el-tema-de-la-rebaja-y-abastecimiento-de-medicamentos>

⁷⁴ idem

⁷⁵ <https://elpais.com/america-colombia/2022-07-28/colombia-y-venezuela-se-proponen-restablecer-relaciones-cuando-petro-asuma-el-poder.html>

Com a retomada das relações diplomáticas, ambos os países concordaram com uma normalização gradual que inclui a nomeação de embaixadores e funcionários consulares após anos de tensões, e trabalharão para melhorar a segurança ao longo de uma linha de fronteira longa e porosa.

O anúncio foi feito de pelo ministro das Relações Exteriores do governo de Nicolás Maduro, Carlos Faría, e o ministro das Relações Exteriores nomeado por Petro, Álvaro Leyva, em uma declaração conjunta concisa que assinaram após reunião em San Cristóbal, capital do Estado venezuelano de Táchira.

Petro levou apenas três dias como presidente eleito para conversar com Maduro e confirmar que pretende abrir as diligências formais em uma fronteira onde proliferam as travessias clandestinas e que há muito está entregue à ilegalidade, com a notória presença de um arquipélago de grupos armados ilegais que inclui os guerrilheiros do ELN e os dissidentes das FARC que se retiraram do processo de paz.

A agenda bilateral é complicada com um tema em destaque: a porosa fronteira comum de mais de 2.000 km, que milhões de venezuelanos atravessaram fugindo da crise, na qual também se denuncia a presença de guerrilheiros, paramilitares e narcotráfico.⁷⁶

No complexo xadrez diplomático, Leyva, o próximo chanceler colombiano, foi um homem chave nas negociações para chegar a um acordo com a extinta guerrilha das FARC, e quando Petro anunciou sua nomeação disse que “será um Ministério das Relações Exteriores para a Paz”. Vários observadores antecipam que a Venezuela seja um ator chave nas possíveis negociações de paz com o ELN, o último guerrilheiro ativo na Colômbia, ao qual vários analistas atribuem um caráter binacional, que o presidente eleito já pretende avançar.⁷⁷

Além disso, a fronteira também tem sido o funil de um dos maiores fluxos de pessoas do mundo, a diáspora de venezuelanos que fugiram da crise política e econômica em seu país em ondas sucessivas, impulsionadas pela hiperinflação, insegurança ou escassez de alimentos e medicina. A Colômbia é de longe o principal país anfitrião, com cerca de 2,5 milhões de cidadãos venezuelanos estabelecidos em todo o seu território, segundo o relatório mais recente da Migración Colombia.⁷⁸

Ouro da Venezuela ofusca a Nicolas Maduro: o impacto político de uma decisão jurídica estrangeira, cujo objeto é (geo)político.

Desde 2020, a Venezuela de Nicolás Maduro vem tentando repatriar cerca de 2 bilhões de dólares em lingotes de ouro guardados nos cofres do Banco da Inglaterra (Bank of England). No entanto, as reservas de ouro⁷⁹ têm sido objeto de uma disputa sobre seu controle entre o

⁷⁶ <https://www.dw.com/es/venezuela-y-colombia-acuerdan-restablecer-relaciones-dipl%C3%B3maticas-en-agosto/a-62633956>

⁷⁷ <https://elpais.com/america-colombia/2022-07-28/colombia-y-venezuela-se-proponen-restablecer-relaciones-cuando-petro-asuma-el-poder.html>

⁷⁸ idem

⁷⁹ Esta não é a única ação judicial sobre ouro venezuelano em tribunais britânicos. Em 2020, o Deutsche Bank pediu ao tribunal que decida quem é o administrador legítimo de 123 milhões de dólares pertencentes ao BCV, como resultado da conclusão de um acordo de swap de ouro entre a instituição venezuelana e o banco alemão. A sentença do juiz Cockerill será um precedente para resolver também este litígio.

presidente Maduro e o líder da oposição Juan Guaidó, reconhecido pelo Reino Unido e outros países do Ocidente como presidente interino do país latino-americano.

A direção do Banco Central da Venezuela (BCV), presidida por uma comissão de Maduro, pediu o desbloqueio do ouro, em maio de 2020, para financiar o combate à pandemia de Covid-19. No entanto, naquele momento, O Banco da Inglaterra se recusou a cumprir essa instrução porque Guaidó nomeou um conselho rival do BCV, que solicitou ao Banco que não entregasse o dinheiro a Maduro.

Por causa dessa disputa, o Banco da Inglaterra pediu ao Supremo Tribunal que determinasse se deveria aceitar instruções do “conselho de Maduro” ou do “conselho de Guaidó”. O Supremo Tribunal do Reino Unido decidiu, inicialmente, em julho de 2020, que Maduro não pode acessar os fundos porque o Reino Unido não o reconhece como presidente. Mais tarde, Maduro recorreu com sucesso desse veredicto, mas a Suprema Corte do Reino Unido enviou o caso de volta ao Supremo Tribunal a pedido de Guaidó.⁸⁰

O caso envolve o pedido de maio de 2020 feito ao Banco da Inglaterra pelo conselho nomeado por Maduro do Banco Central de Venezuela (BCV) para vender algumas das reservas de ouro da Venezuela.

O litígio seguiu entre idas e vindas entre o Supremo Tribunal e a Alta Corte de Apelações. No cerne da questão, invariavelmente, esteve a decisão de quem era o representante de fato e de direito da Venezuela. Seguindo a doutrina do “One Voice”, seria difícil decidir por Maduro, uma vez que Her Majesty’s Government havia expressado oficialmente, em 2019, que reconhecia a Juan Guaidó como o presidente interino constitucional da Venezuela até que fosse possível celebrar eleições presidenciais.

As 31 toneladas de ouro protegidas nos cofres do Banco da Inglaterra e outros ativos venezuelanos no exterior (Deutsche Bank) estão no centro da disputa entre o governo Maduro e a oposição como resultado do labirinto institucional em que o país sul-americano está submerso.

Nesse labirinto estão dois conselhos de administração do mesmo Banco Central da Venezuela, um nomeado pelo Governo e outro pela oposição agrupada na figura de Guaidó, que disputa o controle das reservas.

Numa tentativa de socavar a representação do Banco Central da Venezuela de Guaidó, a Suprema Corte Venezuelana, controlada pelo chavismo, invalidou as ações de Guaidó e da diretoria por ele indicada. Esse foi o argumento usado pela defesa do governo Maduro para tentar desbloquear o acesso a fundos para supostamente investi-los no atendimento à população durante a pandemia de covid-19 e na melhoria do sistema de saúde.⁸¹

Mas, no dia 29 de julho, um Tribunal Comercial do Supremo Tribunal de Londres reiterou a decisão sobre a administração de mais de 1 bilhão de dólares em reservas de ouro do Banco Central da Venezuela que estão sob custódia do Banco da Inglaterra.

⁸⁰ <https://elpais.com/internacional/2022-07-30/la-justicia-britanica-niega-a-maduro-el-acceso-al-oro-venezolano-depositado-en-el-banco-de-inglaterra.html>

⁸¹ idem

A resolução representa um novo revés para o governo de Nicolás Maduro neste caso, porque o tribunal indicou que as únicas autoridades legítimas para administrar os fundos são aquelas indicadas pelo líder da oposição Juan Guaidó.⁸²

A juíza britânica, Sara Cockerill, decidiu sobre esse recurso na semana passada, quando apontou que havia “evidências claras” de que a Suprema Corte de Justiça era composta por juízes que apoiavam Maduro e que suas decisões não são passíveis de reconhecimento pela lei britânica.

Em um julgamento anterior para este mesmo caso, de dezembro de 2021, a Suprema Corte da Inglaterra discutiu quem era o presidente legítimo da Venezuela. Para isso, consultou o Ministério das Relações Exteriores britânico, que deu parecer favorável a Guaidó. Por tanto, foi o tabuleiro do jogo das relações internacionais que, ao fim e ao cabo, determinou a decisão da Suprema Corte de Her Majesty.

O próximo passo ocorrerá em outubro, quando o Tribunal decidirá sobre qual dos conselhos do Banco Central Venezuelano (Maduro x Guaidó) tem autoridade e acesso às reservas.

A oposição aceitou a nova decisão como uma “vitória internacional da democracia e da liberdade”. Guaidó afirmou que a decisão representava mais um passo no processo de proteção das reservas internacionais de ouro da Venezuela e sua preservação para o povo venezuelano e seu futuro.⁸³

Já o Banco Central da Venezuela declarou que a decisão “mina os poderes legítimos de administração das reservas internacionais da República Bolivariana da Venezuela” – além de ser uma violação do Estado do Direito Internacional. De acordo com o BCV, “É extremamente grave que a política externa britânica, que neste caso amordaçou diretamente os seus tribunais, cause graves danos aos direitos e interesses dos cidadãos, instituições e outros Estados” e declarou que adotará “todas as ações legais ao seu alcance” para reverter a “decisão incomum e desastrosa”.⁸⁴

Nesse ínterim, a mudança de primeiro-ministro britânico após a renúncia de Boris Johnson pode mudar o rumo de um caso que é mais político do que legal.

Caso o sucessor ou sucessora de Boris Johnson mude o seu entendimento sobre o reconhecimento do governo da Venezuela, o que se viu até aqui poderá virar papel molhado e um novo julgamento sobre o ouro poderá ter lugar.

Ainda que Juan Guaidó tenha conseguido manter o apoio dos Reino Unido, Estados Unidos, e outros países, em janeiro de 2021, perdeu a classificação de presidente interino ou encarregado pela UE.

Na ocasião, uma nova Assembleia Nacional da Venezuela (dezembro de 2021) foi eleita e o mandato de Guaidó como chefe do Parlamento chegou ao fim. Ainda que a União Europeia “lamente profundamente” a constituição da nova Assembleia venezuelana, surgida de eleições

⁸² <https://elpais.com/internacional/2022-07-30/la-justicia-britanica-niega-a-maduro-el-acceso-al-oro-venezolano-depositado-en-el-banco-de-inglaterra.html>

⁸³ <https://www.rfi.fr/es/am%C3%A9ricas/20220729-venezuela-oro-lingotes-reino-unido-justicia-juan-guaido-nicolas-maduro-fallo>

⁸⁴ <http://www.bcv.org.ve/bcv-rechaza-pronunciamiento-britanico-que-socava-potestades-de-administracion-de-reservas>

“não democráticas”,⁸⁵ o bloco perdeu a base institucional na qual se respaldava para reconhecer a Guaidó como presidente legítimo da Venezuela. Desde então, a UE reconhece a liderança de Guaidó, mas apenas como membro destacado da oposição.⁸⁶

Caso o próximo ou a próxima mandatário(a) do Reino Unido se alinhe à visão institucionalista da UE, Maduro estará mais perto do brilho reluzente das 31 toneladas de ouro que pertence exclusivamente ao povo venezuelano, isso sim.

Explicado o embolho, vale observar o complexo jogo cujas regras (legais), em princípio claras, podem ganhar novos rumos e acabarem sendo ditadas por chefes de Estado (ou de governo) e seus vieses políticos e no próprio reconhecimento da soberania de um Estado.

A decisão de um juiz estrangeiro, com base num ato político diplomático de reconhecimento de representatividade, ao fim e ao cabo, acabou por promover efeito em um país que não reconhece a decisão de um juiz estrangeiro, já que a faculdade de administrar justiça é derivado do poder que emana da soberania. Mas é justamente pelo fato da Coroa não reconhecer o poder soberano de Nicolás Maduro, que a Corte britânica embasou a sua decisão.

Por tanto, a observação que fica é a sentença de um juiz estrangeiro que, de forma simplificada e resumida, não estende a sua força para além de seus limites pátrios é assim até a página 2. É possível que exista uma linha tênue que permita a classificação de governos aceitáveis e não aceitáveis, e que esta classificação esteja mais alinhada com intenções políticas que de fato humanitárias. Vale a reflexão!

Mercosul: 60º Encontro de Chefes de Estados e Estados Associados

Em 21 de julho, ocorreu a 60ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, marcada pela ausência do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (que foi representado por Carlos França, Ministro das Relações Exteriores). Igualmente, não estiveram presentes os presidentes dos primeiros da Bolívia e do Chile. Esta é a primeira reunião presencial dos líderes desde o início da pandemia. Nesta edição do encontro, o Paraguai deixa a presidência temporária do bloco e passa a função para o Uruguai.

Antes da troca de presidência, o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai anunciou a conclusão das negociações para a assinatura de um acordo de Livre Comércio do Mercosul com Singapura. O bloco também entrou em consenso para reduzir em 10% a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. A medida já vem sendo adotada pelo Brasil de forma unilateral.⁸⁷

Dois temas dominaram a agenda do semestre com a presidência pro tempore paraguaia: a proposta brasileira de redução da tarifa externa comum do bloco e o pedido uruguaio de flexibilizar o MERCOSUL, ou seja, poder negociar acordos com terceiros sem consenso.

O senador uruguaio, Daniel Caggiani Gomes (Frente Ampla), ex-presidente do Parlasul (2019-2020) afirmou não acreditar que “a presidência pró-tempore do Uruguai promova uma agenda muito robusta, até porque o atual governo não tem uma vocação integradora. O Uruguai deve seguir insistindo em ganhar tempo para alcançar um acordo comercial com a China. Mas

⁸⁵ <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-06/ue-deixa-de-reconhecer-guaido-como-presidente-apesar-de-constatar-sua-lideranca.html>

⁸⁶ idem

⁸⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-07/presidentes-se-reunem-na-60a-cupula-do-mercosul-no-paraguai>

tudo isso é ainda muito incipiente, porque mesmo a presidência pró-tempore do Uruguai estará permeada pelo resultado eleitoral no Brasil”⁸⁸

O ministro de Relações Exteriores uruguaio, Francisco Bustillo Bonasso, deixou clara a posição da nova presidência pro tempore do bloco: “não é concebível que, após três décadas, o balanço dos acordos alcançados é incontestavelmente insatisfatório. É necessário encarar esse déficit com visões realistas entre todos os sócios, modernizando e adaptando as ferramentas do Mercosul às novas realidades do comércio mundial e regional”.

No momento, a vizinha Argentina é único Estado-membro que oferece resistência e propõe maior unidade regional, considerando o Mercosul como mercado prioritário. Nesse sentido, o chanceler argentino Santiago Cafiero, observou que “com a união aduaneira temos todo o mercado bem articulado entre produtores de alimentos e manufaturas. O que precisamos é que deve haver consenso para qualquer acordo que ocorra fora do Mercosul”.⁸⁹

Como observa a professora do Observatório do Sul Global da Universidade de Buenos Aires, Mariana Vásquez⁹⁰, para as forças da região que têm um pensamento econômico liberal, a integração costuma se limitar às trocas comerciais, sem considerar perspectivas que a vejam como instrumento de uma construção política e geopolítica mais ambiciosa e de longo prazo.

Essa visão limitada, segundo ela, caracterizou perfis emblemáticos como Mauricio Macri na Argentina ou Paulo Guedes no Brasil. No realismo mágico vernacular, não podemos cometer o erro de relacioná-la direta ou necessariamente com atores de direita. As recentes declarações do líder do Cabildo Abierto no Uruguai em defesa do MERCOSUL, diante da eventual ruptura que um acordo entre este país e a China sem o consentimento dos sócios negaria. Aqueles que estudam a “nova direita” e os “neopatriotas” locais e globais certamente poderiam dar uma explicação mais rigorosa desse fenômeno do que quem escreve esta nota.⁹¹

A Declaração dos Chefes de Estados Partes do Mercosul sobre Recuperação Econômica e Social Regional pode ser lida na íntegra: <https://www.mercosur.int/documento/declaracion-de-los-presidentes-de-los-estados-partes-del-mercosur-y-estados-asociados-sobre-recuperacion-economica-y-social-regional/>

PROSUL: Declaração de países integrantes do Prosul sobre Segurança Regional⁹²

Os Chefes de Estado e de Governo e Altos Representantes do Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru e Suriname, reunidos na cidade de Luque, em 21 de julho de 2022, emitiram uma declaração conjunta sobre “Segurança Regional” como encerramento da VII Reunião de Chefes de Estado e de Governo e Altas Autoridades do PROSUR.

Presidência Pro Tempore do PROSUR, exercida pelo Paraguai, convocou uma reunião extraordinária do Fórum para fazer um balanço da situação atual dos projetos que temos promovido e, ao mesmo tempo, aprofundar o debate sobre a ameaça que Crime Transnacional representa.

⁸⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/21/uruguai-assume-presidencia-do-mercosul-em-reuniao-dividida-por-conflitos-internos>

⁸⁹ idem

⁹⁰ <https://www.ciccus.org.ar/2022/07/24/60-cumbre-del-mercosur-un-corso-a-contramano-en-un-mundo-convulsionado/>

⁹¹ Idem

⁹² <https://foroprosur.org/declaracion-de-paises-integrantes-de-prosur-sobre-seguridad-regional/>

Na ocasião, após as palavras de abertura do Presidente da República, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Nacional apresentou um relatório sobre os progressos registados no exercício da Presidência Pro Tempore, nomeadamente nas áreas relacionadas com a produção de vacinas, a promoção da mobilidade humana e o desenvolvimento da integração física.

Da mesma forma, o Ministro do Interior do Paraguai fez uma apresentação sobre os desafios que o Crime Organizado Transnacional representa para a estabilidade e o desenvolvimento da região, após a qual os Chefes de Estado e Altos Representantes discutiram as informações fornecidas e avaliaram possíveis linhas de ação para reforçar a cooperação regional na luta contra este flagelo.

A Declaração pode ser acessada na íntegra: <https://foroprosur.org/wp-content/uploads/2022/07/Declaraci%C3%B3n-de-Presidentes-VII-Reunion-ESP.pdf>

XV Conferência dos Ministros de Defesa das Américas

Entre os dias 24 a 20 de julho, teve lugar a XV Conferência de Ministros da Defesa das Américas, em Brasília. A reunião discutiu iniciativas para melhorar a cooperação continental na área de segurança.

A reunião foi aberta pelo ministro da Defesa brasileiro, general Paulo Sérgio Nogueira, que em breve discurso falou sobre alguns pontos que seriam incluídos na declaração final, entre os quais destacou o compromisso dos militares com a democracia, os direitos humanos e a luta contra o crime organizado transnacional.⁹³

Nogueira deu especial ênfase à defesa da democracia: “em nome do Brasil, expresso respeito à Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA)”, bem como a todos os seus “valores, princípios e mecanismos”, disse o ministro brasileiro.

meio ambiente.

Durante o encontro, também foram analisadas iniciativas de cooperação que tratam de reforçar a segurança no ciberespaço e o intercâmbio de informações sobre o papel das forças armadas na mitigação dos efeitos da pandemia da Covid-19 no continente.

Ao final da Conferência, os 22 países participantes oficializaram na Declaração de Brasília⁹⁴ seu compromisso de continuar promovendo e fortalecendo a paz no continente.

Eles também citaram “seu compromisso inalienável com a defesa dos valores de autodeterminação, independência nacional, respeito à integridade territorial, proteção das populações civis e liberdade da dominação estrangeira”.

O Ministro Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, seus homólogos e chefes de delegação assinaram a Declaração de Brasília em sessão plenária da Conferência. “Este ciclo da CMDA cumpriu o propósito de proporcionar a oportunidade de diálogo, partilha de ideias e

⁹³ https://www.swissinfo.ch/spa/am%C3%A9rica-defensa_ministros-de-defensa-americanos-afinan-la-cooperaci%C3%B3n-regional-en-brasilia/47781958

⁹⁴ https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_8b29beb0cbe247a296f902be2fe084b6/Politica/XV%20CMDA%20-%20Declarac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Brasi%CC%81lia.pdf

conhecimento mútuo nas áreas da defesa e segurança”, sublinhou Nogueira na cerimônia de encerramento.⁹⁵

Na Declaração também foi mencionada a invasão russa à Ucrânia. O documento diz que os “conflitos presentes em todo o mundo, como a invasão da Ucrânia, e os atos de violência exercidos por grupos armados que aterrorizam a população no Haiti, não são meios legítimos para resolver as disputas”. E acrescenta que os Estados membros da conferência esperam uma solução pacífica “tão pronto seja possível”.⁹⁶

No entanto, embora tenham assinado o documento, representantes do Brasil, do México e da Argentina apresentaram uma nota com ressalvas em relação ao conflito europeu. Os três países apontaram a Organização das Nações Unidas (ONU) como foro adequado para tratar da questão.

Organização dos Estados Americanos (OEA)

OEA e os EUA criam um painel de auditores para apoiar a transparência nos gastos com saúde na região⁹⁷

Em 20 de julho, a OEA e o governo Estados Unidos concordaram em criar um painel de auditores especialistas para apoiar a transparência e a prestação de contas em compras públicas e gastos em saúde nos países da América Latina e do Caribe, durante uma cerimônia realizada na sede da instituição.

O secretário-geral da OEA, Luis Almagro, disse que o Hemisfério precisa criar novos enfoques regionais e nacionais para prevenir, mitigar e gerenciar potenciais demandas de saúde no futuro. “Este acordo é um passo muito valioso em um caminho comum que pode garantir o fortalecimento dos sistemas de saúde em nossa região. E é também uma oportunidade concreta para os Estados Membros fortalecerem sua governança democrática. Esperamos trabalhar com o Departamento de Estado e com os Estados membros nesses esforços”, disse o secretário-geral Almagro.

Por sua vez, o subsecretário de Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente dos Estados Unidos, José Fernández, expressou sua confiança de que o acordo permitirá avançar na promoção da transparência nas compras públicas no setor de saúde. “Hoje, como anunciou o secretário-geral Almagro, marcamos mais um marco. Ao assinar este acordo de cooperação, estamos fazendo um avanço significativo na supervisão dos sistemas de saúde.”

Na Cúpula das Américas - realizada em junho passado em Los Angeles - foi acordado usar a contratação pública para promover a sustentabilidade e o desenvolvimento dos orçamentos de saúde existentes de maneira “efetiva, eficiente e inclusiva” e promover conduta ética para prevenir a corrupção tanto no setor público quanto no privado.

Saúde e feminismo: caminhando para novas formas para promover a saúde pública⁹⁸

⁹⁵ <https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3841015/xv-conferencia-ministros-defensa-americas-democracia-continental>

⁹⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/28/ministros-da-defesa-assinam-carta-por-paz-e-democracia-brasil-faz-ressalva-em-trecho-sobre-ucrania.ghtml>

⁹⁷ https://www.oas.org/pt/centro_midia/fotonoticia.asp?sCodigo=FNP-122742

⁹⁸ Autoria: Francisca Sabugo Brandes

O Ministério da Saúde do Chile realizou recentemente o **Seminário Internacional Saúde e Feminismo: Vamos avançar para outras formas de pensar, promover e cuidar da saúde pública**, com o objetivo de gerar um espaço de diálogo, reflexão e análise da Saúde Pública para avançar em direção à igualdade de gênero e dar visibilidade aos seus desafios e oportunidades, com uma perspectiva feminista.

A realização deste seminário decorre do primeiro governo feminista declarado no Chile, cujo objetivo é discutir desafios e oportunidades que surgem para a Saúde Pública e sua agenda de gênero. Nesse contexto, o objetivo é refletir sobre como contribuir para o posicionamento de mulheres e pessoas de diversidades sex-genéricas no exercício de seus direitos em saúde, abordando os diferentes determinantes que se enquadram diretamente no seu acesso à saúde e oportunidades de cuidado. Dessa forma, é dever avançar em questões de direitos sexuais e reprodutivos e na abordagem da violência de gênero, incorporando as diferenças culturais que os afetam, a fim de promover, prevenir e abordar de forma abrangente e equitativa os problemas de saúde de toda a população, sem discriminação de qualquer tipo.

Este seminário tem como objetivo contribuir para um diálogo onde os atores envolvidos possam concordar a partir de suas diversas áreas de conhecimento, experiências, práticas e territórios, para que futuras políticas públicas possam integrar as demandas históricas dos movimentos feministas e de gênero, dos quais muitos ainda são invisíveis, fragmentados, inconstantes ou abordados isoladamente da Saúde Pública.

A atividade foi desenvolvida no modo híbrido, ou seja, presencialmente em Santiago do Chile e via *streaming* nas plataformas Zoom e YouTube, nos dias 28 e 29 de julho. Contou com a presença de expositores internacionais de destaque do México, Paraguai, Argentina e Chile.

Eixos temáticos

Os temas do seminário consideraram quatro eixos principais:

➤ **Integrando a abordagem de gênero em saúde**, com ênfase em Direitos Sexuais e Reprodutivos:

- **Palestra:** "Igualdade de gênero na construção de sistemas universais de saúde", da **Dra.**
- **Discussão:** "Sistema universal de saúde e determinantes sociais".

Panelista:

Dr. María Begoña Yarza, Ministra da Saúde do Chile;

Nadine Gasman, Presidente do Instituto Nacional da Mulher, México.

➤ **Identities diversas/dissidentes:**

- **Palestra:** "Identities fragmentadas, a população trans da região", da **Sra. Alba Rueda (Argentina)**, Representante Especial em Orientação Sexual e Identidade de Gênero, Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Adoração, Argentina.
- **Discussão:** "Experiências feministas trans em zonas de conflito na América Latina".

Panelista:

María Clemencia Bareiro Gaona (Paraguai), socióloga e ativista feminista;

Anastasia María Benavente (Chile), professora, escritora, performer, Mestre em Gênero, Doutora © em Estudos Latino-Americanos;

Ange Cayumán (Chile), responsável pelas Relações Institucionais Seri de las Culturas, las Artes y el Patrimonio, região de Araucanía, e especialista em questões de gênero e feminismo a partir de perspectivas indígenas.

➤ **Violência de gênero em saúde:**

- **Palestra: "Gênero e Trabalho, realidades e desafios"**, do Sr. **Pablo Zenteno**, diretor da Direção do Trabalho do Chile, advogado trabalhista.

- **Discussão: "Violência de gênero na saúde pública"**.

Panelista:

Yamila Cirigliano (Argentina), coordenadora nacional de acesso aos centros de justiça; presidente do observatório contra o assédio na Argentina.

Carolina Tetelboin (México), pesquisadora e professora de mestrado em medicina social em ciências da saúde coletiva, Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, México;

Patricia Roa (Chile), Oficial de Programação, Escritório da OIT no Cone Sul, Chile.

➤ **Agenda de Gênero em Saúde Pública:**

- **Apresentação "Agenda de Gênero no Chile"**, da ministra da Mulher e Equidade de Gênero do Chile, **Antonia Orellana**.

- **Conversa: "Cuidado e Saúde Mental, do ponto de vista feminista"**.

Panelista:

María Inés Salamanca (Chile), coordenadora da ONU Mulheres Chile;

Tamara Galleguillos (Chile), psiquiatra e professora, vice-diretora clínica da Unidade de Apoio Psicológico para alunos da Universidade Católica do Chile.

O seminário contou com a presença e apresentação da Ministra da Saúde do Chile, Dra. María Begoña Yarza, que afirmou que “estamos tentando colocar em dia uma discussão sobre saúde e por isso achamos importante realizar essa atividade”. Esse caminho nos permite refletir e contribuir para a instalação de um sistema de saúde universal e inclusivo. Hoje nosso imperativo é que reflitamos sobre como incorporar essa dimensão, esse olhar, nas políticas públicas deste Ministério da Saúde e no sonho da Saúde Universal”, disse o ministro.

O discurso de abertura: “Igualdade de gênero na construção de Sistemas Universais de Saúde”, foi dado pela Dra. Nadine Gasman, presidente do Instituto Nacional de Mulheres do México, que destacou que “agir com uma perspectiva de gênero é uma condição inevitável para avançar em sociedades mais justas e equitativas. Este não é um caminho fácil e é por isso que valorizamos que o Chile foi proposto como um governo feminista”. Além disso, Gasman acrescentou que, para construir essas sociedades inclusivas, a agenda de saúde tem que articular todos os atores sociais, através de espaços de participação ativa onde as mulheres possam participar. “A reflexão é que realmente precisamos de um novo pacto para a saúde universal, onde colocamos a igualdade de gênero no centro, que em si é um objetivo, mas também um mecanismo para construir sistemas de saúde justos, eficazes, eficazes e universais. Estamos em um momento histórico para alcançá-lo”, disse Gasman.

Ambos as palestrantes concordam que não é possível pensar em sistemas universais de saúde se não houver igualdade de gênero; e, ao mesmo tempo, não haverá igualdade de gênero se os sistemas de saúde não atenderem às diversidades.

Na inauguração do seminário, que ocorreu na Casa Central da Universidade do Chile, estava presente sua Pró-Reitora, Alejandra Mizala, que em suas palavras de boas-vindas disse, apesar do fato de que a maioria dos profissionais de saúde do nosso país (Chile), é do sexo feminino, “em termos de tomada de decisão em políticas públicas, não são as mulheres que estão presentes e essa é uma questão que devemos levar em consideração. Acreditamos que é muito importante que a voz das mulheres esteja presente e, também, esteja presente na tomada de decisões de políticas públicas, por isso saudamos a decisão deste seminário que nos permite refletir e conversar”, disse o pró-reitor da Universidade do Chile.

Conclusões e desafios

Uma característica das sociedades atuais é sua complexidade e pluralidade, que devem nos convidar a questionar e desaprender perspectivas tradicionais, a fim de reivindicar experiências e conhecimentos para essas transformações substantivas que precisamos como país.

Os vínculos que existem entre a Saúde Pública e os feminismos focam em disputas contra desigualdade social, discriminação e lacunas, mas também contra a invisibilização e dicotomias rígidas, como objetividade/subjetividade, razão/emoção, mente/corpo. Pensar em uma saúde pública que integre o que é excluído por formas binárias de compreender os problemas de saúde que afetam as pessoas e as comunidades; e que seja capaz de incluir a complexidade sociocultural que afeta esses processos, são um dos grandes desafios que temos como Saúde Pública.

Por fim, vale ressaltar que os compromissos da Agenda de Igualdade de Gênero da OMS de 2021 se concentram no fim da violência de gênero, na promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, no apoio aos profissionais de saúde, bem como aos movimentos e lideranças feministas. Todos esses compromissos também se refletem na agenda do governo chileno, por meio de um plano progressivo e transformador para promover a igualdade de gênero, a equidade em saúde e o empoderamento de mulheres, meninas, jovens e as diversidades.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg

PROMOÇÃO DA UNIÃO AFRICANA NA PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: progresso em implementação e apoio internacional (projeto de resolução revisto pelo Paquistão em nome dos Estados-Membros das Nações Unidas que são membros do Grupo dos 77 e China)⁹⁹

A Assembleia Geral,

Recordando a sua Resolução 57/2 de 16 de Setembro de 2002 sobre Declaração Das Nações Unidas sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África,

Recordando igualmente a sua Resolução 57/7 de 4 de novembro de 2002 sobre a revisão final e avaliação da Nova Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento de África de 1990 e o apoio à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África e a todas as suas resoluções subsequentes, incluindo a resolução 75/322 de 9 de setembro de 2021, intitulada "Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: progressos na implementação e apoio internacional" e Resolução 2021/9 do Conselho Económico e Social de 8 de junho 2021 sobre as dimensões sociais da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África,

Reafirmando as disposições da sua resolução 70/1 de 25 de setembro de 2015, intitulada "Transformar o nosso mundo": A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030", que adoptou um conjunto abrangente de objetivos e metas ambiciosos, universais, centrados nas pessoas e transformadores, e reafirmando o seu compromisso de trabalhar incansavelmente para a plena implementação da Agenda até 2030, reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio que a humanidade enfrenta e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, e empenhada em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões - económica, social e ambiental - de uma forma equilibrada e integrada, com base no que foi alcançado no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que se esforçará por atingir,

Reafirmando igualmente as disposições da sua Resolução 69/313 de 27 de julho de 2015 sobre a Agenda de Ação de Adis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que apoia e complementa a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, da qual é parte integrante que ajuda a contextualizar os meios de implementação dos objetivos através da adopção de políticas e medidas concretas, e que reafirma a forte vontade política de enfrentar os desafios de financiamento e de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável a todos os níveis, num espírito de parceria e solidariedade global,

Recordando a ênfase dada na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 aos desafios especiais enfrentados pelos países mais vulneráveis, especialmente os de África, aos desafios sérios e contínuos para alcançar o desenvolvimento sustentável em África, e à importância de cumprir todos os compromissos a fim de fazer progressos nas áreas críticas para o desenvolvimento sustentável de África,

⁹⁹ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N22/427/72/PDF/N2242772.pdf?OpenElement>

Tomando nota da adoção pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, na sua 24ª sessão ordinária, realizada em Adis Abeba em 30 e 31 de janeiro de 2015, da Agenda 2063 como estratégia política a longo prazo da União Africana, bem como do seu primeiro plano decenal de implementação (2014-2023), que estabelece os projetos e programas emblemáticos a serem acelerados durante a década, e reconhecendo a determinação de implementar plenamente a declaração política sobre as necessidades de desenvolvimento de África adoptada em 22 de setembro de 2008,

Reafirmando as disposições do Acordo de Paris, encorajando todas as partes a aplicá-lo na íntegra e apelando às partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças/Alterações Climáticas que ainda não o tenham feito para que depositem os seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, conforme o caso, o mais rapidamente possível,

Notando a necessidade de todas as partes se submeterem, muito antes da vigésima sexta Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças/Alterações Climáticas, a contribuições reforçadas determinadas a nível nacional, com base na melhor ciência disponível, e para proteger as pessoas em situações vulneráveis, particularmente em África,

Sublinhando as sinergias entre a implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris e outros resultados das principais conferências e cimeiras intergovernamentais das Nações Unidas nos domínios económico, social e ambiental,

Registando com grande preocupação os efeitos multidimensionais da pandemia do coronavírus (Covid-19) nos países africanos, incluindo o seu impacto significativo na pobreza, segurança alimentar, desemprego, comércio, ruptura das cadeias de abastecimento, turismo e fluxos financeiros, bem como os seus impactos sociais, incluindo a violência contra mulheres e raparigas, o que dificulta aos países africanos a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, e registando os enormes esforços feitos na luta contra a pandemia da Covid-19 para salvar vidas e alcançar uma recuperação sustentável, inclusiva e resiliente,

Recordando a sua Resolução 76/196 de 17 de dezembro de 2021 sobre a promoção da cooperação internacional na luta contra os fluxos financeiros ilícitos e o reforço das boas práticas em matéria de recuperação de bens para o desenvolvimento sustentável,

Sublinhando a importância de promover sociedades pacíficas e inclusivas para a realização do desenvolvimento sustentável e de criar instituições eficientes, transparentes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis, e reafirmando que a boa governação, o Estado de direito, direitos humanos, liberdades fundamentais, igualdade de acesso a sistemas judiciais justos e medidas de colaboração global e responsabilidade mútua na luta contra a corrupção e fluxos financeiros ilícitos serão parte integrante das nossas intervenções,

Recordando a sua Resolução 71/254 de 23 de dezembro de 2016 sobre o Novo Quadro de Parceria entre as Nações Unidas e a União Africana para a Agenda de Integração e Desenvolvimento de África 2017-2027 e a sua Resolução 66/293 de 17 de setembro de 2012 que estabelece um mecanismo de acompanhamento da implementação dos compromissos para com o desenvolvimento de África, e aguardando com expectativa o Quinto Relatório Bial do Secretário-Geral sobre a revisão da implementação dos compromissos para com o desenvolvimento de África, a apresentar à Assembleia Geral na sua septuagésima sétima sessão,

Congratulando-se com os eventos de alto nível realizados no âmbito da série de conferências de 2022 sobre o tema "Construir a Resiliência Nutricional: Acelerar a Formação do Capital Humano e o Desenvolvimento Social e Económico em África", organizada pelo Gabinete do Conselheiro Especial para África em estreita parceria com a Comissão da União Africana, bem como com outras entidades das Nações Unidas e outras organizações africanas,

Enfatizando o desenvolvimento económico, incluindo o desenvolvimento industrial inclusivo, e as políticas de fortalecimento das capacidades produtivas em África, tendo em conta que os países africanos são os principais responsáveis pelo seu desenvolvimento económico, social e ambiental, e que a importância do papel das políticas nacionais e das estratégias de desenvolvimento a este respeito não pode ser sobrevalorizada,

Congratulando-se com o apoio contínuo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial da Agenda 2063, da Iniciativa Africana para o Agronegócio e Agroindústrias (*Fast Track*), do Plano Africano de Fabrico de Medicamentos e de outros programas da União Africana destinados a impulsionar a industrialização do continente,

Notando que o impacto da pandemia agrava as desigualdades causadas pelas clivagens digitais, particularmente nos países africanos, uma vez que as pessoas mais pobres e mais vulneráveis, que são as mais duramente atingidas, são também as que estão mais atrasadas no acesso às tecnologias de informação e comunicação,

Reafirmando a conferência intergovernamental realizada a 10 e 11 de dezembro de 2018 em Marraquexe, Marrocos, e recordando a adopção do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, também conhecido como Pacto de Marraquexe sobre Migrações,

Reafirmando as disposições do Documento Final da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, realizada em Buenos Aires de 20 a 22 de Março de 2019,

Registando com satisfação a transformação da Nova Agência de Planeamento e Coordenação da Parceria em Agência de Desenvolvimento da União Africana, em conformidade com a decisão da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana de renomear a Agência de Desenvolvimento da União Africana "Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África",

Toma nota do relatório do Secretário-Geral intitulado "Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: décimo nono relatório consolidado sobre os progressos na implementação e o apoio internacional".

Congratula-se com os esforços feitos no contexto da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, e, a este respeito, reafirma o papel fundamental dos Chefes de Estado e de Governo que orientam a Nova Parceria, congratula-se com os esforços dos parceiros de desenvolvimento para reforçar a cooperação com a Nova Parceria, e salienta a necessidade de uma implementação coerente e coordenada da Agenda 2063 e da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, reconhecendo embora que muito há ainda a fazer a este respeito;

Congratula-se com os progressos feitos pelos países africanos na implementação dos compromissos da Nova Parceria sobre o reforço da democracia, respeito pelos direitos humanos, governação e boa gestão económica, e encoraja-os a continuar, com a participação

das partes interessadas relevantes, incluindo a sociedade civil, o meio académico e o sector privado, a trabalhar para a implementação da Agenda 2030;

Encoraja os países africanos a reforçar e desenvolver, através de investimentos nacionais e estrangeiros, infraestruturas locais e regionais, salientando ao mesmo tempo a importância de investir em infraestruturas de qualidade, e a continuar a partilhar as melhores práticas a fim de reforçar a integração regional e continental, e a este respeito nota que os parceiros de desenvolvimento africanos devem concentrar-se no apoio ao Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África;

Salienta a importância de tomar medidas específicas para erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, e para desenvolver sistemas e medidas de proteção social apropriados a nível nacional para todos, incluindo níveis de proteção social, e para assegurar que os pobres e vulneráveis gozem de proteção social eficaz e universal;

Encoraja os países africanos a acelerar a realização da segurança alimentar e nutricional em África através de dietas saudáveis e sistemas alimentares sustentáveis, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento africanos, e congratula-se com a iniciativa do Secretário-Geral de convocar uma Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares em 2021;

Solicita medidas eficazes e investimentos específicos para reforçar os sistemas nacionais de saúde e assegurar o acesso à água potável, saneamento e higiene para a prevenção, proteção e controlo de epidemias, incluindo o Ébola e o coronavírus (Covid-19), reconhecendo, a este respeito, que a saúde humana, animal, vegetal e do ecossistema são interdependentes, solicita aos parceiros de desenvolvimento que continuem a apoiar os esforços dos países africanos para reforçar os sistemas nacionais de saúde, para expandir, reforçar e manter os sistemas de vigilância do sector da saúde para implementar e cumprir o Regulamento Sanitário Internacional (2005) , e para eliminar doenças, e neste contexto apela aos parceiros de desenvolvimento para que apoiem a implementação da Estratégia de Saúde Africana 2016-2030 e a transição para a Cobertura Universal da saúde em África;

Recorda a adopção da declaração política da sua reunião de alto nível sobre o controlo da tuberculose, contida na sua Resolução 73/3 de 10 de outubro de 2018, a declaração política sobre o HIV e a Aids, contida na sua Resolução 75/284 de 8 de junho de 2021, e a declaração política da sua terceira reunião de alto nível sobre a prevenção e controlo das doenças não transmissíveis, contida na sua Resolução 73/2 de 10 de outubro de 2018 bem como a Declaração de Abuja sobre Fazer Recuar o Paludismo em África, e apela aos países desenvolvidos, fundos mundiais de saúde e outros parceiros de desenvolvimento para que continuem a prestar apoio, em particular apoio financeiro e técnico, aos países africanos, a fim de lhes permitir aumentar os seus esforços nacionais para implementar plenamente, conforme apropriado, as ações empenhadas pelos Chefes de Estado e de Governo e pelos seus representantes;

Observa que a Covid-19 representa uma ameaça sem precedentes aos ganhos económicos e de desenvolvimento duramente conquistados do continente, louva os esforços dos líderes africanos para mitigar o impacto da pandemia nos seus países e nos cidadãos, expressa o seu profundo apreço a todos os parceiros e organizações internacionais que ajudaram o continente a mitigar o impacto da Covid-19, observa que são necessárias medidas de apoio adicionais para mitigar o impacto da pandemia na realização da Agenda 2030 e da Agenda 2063, e para apoiar a implementação da Estratégia Continental Conjunta e Adaptada para África contra a Covid-19 e para reforçar a capacidade da Agência Africana de Medicamentos para produzir vacinas contra a Covid-19 e, a este respeito, apela à solidariedade global,

particularmente no que diz respeito ao acesso equitativo às vacinas em África, e insta os Estados-Membros e a comunidade internacional a proporcionar um acesso global equitativo, acessível e atempado às vacinas, terapias, diagnósticos e cuidados de saúde seguros e eficazes contra a Covid-19, incluindo através da Organização Mundial de Saúde e do Fundo COVAX para Acesso Global a Vacinas contra a Covid-19 e outras iniciativas relevantes, tais como a *Task Force* Africana de Aquisição de Vacinas, para acelerar o desenvolvimento económico e social na era pós-Covid;

Encoraja os países africanos a prosseguirem os seus esforços para melhorar a educação e a formação profissional e, a este respeito, salienta a importância de criar um ambiente propício à inovação tecnológica, tirando partido das tecnologias de ponta e investindo na digitalização para melhorar a conectividade, e insta todas as partes interessadas a considerarem a possibilidade de assegurar um financiamento adequado para o desenvolvimento digital e meios de implementação suficientes, incluindo o desenvolvimento de capacidades nos países em desenvolvimento, em particular em África;

Reconhece o importante papel que as comunidades económicas regionais africanas podem desempenhar na implementação do mandato da Nova Parceria e da Agenda 2063 e do seu primeiro plano decenal de implementação, em estreita cooperação com a União Africana e, a este respeito, encoraja os países africanos e a comunidade internacional a fornecerem o apoio necessário ao desenvolvimento de capacidades a estas comunidades;

Reafirma a necessidade de ajudar os países africanos a reforçar a capacidade dos institutos nacionais de estatística e dos sistemas de gestão de dados para fornecer acesso a dados de alta qualidade, fiáveis, oportunos e desagregados;

Reconhece que a África, sendo uma das regiões que menos contribui para as alterações/mudanças climáticas, é extremamente vulnerável e exposta aos seus efeitos adversos, manifesta a sua profunda preocupação com os crescentes desafios colocados pela seca, degradação dos solos, desertificação, perda de biodiversidade e inundações, e o seu impacto negativo na luta contra a pobreza, a miséria e a fome e, a este respeito, solicita à comunidade internacional, em particular aos países desenvolvidos, que continuem a apoiar os tão necessários esforços de adaptação de África, nomeadamente através do desenvolvimento, transferência voluntária e utilização de tecnologias em condições mutuamente acordadas, incluindo condições concessionais e preferenciais, reforço das capacidades e afetação de recursos adequados e previsíveis, em conformidade com os compromissos assumidos e salienta a necessidade das suas respectivas partes aplicarem plenamente as decisões mutuamente acordadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações/Mudanças Climáticas, incluindo o Acordo de Paris, e a Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países que Sofrem de Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente em África, incluindo o seu Quadro Estratégico 2018-2030, aguarda com expectativa o quadro global de biodiversidade pós-2020, e insta os países desenvolvidos a cumprirem o seu compromisso de mobilizar conjuntamente 100 bilhões de dólares por ano até 2020 e depois até 2025 para responder às necessidades dos países em desenvolvimento de ações concretas de mitigação e transparência na sua implementação, de ação climática, em particular de adaptação às alterações/mudanças climáticas, em conformidade com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações/Mudanças Climáticas;

Reitera a sua profunda preocupação com o aumento, a nível internacional e nacional, dos fluxos financeiros ilícitos, incluindo os derivados do crime, congratula-se com a declaração política intitulada "O nosso compromisso comum de enfrentar eficazmente os desafios colocados pela corrupção e de tomar medidas para a prevenir e combater e reforçar a cooperação internacional", adoptada pela Assembleia Geral em 2 de junho de 2021 na sua trigésima segunda sessão extraordinária, reafirma o compromisso de redobrar esforços para reduzir significativamente os fluxos financeiros ilícitos até 2030, com vista à sua eventual eliminação, nomeadamente através do combate à evasão e corrupção fiscais, do reforço da regulamentação nacional e do reforço da cooperação internacional, em conformidade com o Plano de Ação de Adis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento e com vista à sua implementação, reconhece a necessidade de reforçar as boas práticas em matéria de recuperação e restituição de bens, e salienta que os fluxos financeiros ilícitos reduzem a disponibilidade de recursos valiosos, inclusive para o financiamento do desenvolvimento;

Toma nota da criação do Painel de Alto Nível sobre Responsabilidade Financeira Internacional, Transparência e Integridade para a Agenda 2030;

Reafirma que a igualdade de género, a promoção de todas as mulheres e raparigas e o pleno gozo dos seus direitos humanos são essenciais para a realização de um crescimento económico e desenvolvimento sustentável, partilhado e equitativo, reafirma igualmente a necessidade de integrar uma perspectiva de género, nomeadamente através de medidas e investimentos específicos, na concepção e implementação de todas as políticas financeiras, económicas, ambientais e sociais e reafirma o seu compromisso de adoptar e reforçar políticas sustentáveis, legislação aplicável e medidas inovadoras para promover a igualdade de género e o progresso das mulheres e raparigas a todos os níveis, para assegurar a igualdade de direitos, acesso e oportunidades de participação económica e de tomada de decisão das mulheres, e para eliminar a violência baseada no género, exploração e abuso sexuais, e discriminação sob todas as suas formas;

Congratula-se com os progressos realizados na implementação do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, em particular a adesão voluntária de 42 países africanos ao Mecanismo e a conclusão da avaliação em 24 países, bem como com os progressos realizados na implementação dos programas de ação nacionais resultantes destas avaliações e, a este respeito, insta todos os Estados africanos que ainda não o tenham feito a considerarem aderir ao Mecanismo até 2023, como previsto no primeiro plano decenal de implementação da Agenda 2063, regista a decisão tomada sobre a reforma institucional do Mecanismo, salienta a apropriação africana do processo e apela à comunidade internacional a ajudar os países africanos que o solicitem na implementação dos seus programas de ação nacionais;

Manifesta profunda preocupação com o crescente peso da dívida de muitos países africanos, agravado pela pandemia da Covid-19, salienta a importância da sustentabilidade da dívida, transparência e liquidez, prevenção de uma crise da dívida e gestão prudente da dívida em África, congratula-se com a prorrogação final da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida por um período de seis meses até ao final de dezembro de 2021, e acredita que a redução da dívida, inclusive no âmbito do Quadro Comum para o Tratamento da Dívida para além da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, e possivelmente a anulação da dívida, a reestruturação da dívida e outros mecanismos, tais como, quando apropriado, iniciativas de desenvolvimento sustentável da dívida e de ação climática, têm um papel importante a

desempenhar, caso a caso, a fim de alcançar uma solução abrangente e sustentável para os problemas da dívida externa dos países africanos;

Exorta os países africanos a prosseguirem os seus esforços para criar um ambiente favorável a nível nacional que estimule o empreendedorismo, apoie as pequenas e médias empresas, especialmente as de propriedade das mulheres, facilite a transformação do sector informal no sector formal em África, e atraia o investimento, nomeadamente através do estabelecimento de um clima de investimento transparente, estável e previsível, e exorta os parceiros de desenvolvimento africanos a promoverem o investimento dos seus sectores privados em África e a facilitarem o desenvolvimento e a transferência de tecnologia para os países africanos, apela aos parceiros de desenvolvimento africanos a promoverem o investimento do sector privado em África e a facilitarem o desenvolvimento e a transferência de tecnologia para os países africanos em termos mutuamente acordados;

Observa que o investimento direto estrangeiro é uma das principais fontes de financiamento do desenvolvimento, que desempenha um papel crucial na promoção do crescimento económico inclusivo e do desenvolvimento sustentável, inclusive facilitando a criação de emprego e a erradicação da pobreza e da fome, e que ajuda os países africanos a participar ativamente na economia global, ao mesmo tempo que facilita a cooperação e integração económica regional e, a este respeito, apela aos países desenvolvidos para que continuem a desenvolver, conforme apropriado, medidas para encorajar e facilitar o fluxo de investimento direto estrangeiro, incluindo através de créditos à exportação e outros instrumentos de empréstimo, para os seus países de origem;

Regista os progressos realizados para assegurar a livre circulação de pessoas, bens e serviços em África e, a este respeito, congratula-se com o início do comércio na Zona de Comércio Livre de janeiro de 2021, e salienta a importância de intensificar os esforços para alcançar o objetivo de duplicar o comércio em África;

Observa com preocupação a quota desproporcionadamente baixa de África no comércio internacional, reitera a necessidade de que todos os países e instituições multilaterais relevantes continuem a lutar por uma maior coerência nas suas políticas comerciais para com os países africanos, e regista a importância dos esforços para integrar plenamente estes países no sistema comercial multilateral e para os habilitar a competir através de iniciativas como a Ajuda ao Comércio e, à luz da crise económica e financeira global e do grave impacto socioeconómico da pandemia Covid-19, ajudando-os a enfrentar os desafios de ajustamento da liberalização do comércio;

Salienta a importância de fazer avançar a questão da adesão dos países em desenvolvimento à Organização Mundial do Comércio, reconhecendo que isso os ajudaria a integrarem-se plenamente no sistema comercial multilateral, insta a este respeito que o processo de adesão à Organização Mundial do Comércio seja facilitado, numa base jurídica e técnica e de forma transparente, para os países africanos envolvidos neste processo, e reafirma o significado da decisão sobre a adesão dos países menos desenvolvidos tomada por essa organização;

Reafirma que decidimos avançar juntos para o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões - económica, social e ambiental - de forma equilibrada e integrada, inclusive através da cooperação internacional e da parceria baseada na confiança para o pleno benefício de todos, num espírito de solidariedade global e em prol do futuro comum das gerações

presentes e futuras, com ênfase nas necessidades dos países africanos e na realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;

Congratula-se com as várias iniciativas importantes lançadas pelos países africanos e seus parceiros de desenvolvimento, salienta a necessidade de as traduzir em ações e, a este respeito, observa que a cooperação Norte-Sul e a cooperação triangular podem desempenhar um papel importante no apoio aos esforços de desenvolvimento de África, em particular no que diz respeito à implementação da Nova Parceria, tendo em conta que a cooperação Sul-Sul não é um substituto, mas sim um complemento da cooperação Norte-Sul;

Reafirma que o cumprimento de todos os compromissos de ajuda pública ao desenvolvimento continua a ser primordial, incluindo o compromisso de muitos países desenvolvidos de afetar 0,7% do seu rendimento nacional bruto à ajuda pública ao desenvolvimento e 0,15 a 0,20% aos países menos desenvolvidos, congratula-se com o facto de um pequeno número de países ter atingido ou excedido o objetivo de 0,7% do seu rendimento nacional bruto para a ajuda pública ao desenvolvimento e de 0,15 a 0,20% para os países menos desenvolvidos, e exorta outros a redobram os seus esforços no sentido de aumentar a ajuda e a fazerem mais esforços concretos para atingir os objetivos da ajuda;

Sublinha a necessidade de continuar discussões abertas, inclusivas e transparentes sobre a modernização da medição da ajuda pública ao desenvolvimento e sobre a proposta de utilização do conceito de "apoio oficial total ao desenvolvimento sustentável", reafirmando ao mesmo tempo que qualquer método de medição deste tipo não deve resultar numa diluição dos compromissos já assumidos;

Solicita ao sistema das Nações Unidas que continue a apoiar a Nova Parceria e os países africanos no desenvolvimento de projetos e programas em conformidade com as prioridades da Nova Parceria, e solicita ao Secretário-Geral que promova uma maior coerência no trabalho do sistema das Nações Unidas em apoio da Agenda 2063 e, a este respeito, exorta o sistema das Nações Unidas a continuar a integrar as necessidades especiais da África em todas as suas atividades normativas e operacionais;

Convida os Estados-Membros e todas as entidades relevantes do sistema das Nações Unidas, incluindo os fundos, programas, agências especializadas e comissões regionais, em particular a Comissão Económica para África, e todas as organizações internacionais e regionais relevantes, a continuarem a contribuir para a eficácia e fiabilidade do mecanismo de acompanhamento das Nações Unidas, ajudando na recolha de dados e na avaliação dos resultados alcançados, e solicita ao Presidente da Assembleia Geral que organize e presida um diálogo interativo com múltiplos intervenientes na sua septuagésima sétima sessão sobre as principais conclusões e recomendações do relatório do Secretário-Geral sobre a revisão da implementação dos compromissos para com o desenvolvimento de África;

Decide adiar a consideração do relatório do Secretário-Geral para a parte principal da sua septuagésima sétima sessão para deliberação e ação e incluir o ponto intitulado "Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: progresso na implementação e apoio internacional" na agenda provisória da mesma e das sessões anuais subsequentes.

UNIÃO AFRICANA

Programa Conjunto sobre Governança da Migração do Trabalho para o Desenvolvimento e Integração em África (JLMP-Action)

A "Ação Catalítica JLMP" (*Catalytic Actions of the Joint AU-ILO-IOM-ECA Programme on the Governance of Labour Migration for Development and Integration in Africa*) é um dos vários projetos que compõem esse Programa Conjunto da União Africana, Organização Internacional do Trabalho, Organização Internacional das Migrações e a Comissão Econômica da ONU para África (AU-ILO-IOM-ECA) sobre Governança da Migração Laboral para o Desenvolvimento e Integração em África (JLMP), lançado em 2015 para implementar a 5ª Área Prioritária da Declaração e Plano de Ação sobre Emprego, Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Inclusivo adotado pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo em 2015 ([AU/Assembly/AU/20\(XXIV\)/Anexo 3, Janeiro de 2015](https://au.int/Assembly/AU/20(XXIV)/Anexo%203)).

O projeto dessa ação catalítica foi lançada em Etiópia como sendo o mais recente lançamento nacional para determinados Estados-Membros da União Africana e Comunidades Económicas Regionais à semelhança do que tinha sido feito no Malawi, Costa do Marfim e Camarões nos últimos meses.

A cerimónia do lançamento contou com a presença de funcionários da Comissão da União Africana (AUC), do governo da Etiópia, das Embaixadas da Alemanha, Suíça e Suécia, países que financiam o Programa, bem como da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ- *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*), que são parceiros de execução do referido Programa. Também estiveram presentes representantes da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e de organizações laborais.

O lançamento oficial é seguido por um seminário de dois dias sobre governação e administração da migração laboral para familiarizar os participantes com as tendências da migração laboral, medidas para melhorar o quadro nacional de sua governação e administração, dados sobre migração laboral, e outras questões.¹⁰⁰

A integração de África: A IV Reunião de Coordenação Semestral da União Africana

Esta IV Reunião de Coordenação teve lugar em Lusaka, na Zâmbia. A Reunião de Coordenação Semestral (MYCM, *Mid-Year Coordination Meeting*) é uma reunião entre o gabinete da Assembleia da União Africana e as Comunidades Económicas Regionais, com a participação dos seus respetivos Presidentes, da Comissão da União Africana e dos Mecanismos Regionais.

Convocada pelo Presidente da Zâmbia sob o tema, "*Construir resiliência na nutrição no continente africano e acelerar o capital humano, o desenvolvimento social e económico*", ele declarou que a África está bem colocada e dotada de recursos para alimentar o seu povo e fornecer excedentes de alimentos a outros países, não havendo razões para um africano ir para a cama com fome quando o continente é rico em recursos naturais.

Falando sobre o desenvolvimento inclusivo e a importância da coordenação entre regiões, o Presidente do Senegal e Presidente *pro tempore* da União Africana disse que conta com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (NEPAD), as Comunidades Económica Regionais e parceiros da União Europeia para trabalharem na transformação global inclusiva. O Presidente salientou observou também que a coordenação é importante na integração

¹⁰⁰ <https://au.int/pt/node/42075>

económica, para projetos regionais no âmbito da Agenda 2063 com a Zona do Comércio Livre (AfCFTA) a desempenhar plenamente o seu papel nessa agenda da transformação.¹⁰¹

CÚPULA ÁFRICA-AMÉRICAS SOBRE SISTEMAS AGROALIMENTARES

A reunião de alto nível, convocada sob o tema "*Construir pontes para a cooperação na transformação dos sistemas agroalimentares*" foi a primeira do seu género e delineou o papel da África e das Américas na segurança alimentar e ambiental globais.

A reunião ministerial teve lugar na sede do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ([IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura](#)) em San José, capital da Costa Rica, de 27 a 29 de julho.

A colaboração em ciência, tecnologia e inovação deve estar no centro de uma cooperação reforçada entre a África e a América para alcançar o potencial dos dois continentes, garantir seu papel como avalistas da segurança alimentar e nutricional global e criar de forma homogênea setores agropecuários produtivos, sustentáveis e inclusivos que contribuam para o desenvolvimento sustentável de ambas as regiões.

Esses consensos foram ressaltados na mesa sobre ciência, tecnologia e inovação que fez parte da primeira jornada da "*Cúpula África-Américas sobre Sistemas Agroalimentares*", encontro que reúne ministros, vice-ministros e altos funcionários de Agricultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia de 40 países na Costa Rica visando estreitar a cooperação birregional para enfrentar os desafios da segurança alimentar global e fortalecer o papel de ambos os continentes em termos produtivos.

Participaram da mesa: Cleber Oliveira Soares, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do **Brasil**; Oseyemi Olurotimi Akinbamijo, Diretor Executivo do Foro para a Pesquisa Agrícola na **África** (FARA); o Ministro da Agricultura de **Etiópia**, Oumer Hussien Oba; o Ministro da Agricultura de **Burkina Faso**, Delwendé Innocent Kiba; e o Subsecretário (Vice-Ministro) de Pecuária de **Honduras**, José Ángel Acosta.

Oseyemi Olurotimi Akinbamijo, Diretor Executivo do Foro para a Pesquisa Agrícola na África (FARA), disse que

“a pandemia de COVID-19 tem demonstrado a importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o bem-estar da população global. O avanço nesse campo é necessário não somente para nos recuperarmos dessa crise e de crises futuras, mas também para enfrentar outros desafios globais, como a pobreza, a desnutrição, doenças, a insegurança alimentar, a desigualdade, a mudança do clima e muitas outras”.

E acrescentou:

“Espero que essa cúpula consiga determinar uma perspectiva abrangente do potencial da ciência e da cooperação em áreas prioritárias para os sistemas agroalimentares e identificar as políticas institucionais e políticas para poder promover a ciência, a tecnologia e a inovação para a melhoria dos sistemas agroalimentares, bem como criar as plataformas de capacitação para pesquisa”.

¹⁰¹<https://nepad.org/news/press-release-africas-integration-african-union-fourth-mid-year-coordination-meeting>

Em sua exposição, Akinbamijo também lembrou que

“ambos os continentes conformam um grupo de países em vias de desenvolvimento que pertencem à periferia, que compartilham situações semelhantes de vulnerabilidades e semelhantes desafios. Ambas as regiões têm lutado contra o colonialismo e têm lutado por sua independência, ambas também foram dependentes e tiveram relações assimétricas com países industrializados. Ambas as regiões sofreram danos econômicos causados por programas de ajuste estrutural, ambos os continentes têm uma grande variedade de recursos naturais, de biodiversidade e de oportunidades para agricultura tropical, ambos os continentes têm um papel primordial em assegurar a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a resiliência. Apesar das oportunidades, ambos os continentes são infelizmente descritos como os continentes que têm as populações mais desnutridas, com insegurança alimentar e discriminadas”.

Após identificar essas semelhanças, acrescentou que

“as áreas prioritárias nas quais devemos focar a aplicação da ciência, da tecnologia e da inovação devem incluir as colheitas, o gado e a atual produtividade da agricultura, a produtividade da administração e a administração de uma agricultura de precisão e digital”.

Por sua vez, o Ministro da Agricultura da Etiópia expressou que

“queremos nos beneficiar daquilo que a tecnologia e as oportunidades de cooperação representam. A Etiópia vem participando para transformar a agricultura de sistemas de baixa produção a sistemas mais eficientes e comerciais, e assim poder melhorar a nossa situação econômica. Temos um grande número de programas nacionais, como o de energia verde, para poder enfrentar os atuais problemas ambientais e os esforços para mecanizar a nossa produção de café, que é o nosso produto, que chamamos de “nosso ouro verde”.

Do Burkina Faso, o Ministro da Agricultura ressaltou a importância e as necessidades dos pequenos agricultores e detalhou a relevância de ações de distribuição de insumos e equipamentos agrícolas

“para que os produtores possam se beneficiar de maneira efetiva e contribuir para alcançar a segurança alimentar e nutricional”.

Por sua vez, o representante do Governo de Honduras, o Vice-Ministro de Pecuária José Ángel Acosta, indicou que

“estamos construindo uma política agroalimentar que não só assegure a segurança alimentar, mas que os historicamente excluídos possam ter acesso à alimentação como um direito humano. O Governo de Honduras trabalha em quatro eixos da produção: Segurança alimentar, Fome zero, Alimentação acessível e Aumento de exportações agrícolas. Se a inovação tecnológica agrícola não chega aos pobres, não há uma política justa para assegurar comida para todos”.

O enfoque foi em cinco áreas-chave:¹⁰²

- Ciência, tecnologia e inovação, incluindo a biotecnologia
- Mudanças/Alterações climáticas e resiliência

¹⁰²<https://nepad.org/news/ministers-of-africa-and-americas-convene-summit-cooperation-counter-global-food-security>

- Agricultura digital
- Inovações institucionais e políticas de inclusão social, redes de segurança, saúde e nutrição e recuperação de recursos naturais degradados
- Fomentar um sistema internacional de comércio alimentar mais justo e transparente.

Além de altos funcionários de cerca de 40 países, também participaram da Cúpula organizações multilaterais de crédito, de cooperação e do setor privado. O encontro contou com o apoio da Bayer, do CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina, do Grupo Banco Mundial, da Microsoft, do Rabobank, da Syngenta e da Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).¹⁰³

CDC ÁFRICA

100 milhões de dólares do Banco Mundial para a saúde pública

Acaba de receber esse montante para reforçar a capacidade de preparação e resposta a emergências sanitárias. O programa de apoio irá melhorar a capacidade técnica do CDC africano e reforçar os quadros institucionais que permitirão à agência planejar melhor, preparar-se eficazmente, e responder mais rapidamente a qualquer ameaça à segurança sanitária no continente.

Os responsáveis congratularam-se com a confiança demonstrada pelo Banco Mundial em promover a agenda de segurança sanitária em África. O CDC África vai aproveitar esta dinâmica de implementação da visão africana de uma *Nova Ordem de Saúde Pública* para orientar investimentos transformadores para a segurança sanitária do continente a médio e longo prazos. Enquanto o CDC África CDC se ergue como uma instituição autónoma da União Africana, esse investimento simboliza um reconhecimento da liderança e importância do CDC África na salvaguarda da saúde do continente.

O atual Diretor interino do CDC África disse que é um investimento significativo para reforçar o seu quadro institucional e melhorar o apoio aos Estados-Membros da União Africana para melhorar a preparação de base e as capacidades de resposta a emergências, em conformidade com a *Nova Ordem de Saúde Pública* do continente, tendo ainda realçado que esse apoio reforça a parceria com o Banco Mundial e surge num momento crucial em que a União Africana acaba de conceder autonomia ao CDC África, determinando que ele operacionalizasse plenamente o seu mandato.

Este programa de apoio do Banco Mundial surge no momento de mudança e de transição do CDC África com a aprovação do seu novo Estatuto para uma instituição mais eficiente. As áreas que o presente programa irá cobrir serão aquelas referentes a decisões tomadas pelo Conselho Executivo da União Africana. Além disso, dado que o CDC África é ainda uma instituição continental em crescimento, este programa de apoio surge numa altura em que a instituição está a aproveitar e a desenvolver os ganhos obtidos durante a resposta da Covid-19 para um impacto sustentável, a nível continental, na agenda da saúde pública.

O Director Regional do Banco Mundial para a Integração Regional da África Subsaariana, Médio Oriente e Norte de África, ao comentar sobre a subvenção, observou:

¹⁰³ <https://iica.int/pt/prensa/noticias/colaboracao-em-ciencia-tecnologia-e-inovacao-deve-ser-o-foco-da-cooperacao-africa>

"O nosso investimento no CDC África sublinha o compromisso a longo prazo do Banco Mundial em apoiar as instituições regionais lideradas por África e a agenda de preparação da saúde pública africana. As doenças não respeitam fronteiras e devem ser enfrentadas coletivamente, exigindo uma liderança de confiança a nível regional e sistemas de saúde fortes em todo o continente".

A subvenção também apoiará a instituição no avanço de agendas multissetoriais de saúde pública, tais como a abordagem Uma Saúde/*One Health* e a resistência antimicrobiana (AMR - *anti-microbial resistance*). Além disso, esse programa irá complementar o apoio existente do Banco Mundial e reforçar a relação entre as instituições africanas na agenda da preparação, incluindo o financiamento interno, o pensamento inovador e a ação atempada.¹⁰⁴

OMS AFRO

Saúde nas fronteiras

Acaba de ser anunciada uma reunião de coordenação transfronteiriça, patrocinada pela OMS AFRO, entre a Etiópia e a Somália em Dollo Ado, uma cidade fronteiriça entre a Etiópia, o Quênia e a Somália. O objetivo da reunião era reforçar a coordenação multissetorial transfronteiriça e a colaboração entre os três países na abordagem das ameaças comuns à saúde pública. Os participantes das agências da ONU, governo, organizações não governamentais e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) discutiram o reforço do mecanismo de coordenação transfronteiriça, a melhoria da prevenção da propagação transfronteiriça de doenças, a harmonização da vigilância e dos sistemas de alerta precoce, e o início de uma resposta conjunta às ameaças transfronteiriças à saúde para instituir parcerias sanitárias e mecanismos sustentáveis de controlo de doenças transfronteiriças no contexto do Regulamento Internacional (IHR, 2005).

A zona das três fronteiras onde convergem a Etiópia, Quênia e Somália, conhecida como o *Triângulo de Mandera*, é uma área dinâmica que serve de corredor regional e centro de comércio e comércio de gado crítico para o sustento do Corno de África. A área é habitada principalmente por comunidades étnicas somalis com estreitos laços socioeconómicos e de desenvolvimento.

As *populações móveis transfronteiriças (CBMP - Cross-border mobile populations)* constituem uma proporção significativa da população das localidades fronteiriças dos três países, incluindo pastores móveis, refugiados, mão-de-obra transfronteiriça sazonal, pessoas envolvidas em atividades económicas transfronteiriças, migrantes sem documentos, pessoas deslocadas internamente (PDI - *internally displaced persons*), e comunidades que acolhem refugiados e PDI. As CBMP deslocam-se naturalmente através da fronteira para acederem aos serviços sociais e comercializarem o seu gado, colheitas e outros produtos. No entanto, têm desafios no acesso aos cuidados de saúde primários. Embora seja simples para os trabalhadores de saúde pública satisfazer as necessidades de saúde de uma população estática, é muitas vezes difícil prestar cuidados a CBMP ou monitorizar os seus resultados de saúde. Assim, a identificação de estratégias e mecanismos para melhorar a saúde transfronteiriça é fundamental para mitigar a propagação de doenças transmissíveis e a continuidade dos serviços de saúde essenciais para as comunidades vulneráveis e móveis transfronteiriças.

¹⁰⁴<https://africacdc.org/news-item/africa-centres-for-disease-control-and-prevention-africa-cdc-receives-a-100-million-grant-from-the-world-bank-to-strengthen-continental-public-health-preparedness/>

No final da reunião de coordenação, os participantes chegaram a um consenso geral sobre a necessidade de reforçar a iniciativa de coordenação e colaboração transfronteiriças e desenharam pontos de ação para atingir esse objetivo.

A OMS Etiópia desempenhou um papel de liderança ao lado do Gabinete de Saúde da Região da Somália no planeamento e condução dessa reunião de coordenação transfronteiriça, e continuará a facilitar futuros fóruns e mecanismos de coordenação.¹⁰⁵

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DA ÁFRICA, CARIBE E PACÍFICO (OEACP)

Desenvolvimento de uma estratégia nacional de pesquisa e inovação nos Camarões

Os Camarões é um dos mais recentes beneficiários do Mecanismo de Apoio à Política ([PSE](#) - *The Policy Support Facility*) uma vez que o país pretende desenvolver a sua primeira estratégia nacional de pesquisa e inovação e tornar a economia do conhecimento um vector de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O PSF é implementado pelo Secretariado da Organização dos Estados de África, Caribe e Pacífico (OEACP).

A reunião de lançamento do Mecanismo de Apoio à Política (PSF) realizou-se em modo híbrido na capital Yaoundé, na presença de cerca de 100 intervenientes-chave, funcionários superiores do Ministério da Pesquisa Científica e Inovação e de outros Ministérios setoriais, institutos de pesquisa e universidades do país, bem como do Secretariado do OEACP e da Delegação da União Europeia (UE) nos Camarões.

O Presidente do painel de peritos encarregado da realização do PSF, Professor David Simo, recordou os desafios desta estratégia de P&I, identificada como um dos pilares para a transformação dos Camarões, que pretende ser um país emergente até 2035 (de acordo com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2020-2030 e "Visão 2025"). Alinhada com a Agenda 2030 das Nações Unidas, a Agenda 2063 e a Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação para África 2024 da União Africana, esta estratégia visa elevar o desempenho da pesquisa e inovação em áreas prioritárias de desenvolvimento, aproximar a pesquisa do mundo empresarial a fim de fazer melhor uso dos seus resultados, e criar mecanismos eficazes de detecção e financiamento de projetos inovadores.

Intervindo em nome do Dr. Ibrahim Norbert Richard, Subsecretário da Organização dos Estados de África, Caribe e Pacífico (OEACP), a senhora Aya Kasasa (especialista em cultura-migração-urbanização-demografia) salientou como, desde o início da pandemia de Covid-19,

"a pesquisa e inovação têm sido essenciais para encontrar soluções para os grandes desafios do nosso tempo (...). Esta pandemia também demonstrou que mudanças significativas podem acontecer muito rapidamente quando a ciência e a política trabalham em conjunto. Para tal, precisamos de estratégias de P&I eficazes para informar as mudanças que estão a ocorrer e para orientar as ações dos decisores políticos. Precisamos também de ecossistemas de pesquisa e inovação sólidos e eficientes que produzam conhecimentos úteis e exploráveis, acrescentem valor aos resultados da pesquisa e satisfaçam melhor as necessidades das nossas sociedades."

Concordando nesse sentido, Philippe Van Damme, Embaixador/Chefe da Delegação da União Europeia nos Camarões, destacou os meios e conhecimentos adicionais que serão

¹⁰⁵ <https://www.afro.who.int/countries/ethiopia/news/meeting-cross-border-healthcare-strengthening-coordination-and-collaboration-horn-africa>

fornecidos através deste serviço ao Ministério camaronês para alcançar sinergias e colaboração entre os vários atores da P&I, focando-se num levantamento exaustivo dos centros de excelência em pesquisa, no diagnóstico dos desafios e constrangimentos da implementação de uma política de P&I, na associação em rede dos centros de pesquisa, e na organização de parcerias regionais e internacionais essenciais.

Encerrando a cerimónia oficial desse lançamento, Madeleine Tchuinte, Ministra da Pesquisa Científica e Inovação dos Camarões, exortou os responsáveis a darem um alcance essencialmente prático às suas recomendações, em termos de transformar efetivamente os resultados da pesquisa num mecanismo de empregabilidade, num instrumento de criação de riqueza, numa alavanca para o desenvolvimento sustentável e, finalmente, num instrumento para o florescimento das populações, refletindo tanto a complexidade da realidade camaronesa como a vocação sub-regional do país.

Este foi o 6º lançamento oficial do PSF, depois do Lesoto, Mauritânia, Gâmbia, Timor-Leste e Quênia, com o apoio do Programa de Pesquisa e Inovação da OEACP financiado pela União Europeia, para melhorar a qualidade e eficácia dos sistemas e políticas de pesquisa e inovação dos seus Estados-Membros.¹⁰⁶

COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)

A OOAS apoia a Guiné-Bissau na criação de Equipas Médicas de Emergência (EMT) - Ação conjunta da OMS e Organização Oeste africana de Saúde (OOAS) na implementação das EMT na CEDEAO

As catástrofes, sejam naturais ou acidentais, com impacto na saúde pública, sempre fizeram parte das nossas sociedades. De mesma forma, as respostas foram sendo adaptadas ao longo dos anos conforme os aprendizados com as experiências do passado.

As doenças potencialmente epidémicas fazem parte do perfil epidemiológico de todos os países da CEDEAO e têm provocado ciclicamente epidemias. Mas nas últimas décadas assistimos numerosas emergências sanitárias cada vez mais graves com impacto profundo na saúde pública em toda a região assim como em quase todo o mundo. Entre elas, encontram-se os conflitos armados incluindo o terrorismo que provocam deslocações maciças de populações, as secas prolongadas e as chuvas abundantes com inundações em outros períodos, os acidentes e explosões frequentes de gás e combustíveis tudo isso adicionando às epidemias provocadas por doenças emergentes cada vez mais graves.

Em 2014 a nossa região foi palco da pior epidemia jamais conhecida do vírus de Ébola provocando perdas de vidas e desmembramento de famílias inteiras. Houve muitas mortes entre o pessoal da saúde, particularmente na primeira fase da epidemia por falta de preparação prévia para fazer face a situações parecidas. Em resposta, foram ativados mecanismos de capacitação em prevenção de infeção no meio de cuidados hospitalares, tendo em seguida surgido o efeito positivo com profissionais de saúde a desempenharem o seu papel fundamental em condições de segurança. Isso mostrou a necessidade e a importância de expandir a formação e padronizar as normas da assistência médica de alta qualidade em situações de emergência seja a nível nacional, regional e global.

¹⁰⁶<http://www.acp.int/content/official-launch-psf-service-cameroon-development-national-research-and-innovation-strategy>

A OMS, inspirada da experiência do Haiti em 2010, lançou em 2014 a iniciativa “*Emergency Medical Team*” (EMT) com o propósito de melhorar a resposta da saúde em situação de emergências. A pandemia da Covid-19 com o seu impacto devastador em todos os países do mundo, embora afetados e tenham reagidos de forma diferente, confirmou mais uma vez a necessidade de se dotar de medidas de respostas mais sistêmicas e resilientes, capazes de reagir e fazer face a qualquer tipo de emergência.

É com base nesses objetivos que a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) em colaboração com a OMS/Afro, lançou a iniciativa de implementação das EM no espaço CEDEAO em dezembro de 2017. Mas o primeiro workshop regional sobre a iniciativa só teve lugar em junho de 2018 em Abidjan, na Costa de Marfim.

Os workshops de informação e de sensibilização sobre a iniciativa EMT sucederam-se. Até este ano 2022, apesar das paradas provocadas por Covid-19, onze (11) dos 15 países da CEDEAO já receberam estes workshops. Mas somente o Senegal tem até à data presente uma EMT completamente operacional e afiliada na rede internacional das EMT. De entre os 4 países que ainda não haviam beneficiado dos workshops do processo de lançamento da iniciativa a nível nacional, encontram-se os dois países lusófonos da CEDEAO (Cabo Verde e a Guiné-Bissau).

A Guiné-Bissau internamente reconhece a existência de riscos permanentes capazes de desencadear uma emergência sanitária a qualquer momento assim também como a necessidade de bem gerir a resposta da saúde pública nessas situações. Esse reconhecimento vem no seu Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, onde identificou a necessidade de um plano de preparação e gestão da resposta de saúde pública em situações de emergência / catástrofe como um dos principais objetivos. Para reforçar a preparação e resposta no país, equipas de resposta rápida (ERR) multidisciplinares estão sendo formadas e treinadas. A implementação de uma Equipa Médica de Emergência (EMT) neste contexto só irá aumentar e reforçar o pilar ‘clínica na gestão de casos’ para assegurar uma resposta de saúde pública abrangente e eficaz.

É neste sentido que o Instituto Nacional de Saúde Pública (INASA) do Ministério da Saúde da Guiné-Bissau, com o apoio do Centro Regional de Vigilância e Controlo de Doenças (RCSDC) da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), organizou de 19 a 21 de julho de 2022 num dos Hotéis de Bissau, um workshop de sensibilização sobre Equipas Médicas de Emergência (EMT) enquadrado no objetivo geral de proporcionar a criação, em todos os países membros, de Equipas Médicas de Emergência (EMT) como força de trabalho especializada e pronta a intervir em caso de ocorrência de eventos de emergência com impacto para a saúde pública reforçando assim a componente de gestão clínica das Equipas de Intervenção Rápida. Esta sessão representa a implementação das recomendações do workshop regional de sensibilização realizado em Abidjan, Costa do Marfim, em junho de 2018 e é a 12ª reunião consultiva nacional na região da CEDEAO. Reuniu, durante 3 dias, mais de 60 decisores e profissionais-chaves das Direções centrais e distritais do Ministério da Saúde, dos hospitais e de outros sectores intervenientes nos processos de gestão das emergências (agricultura, ambiente, exército, polícia nacional, proteção civil), etc.

Os participantes foram familiarizados com os conceitos de EMT e a sua relevância em resposta a epidemias e a outras emergências sanitárias, analisaram as experiências de implementação das EMT nos países da sub-região e discutiram as condições e mecanismos operacional da EMT assim como o seu papel no Centro das Operações das Emergências

Sanitárias (COES) na Guiné-Bissau. No final dos trabalhos, os participantes propuseram um roteiro para a implementação da EMT na Guiné-Bissau

A participação técnica da OMS e da OOAS foram muito importantes com pessoas recursos vindos do Brasil da parte da OMS Genebra e de Cabo Verde da parte de OOAS para enquadrar e acompanhar a equipa nacional. Um dos raros workshops a decorrer 100% em português.

Tanto a OOAS como a OMS, juntos felicitaram as autoridades da Guiné-Bissau na pessoa do Senhor Ministro da Saúde Pública durante a audiência concedida por este, pela sua liderança proativa e empenho na criação de EMT na Guiné-Bissau e reafirmaram a sua total disponibilidade para continuarem a acompanhar e a apoiar a implementação do roteiro proposto no final do workshop.

Engajamento juvenil para paz e segurança na região Africana¹⁰⁷

A organização de jovens esteve reunida entre 25 a 28 de julho do ano corrente em Harare (Tanzânia), na 2ª conferência Ministerial sobre Paz e segurança ao nível da região Austral de África, com objetivo de refletir sobre necessidade de reforço dos quadros continentais, regionais e nacionais para a inclusão dos jovens na tomada de decisões relacionadas com a [paz e a segurança](#) no continente africano.

A reunião contou com a participação de líderes juvenis comunitários de países do leste, sul e do Chifre da África e Jovens Embaixadores do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA). O principal ponto discutido na conferência foi sobre o papel dos governos, Comunidades Econômicas Regionais (CERs) e Mecanismos Regionais (MRs) na promoção da agenda de juventude, paz e segurança na região da África Austral.

A presidente do Comité Consultivo do COMESA, Anjo Mbuthia, pediu uma ação urgente por parte dos governos para enfrentar os desafios através do estabelecimento e fortalecimento de sistemas de alerta precoce e resposta aos níveis nacional, regional e continental. Para os jovens, a implementação do quadro continental da União Africana (UA) para a paz e segurança dos jovens; engajamento com decisores; Conselhos Nacionais de Juventude e organizações juvenis, pesquisa e desenvolvimento; avanço tecnológico e monitoramento e avaliação da agenda de Juventude, Paz e Segurança (YPS) é de extrema importância para o desenvolvimento de políticas de segurança nos países da região Austral de África, assim como no continente no geral.

Ressaltaram a necessidade de integrar a juventude nas infraestruturas nacionais de paz, avançando o uso de várias plataformas tecnológicas para YPS, incentivando o uso de mecanismos alternativos de resolução de disputas e a priorização da educação cívica e para a paz para a juventude que pode ser incorporada no currículo nacional de educação.

Os Ministros e seus representantes do Botswana, Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué participaram na conferência. Em sua declaração, o presidente Mnangagwa apreciou os objetivos da conferência, observando que eles colocam os jovens no centro da paz e da segurança na região:

¹⁰⁷ <https://www.comesa.int/six-point-shared-vision-for-youth-agenda-in-regional-peace-and-security/>

“É o seu lugar de direito. Através desta conferência, a África e nossa região em particular afirmam e se comprometem com o papel que nossa juventude deve desempenhar agora nas questões-chave e mais prementes de nossos tempos”.

O presidente observou que a maioria dos países da região da África Austral têm sido relativamente pacíficos e estáveis, com insurgências armadas pouco frequentes e algumas formas de conflito prolongado.

“estes conflitos tiveram um impacto negativo na vida das pessoas, especialmente dos nossos jovens que representam mais de 60% da população da África Austral”, disse o Presidente, rematando ainda: “Agora é hora de nossas vozes coletivas se tornarem altas; na verdade, se alguma coisa, mais alto do que as armas em toda a nossa pátria África. Que nossas vozes silenciem as armas.”

Todos os ministros e representantes dos países representados na conferência delinearam as iniciativas dos seus governos e comprometeram-se a promover a inclusão e o empoderamento dos jovens. Ressalte-se que a esta conferência foi realizada com colaboração conjunta da UA, COMESA e outras organizações parceiras como Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas (ACCORD), *Save the Children Horn of Africa Youth Network*, o *Institute for Security Studies (ISS)* e a *Southern Africa Partnership for Prevention de Conflito (SAPPC)*.

Implementação de programas de capacitação de recursos humanos no COMESA.¹⁰⁸

A Universidade Kenyatta no Quênia e Universidade das Maurícias irão oferecer curso a 47 jovens no programa de Mestrado em Integração Regional (MRI) do COMESA, dos quais 39 alunos irão se reiniciar de bolsas COMESA apoiadas pela União Europeia (UE) e pela Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico (OEACPS). As bolsas foram concedidas por meio do projeto *'Aprimorando a capacidade do COMESA em análise, pesquisa e treinamento de políticas comerciais para uma integração e participação regional mais profunda na economia global'*.

De acordo com o Diretor de Comércio e Alfândegas (Chris Onyango) em representação do Secretariado do COMESA, *“...esperávamos saber como os objetivos do programa de mestrado estão sendo alcançados. Especificamente, queríamos obter uma compreensão mais profunda do processo de implementação do programa pela universidade e desenvolver mecanismos para melhorar sua implementação”, disse o Dr. Onyango.*

Os programas MRI procuram fornecer uma base sólida para treinamento conceitual, político e prático em vários aspectos da integração regional e abrange diversas disciplinas, incluindo economia, direito, economia política, comércio internacional e finanças, entre outras. O Secretariado do COMESA, refere ter trabalhado em colaboração com as instituições de ensino para estabelecer programas robustos e resilientes com qualidade com vista a formação de recurso humanos qualificados na região do COMESA em particular e Africana no geral.

Nas Maurícias, a equipa foi conduzida através de procedimentos de acompanhamento da progressão dos alunos, incluindo o cumprimento dos requisitos dos cursos, assiduidade dos alunos e orientação em trabalhos de pesquisa. Eles também discutiram com as partes

¹⁰⁸<https://www.comesa.int/over-40-students-enroll-for-comesa-masters-in-regional-integration-program/>

interessadas sobre estratégias para visibilidade do programa, sua credibilidade e, ao mesmo tempo, garantir as taxas de retenção de alunos.

A MRI nasceu em reconhecimento do forte nexos entre a participação no ensino superior, a integração regional e os resultados do desenvolvimento. Em 2016, a Cúpula dos Chefes de Estado do COMESA endossou a decisão de estabelecer uma Universidade Virtual COMESA. Atualmente, o COMESA vem trabalhando com 22 universidades que foram aprovadas para participar do programa.

Facilitação do comércio através da implementação Janela Única Eletrônica (eSW)¹⁰⁹

O Sistema de Janela Única Eletrônica (eSW) é um dos principais instrumentos de facilitação de comércio e transporte priorizados pela maioria dos Estados-Membros do COMESA para melhorar a facilidade de fazer negócios e melhorar o comércio intra-regional.

Em 2017, o Conselho de Ministros do COMESA decidiu que os Estados-Membros deveriam adotar uma plataforma de conectividade de dados harmonizada e padronizada na forma de eSWS entre agências governamentais e partes interessadas privadas com o objetivo de melhorar o ambiente de comércio e investimento intrarregional em níveis nacional e regional.

Entre 18 a 21 de julho de 2022 em Adis Abeba, Etiópia, foi realizada a primeira reunião para rever vários relatórios que foram preparados para o desenvolvimento do sistema eSW. Entre eles, o Relatório do Estudo de Avaliação Situacional sobre a Implementação do eSW, o Projeto de Marco Legal e o Projeto de Estratégia para o Desenvolvimento e Implementação do eSW. Especialistas em Alfândega e Janela Única do Burundi, Djibuti, República Democrática do Congo, Eswatini, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurício, Somália, Sudão, Uganda, Ruanda, Tunísia e Zâmbia participaram da reunião.

Dirigindo-se aos delegados, o Ministro de Estado da Integração Comercial e Promoção das Exportações da Etiópia, Kassahun Gofe, observou que mais da metade dos Estados-Membros já está implementando a eSW, enquanto os restantes estão em diferentes fases de planejamento.

O desenvolvimento do sistema eSW é um dos instrumentos do Plano de Ação da Área de Livre Comércio Digital COMESA, e inclui o desenvolvimento e implementação do sistema nos níveis nacional e regional. Nesse sentido, as atividades do projeto foram incorporadas como parte da Área de Resultado 3 do Programa de Facilitação do Comércio COMESA, financiado pelo 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento. A reunião concordou que a vontade política e a direção de liderança de alto nível e o apoio financeiro, juntamente com a cooperação das partes interessadas, são alguns dos principais fatores para o sucesso do sistema eSW.

Debate sobre Agenda de Mulheres, Paz e Segurança na região da SADC¹¹⁰

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o Programa das Nações para o Desenvolvimento (PNUD) e partes interessada reuniram-se entre 25 e 28 de julho para discutir a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança (WPS), em Joanesburgo, África do Sul. O workshop foi realizado com o apoio do Governo do Canadá, União Europeia e outros parceiros

¹⁰⁹ <https://www.comesa.int/steps-towards-establishing-an-electronic-single-window-system/>

¹¹⁰ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-convenes-regional-consultative-meeting-women-peace-and-security-agenda-0>

(Comissão da União Africana, ACCORD e ONU Mulheres), para buscar e promover uma compreensão aprofundada da agenda das WPS na Região da SADC.

O objetivo é fornecer uma oportunidade para o Secretariado da SADC envolver seus Estados-Membros na implementação da Agenda WPS. Isto cobrirá o estado de desenvolvimento e implementação dos Planos de Ação Nacionais ou *implementation of National Action Plans* (NAPs) e promoverá relatórios sobre o progresso, incluindo através do Quadro de Resultados da CUA-Continental em WPS. O workshop deu aos Estados-Membros da SADC a oportunidade de rever e validar o Relatório de Avaliação das WPS da SADC que documenta o progresso e os desafios na implementação da Agenda WPS nos Níveis Regional e Nacional e implementar a Estratégia da SADC sobre WPS (2018-2030), bem como aumentar o seu compromisso para avançar e acelerar a implementação da agenda WPS em todo o espectro do conflito, antes e durante o conflito e em situações de pós-conflito na Região. Coletivamente, essas resoluções demonstram claramente o crescente reconhecimento global das diferentes maneiras pelas quais os conflitos afetam mulheres e homens, meninos e meninas, e seu potencial na construção de recuperação e paz de longo prazo.

A Agenda WPS reconhece a agência e liderança das mulheres na resolução de conflitos, pacificação, manutenção e construção da paz e, portanto, exige sua participação significativa em todos os níveis dos processos de paz e segurança. A Agenda 2063 da UA está alinhada com a agenda das WPS e a sua Aspiração 6 tem a visão de construir uma paz inclusiva e sensível ao gênero, garantindo que as considerações de gênero e juventude sejam integradas nos esforços para criar “*A África que Queremos*”. A Agenda 2063 da UA baseia-se na participação plena e ativa das mulheres em todos os seus processos de desenvolvimento, governação, paz e segurança. Em 2008, a SADC adotou o Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento, que entrou em pleno vigor em 2013 e foi revisto em 2016. O Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento identifica ainda a participação política das mulheres como uma área prioritária chave.

A Estratégia Regional da SADC para as WPS também apela aos Estados-Membros para que adotem e implementem medidas para garantir a igualdade de representação e participação de homens e mulheres nos processos de paz e segurança. Desde a adoção do UNSCR 1325, mais de 11 planos de ação regionais (RAPs) foram adotados globalmente, incluindo 6 RAPs adotados pelas Comunidades Econômicas Regionais da África (CERs), nomeadamente a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD); a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS); a Comunidade da África Oriental (EAC), a União do Rio Mano; e SADC.

A Europa entre o calor e o fogo, entre o frio e o gás

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Nesta recente quinzena, o fogo continuou a queimar a Europa, sendo destaque na Chéquia, que assumiu a presidência rotativa do Conselho da UE, França, Alemanha, Espanha, Portugal, Grécia. A Itália sofre de [seca](#) extrema e prolongada. Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa, afirma que o [calor mata](#) e que esta onda já levou quase duas mil vidas. Reconhece que a crise climática não é assunto novo, mas que suas consequências aumentam estação após estação, ano após ano, com desastrosas consequências. Ele esclarece que as orientações da OMS Europa, apoiam autoridades na [preparação para eventos de calor extremo](#) e diz que, quando operacionais, os planos de ação calor-saúde salvam vidas e fortalecem a resiliência das comunidades. O conjunto de documentos trazem orientações práticas sobre como enfrentar ondas de calor para o público em geral e profissionais de saúde.

Outra onda de calor que preocupa a Europa é a marinha. A edição francesa do Le Monde de 31/7/22, traz em sua matéria de capa, o tema da elevação de temperatura do Mar Mediterrâneo, que apresenta "anomalias de temperatura muito significativas" na costa da França, da Espanha e da Itália. Uma variação de 6,5°C em comparação à temperatura esperada para a estação, foi registrada nas águas de Marselha. O fenômeno, se prolongado e intenso, equivale a gigantescos incêndios submarinos, que ameaçam complexos ecossistemas da área, tais como gramíneas que revestem o fundo do mar e capturam parte das transmissões de CO2 de países vizinhos. Cientistas alertam para o desastre em curso e antecipam a massiva mortalidade de fauna e flora.

O frio também preocupa e o continente europeu tenta se organizar para um próximo inverno de criticidade energética. A Alemanha começa a reduzir o consumo de energia e se prepara para o [racionamento](#), o começo de uma crise que se espalhará pela Europa. A Rússia – historicamente o maior fornecedor de gás da União Europeia, responsável por suprir cerca de 40% do consumo – reduziu gradualmente as entregas em retaliação às sanções. Na última semana, foi a vez da Letônia ter o fornecimento interrompido. A Rússia já [cortou o fornecimento de gás para](#) Polônia, Bulgária, Finlândia, Holanda e Dinamarca, que se recusaram a pagar pelo produto depois da exigência russa de pagamento em rublos depositados em banco russo. A Rússia também interrompeu as vendas de gás para a Shell Energy Europe na Alemanha.

A União Europeia também se prepara para o inverno e planeja [reduzir 15% do consumo de gás no bloco](#), de agosto a março. A Comissão Europeia argumenta que, se os estados membros tomarem medidas preventivas e começarem a poupar gás antes da Rússia fechar as torneiras, a interrupção será gerida e o choque económico será contido. Cada governo deve se comprometer a cumprir o objetivo de 15% até ao final de março. Empresas, fábricas, edifícios públicos e casas particulares serão envolvidos.

Por enquanto, a redução do consumo de gás será voluntária, mas em caso de grave escassez ou de procura excepcionalmente alta, a redução se tornará obrigatória. Se métodos como a troca de combustível e os limites de temperatura não forem suficientes para atingir o objetivo, alguns países, como os fortemente dependentes do gás russo, correm o risco de ter que racionar o uso do gás. Neste caso, o governo intervirá e regulará a distribuição de gás.

Ainda que não seja um acordo de paz – que segue em longínquo horizonte –, com intermediação da ONU e da Turquia, Rússia e Ucrânia chegaram a um entendimento sobre a exportação de grãos, e o primeiro navio zarpuo do porto de Odessa em 1º de agosto. Os acordos

preveem: um [corredor seguro](#) para a saída dos navios ucranianos transportando cereais dos portos de Odessa, Chornomorsk e Yuzhny, em processo controlado pela Ucrânia e parceiros; e a circulação segura de barcos russos exportando cereais e fertilizantes pelo Mar Negro. Para monitorar a segurança dos corredores no Mar Negro, a Turquia abriu [centro de coordenação](#). Apesar da relevância dos acordos para atenuar a escassez de alimentos e a crise alimentar, tanto a UE quanto a Rússia, têm [dúvidas quanto à implementação](#) total do que foi acordado.

Crises políticas no Reino Unido e Itália

O [novo primeiro-ministro do Reino Unido](#) deve ser anunciado no dia 5 de setembro, após o recesso de verão do Parlamento britânico. Diversas rodadas de votação, serão feitas entre os deputados conservadores, a quem cabe a escolha pelo fato do Partido Conservador ter maioria no parlamento. O vencedor da disputa, que se tornará o novo líder do Partido Conservador e o novo primeiro-ministro britânico.

Na [Itália, as eleições foram antecipadas](#) para o dia 25 de setembro (seria em 2023), após a renúncia do premiê Mario Draghi, por não conseguir manter a coalizão governista unida. O presidente Sergio Mattarella, aceitou a renúncia e dissolveu o Parlamento, pedindo que Draghi permaneça como chefe de governo interino. Quem está à frente nas pesquisas eleitorais é o partido de ultradireita Irmãos da Itália, nacionalista, contrário à União Europeia, imigração de massa e pautas LGBT. Se as previsões se confirmarem, um governo em coalizão de direita pode surgir na Itália.

Saúde Global

A pandemia de Covid-19 não acabou. Pelo contrário, preocupa os cientistas europeus com a proximidade do inverno, quando são esperadas [novas ondas e milhões de novos casos](#). Aos ambientes fechados que a estação proporciona, somam-se a redução das medidas não farmacológicas de contenção como o uso de máscara e distanciamento social. A boa notícia é que as internações e mortes não devem acompanhar tal crescimento.

O Laboratório Spiez, da Suíça, indicado pela OMS para liderar uma rede global de laboratórios de alta segurança, projetada para cultivar, armazenar e compartilhar amostras que possam desencadear novas pandemias, vem encontrando [dificuldades para acessá-las](#). O programa BioHub, da OMS, nascido da frustração para se obter amostras do vírus Sars-Cov-2, para entender e desenvolver ferramentas para enfrentá-lo, segue enfrentando obstáculos.

Após um ano de implementação, ainda há dificuldade com garantias de segurança e questões de propriedade intelectual, que se chocam com os mecanismos de compartilhamento de amostras. No tocante às garantias, não há protocolo internacional definindo a autoridade competente para assinar os formulários fornecendo detalhes de segurança e acordos de uso.

Outro desafio, é como compartilhar amostras usadas em pesquisas que podem levar ao desenvolvimento tecnológico de produtos. No âmbito do BioHub, elas são compartilhadas gratuitamente para ampliar o acesso, mas os eventuais ganhos posteriores devem ser compartilhados com os pesquisadores.

Um ano depois: Conferência multilateral discute engajamento construtivo para os desafios enfrentados pelo Afeganistão

Lúcia Marques

Apesar dos esforços do presidente dos EUA, a América não é mais o poder tutelar do Oriente Médio como já foi. Falta confiança.

Herve de Charrette¹¹¹

Às vésperas de completar um ano que o Talibã tomou Cabul¹¹², 30 países e organizações conversaram sobre a necessidade de um engajamento construtivo para superar os muitos desafios enfrentados pelo Afeganistão desde então. A “Conferência Internacional de Tashkent sobre o Afeganistão: Segurança e Desenvolvimento



A conferência internacional que abordava a situação socioeconômica e a segurança do Afeganistão foi realizada em Tashkent. Crédito da foto: gov.kz

Econômico” foi convocada pelo Uzbequistão¹¹³ e reuniu delegações dos Estados da Ásia Central e do Sul, da Ásia Pacífico, do Oriente Médio, da União Europeia, entre eles, China, Índia, Rússia, Estados Unidos, Irã, Paquistão, da Organização de Cooperação Islâmica (OIC) e de várias agências e instituições da ONU, da Organização de Cooperação de Shanghai, bem como a delegação do Governo interino do Afeganistão. A reconstrução socioeconômica do Afeganistão, juntamente com a implementação de infraestrutura e projetos humanitários destinados a trazer a tão esperada paz ao povo afegão, foram pontos-chave na agenda da conferência de dois dias (26 e 27 de julho). O fórum contou ainda com a participação de especialistas nacionais, cientistas e pesquisadores dos principais centros analíticos dos países vizinhos do Afeganistão. Entre os think Tanks convidados estão estruturas como a [Observer Research Foundation](#) e o [Institute for Defense Studies and Analysis](#) (Índia), o [Center for Global and Strategic Studies](#) (EUA), o [Islamabad Policy Research Institute](#) (Paquistão), o [Central Asia-Caucasus Institute](#) (EUA) e os institutos de estudos estratégicos sob os presidentes dos países da Ásia Central e outros. Também estiveram presentes, Diplomatas do Reino Unido, UE, Irã, Itália, Espanha, Cazaquistão, Catar, Quirguistão, Tadjiquistão, China, Noruega, Paquistão, Rússia, Estados Unidos, Turquia, Japão.¹¹⁴

"O isolamento internacional do Afeganistão inevitavelmente levará a uma deterioração maior da situação humanitária. É importante não permitir isso, uma vez que o destino de milhões" está em jogo, alertou o presidente uzebeque Shavkat Mirziyoyev.

Desde que assumiu o governo do Afeganistão – redesignado como Estado Islâmico do Afeganistão -, o Talibã participou indiretamente de algumas de cúpulas lideradas pela China e pelo Irã, mas esta foi a primeira com importância diplomática e a mais próxima de um

¹¹¹ Herve de Charrette é ex-ministro das Relações Exteriores e ministro da Habitação da França. Também foi prefeito de Saint-Florent-le-Vieil e vice de Maine-et-Loire. Em artigo publicado no [Arab News](#).

¹¹² Em 15 de agosto de 2021 – leia mais sobre o Talibã e o Afeganistão em [Coletânea Informes Ásia Pacífico e Oriente Médio – Dez 2020 a nov de 2021 – p. 137 a 148](#)

¹¹³ <https://uza.uz/posts/393013>

¹¹⁴ <https://pajhwok.com/2022/07/25/conference-on-afghanistan-begins-in-tashkent/>

reconhecimento internacional que o governo talibã interino obteve. E, segundo diplomatas participantes da conferência, o Talibã veio bem preparado, confiante e assertivo.¹¹⁵

No [discurso](#) de abertura, o Ministro das Relações Exteriores uzbeque, Vladimir Norov, além das boas-vindas e agradecimentos à presença das autoridades e especialistas, afirmou que o desenvolvimento de abordagens conjuntas para resolver os problemas socioeconômicos do Afeganistão nesta fase do desenvolvimento do país deve se tornar uma prioridade máxima para os estados da região e a comunidade mundial. E destacou que, apesar da falta de experiência gerencial, financeira e econômica do governo interino, pode-se observar o forte desejo das autoridades afegãs de melhorar a situação do país, de excluir o aparecimento de vários fatores que, de uma forma ou de outra, podem levar a uma nova onda de desestabilização.

Norov lembrou que os discursos devem sair do papel e se tornarem iniciativas concretas. E para corroborar, fez um breve relato de ações realizadas pelo Uzbequistão que confirmam o compromisso do seu país para recuperação econômica e promoção de paz de longo prazo no Afeganistão. Falou do centro multifuncional de transporte e logística na cidade fronteiriça de Termez¹¹⁶, que agora está sendo usado ativamente por vários órgãos da ONU; do início dos trabalhos prospectivos no território do Afeganistão com a participação de especialistas do Uzbequistão, Afeganistão e Paquistão para determinar a rota da ferrovia trans-afegã "[Termez-Mazar-I-Sharif - Kabul-Peshawar](#)" e estudo de viabilidade do projeto; da conclusão dos trabalhos de restauração do aeroporto internacional da cidade de Mazar-I-Sharif. Para o governo uzbeque, é importante continuar em conjunto com o Afeganistão para implementar projetos de infraestrutura como essa rota, cuja capacidade de trânsito é de 20 milhões de toneladas de carga por ano e se conectará a outras em construção, como a Rota de Transporte Internacional Trans-Caspian, Turkmenbashi-Garabogaz- fronteira do Cazaquistão. Em 2025, será lançada a reconstrução da estrada Zhanaozen-Border do Turcomenistão, com participação do Cazaquistão, China, Irã, Quirguistão.¹¹⁷

Para Norov, projetos como esse não apenas ajudarão a reconstrução da economia afegã e farão do Afeganistão uma ponte entre a Ásia Central e do Sul, mas também promoverão o processo geral de conectividade regional para o benefício e a prosperidade das pessoas da vasta região¹¹⁸, uma vez que, para ele, nas novas realidades geopolíticas, cresce o papel da Ásia Central na promoção e desenvolvimento do comércio transcontinental.

Sanat Kushkumbayev, vice-diretor do [Instituto de Estudos Estratégicos do Cazaquistão \(KazISS\)](#), também presente à conferência, disse que desde a mudança da atenção das potências globais para a Europa Oriental, a questão afegã foi transferida do global para a agenda regional.

¹¹⁵ [Quase 30 nações se envolvem com talibãs na Conferência de Tashkent \(voanews.com\)](#)

¹¹⁶ Cidade no extremo sudeste do Uzbequistão, faz fronteira com o Afeganistão, com a cidade afegã de Hairatã, um dos postos fronteiriços mais importantes do Afeganistão, por onde entra a maior parte das importações do país. https://pt.wikipedia.org/wiki/Fronteira_Afeganist%C3%A3o-Uzbequist%C3%A3o

¹¹⁷ Recentemente, o chanceler chinês, Wang Yi, encerrou uma visita de quatro dias ao Cazaquistão, onde se encontrou com o presidente, Kassym-Jomart Tokayev, e manteve reuniões separadas com seus colegas do Cazaquistão, Quirguistão, Turcomenistão e Uzbequistão, bem como o ministro dos Transportes do Tajiquistão. Ele também participou de uma cúpula na capital do cazaque, Nur-Sultan, com ministros das cinco nações da Ásia Central, todas ex-repúblicas soviéticas com laços estreitos com Moscou. A reunião terminou com promessas de maior cooperação em áreas que vão desde antiterrorismo, segurança e mediação humanitária no vizinho Afeganistão, fornecimento de energia e ligações de transporte, até infraestrutura, segurança de dados e produção de vacinas.

¹¹⁸ <https://pajhwok.com/2021/02/03/mazar-i-sharif-kabul-peshawar-railway-plan-signed-in-tashkent/>

Sobre olhar para o futuro próximo, o ministro falou da importância da formação da juventude afegã e do Centro Educacional de Termez, estabelecido por iniciativa do Uzbequistão, para formar especialistas altamente qualificados para os setores-chave da economia nacional do Afeganistão, que poderão dar uma boa parte da contribuição para seu renascimento econômico.

O descongelamento dos ativos afegãos no exterior foi mencionado várias vezes não só pelo governo interino, mas também pelos governos presentes à conferência. Ativos que poderiam ser então direcionados para abordar questões socioeconômicas e humanitárias no país. Para os participantes da conferência, um governo inclusivo, amplamente representado, com mulheres e pessoas não-talibãs, será benéfico para o país, para a região e para atrair olhares da comunidade internacional.

Segurança e estabilidade é outro ponto fundamental não só para os vizinhos, mas para as três regiões – Ásia Central, Sul e Oriente Médio. Membros de alguns grupos de pesquisa da Ásia Central falaram de pelo menos 20 grupos militantes que ainda têm raízes ou bases no Afeganistão, uma acusação que o Talibã nega veementemente. O ministro interino das Relações Exteriores afegão, Muttaqi, garantiu que o Afeganistão "não será mais uma fonte de instabilidade na região". Ele disse que seu governo tinha firme determinação para transformar o Afeganistão no centro da paz, estabilidade e cooperação econômica. "Buscamos estabilidade para nós e para o mundo. A estabilidade no Afeganistão não só garante estabilidade em toda a região, mas a estabilidade afegã é uma peça-chave para a prosperidade e o desenvolvimento econômico regional", disse Muttaqi, ao se dirigir aos participantes de uma conferência.¹¹⁹

Na conferência multilateral, houve muitas discordâncias. Muitos ainda estão céticos. E todos concordam que muito trabalho ainda está por vir. para que os talibãs convençam a comunidade internacional de sua sinceridade. O estudioso uzbeque, Sayfiddin Jurayev¹²⁰, [disse](#) que acha que "os EUA devem devolver o que pertence ao povo afegão", mas concorda que "o Talibã ainda deve enfrentar as condições reiteradas nesta conferência".

Que são, entre outros: estabelecer um diálogo global eficaz sobre a aceleração por parte das novas autoridades afegãs do processo de cumprimento dos principais requisitos internacionais; estabelecer um governo amplamente representado, respeitando os direitos das mulheres e garantindo o acesso das meninas à educação plena; reafirmação pelo governo interino afegão de suas obrigações de impedir o uso do território do Afeganistão contra os interesses de países vizinhos.

Sobre direitos humanos, das mulheres e meninas – um ano de governo talibã

A ONU divulgou um [relatório](#) sobre Direitos Humanos no Afeganistão: 15 de agosto de 2021 – 15 de junho de 2022) descrevendo a situação dos direitos humanos no Afeganistão ao longo dos 10 meses desde a tomada do poder pelos talibã.

O relatório resume as conclusões da UNAMA – Missão das Nações Unidas para Assistência ao Afeganistão - no que diz respeito à proteção de civis, execuções extrajudiciais, tortura e maus-tratos, prisões e detenções arbitrárias, os direitos das mulheres e meninas (página 30) no Afeganistão, liberdades fundamentais e a situação em locais de detenção. O

¹¹⁹ [Hora do Afeganistão se transformar na encruzilhada da Ásia: Muttaqi | Campanha de paz no Afeganistão \(afghanistanpeacecampaign.org\)](#)

¹²⁰ Professor de relações internacionais na Universidade Estadual de Estudos Orientais de Tashkent.

relatório também contém recomendações tanto para as autoridades de facto (página 42) como para a comunidade internacional (página 44).

A maioria das vítimas civis foi atribuída a ataques direcionados pelo ISIS (Estado Islâmico da Província de Khorasan) contra etnias e comunidades minoritárias religiosas em lugares da vida cotidiana, como escola.

“Nosso monitoramento revela que, apesar da melhoria da situação de segurança desde 15 de agosto, o povo do Afeganistão, em particular as mulheres e as meninas, são privados do pleno gozo de seus direitos humanos”, [disse](#) Markus Potzel, Secretário-Geral Interino Representante para o Afeganistão. Embora as autoridades de fato tenham tomado algumas medidas aparentemente destinadas à proteção e promoção dos direitos humanos, como a anistia para ex-funcionários do governo, o decreto de 3 de dezembro sobre os direitos das mulheres e um código de conduta prisioneiros, eles também são responsáveis por uma ampla gama de violações dos direitos humanos.

A erosão dos direitos das mulheres tem sido um dos aspectos mais notáveis da administração até hoje. A educação e a participação de mulheres e meninas na vida pública são fundamentais para qualquer sociedade. O rebaixamento de mulheres e meninas para o lar nega ao Afeganistão o benefício das contribuições significativas que elas têm a oferecer. A educação para todos não é apenas um direito humano básico, é a chave para o progresso e desenvolvimento de uma nação, apontou o enviado da ONU.

Rina Amiri, enviada especial dos EUA para mulheres, meninas e direitos humanos afegãos, [ressaltou](#) durante a conferência, que "segurança, estabilidade econômica e paz não podem ser alcançadas sem defender os direitos das mulheres, acabar com abusos contra todas as comunidades étnicas e religiosas e promover um processo político inclusivo".

Um dos pontos de maior entrave nas negociações com o governo talibã é a questão dos direitos das mulheres e meninas. O Talibã diz que segue a Sharia, a Lei Islâmica. A Sharia é um conjunto de textos escritos pelo profeta Maomé (morreu em 632 A.D.) ao longo de um período de vinte e três anos; é considerado palavra literal de Deus (Alá) e se tornou uma espécie de código de conduta - e reflete o contexto da época. Assim como a Bíblia católica cristã e a Torá judaica refletem. A Sharia traz para vida jurídica, social e religiosa do indivíduo que pratica o islão, condutas, direitos e deveres sinalizados no Alcorão; é um conjunto de valores, não uma restrição de direitos.¹²¹ Por ser um conjunto de textos, a Sharia deve ser interpretada pelos homens sábios e líderes supremos; e como toda interpretação, depende do olhar mais conservador ou mais moderno do intérprete.

O Talibã tem origem jihadista. Os jihadistas interpretam o dever religioso de defender o islã de forma literal, ou seja, através da luta armada contra os infiéis e inimigos do Islã – a forma não extremista de interpretar a jihad, doutrinalmente falando, é pelo coração, se purificando física e espiritualmente, difundindo palavras e comportamentos que defendam o que é bom e corrijam o errado. A interpretação da jihad de forma mais extrema, transformou os talibãs num grupo extremista, que faz uma interpretação da Sharia mais literal e menos fluida.

¹²¹ Em 1990, na elaboração da Declaração de Direitos Humanos Islâmicos ficou estabelecido que todos os direitos e liberdades estariam sujeitos à Sharia. Em 2020, após um processo de revisão de 10 anos, a Organização de Cooperação Islâmica apresentou uma nova declaração com avanços que refletem mudanças ideológicas: islã deixando de ser a salvação. No novo texto, a Sharia é indicada apenas como conjunto de valores, não como restrição de direitos.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA -

Significado geopolítico da visita do Príncipe Herdeiro saudita à França¹²²

Nas últimas semanas, acompanhamos visitas, cúpulas, reuniões, telefonemas, envolvendo Estados árabes, Estados eurásianos, Israel, EUA, Rússia, França, Turquia e Irã. E os desdobramentos diplomáticos apontam para uma nova geopolítica no Oriente Médio (OM). Apesar do presidente americano, Joe Biden, afirmar que os EUA não deixarão vácuo a ser ocupado pela Rússia, China e Irã – mais fácil falar que fazer -, os movimentos e as coisas não ditas confirmam que os EUA já não são o grande tutor regional. A perda de confiança na América parece irreversível a curto e, talvez, a médio prazo, se incluirmos nas variáveis a importância da China para a região.¹²³

Em poucos dias, houve a visita do presidente dos EUA, Joe Biden, a Tel Aviv e Jerusalém, a Ramallah, Riad e Jeddah. Como resposta adversa a esta visita, os presidentes russo, iraniano e turco se encontraram em Teerã; ambos os encontros seguidos das visitas a Paris do Xequi Mohammed bin Zayed Al-Nahyan (MBZ), presidente dos Emirados Árabes Unidos¹²⁴ e do Príncipe Herdeiro saudita, Mohammed bin Salman (MBS), ambos recebidos por Emmanuel Macron.¹²⁵



O presidente turco Erdogan (esquerda), o presidente iraniano Ebrahim Raisi e Putin em encontro recente em Teerã. Foto: Mustafa Kamaci / AFP

A situação energética da Europa e a insegurança alimentar decorrente da guerra na Ucrânia são motivos abertos e claros. Mas o que está em pauta, e é grande preocupação na região, são os desenvolvimentos dos Acordos de Abraão¹²⁶ (2020) destinados à normalização das relações entre Israel e os países árabes (o primeiro foi Emirados Árabes, depois vieram Bahrein, Sudão, Marrocos – Egito e Jordânia já haviam normalizado;) - sem a “desocupação” de Israel dos territórios na Cisjordânia e sem a criação de um Estado palestino, como estabelecido no Acordo

¹²² [Importância geopolítica da visita do príncipe herdeiro saudita à França | Notícias árabes \(arabnews.com\)](#)

¹²³ Lei mais em [Biden tenta recuperar as relações com o Oriente Médio. In: Cadernos CRIS/Fiocruz – Informe 13-2022 – p. 152-155](#)

¹²⁴ [Presidente dos Emirados Árabes Unidos, Mohammed bin Zayed, chega a Paris para visita polêmica \(lemonde.fr\)](#)

¹²⁵ [Mohammed bin Salman em Paris: Uma visita desconfortável levanta questões sobre a hipocrisia ocidental \(lemonde.fr\)](#)

¹²⁶ Tratado de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, oficialmente conhecido como Acordo de Paz Abraão. O **Tratado de Paz, Relações Diplomáticas e Normalização Total entre os Emirados Árabes Unidos e o Estado de Israel** é um acordo de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos esboçado em 13 de agosto de 2020 e assinado em 15 de setembro de 2020, sob os auspícios dos EUA e do ex-presidente Donald Trump, que tornou a cooperação formal e removeu explicitamente as questões da Palestina e dos direitos humanos da equação. [Entenda o acordo histórico anunciado entre Israel e Emirados Árabes \(politize.com.br\)](#) ; [O que é o Acordo de Paz para a Palestina e Israel e o que está em jogo \(ufrgs.br\)](#)

de Oslo I e reforçado nos Oslo II e III¹²⁷ (1993) e no Plano de Paz Árabe, de 2002¹²⁸ - e a retirada dos Estados Unidos do Acordo nuclear iraniano de 2015¹²⁹ (JCPOA), ambos os movimentos feitos pelo ex-presidente Donald Trump. E Joe Biden, apesar de falar diferente, não age diferente de seu antecessor nesses - e outros assuntos. Biden afirma que a crise palestina passa pela solução de dois Estados, mas não critica, nem condena, nem sanciona as ações israelenses nos territórios ocupados. Biden retoma as negociações do acordo nuclear, mas não avança nem parece se empenhar.

Esses são dois fatores de grande instabilidade na região, desde longa data; e os movimentos americanos de Trump e Biden só aumentaram a insegurança. E um fator não é independente do outro: Israel, e suas ações na Palestina, é combatido – indiretamente, através dos grupos de resistência que financia – pelo grande rival, o Irã, que é rival dos EUA, que, ao se retirar do acordo nuclear do Irã, abriu as portas para o enriquecimento de urânio para bombas nucleares iranianas, que poderão ser usadas contra seu arqui-inimigo saudita e o próprio Israel.

Em meados de 2021, as negociações foram abertas por iniciativa dos EUA para retornar ao acordo. As partes pareciam à beira de um acordo aceitável para todos. No meio do caminho, houve a eleição do novo presidente iraniano, conservador, Ebrahim Raisi, hostil ao acordo. Os americanos estão divididos sobre a questão dos mísseis iranianos. Israel tem se posicionado contra o acordo de Viena desde o início, e os russos, ocupados com seu conflito na Ucrânia, não farão nada para facilitar uma decisão positiva. Foi sob essas condições que Joe Biden chegou ao OM há 10 dias, declarando que os EUA não esperariam para sempre por uma resposta de Teerã que não viria. A chave entre as questões não resolvidas é a exigência de Teerã de que o Corpo de Guarda Revolucionária Islâmica, o braço ideológico dos militares do Irã, seja removido de uma lista negra terrorista dos EUA¹³⁰.

Segundo Herve de Charette, ex-ministro das Relações Exteriores da França, em artigo publicado no [Arab News](#), um novo OM está sendo revelado. “Apesar dos esforços do presidente dos EUA, a América não é mais o poder tutelar que já foi. Falta confiança.” Por outro lado, a Rússia estabeleceu-se como uma potência regional que deve ser respeitada após o vácuo deixado por Washington na tragédia síria e no Afeganistão. A Turquia tornou-se um dos atores políticos mais ativos da região e o Irã uma futura potência nuclear.

¹²⁷ [Acordo de paz de Oslo entre Israel e Palestina – 13 de setembro de 1993 » Relações Exteriores \(relacoesexteriores.com.br\)](#)

¹²⁸ Iniciativa de paz liderada pelos sauditas e endossada pelos 22 estados membros da Liga Árabe ofereceu a Israel uma fórmula abrangente para a paz baseada em normas internacionais. Em troca da retirada completa de Israel de todos os territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias de junho de 1967, os estados árabes ofereceram a normalização total dos laços diplomáticos com o estado sionista e reconheceram seu direito de existir em paz e segurança na região. União Europeia, os EUA e a ONU apoiaram o plano como o único caminho a seguir. “A Iniciativa de Paz Árabe é um dos pilares do processo de paz [...] ela envia um sinal de que os árabes levam a sério a conquista da paz”, disse o à época secretário-geral da ONU Ban Ki-Moon. <https://www.monitordooriente.com/20210327-relembrando-a-iniciativa-de-paz-arabe-de-2002/>

¹²⁹ O Plano de Ação Conjunto Abrangente (JCPOA) entre Irã e o grupo 5+1 (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia, China e Alemanha) para limitar o programa nuclear iraniano. O objetivo era evitar que o Irã obtivesse uma arma nuclear e garantisse que o programa nuclear fosse usado apenas para fins pacíficos. Em troca, seriam retiradas as sanções internacionais contra o país. Em 2018, Donald Trump retirou os Estados Unidos e reimpôs sanções econômicas incapacitantes. O Irã, em resposta, começou a reverter a maioria de seus compromissos nucleares sob o acordo.

¹³⁰ [Iran blames US for delays to revive nuclear deal \(arabnews.com\)](#)

Para Charette, a lógica dos blocos ou alianças duradouras acabou. Para ele, há um triunfo no que os anglo-saxões chamam de "diplomacia de captura:" Todos sempre têm algo a negociar com os outros, mas ninguém pode confiar inteiramente em ninguém. Isso pode trazer resultados surpreendentes. Por exemplo: o presidente turco, Erdogan, foi à cúpula em Teerã pensando em obter apoio para seu plano de se estabelecer no norte da Síria e expulsar os curdos do YPG¹³¹, mas enfrentou a oposição de russos e iranianos.

Essa diplomacia cotidiana “da captura” também tem suas desvantagens. Hoje ninguém tem os meios para forçar Teerã a desistir de seus projetos nucleares, que estão progredindo lentamente, mas certamente, dando-lhe o status de um poder de fato e preocupando seus vizinhos. Nem de forçar Israel a desistir de seu projeto de anexação da Cisjordânia, eternizando uma instabilidade regional - deixar de lado os palestinos é uma receita para a violência, não para a paz.

O presidente Biden, convidado pelo príncipe herdeiro saudita para participar de uma reunião do Conselho de Cooperação do Golfo, com a presença da Jordânia, Egito e Iraque, lançou a ideia de uma nova arquitetura de segurança para a região – uma OTAN regional.¹³² Ele foi ouvido educadamente, mas com algum ceticismo. Todos terão o que puderem com isso, no entanto, sabendo que não há mais alianças intocáveis – e a saída dos EUA, em 2018, do acordo nuclear de 2015 mostrou bem isso. Para o diplomata francês, esse movimento no OM mostrou poucas decisões, mas uma consciência geral de um mundo em plena instabilidade. Os EUA de Biden esperavam liderar uma ordem regional dos Estados árabes com Israel, contra o Irã, mas a confiança na América já não é a mesma e nem a região é mais a mesma de outrora. Tentar escrever uma ordem regional no OM tem sido obsessão de vários presidentes americanos, mas os tiros têm saído pela culatra mais do que acertado o alvo e as consequências e as contas têm sido caras para os líderes regionais. Por tanto, eles têm preferido proteger suas apostas dentro do que veem como um mundo cada vez mais multipolar, como pode ser visto claramente em sua recusa em tomar o lado dos Estados Unidos e da Europa contra a Rússia.¹³³

Como falou o professor Jeffrey Sachs, em [palestra](#) (início no tempo 13:10) nos Seminários Avançados sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde, CRIS-Fiocruz, série 2022, grande parte dessa instabilidade geopolítica mundial vem sendo provocada pelos EUA. O professor destaca o uso da OTAN pelos EUA e sua obsessão contra a China, um importante

¹³¹ O governo da Turquia diz que o YPG (movimento nacionalista na região Curda da Síria) é extensão do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão, que luta pela autonomia curda na Turquia há três décadas) e compartilha seu objetivo de independência por meio de luta armada e os considera organização terrorista que devem ser eliminada. Os curdos são uma população de mais de 30 milhões que habitam uma região montanhosa que se espalha pelos territórios de cinco países: **Turquia, Iraque, Síria, Irã e Armênia**. Eles compõem o quarto maior grupo étnico do Oriente Médio, mas nunca conseguiram um país próprio. Os curdos sírios foram armados pelos EUA para lutar contra o Estado Islâmico na Síria – eles aproveitaram e lutaram contra a dominação turca. As regiões ocupadas pelos curdos são ricas em minérios, água, gás e petróleo. [Quem são os curdos e por que a Turquia os considera uma ameaça?](#)

¹³² Os EUA gostariam de criar uma espécie de OTAN israelense-árabe-sunita equipado com um sistema antibalístico para mitigar a crescente ameaça de drones, e até mesmo mísseis, de origem iraniana, usados pelos grupos de resistência financiados por Teerã no Lêmen ou em outros lugares (Hamás, em Gaza; Hezbollah, no Líbano e Síria). Os Emirados Árabes indicaram no final da turnê de Biden no Oriente Médio que não pretendem fazer parte de nenhum eixo anti-iraniano. A mesma mensagem, de uma forma mais modificada, veio da Jordânia. Como desdobramento.

¹³³ [A nova ordem do Oriente Médio | Relações Exteriores \(foreignaffairs.com\)](#)

parceiro comercial e de investimentos em infraestruturas para os países da Ásia Central e do Oriente Médio.

E nesse complicado jogo que agora está sendo jogado no Oriente Médio, o encontro entre Arábia Saudita¹³⁴ e França foi um evento muito significativo. Foi a primeira recepção oficial por um dos chefes de Estado do Conselho de Segurança e país líder mais proeminente da União Europeia a um chefe de um Estado líder do Golfo e do Oriente Médio. Dois parceiros que já se conhecem e foram capazes de estabelecer links úteis. Estamos testemunhando um novo eixo árabe-ocidental?¹³⁵ A delegação era composta por importantes atores econômicos; muitos projetos franco-sauditas vêm acontecendo sem grandes alardes na educação, cultura¹³⁶ e comércio, além de energia, indústria, água e desenvolvimento sustentável.

Em Paris, o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (MBS) recebeu o reconhecimento internacional de sua função e de sua pessoa. Macron tentou convencê-lo da gravidade da situação causada pela invasão russa da Ucrânia, que não é apenas uma disputa regional, mas um conflito de escopo global no qual a Europa, que tem seu próprio papel, deve ser entendida e apoiada. A nível da OPEP, a Arábia Saudita



O príncipe herdeiro Mohammed bin Salman e sua delegação se reuniram com a delegação francesa liderada pelo presidente Emmanuel Macron, no Palácio do Eliseu. (SPA)

desempenha o papel principal e pode influenciar os volumes de petróleo produzidos e os preços de mercado. Da mesma forma, na reunião do G20 na Indonésia, em novembro, sua voz contará e deve pesar na direção certa. Em meio a uma mudança no equilíbrio de poder e crise energética, a Arábia Saudita está bem posicionada para se beneficiar do reengajamento ocidental.

Por sua vez, o príncipe herdeiro MBS buscou garantir que, na fase instável que a região está passando - parcialmente negligenciada pelos EUA -, França e Europa estarão do lado da Arábia Saudita, inclusive enfrentando possíveis ameaças iranianas. Macron, cuja influência e status estão crescendo no Oriente Médio, apresentou seu projeto para uma conferência regional semelhante à recente conferência de Bagdá, para permitir que as delegações do Irã e da Arábia Saudita avancem propostas concretas de consulta, incluindo a criação de um possível roteiro.

Arábia Saudita e França também discutiram estabilização dos mercados globais de energia, suprimentos de alimentos; os líderes também concordaram em aumentar a cooperação

¹³⁴ A Arábia Saudita é a 19ª maior economia do mundo; iniciou uma agenda de reformas econômicas e sociais para reimaginar seu futuro e seu lugar na região — Visão 2030 — e espera atrair investimentos externos. A visão, lançada em 2016, oferece um novo modelo diversificado para o desenvolvimento econômico mais inclusivo — especialmente para mulheres e jovens — e que criará empregos e riqueza em setores além dos hidrocarbonetos, do turismo, entretenimento e tecnologia, ao varejo, renováveis e megaprojetos de cidades inteligentes.

¹³⁵ [Arábia Saudita e França: Uma extraordinária relação bilateral | Notícias árabes \(arabnews.com\)](#)

¹³⁶ [Saudi Arabia has embarked on a real cultural revolution, says Arab World Institute president Jack Lang \(arabnews.com\)](#)

em energia renovável, incluindo energia solar e hidrogênio limpo¹³⁷. Eles enfatizaram a necessidade de uma avaliação contínua das ameaças enfrentadas pelos dois países e pela segurança e estabilidade do Oriente Médio. Combate ao terrorismo, cooperação econômica, diplomacia como esforço para a paz, crise econômica do Líbano, esforços para alcançar uma solução de dois Estados na Palestina com Jerusalém Oriental como sua capital, uma solução política na Síria que garanta a segurança de seu povo.

A caminho de Paris, o príncipe herdeiro MBS passou dois dias na Grécia, onde assinou acordos sobre transporte marítimo, energia, defesa, gestão de resíduos e cultura. Especialistas dizem que o projeto conjunto de instalação de um cabo ligando os dois países é especialmente importante, prometendo fornecer à Europa energia mais barata. A cooperação saudita-grega poderia transformar a Grécia de uma nação endividada em um centro regional de energia, comércio e comunicações que conecta a Europa e a Ásia, e em uma porta de entrada para novas tecnologias de hidrogênio verde para ajudar o continente a realizar seus objetivos líquidos zero.¹³⁸

Oportunidade perdida por Biden

Um observador atento não deixou passar batida a oportunidade perdida por Biden no encontro na Arábia Saudita.¹³⁹ O homem sentado à direita do príncipe herdeiro saudita MBS é seu meio-irmão, o príncipe Abdulaziz bin Salman, ministro da energia para supervisionar o IPO da companhia petrolífera nacional saudita Aramco. Ele também é o [principal representante saudita na OPEP](#), da qual o Reino é o chefe de fato. Em suma, ele é uma das figuras mais importantes e poderosas da energia global. Na delegação americana do outro lado da mesa, no entanto, não havia um oficial equivalente. A Secretária de Energia, Jennifer Granholm, nem sequer fez a viagem. Em vez disso, o presidente Biden havia escolhido o enviado especial do Departamento de Estado para assuntos internacionais de energia, Amos Hochstein, para representar questões energéticas.

A presença de Hochstein enviou aos sauditas a clara mensagem de que qualquer discussão sobre energia estaria na esfera diplomática. Enquanto Abdulaziz estava na frente e no centro e pronto para falar de negócios, os americanos nem sequer trouxeram ninguém apropriado para a reunião. O presidente Biden insistiu em uma postura de consumo e se recusou a tomar medidas substantivas para maximizar a produção dos EUA, implorando à Arábia Saudita para ligar as torneiras para mais energia. Os sauditas só podem interpretar esse comportamento como uma falta de seriedade no enfrentamento da crise energética global e uma suposição de que o Reino assumirá unilateralmente o ônus de reduzir os preços. O anúncio do príncipe herdeiro na recente reunião do Comitê de Cooperação do Golfo de que não haveria aumento significativo na produção saudita não foi, portanto, uma surpresa para o observador atento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes tempos de novas geopolíticas, frente à desgastada hegemonia ocidental, a falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da Ásia Central e Oriente Médio estabelecem parcerias, diálogos e se reorganizam para [traçar seus](#)

¹³⁷ [Saudi Arabia, France discuss stabilizing global energy markets, food supplies \(arabnews.com\)](#)

¹³⁸ [What Saudi crown prince's tour of Greece and France says about Kingdom's place on the international stage \(arabnews.com\)](#)

¹³⁹ [Oportunidade perdida de Biden na Arábia Saudita sobre | de energia Conselho americano de Política Externa \(afpc.org\)](#)

[próprios rumos](#), buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para um futuro verde, saudável e interconectado. China, Arábia Saudita, França, Turquia e os Estados cáspios estão reconfigurando esse novo mundo. Todos sabem que cooperação e engajamento construtivo é fundamental; que as promessas devem sair do papel e virar ações estruturantes. E envolver o governo interino do Afeganistão nesse processo garantirá (assim estão buscando) paz de longo prazo para as regiões. Desde a mudança da atenção das potências globais para a Europa, a questão afegã foi transferida do global para a agenda regional.

O Afeganistão está localizado na encruzilhada que liga o Oriente Médio, Ásia Central e o subcontinente indiano. O país é um enclave montanhoso com planícies e faz parte do Grande Oriente Médio¹⁴⁰. Faz fronteira com Irã, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e China e foi ponto essencial para a antiga rota da seda e para fluxo da migração humana pré-histórica. Os principais recursos naturais do país são: carvão mineral, cobre, minério de ferro, lítio, urânio, terra-rara, cromita, ouro, zinco, talco, barita, enxofre, chumbo, mármore, pedras preciosas e semipreciosas, gás natural, petróleo.

¹⁴⁰ 1 O Grande Oriente Médio é um termo político utilizado pelo governo de George W. Bush para designar uma área que se estende do Marrocos e da Mauritânia até o Paquistão e Afeganistão, incluindo a Argélia, Turquia, Líbia, Egito, e a Península Árabe. Os países da Ásia Central, do Cáucaso, do Norte da África e mesmo o Chifre da África (a Somália) são, por vezes, também incluídos. Alguns podem usar o termo para designar as áreas com maiorias muçulmanas significativas, mas esse uso não é universal. O termo não faz sentido em termos acadêmicos

A conversação

André Costa Lobato

Diplomático

• A notícia¹⁴¹ de que a Presidente da Câmara dos Representantes e terceira na ordem de sucessão nos EUA, Nancy Pelosi, poderia incluir Taiwan em sua excursão oficial à Ásia neste mês de Agosto piorou ainda mais as relações da China com os EUA. Pelosi havia cancelado sua excursão à região no primeiro semestre após testar positivo para Covid.

• A viagem começou no domingo 31 de julho¹⁴² e inclui Malásia, Coreia do Sul e Japão. Embora Taipei não esteja na lista de cidades a serem visitadas, há temor de que Pelosi decida mudar o itinerário e tentar pousar na ilha chinesa. É possível que a força aérea chinesa então intercepte¹⁴³ o avião de Pelosi e force a comitiva a pousar em algum lugar do continente, criando um incidente diplomático e militar, pois as forças dos EUA seriam obrigadas a reagir. Um cenário mais catastrófico inclui a queda do avião de Pelosi¹⁴⁴. O Ministério da Defesa da China disse que "se os EUA insistirem em seguir seu próprio curso, os militares chineses nunca ficarão de braços cruzados"¹⁴⁵.

• Trata-se de um período complicado. Pelosi é do partido democrata e corre o risco de perder a posição de presidente da Câmara. O partido pode ainda perder a maioria do legislativo para os republicanos. O Exército de Libertação Popular da China completa 95 anos neste primeiro de agosto¹⁴⁶ e uma de suas funções é justamente garantir a soberania da República Popular da China sobre seus territórios, o que inclui Taiwan. Xi Jinping ruma para seu terceiro mandato presidencial em outubro. A China anunciou exercícios navais nos mares do Sul (Hong Kong) e do Amarelo (com as Coreias) no mesmo período¹⁴⁷¹⁴⁸. O porta-aviões da marinha dos EUA USS Reagan zarparou de Cingapura para retornar ao Mar do Sul da China¹⁴⁹¹⁵⁰.

• Na quinta-feira anterior à viagem, o presidente dos EUA, Joe Biden, e o homólogo chinês conversaram por telefone. Biden já havia dito que a viagem de Pelosi à ilha não era "uma boa ideia no momento"¹⁵¹. Embora as conversas entre os dois governos sejam quase sempre descritas como "cândidas" por ambos os lados, a percepção geral foi de um quase ultimato de Xi para Biden. O presidente chinês disse que a "vontade popular não pode ser ignorada. Quem brinca com fogo se queima"¹⁵². Segundo o comunicado da Casa Branca, Biden reafirmou que os EUA aderem aos princípios de uma só China e que são contra mudanças unilaterais do status

¹⁴¹ <https://www.ft.com/content/09669099-1565-4723-86c9-84e0ca465825#comments-anchor>

¹⁴² <https://www.npr.org/2022/08/01/1114818421/pelosi-begins-asia-tour-in-singapore-with-no-official-word-if-shell-visit-taiwan>

¹⁴³ <https://www.globaltimes.cn/page/202207/1271855.shtml>

¹⁴⁴ <https://www.ft.com/content/9abd2646-5562-4a32-9bb8-19645ed8601f>

¹⁴⁵ <https://english.news.cn/20220801/c18aff840cbe4bc48de967148d95ab3c/c.html>

¹⁴⁶ http://eng.mod.gov.cn/news/2022-08/01/content_4917127.htm

¹⁴⁷ <https://news.cgtn.com/news/2022-08-01/China-to-hold-military-exercises-in-South-China-Sea-1c9fkg8holi/index.html>

¹⁴⁸ <http://www.ecns.cn/news/2022-08-01/detail-ihcarefn4818406.shtml>

¹⁴⁹ <https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/Article/3106563/uss-ronald-reagan-departs-singapore/>

¹⁵⁰ <https://www.naval.com.br/blog/2022/07/30/grupo-de-ataque-de-porta-avioes-dos-eua-retorna-ao-mar-do-sul-da-china-em-meio-a-tensoes-em-taiwan/>

¹⁵¹ <https://www.taipeitimes.com/News/front/archives/2022/07/31/2003782710>

¹⁵² https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202207/t20220729_10729593.html

quo¹⁵³¹⁵⁴ – ou seja, uma tomada militar da ilha. Para os chineses, a visita de Pelosi indica justamente o contrário: o objetivo é estimular as forças independentistas da ilha. Nesse caso, haverá guerra, diz Pequim.

Sanitário

- Pequim iniciou a retomada dos voos comerciais internacionais de passageiros. Desde o início da Pandemia, voos internacionais para a capital¹⁵⁵ tem parada para quarentena em uma outra cidade. O acesso à capital também vai melhorar para quem mora em outras cidades do país. De acordo as novas medidas, moradores de uma cidade não ficam automaticamente proibidos de viajar a Pequim caso provenham de uma região ou bairro de uma cidade que não registre casos. Além disso, residentes de cidades portuárias e de fronteira não serão mais restritos de voar diretamente para Pequim. As viagens dentro da China continental, entretanto, continuam com regras sanitárias mais rígidas do que as de muitos países. Para ir a Pequim, por exemplo, viajantes devem ter um código verde de saúde e um teste de ácido nucleico negativo obtido em 48 horas. Os viajantes são solicitados a fazer ao menos dois testes de ácido nucleico, um 24 e outro 72 horas após a chegada.

- A última paciente do hospital Xiaotangshan, construído para atender casos leves e assintomáticos de Covid-19 durante o surto deste ano em Pequim, recebeu alta no último dia 15. O hospital logrou seu objetivo de “duplo zero”: zero mortes e zero infecções na equipe hospitalar¹⁵⁶.

- China e Emirados Árabes Unidos estão construindo uma nova fábrica com capacidade para até 200 milhões de doses de vacina por ano. A fábrica, a menos de uma hora de Abu Dhabi, faz parte de um acordo no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota.¹⁵⁷

Socioeconômico

- Duas importantes conquistas do programa espacial chinês ocorrem nos últimos dias. A agência espacial realizou com sucesso o acoplamento do módulo de laboratório Weitian. Em um mês outra operação colocará o módulo em sua posição definitiva¹⁵⁸. São mais de 1.000 experimentos planejados, muitos relacionados a estudos comparativos de mecanismos de crescimento biológico sob diferentes condições de gravidade¹⁵⁹.

¹⁵³<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/press-briefings/2022/07/28/background-press-call-on-president-bidens-call-with-president-xi-jinping-of-the-peoples-republic-of-china/>

¹⁵⁴<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/07/28/readout-of-president-bidens-call-with-president-xi-jinping-of-the-peoples-republic-of-china/>

¹⁵⁵<https://www.globaltimes.cn/page/202207/1269933.shtml>

¹⁵⁶http://wjw.beijing.gov.cn/English/News_1/PressReleases/202207/t20220715_2772530.html

¹⁵⁷https://en.ndrc.gov.cn/news/mediarousources/202207/t20220729_1332323.html

¹⁵⁸<https://news.cgtn.com/news/2022-07-25/China-s-Wentian-lab-module-docks-with-Tianhe-core-module-combination-1bWGmlXesTu/index.html>

¹⁵⁹https://english.cas.cn/newsroom/multimedia_news/202207/t20220726_309886.shtml

Os novos objetivos do “Healthy People 2030”

Luiz Augusto Galvão

O ministério da saúde anunciou a criação de 3 novos objetivos centrais e 1 novo objetivo de pesquisa da iniciativa “Pessoas Saudáveis 2030”. Esses são os primeiros objetivos novos desde o lançamento da iniciativa em agosto de 2020. Como todos os objetivos anteriormente definidos, eles foram desenvolvidos por especialistas com a contribuição do público.

Os 3 novos objetivos principais são:

- [Aumentar a porcentagem de adultos que retomam mais da metade de suas atividades habituais 5 anos após a reabilitação de lesão cerebral traumática — DH06](#)
- [Aumentar a proporção de comunidades tribais que têm um plano de melhoria da saúde — PHI08](#)
- [Aumentar a proporção de agências tribais de saúde pública que usam competências fundamentais na educação continuada — PHI09](#)

O novo objetivo da pesquisa é:

- [Aumentar a proporção dos cidadãos em idade de votar que efetivamente votam — SDOHR02](#)

A [metodologia para o estabelecimento de novos objetivos](#), sejam eles centrais, de desenvolvimento ou de pesquisa seguem critérios estabelecidos para ordenar o processo e acompanhar a evolução da iniciativa ao longo da década.

A iniciativa “Healthy People 2030” (Pessoas Saudáveis 2030) tem sido implementada pelo Ministério da Saúde nas últimas 4 décadas como uma estratégia de planejamento que adota metas de diferentes características a serem implementadas de forma interdisciplinar por períodos de 10 anos para melhorar o nível de saúde dos EUA. Para a década de 2020-30, no meio a uma pandemia global foi lançada a nova versão que enfatiza a importância de enfrentar as disparidades de saúde. Essa iniciativa tem tido sucesso em parte por causa de que é um processo colaborativo, outra questão que também se mostrou fundamental durante a pandemia.

A visão da iniciativa “Pessoas Saudáveis 2030” é a de "uma sociedade na qual todas as pessoas podem alcançar todo o seu potencial de saúde e bem-estar ao longo da vida". A missão da iniciativa é "promover, fortalecer e avaliar os esforços da nação para melhorar a saúde e o bem-estar de todas as pessoas". As principais prioridades incluem a eliminação das disparidades em saúde, o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde e a parceria e colaboração entre os setores. Para tanto o uso do conceito dos determinantes sociais se torna peça fundamental e orientadora, como se pode observar no gráfico abaixo.

Social Determinants of Health



Social Determinants of Health
Copyright-free

Healthy People 2030

O Plano de Ação para Pessoas Saudáveis 2030, inclui:

- Estabelecer metas nacionais e objetivos mensuráveis para orientar políticas, programas e outras ações baseadas em evidências para melhorar a saúde e o bem-estar.
- Fornecer dados que sejam precisos, oportunos, acessíveis e possam impulsionar ações direcionadas para enfrentar regiões e populações com saúde precária ou com alto risco de saúde ruim no futuro.
- Fomentar o impacto através de esforços públicos e privados para melhorar a saúde e o bem-estar de pessoas de todas as idades e das comunidades em que vivem.
- Fornecer ferramentas para o público, programas, formuladores de políticas e outros para avaliar o progresso para melhorar a saúde e o bem-estar.
- Compartilhar e apoiar a implementação de programas e políticas baseadas em evidências que sejam replicáveis, escaláveis e sustentáveis.
- Divulgar relatório bienal sobre o progresso ao longo da década de 2020 a 2030.
- Estimular a pesquisa e a inovação para atender às metas do Healthy People 2030 e destacar as necessidades críticas de pesquisa, dados e avaliação.
- Facilitar o desenvolvimento e a disponibilidade de meios acessíveis de promoção da saúde, prevenção de doenças e tratamento.

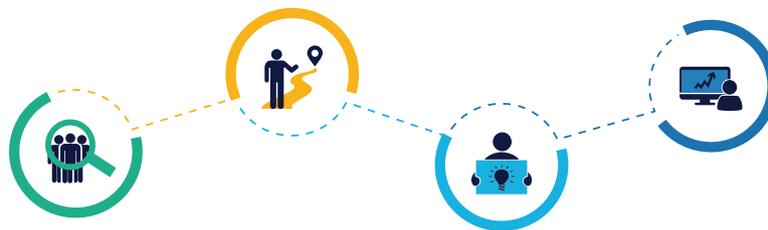
A iniciativa não pretende ser prescritiva e propõe que as comunidades e organizações determinem quais objetivos são prioritários e qual a melhor maneira de implementá-los. Também estão considerados objetivos de desenvolvimento e pesquisa que destacam possíveis questões emergentes ou preocupações importantes com a saúde pública que precisam expandir

as pesquisas sobre intervenções efetivas, incentivando pesquisadores e acadêmicos de saúde pública a participar ativamente desse esforço.

Como diz [Giroir](#) o Healthy People 2030 é “Um chamado à ação para liderar a América em obter vidas mais saudáveis”, oferecendo uma oportunidade para moldar um futuro melhor para a saúde dos americanos com melhores resultados de saúde, progressos substanciais na eliminação das disparidades, um sistema público de saúde robusto e uma população mais resistente às ameaças à saúde pública.

How can I use Healthy People 2030 in my work?

Healthy People addresses public health priorities by setting national objectives and tracking them over the decade. Join us as we work to improve health and well-being nationwide.



1. Identify needs and priority populations

- » Browse objectives to learn about national goals to improve health
- » See how national goals align with your priorities
- » Consider focusing on groups affected by health disparities

Use this information to make the case for your program, secure resources, and build partnerships.

2. Set your own targets

- » Find data related to your work
- » Use national data to set goals for your program

Healthy People 2030 establishes objectives and targets for the entire United States, but setting local targets contributes to national success.

3. Find inspiration and practical tools

- » Explore critical public health topics relevant to your work
- » Learn about successful programs, policies, and interventions
- » Look for evidence-based resources and tools your community, state, or organization can use

4. Monitor national progress — and use our data as a benchmark

- » Check for updates on progress toward achieving national objectives
- » Use our data to inform your policy and program planning
- » See how your progress compares to national data

Visit health.gov/healthypeople/tools-action to get started using Healthy People 2030 — and use [#HP2030](#) to share your successes on social media!

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Costa Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças e Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Daiane Batista - Jornalista do Centro de Estudos Estratégicos Antônio Ivo de Carvalho da Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília **Eduardo Nilson**, *Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília*

Eliane Bardanachvili – Jornalista do Centro de Estudos Estratégicos Antônio Ivo de Carvalho da Fiocruz

Erica Ell, *Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento*

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gabriela Leite – jornalista do blog *Outras Palavras*

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

Guilherme Franco Netto – Médico, Doutor em Saúde Pública, Especialista de CT&I em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, Fiocruz

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria de Fátima Ramos Moreira - Engenheira Química, Doutora em Saúde Pública, Vice-coordenadora de Pesquisa, Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Santiago Alcázar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Santos Rodrigues - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **56** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **15** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

10 de agosto, 10-12:30h – Tratado da OMS sobre pandemias e reforma do Regulamento Sanitário Internacional

24 de agosto, 10-12:30h - Caribe: Gobernanza, Cooperación Regional y Salud

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 14/2022

Período de 19 de julho a 1 de agosto de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2022.

171 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.